

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO “CARLOS ALBERTO
REYES MALDONADO”
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LINGUÍSTICA
DOUTORADO EM LINGUÍSTICA**

MARIA LUIZA DE CASTRO

**A PRESENÇA DO "NÓS" E "A GENTE" EM COMUNIDADES
QUILOMBOLAS DE MATO GROSSO**

CÁCERES-MT

2024

MARIA LUIZA DE CASTRO

**A PRESENÇA DO "NÓS" E "A GENTE" EM COMUNIDADES
QUILOMBOLAS DE MATO GROSSO**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Linguística, sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Carlos Santana de Souza.

CÁCERES-MT

2024

Ficha catalográfica elaborada pelo Setor de Processamento Técnico da Divisão de Biblioteca da UNEMAT Catalogação de
Publicação na Fonte. UNEMAT - Unidade padrão

Castro, Maria Luiza de.

A PRESENÇA DO "NÓS" E "A GENTE" EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS
DE MATO GROSSO / Maria Luiza de Castro. - Cáceres, 2024.
216f.: il.

Universidade do Estado de Mato Grosso "Carlos Alberto Reyes
Maldonado", Linguística/CAC-PPGL - Cáceres - Doutorado
Acadêmico, Campus Universitário De Cáceres "Jane Vanini".
Orientador: Dr. Antonio Carlos Santana de Souza.

1. Ecolinguística. 2. Variação pronominal. 3. Comunidades
Quilombolas. I. Souza, Dr. Antonio Carlos Santana de. II.
Título.

UNEMAT / MTSCB

CDU 80

MARIA LUIZA DE CASTRO

**A presença do "nós" e "a gente" em Comunidades Quilombolas
de Mato Grosso**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antonio Carlos Santana de Souza
Orientador – PPGL/UNEMAT

Profa. Dra. Elisandra Benedita Szubris
Avaliadora Interna – PPGL/UNEMAT

Profa. Dra. Dircel Aparecida Kailer
Avaliadora Interna – PPGL/UNEMAT

Prof. Dr. Joachin Steffen
Avaliador Externo – Universität Augsburg University - Alemanha

Profa. Dra. Neide Araújo Castilho Teno
Avaliadora Externa – PPGLetras/UEMS

APROVADA EM: ____/____/____

DEDICATÓRIA

Dedico a mim mesma, pois serei a única a usufruir plenamente do que foi aprendido. Ao longo desta jornada, percebi que a busca pelo conhecimento é uma corrida contra o tempo, enfrentando desafios únicos e superando obstáculos singulares. Somente eu pude sentir a intensidade da pressão para realizar um trabalho de valor dentro de um prazo definido. O tempo transformou-se em um adversário implacável. As horas se arrastaram como se quisessem me deter, mas dentro de mim, uma força inabalável emergiu. Cada desafio foi um convite para revelar minha determinação e superar limites que nunca imaginei alcançar. Foi uma experiência que se mostrou reveladora e transformadora em minha trajetória acadêmica. Assim, com a certeza de que o fruto desse aprendizado será colhido exclusivamente por mim, dedico-me de corpo e alma à conquista do saber, na convicção de que cada passo dado me conduzirá a um caminho único e enriquecedor.

AGRADECIMENTOS

Caros amigos, colegas e familiares,

Uma explosão de sentimentos, paz interior e tranquilidade acompanham o encerramento desta jornada acadêmica. Ao concluir minha tese, uma guerra interna foi vencida, e cada obstáculo foi superado graças ao inestimável apoio que recebi de todos vocês. Expressar minha gratidão é o mínimo que posso fazer diante de tamanha generosidade e incentivo que moldaram esta conquista.

Quero começar agradecendo ao meu orientador, o Professor Antonio Carlos Santana de Souza, por me acolher como sua orientanda e depositar sua confiança em mim. Sua compreensão diante de minhas ausências e sua orientação segura foram fundamentais para que eu não perdesse a esperança em nenhum momento. Também estendo minha gratidão ao pesquisador Dr. Joachin Steffen, que gentilmente cedeu os dados coletados, os quais foram a base desta pesquisa.

À professora Valéria Faria Cardoso, minha eterna gratidão por sempre oferecer palavras de consolo e motivação nos momentos mais difíceis. Aos colegas e amigos, destaco o reconhecimento especial a Marisa Fernandes e Rosana Alencar, além de todos os docentes do Departamento de Letras da Universidade Federal de Rondônia-Campus de Vilhena. Foram anos de convivência e aprendizado valiosos, os quais me ajudaram a crescer como pessoa e profissional.

Não posso deixar de agradecer, ainda, aos servidores do programa de pós-graduação stricto sensu em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso. Sua dedicação e eficiência fez com que essa jornada fosse conduzida de maneira mais fluente e proveitosa.

Desejo expressar meus sinceros agradecimentos aos professores Dra. Elisandra Benedita Szubris, Dra. Dircel Aparecida Kailer, Dr. Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho e Dra. Neide Araújo Castilho Teno, cujas valiosas contribuições durante o exame de qualificação enriqueceram significativamente este trabalho. Suas orientações certamente fortalecerão e aprimorarão a tese.

E a vocês, meus queridos familiares, meu coração transborda de gratidão. Aos meus pais, Adonias e Francisca (*in memoriam*), cujo carinho e orientação ao longo da vida moldaram o meu caráter e me sustentaram em cada passo de minha caminhada acadêmica. O apoio incondicional que me dedicaram ao longo de tantos anos foi um

verdadeiro esteio. Ao meu marido, Renato, sua companhia e apoio me deram forças para seguir em frente mesmo nos momentos mais difíceis.

Aos meus filhos e netos, a compreensão diante da minha ausência e a paciência em enfrentar os desafios que esta trajetória impôs são inestimáveis. E à minha querida nora, Ana Cláudia Guiraud, que sempre esteve presente com suas palavras reconfortantes e seu apoio incondicional, minha gratidão é imensa.

A todos vocês, que de alguma forma estiveram ao meu lado, proporcionando segurança, esperança e motivação, meu mais profundo agradecimento. Cada um de vocês se tornou uma parte preciosa em minha vida, e sem essa rede de amizade e companheirismo, a conclusão desta tese não teria sido possível.

Eterna gratidão!

EPÍGRAFE

“[...] a heterogeneidade da língua é o que garante a sua funcionalidade em uma comunidade socialmente estratificada e culturalmente diversa. É a flexibilidade conferida pela variação linguística que permite a uma mesma língua funcionar tanto nas feiras quanto nas sessões dos tribunais de justiça. Se fosse um código monolítico e inflexível, como sugerem os puristas, a língua não poderia funcionar em ambientes culturais tão diversos, o que levaria fatalmente à sua divisão e fragmentação” (Lucchesi, 2015, p. 17)

RESUMO

Este trabalho se inscreve na linha de pesquisa *Estudo de Processos de Variação e Mudança*, e área de concentração *Estudo de processos linguísticos* do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Linguística da Unemat, *campus* de Cáceres. O objetivo central desta pesquisa reside na descrição e análise da variabilidade pronominal entre "nós" e "a gente" na fala dos moradores das Comunidades Quilombolas de Baixo, Laranjal, Campina de Pedra e Morrinhos, todas situadas no Estado do Mato Grosso, com intuito de verificar as tendências da forma pronominal adotada por esses moradores. Posteriormente, busca-se uma comparação desses resultados com o propósito de determinar se as tendências em relação a essas duas variáveis são uniformes nas falas dessas comunidades. Como aporte teórico, utilizamo-nos da Linguística Ecolinguística, proposta de Couto (2012a, 2013b) que oferece uma visão holística da linguagem ao compreender que o estudo das interações da língua no interior do ecossistema linguístico pode ter os aspectos sociais, mentais e naturais. É uma teoria de cunho fundamental para a compreensão do contexto em que a comunidade em análise se insere, uma vez que ressalta a relevância da história da colonização e das relações complexas socioeconômicas que moldam as dinâmicas entre seus membros. O *corpus* de análise foi coletado (e cedido) pelo pesquisador Dr. Joachin Steffen da Universität Augsburg University, da Alemanha, por meio de entrevistas com os falantes das quatro localidades acima citadas. Selecionou-se as 24 entrevistas para análise distribuídas por duas *faixas etárias* (até os 50 anos, e a partir dos 50 anos); *sexo* (masculino e feminino) e três níveis de *escolaridade* (inicial, fundamental e superior). Para transcrição dos dados usamos o programa ELAN, e para análise estatística dos dados, empregamos o programa computacional R como ferramenta de investigação e análise. Os resultados gerais desta pesquisa apontam para uma alternância pronominal entre nós e a gente nas duas variedades linguísticas, com predominância do pronome "nós" nas falas das comunidades, concordando com verbos flexionados tanto em 3ª pessoa do singular quanto em 1ª pessoa do plural. No que diz respeito à forma pronominal "a gente", são pouco frequentes as ocorrências com a primeira pessoa do plural. A maioria dessas ocorrências está associada à forma verbal na 3ª pessoa do singular. Os fenômenos variáveis discutidos aqui apresentam configurações distintas nas comunidades analisadas, influenciadas de maneiras diversas pelo ambiente em que estão inseridas.

Palavras-chave: Ecolinguística. Variação pronominal. Comunidades Quilombolas.

ABSTRACT

The central objective of this research is to describe and analyze pronominal variability between "nós" (we) and "a gente" (a colloquial form of we) in the speech of residents of the Quilombola communities of Baixio, Laranjal, Campina de Pedra, and Morrinhos, all located in the state of Mato Grosso. The aim is to examine the trends in the pronominal forms adopted by these residents. Subsequently, a comparison of these results is undertaken to determine if the trends regarding these two variables are consistent across the communities. This work falls within the research line of the *Study of Variation and Change Processes*, with a focus on the *Study of Linguistic Processes* in the *Stricto Sensu* Graduate Program in Linguistics at Unemat, Cáceres campus. The theoretical framework employed is Ecological Linguistics, proposed by Couto (2012a, 2013b), which provides a holistic view of language by understanding that the study of language interactions within the linguistic ecosystem can encompass social, mental, and natural aspects. This theory is fundamental for understanding the context in which the analyzed community is situated, emphasizing the relevance of colonization history and complex socio-economic relationships that shape dynamics among its members. The analysis *corpus* was collected (and provided) by researcher Dr. Joachin Steffen from the University of Augsburg, Germany, through interviews with speakers from the four aforementioned locations. Twenty-four interviews were selected for analysis, distributed across two *age groups* (up to 50 years and over 50 years), *gender* (male and female), and three *education levels* (initial, primary, and higher). ELAN was used for data transcription, and the R programming language was employed for statistical analysis. The overall results of this research indicate pronominal alternation between "nós" and "a gente" in both linguistic varieties, with a predominance of the pronoun "nós" in the speech of the communities, agreeing with inflected verbs in both 3rd person singular and 1st person plural. Regarding the pronominal form "a gente," occurrences with the 1st person plural are infrequent, and most are associated with the verbal form in the 3rd person singular. The variable phenomena discussed here present distinct configurations in the analyzed communities, influenced in diverse ways by the environments in which they are situated.

Keywords: Ecological Linguistics. Pronominal Variation. Quilombola Communities.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

| | |
|----------|---|
| 1PP | primeira pessoa do plural |
| 1PS | primeira pessoa do singular |
| 2PS | segunda pessoa do singular |
| 3PP | terceira pessoa do plural |
| 3PS | terceira pessoa do singular |
| AP | Alternância pronominal |
| ABNT | Associação Brasileira de Normas Técnicas ¹ |
| BA | Bahia |
| CEBs | Comunidades Eclesiais de Base |
| CONAQ | Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas |
| COVID-19 | Corona vírus disease 2019 |
| CRQ | Comunidade Remanescente Quilombola |
| CSV | Comma-Separated Values |
| CV | concordância verbal |
| EFL | Ecosistema fundamental da língua |
| EJA | Ensino de jovens e adultos |
| F | feminino |
| FCB | Fala da Comunidade de Baixo |
| FCCP | Fala da Comunidade de Campina de Pedra |
| FCL | Fala da Comunidade de Laranjal |
| FCM | Fala da Comunidade de Morrinhos |
| Fig. | figura |
| G1 | gramática arcaica |
| G2 | gramática inovadora |
| G3 | português europeu moderno |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| INCRA | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária |
| L | Língua |

¹ ABNT: Esta tese está formatada nas normas brasileiras da ABNT NBR 6023/2020.

| | |
|-------|---|
| LE | Linguística Ecológica |
| M | masculino |
| NURC | Norma Urbana Culta |
| P | Povo ou população |
| P3 | terceira pessoa |
| P4 | quarta pessoa |
| PB | Português Brasileiro |
| PBQ | Programa Brasil Quilombola |
| PE | Paradigma ecológico |
| PE | Português Europeu |
| PIT | População de organismos vivos e suas Inter-relações em determinado Território |
| PPB | Português Popular Brasileiro |
| RS | Rio Grande do Sul |
| SENAI | Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial |
| SENAR | Serviço Nacional de Aprendizagem Rural |
| SN | sintagma nominal |
| SPU | Secretaria de Patrimônio da União |
| T | Território |
| Tab | tabulador |
| TLI | Transmissão Linguística Irregular |
| VEM | Visão Ecológica do Mundo |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 1 - Ecologia e o Ecossistema Fundamental da Língua (EFL)..... | 32 |
| Figura 2 - (P-T-L)..... | 34 |
| Figura 3 - (P1 – T1 – L1)..... | 35 |
| Figura 4 - (P2 – T2 – L2)..... | 36 |
| Figura 5 - (P3 – T3 – L3)..... | 37 |
| Figura 6 - Ecossistema Integral da Língua | 38 |
| Figura 7 - Árvore da linguagem | 38 |
| Figura 8 - Biomas de Mato Grosso..... | 121 |
| Figura 9 - Mapa do Mato Grosso e Territórios quilombolas..... | 125 |
| Figura 10 - Janela principal do ELAN | 153 |
| Figura 11 - Janela principal do ELAN – Controles de volume e velocidade | 153 |
| Figura 12 - Janela principal do ELAN – Grade..... | 154 |
| Figura 13 - Janela principal do ELAN – Texto | 154 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|-----|
| Gráfico 1 - Distribuição Geral do uso de "nós" e "a gente" na amostra | 162 |
| Gráfico 2 - Distribuição do uso dos pronomes "nós" e "a gente" em cada comunidade | 163 |
| Gráfico 3 - Uso dos pronomes "nós explícito", "nós implícito" e "a gente explícito" nas comunidades quilombolas | 164 |
| Gráfico 4 - <i>saliência fônica</i> no uso de <i>a gente</i> pelos falantes das comunidades | 167 |
| Gráfico 5 - <i>saliência fônica</i> no uso de <i>nós</i> pelos falantes das comunidades | 168 |
| Gráfico 6 - Tonicidade no uso de nós e a gente pelos falantes das comunidades | 174 |
| Gráfico 7 - <i>Tipo de verbo</i> no uso de <i>a gente</i> pelos falantes das comunidades | 177 |
| Gráfico 8 - Porcentagem de "nós" e "a gente" na <i>forma precedida</i> por "a gente": paralelismo formal | 179 |
| Gráfico 9 - Porcentagem de "nós" e "a gente" em <i>primeira referência</i> : paralelismo formal | 180 |
| Gráfico 10 - Porcentagem de "nós" e "a gente" na <i>forma precedida</i> por "nós": paralelismo formal | 180 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1 - Quadro Mattos e Silva..... | 49 |
| Quadro 2 - Nova proposta de periodização | 51 |
| Quadro 3 - Quadro de periodização revisitado | 52 |
| Quadro 4 - População do Brasil por etnia em 1583..... | 68 |
| Quadro 5 - População do Brasil por etnia em 1798..... | 69 |
| Quadro 6 - População do Brasil por etnia em 1850 e 1890..... | 70 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|-----|
| Tabela 1 - Distribuição dos escravos africanos no Brasil..... | 67 |
| Tabela 2 - População do Brasil por etnia do século XVI ao XIX | 70 |
| Tabela 3 - CRQ's-Comunidades Remanescentes Quilombolas Certificadas | 127 |
| Tabela 4 - Informantes e Comunidades | 157 |
| Tabela 5 - Frequência do uso dos pronomes "nós" e "a gente" na posição de sujeito.. | 161 |
| Tabela 6 - Forma do pronome de primeira pessoa do plural no português das Comunidades Quilombolas do Mato Grosso..... | 162 |
| Tabela 7 - Uso pronominal de primeira pessoa do plural "nós" e "a gente" no português brasileiro nas Comunidades Quilombolas de Mato Grosso..... | 164 |
| Tabela 8 - O uso de "nós" em Baixio, Campina de Pedra, Laranjal e Morrinhos e a saliência fônica (aplicação, ocorrências e percentual)..... | 166 |
| Tabela 9 - O uso de "nós" e "a gente" em Baixio, Campina de Pedra, Laranjal e Morrinhos | 167 |
| Tabela 10 - Resultados do <i>tempo verbal</i> (nós / a gente)..... | 170 |
| Tabela 11 - Resultados do <i>tempo verbal</i> (nós / a gente) em porcentagem | 171 |
| Tabela 12 - Resumo do <i>tempo verbal</i> (nós / a gente) | 171 |
| Tabela 13 - Percentuais de "nós" e "a gente" por <i>tempo verbal</i> e <i>saliência fônica</i> | 172 |
| Tabela 14 - O uso de "nós" nas Comunidades pesquisadas e a tonicidade (aplicação, ocorrências e percentual)..... | 173 |
| Tabela 15 - O uso de "nós" e "a gente" nas Comunidades pesquisadas e a <i>tonicidade</i> | 173 |
| Tabela 16 - O uso de "nós" em Morrinhos, Laranjal, Baixio e Campina de Pedra e a <i>posição do sujeito</i> na frase (aplicação, ocorrências e percentual)..... | 175 |
| Tabela 17 - O uso de "nós" e "a gente" nas Comunidades pesquisadas e a <i>posição do sujeito</i> na frase | 176 |
| Tabela 18 - Resultados dos pronomes "nós" e "a gente" na posição de sujeito: <i>tipo de verbo</i> | 176 |

| | |
|---|-----|
| Tabela 19 - Resultados dos pronomes "nós" e "a gente" na posição de sujeito: <i>tipo de verbo</i> | 176 |
| Tabela 20 - Resultados dos pronomes "nós" e "a gente" na posição de sujeito: <i>tipo de verbo</i> | 177 |
| Tabela 21 - Frequência e porcentagem de "nós" e "a gente" na sequência do discurso: <i>paralelismo formal</i> | 179 |
| Tabela 22 - Frequência e porcentagem de "nós" e "a gente" na sequência do discurso: <i>paralelismo formal</i> | 179 |
| Tabela 23 - a forma do pronome de primeira pessoa quanto ao <i>paralelismo formal</i> ... | 181 |
| Tabela 24 - Realização de "nós" e "a gente" explícitos e implícitos de acordo com a <i>flexão verbal</i> | 182 |
| Tabela 25 - Relação dos pronomes sujeitos de 1PP com a <i>flexão verbal</i> , realizados lexicalmente..... | 183 |
| Tabela 26 - Resultados do uso "nós" na posição de sujeito: <i>gênero</i> | 187 |
| Tabela 27 - Resultados do uso "a gente" na posição de sujeito: <i>gênero</i> | 187 |
| Tabela 28 - Resultados do uso "nós" e "a gente" na posição de sujeito: <i>gênero</i> | 187 |
| Tabela 29 - Resultados do uso "nós" e "a gente" na posição de sujeito: <i>faixa etária</i> .. | 188 |
| Tabela 30 - Resultados do uso "nós" e "a gente" na posição de sujeito conforme a <i>escolaridade</i> | 188 |

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO..... | 21 |
| CAPÍTULO I..... | 25 |
| FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA | 25 |
| 1.1 Ecolinguística | 25 |
| 1.1.1 Linguística Ecosistêmica | 33 |
| 1.1.1.1 A diversidade e a variabilidade | 39 |
| 1.2 Nós e a gente sob a luz da sociolinguística | 44 |
| 1.3 A relevância do contato linguístico na formação de uma nova língua..... | 49 |
| 1.3.1 O contato linguístico e a evolução do Português do Brasil | 55 |
| 1.3.2 Contato do português com as línguas africanas..... | 63 |
| 1.3.3 Diáspora africana em terras brasileiras..... | 65 |
| 1.4 Fenômenos variáveis de concordância verbal e dos pronomes nós e a gente | 73 |
| 1.4.1 Variação na concordância verbal de primeira pessoa do plural | 74 |
| 1.4.2 Fenômenos de variação em relação à primeira pessoa do plural..... | 75 |
| 1.4.3 A estruturação das variáveis | 85 |
| 1.4.3.1 A variável dependente | 86 |
| 1.4.3.2 As variáveis linguísticas | 87 |
| 1.4.3.2 a) A variável saliência fônica | 87 |
| 1.4.3.2 b) A variável tempo verbal | 92 |
| 1.4.3.2 c) A variável vogal temática do verbo..... | 93 |
| 1.4.3.2 d) A variável tonicidade | 94 |
| 1.4.3.2 e) A variável posição do sujeito na frase..... | 95 |
| 1.4.3.2 f) A variável tipo de verbo..... | 96 |
| 1.4.3.2 g) A variável paralelismo formal..... | 98 |
| 1.4.3.2 h) A variável flexão verbal | 99 |
| 1.4.3.3 As variáveis sociais | 100 |
| 1.4.3.3 a) A variável faixa etária | 100 |
| 1.4.3.3 b) A variável escolaridade | 101 |
| 1.4.3.3 c) A variável gênero | 102 |
| 1.4.4 Aspectos da gramaticalização: processos de mudança gramatical..... | 104 |
| 1.5 Considerações Finais do Capítulo I..... | 109 |
| CAPÍTULO II | 111 |

| | |
|--|----------------|
| CONTEXTUALIZAÇÃO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS..... | 111 |
| 2.1 História dos Quilombos no Brasil | 112 |
| 2.2 Breve história do Estado de Mato Grosso | 119 |
| 2.3 Os territórios quilombolas em Mato Grosso | 122 |
| 2.4 Conceitos Fundamentais sobre Comunidade..... | 130 |
| 2.4.1 Comunidade na visão ecolinguística | 133 |
| 2.4.1.1 Comunidade de língua e comunidade de fala..... | 134 |
| 2.5 O ecossistema linguístico das Comunidades afro-brasileiras do Mato-Grosso..... | 135 |
| 2.5.1 Os ecossistemas natural, mental e social da língua em Baixio..... | 136 |
| 2.5.2 Os ecossistemas natural, mental e social da língua em Campina de Pedra | 139 |
| 2.5.3 Os ecossistemas natural, mental e social da língua em Laranjal | 142 |
| 2.5.4 Os ecossistemas natural, mental e social da língua em Morrinhos | 146 |
| 2.6 Procedimentos metodológicos e seleção dos informantes-Comunidades de fala analisadas..... | 149 |
| 2.7 Coleta de Dados e Trabalho de Campo | 149 |
| 2.7.1 Transcrição e quantificação dos dados | 152 |
| 2.7.1.1 As principais funções do ELAN | 153 |
| 2.7.1.2 As principais funções do R..... | 156 |
| 2.7.2 Delimitação do fenômeno..... | 158 |
| 2.7.2.1 Objetivo Geral | 159 |
| 2.7.2.2 O objetivo específico | 159 |
| 2.8 Considerações finais do Capítulo II..... | 159 |
| CAPÍTULO III..... | 161 |
| ANÁLISE DOS DADOS: VARIAÇÃO PRONOMINAL "NÓS" E "A GENTE" . | 161 |
| 3.1 Análise da variedade pronominal nós/a gente | 161 |
| 3.2 Análise da saliência fônica | 166 |
| 3.3 Análise do tempo verbal | 170 |
| 3.4 Análise da tonicidade..... | 173 |
| 3.5 Análise da posição do sujeito na frase..... | 174 |
| 3.6 Análise do tipo de verbo..... | 176 |
| 3.7 Análise do paralelismo formal..... | 178 |
| 3.8 Análise da flexão verbal | 182 |
| 3.9 A gramaticalização de a gente | 184 |

| | |
|---|------------|
| 3.10 Análise das variáveis sociais | 186 |
| 3.10.1 Analisando o gênero | 187 |
| 3.10.2 Analisando a faixa etária | 188 |
| 3.10.3 Analisando a escolaridade | 188 |
| 3.11 Considerações finais do Capítulo III | 189 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 191 |
| REFERÊNCIAS..... | 200 |

INTRODUÇÃO

No cenário ecolinguístico do Brasil, a linguagem atua como um espelho das dinâmicas culturais e sociais que permeiam a diversidade de suas comunidades. Nesse contexto, surge uma linguística: o uso diferenciado dos pronomes "nós" e "a gente". Com um olhar destemido e uma abordagem estabelecida na compreensão profunda das raízes culturais, este estudo se dedica à análise das variáveis dependentes "nós" e "a gente", com o objetivo de traçar um perfil e compreender o panorama abrangente das formas pronominais adotadas pelos moradores das Comunidades Quilombolas do Mato Grosso. Impulsionados pela compreensão de que a linguagem é um veículo de expressão cultural e de identidade, estamos prestes a adentrar numa análise cuidadosa, dessa personalidade linguística, em um ambiente enriquecido pela história e pelos laços comunitários que moldam tanto a forma de comunicação quanto as interações interpessoais.

Ao dar início a esta tese, humildemente pedimos permissão aos que nos precederam e adentramos nas páginas de nossa narrativa ancestral, buscando enriquecer nosso saber. A cada página virada que retratava nossa trajetória, fomos dominados por uma reflexão profunda, questionando os muitos "silêncios" que, conscientes ou inadvertidos, pavimentaram a história do Brasil que hoje é contada. Em meio às palavras e ausência delas, trilhamos o caminho para desvelar as conexões da língua brasileira e suas raízes, especialmente aquelas que ecoam com mais força no âmbito de nossa pesquisa.

A compreensão da linguagem humana transcende a mera análise de sua estrutura semântica e formal; além disso, requer uma avaliação de seu papel social e educacional. Nesse contexto, é essencial reconhecer que o desenvolvimento linguístico e intelectual de um indivíduo são interdependentes, pois ambos estão intrinsecamente ligados aos princípios fundamentais da capacidade humana de abstrair e categorizar informações. Como afirmado por Andrade (2010, p. 99), "toda língua reflete as condições da sociedade e do círculo cultural que se fala". Por meio deste trabalho, não apenas disponibilizamos ao público os resultados de nossos estudos, mas os compartilhamos com aqueles que, mesmo involuntariamente, fizeram parte da nossa história de construção, seja no âmbito territorial ou no domínio da linguagem. Esses indivíduos permaneceram presentes como autores, testemunhas e em grande parte, podem ser considerados como réus, uma vez que são "culpados" ou "responsáveis" por

enriquecer nossa língua portuguesa com sua variabilidade, o que possibilita sua caracterização como língua brasileira. Agradecemos a participação desses indivíduos em nosso estudo.

Nesta pesquisa, exploramos a manifestação da primeira pessoa do plural, concentrando-nos na alternância entre "nós" e "a gente". Esta variável está sendo amplamente investigada no âmbito do Português Brasileiro e muito marcada nas falas das comunidades quilombolas de Baixio, Campina de Pedra, Laranjal e Morrinhos, todas localizadas no Estado do Mato Grosso.

Com base no pressuposto de que as mudanças linguísticas existentes na língua portuguesa do Brasil são características do contato com as línguas africanas e indígenas durante o período colonial, é plausível deduzir que a marcação de primeira pessoa do plural, poderia ter emergido a partir desse contexto de contato. No entanto, o estudo proposto dá ênfase no uso de "a gente" na posição de sujeito, e a inserção de "a gente" no sistema pronominal do português brasileiro é muito recente, conforme demonstram os estudos de Omena & Braga (1996), Menon (1996), Lopes (1999), Zilles (2002, 2003) e Borges (2004), sem citar outros. Este último observou que foi a partir da década de 1960 que a forma *a gente*, como pronome pessoal de primeira pessoa do plural, se solidificou. Essa comunidade científica já esclareceu que a substituição de "nós" por "a gente" está inserida em um processo de transformação contínua, pertencente à trajetória de gramaticalização do termo "a gente".

Nosso trabalho está estruturado em três capítulos nomeados de acordo com suas características gerais e subdivididos em seções que julgamos relevantes para uma compreensão abrangente do tema aplicável.

No primeiro capítulo, denominado de Fundamentação Teórica, apresentamos a *teoria ecolinguística*, seus precursores, e a *linguística ecossistêmica* proposta de Couto (2012b, 2015) que oferece uma visão holística da linguagem ao compreendê-la como fenômeno social, mental e natural. Essa teoria é considerada fundamental para a compreensão do contexto em que a população analisada se encontra, uma vez que ela enfatiza a importância da história da colonização e das relações socioeconômicas subjacentes às sustentáveis entre os membros dessa população. Dessa forma, o estudo não se limitará apenas aos dados em si, mas buscará entender como fatores históricos e sociais podem influenciar as dinâmicas de sustentabilidade na população em questão. Abordamos, também, a concepção de *diversidade* e de *variabilidade*, a partir dos

pressupostos ecolinguísticos e do entendimento de que a segunda é uma das manifestações da primeira. Citamos as várias pesquisas realizadas sobre os pronomes "nós" e "a gente" à luz da sociolinguística como os trabalhos de Omena (1986, 1996), Lopes (1993), Mendes (2007), Oliveira (2008) e Lucchesi (2009). Destacamos a importância do *contato linguístico na evolução de uma língua específica*, no caso, a língua portuguesa. Detalhamos como esse contato influenciou na formação e transformação da língua, permitindo entender melhor o processo histórico e social que levou à sua estrutura atual. Apresentamos os *fenômenos variáveis de concordância verbal e dos pronomes "nós" e "a gente"*. Esses fenômenos já foram extensamente estudados no Português Brasileiro (Assis, 1988; Borges, 2004; Bortoni-Ricardo, 1985; Coelho, 2006; Lopes, 1993, 1998, 1999; Lucchesi, Baxter e Silva, 2009; Mendes, 2007; Naro, Görski e Fernandes, 1999; Naro e Scherre, 2007; Oliveira, 2008; Omena, 1986, 1996, 2003; Rodrigues, 1987; Rubio, 2012; Viana, 2006; Zilles, Maya e Silva, 2000; Zilles, 2004, 2005, 2007, para citar somente alguns trabalhos). Descrevemos as *variáveis dependentes* e estabelecemos as *variáveis linguísticas* relacionadas aos grupos de fatores associados à utilização dos pronomes "nós" e "a gente". Discorremos, também, sobre os *aspectos da gramaticalização*. E, por último, fizemos as *considerações finais* deste primeiro capítulo.

No segundo capítulo contextualizamos a *história dos quilombos no Brasil*, a *história do Estado de Mato Grosso* e seus *territórios quilombolas*; abordamos os vários *conceitos de comunidade*, mostramos a importância da regularidade do contato entre os falantes para definir uma *comunidade na visão ecolinguística*, exploramos as diferenças entre uma *"comunidade de língua"* e uma *"comunidade de fala"* para melhor compreensão do ecossistema linguístico. Apresentamos a *metodologia* deste trabalho que traz informações sobre a *seleção dos informantes das Comunidades de falas* que serão analisadas. Explicamos sobre a *coleta de dados*, como se realizou a *transcrição e quantificação dos dados* e a *delimitação do fenômeno*. No final deste capítulo realizamos as *considerações finais*.

No terceiro capítulo concentra-se a análise dos dados. Apresentamos e discutimos os resultados percentuais referentes à variação "nós" e "a gente" na amostra constituída de 24 entrevistas realizadas nas comunidades remanescentes quilombolas de Baixo, Campina de Pedra, Laranjal e Morrinhos, em Mato Grosso, com falantes do

sexo *masculino* e *feminino* de duas faixas etárias (*até os 50 anos, e a partir dos 50 anos*) e três níveis de *escolaridade* (inicial, fundamental e superior). Outrossim, discutimos os resultados das variáveis independentes *saliência fônica, tempo verbal, tonicidade, posição do sujeito na frase, tipo de verbo, paralelismo formal, flexão verbal; gramaticalização*; e os resultados das variáveis sociais, *faixa etária e escolaridade e sexo*. Por fim, concluímos o trabalho retomando as considerações gerais sobre a pesquisa, com base nas hipóteses formuladas e na análise dos dados investigados.

CAPÍTULO I

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com o objetivo de analisar e descrever o tema de pesquisa em questão: "A presença do *nós* e *a gente* em Comunidades Quilombolas de Mato Grosso", é necessário basear-se em uma teoria construída dentro de um contexto histórico, a fim de fornecer respostas e sugerir soluções para as dúvidas geradas.

Este capítulo aborda uma série de detalhes importantes que estabelecem os alicerces teóricos que sustentam a presente tese. Inicialmente, na seção (1.1), adotamos uma abordagem da Ecolinguística, introduzindo uma perspectiva ecológica para a nossa pesquisa. Em seguida, na subseção (1.1.1) lançamos mão da Linguística Ecológica para analisar a língua como um processo intimamente dependente da organização mental e social dos indivíduos.

No tópico seguinte, "nós" e "a gente" (1.2), a Sociolinguística assume um papel central, esclarecendo o uso dessas formas pronominais e expondo as diferenças sociais e regionais que influenciam a escolha entre elas. O contato linguístico na formação de uma nova língua (1.3) é então examinado, destacando a importância dessa dinâmica na evolução do Português do Brasil, especialmente em sua interação com línguas africanas, em decorrência da diáspora africana no país.

Posteriormente, na seção (1.4), identificamos variáveis relacionadas à flexão verbal (concordância verbal) e aos pronomes "nós" e "a gente", revelando a complexidade intrínseca à gramática e explorando como as estruturas gramaticais podem se adaptar a diferentes contextos sociais. Além disso, a análise da mudança gramatical, que aborda aspectos gramaticais, fornece uma compreensão mais profunda dos processos evolutivos da língua ao longo do tempo.

Cada um desses tópicos contribuirá para a construção, uma base teórica que orientará nossa pesquisa. Finalmente, na seção (1.5) abordaremos as considerações finais deste capítulo, consolidando os principais conceitos e delineando a estrutura que norteará nossa investigação a seguir.

1.1 Ecolinguística

Antes de discorrer sobre o capítulo em epígrafe é necessário refletir sobre duas questões fundamentais que servirão como alicerce para nossa compreensão: "o que é homem?" e "o que é natureza"? (CHAMMING'S, 1996, p. 08). Essas perguntas, aparentemente simples, desencadeiam reflexões profundas e têm o poder de traçar um mapa conceitual cujas diferenças nos auxiliaram na compreensão do modo como esse "homem" se organiza socialmente, enxerga o outro e se insere no contexto temporal em que vive (DEVALL & SESSIONS, 2004, p. 60).

Em sua essência, as respostas a essas indagações irão delinear uma visão de mundo que permeia a relação do ser humano com o ambiente que o cerca. A concepção que temos do "homem" e da "natureza" não apenas molda nossa compreensão individual, mas influencia profundamente a maneira como a sociedade se organiza, como são estabelecidos os valores culturais, e, por conseguinte, a forma como nos relacionamos com o ecossistema em que estamos inseridos.

Quando reconhecemos que o "homem" não se limita a ser apenas um ser biológico ou político, mas sim um ente em constante evolução, em busca de um propósito mais amplo que transcende seu estado estático, nossas perspectivas em relação à natureza sofrem uma transformação significativa. Nessa perspectiva expandida, a natureza deixa de ser meramente um pedaço de terra onde o ser humano habita e passa a ser vista como parte integrante de um todo maior. Essa visão de mundo ampliada nos permite apreciar a complexidade das interações entre os seres humanos e o ambiente que os cerca.

Por outro lado, ao examinarmos a era medieval, podemos observar uma concepção de "homem" que é teleológica, ou seja, orientada por um propósito intrínseco. Nesse contexto, a natureza frequentemente era considerada um acessório da vida humana, uma fonte inesgotável de recursos destinados a sustentar a existência humana. Essa percepção mais utilitária da natureza muitas vezes resultou em uma exploração intensiva de recursos naturais, na maioria das vezes sem considerar os impactos a longo prazo.

Lamentavelmente, é mais comum encontrarmos diversas perspectivas de visões de mundo² que tendem a instrumentalizar a natureza em benefício humano, muitas

² Schmaltz Neto (2017) explica que na segunda década do século XXI, por exemplo, fala-se muito em "visão de mundo pós-moderna" (MAFFESOLI, 2002, p. 13) ou "modernidade tardia" (HALL, 2014, p.

vezes ignorando ou subjugando seus próprios interesses em prol de vantagens que os prejudicam. Essa tendência nos faz compreender por que a abordagem "mais ecológica" é frequentemente associada à defesa da preservação ambiental. A opinião ocidental frequentemente se baseia na crença de que o ser humano exerce domínio absoluto sobre a Terra e sobre si mesmo, acreditando que qualquer problema relacionado ao ambiente será resolvido com o passar do tempo (CATTON JR. E DUNLAP, 1980)³.

Consequentemente, o que deveria ser uma inter-relação saudável entre o ser humano e a natureza muitas vezes se converte em uma relação trágica, em que o ser humano atua de forma parasitária em relação ao meio ambiente e à biosfera. A longo prazo, essa exploração desmedida da natureza pode causar danos prejudiciais ao próprio ser humano, o que não considera a necessidade de um equilíbrio sustentável. Afinal, uma verdadeira inter-relação pressupõe uma troca mútua, em que qualquer alteração em uma das partes implica necessariamente em modificações nas outras (EVERNDEN, 1978).

De acordo com Ferry (2009, p. 123), a ecologia profunda, conhecida como movimento revolucionário ecológico, ou simplesmente ecosofia, representa uma abordagem inovadora para a reflexão sobre a inter-relação entre o ser humano e a natureza. Essa perspectiva vai além das questões individuais "o que é homem?" e "o que é natureza?", buscando compreender a essência da relação conjunta entre eles. O termo "profundo" é utilizado porque reconhece que o ser humano é uma parte integrante da biosfera, sem superioridade ou inferioridade específica.

Segundo a ecologia profunda, o ser humano é considerado uma bioespécie, semelhante a qualquer outra, sujeita a limitações orgânicas. Portanto, sua coexistência na natureza deve ser guiada pelo princípio da harmonia. Nessa visão, a natureza não pode ser vista apenas como um recurso a ser explorado, mas deve ser utilizada de forma consciente e com responsabilidade, consumindo seus elementos apenas quando necessário, pois são finitos (DEVALL & SESSIONS, 2004, p. 60).

07). Nelas, o homem procura preservar a natureza, mas apenas em função de sua necessidade de existir. Isso já havia acontecido em "grandes" visões, como o antropocentrismo e o humanismo (FERRY, 2009, p. 29).

³ O ecólogo David Ehrenfeld listou de maneira pouco mais objetiva os princípios de Catton Jr. e Dunlap a respeito da visão ocidental de mundo: 1) todos os problemas são solúveis; 2) todos os problemas são solúveis pelas pessoas; 3) muitos dos problemas são solúveis pela tecnologia; 4) o que não se resolve pela tecnologia diz respeito ao social. In: *The arrogance of humanism*. New York: Oxford, 1978. p. 16-17.

A dinâmica de inter-relação proposta por Naess⁴ (1973) estabelece uma abordagem que reforça uma maneira específica de perceber o mundo, uma abordagem que há muito tempo era praticada por povos não ocidentalizados. Isso é evidenciado no trecho de uma carta escrita pelo cacique Seattle em 1887 ao presidente dos Estados Unidos, Francis Pierce, em resposta à proposta do governo de comprar o território de sua tribo, os *suquamish*:

De uma coisa sabemos. A terra não pertence ao homem: é o homem que pertence a terra, disso temos certeza. Todas as coisas estão interligadas, como o sangue que une uma família. Tudo está relacionado entre si. Tudo quanto agride a terra, agride os filhos da terra. Não foi o homem quem teceu a trama da vida: ele é meramente um fio da mesma. Tudo o que ele fizer à trama, a si próprio fará (SEATTLE, 1887).

A inter-relação entre o ser humano e a natureza, claramente expressa nas palavras do cacique Seattle, fortalece os princípios fundamentais da ecologia profunda, que promovem a compreensão da interdependência necessária para estudos ecológicos. Por conseguinte, é possível afirmar que ocorreu uma transição significativa ou o surgimento de uma nova perspectiva em contraponto à visão macro-ocidental do mundo, conhecida como Visão Ecológica de Mundo, ou simplesmente VEM.

A Visão Ecológica de Mundo (VEM) oferece uma abordagem interconectada para a compreensão da relação entre o ser humano e a natureza. Essa perspectiva preconiza que a ciência deve desenvolver uma teoria em que todas as partes do sistema estão intrinsecamente ligadas, sem que uma seja mais fundamental do que a outra. De acordo com essa visão, as propriedades de cada parte são determinadas pelas propriedades de todas as outras, resultando em uma rede complexa de interdependência (CAPRA, 2011, p. 218).

A aplicação do VEM na ciência começou com pioneiros como Geoffrey Chew (1948) e Capra (1983), que deram nomes diferentes às suas formulações científicas ecológicas, como "filosofia *bootstrap*" e "teoria sistêmica". No entanto, independentemente dos rótulos, esses movimentos que adotaram o VEM juntamente com uma característica comum: eles acompanharam a necessidade de analisar partes

⁴ Arne Naess, filósofo norueguês propôs, em 1973, a Ecologia Profunda como uma resposta à visão dominante sobre o uso dos recursos naturais, denominando assim uma corrente do ambientalismo e da filosofia ambiental. Disponível em: <http://www.deepecology.org/deepecology.htm>

individuais considerando a totalidade do sistema. Isso significa que ao estudar uma parte, como um fonema na linguagem, deve-se ter em mente que essa parte está integrada em estruturas maiores, como sílabas, morfemas, palavras, frases e línguas. Além disso, essas línguas são usadas por comunidades que fazem parte de um mundo composto por conjuntos sistemáticos de uso e convenções (COUTO, 2013, p. 291).

Em suma, um dos princípios fundamentais da VEM é estudar as partes sem perder de vista a totalidade do sistema. Isso implica considerar que cada elemento está interligado a outros e que uma compreensão completa exige uma análise holística que considere a relação entre as partes e o todo. Compreender o princípio da VEM é que formaliza o paradigma ecológico (PE). Aqui, paradigma diz respeito a um conjunto de realizações científicas partilhados pela comunidade científica e usados para definir problemas e soluções sob um arcabouço conceitual (KUHN *apud* CAPRA, 1991, p. 41).

A transição do foco da parte para o todo representa o passo inicial na adoção de um PE. A abordagem da "parte" se refere unicamente a um elemento identificado em meio a uma teia intrincada de interações inseparáveis. Em contrapartida, outros modelos de pensamento muitas vezes buscam compreender sistemas complexos por meio da análise de um de seus componentes isoladamente, como se houvesse uma estrutura fundamental independente e inalterável (CAPRA, 1991, p. 11).

Por outro lado, no PE, essa abordagem é considerada equivocada. O PE enfatiza a necessidade de considerar o sistema como um todo interligado, em que cada parte influencia e é influenciada por todas as outras. Portanto, uma análise isolada de uma única parte não captura a complexidade das interações e pode levar a sugestões limitadas e imprecisas. Assim, uma mudança de paradigma, a análise de partes isoladas para a compreensão de tudo interdependente, é fundamental para uma adoção eficaz da perspectiva ecológica.

A adoção do PE não se limita a aplicar a ecologia na ciência, mas envolve a partir do contexto ecológico para desenvolver abordagens científicas específicas. Esse movimento de integração da linguística com a abordagem ecológica teve seu início em 1972, quando Einar Haugen publicou um trabalho pioneiro, marcando o começo desse diálogo interdisciplinar.

Segundo Albuquerque (2015) a Ecologia da Língua ou Ecolinguística é definida por vários ecolinguistas, entre eles Mühlhäusler (2003) e Couto (2007), “como o estudo das relações entre a língua e seu meio ambiente”. Seu precursor, o linguista Haugen

(1972), propôs uma análise ecológica das línguas levando em consideração as interações entre aspectos linguísticos e o meio ambiente, pois afirmava que “o meio ambiente de uma língua é a sociedade que a usa como um de seus códigos” (HAUGEN, 1972, p. 325).

No decurso dos anos, a ecolinguística tem sido nomeada de linguística ecológica, ecologia linguística, ecologia da língua, entre outros. No entanto, o nome usado por Haugen foi “ecology of language” e “language ecology” (ALBUQUERQUE, 2015, p. 132).

Consoante Couto (2013), a ecolinguística é uma ciência que apresenta uma nova forma de ver e estudar o fenômeno da linguagem; é uma interdisciplina, ou multidisciplinar, que combina a linguística com diferentes campos de pesquisa, “para praticá-la são necessários conhecimentos de biologia (que inclui a ecologia), de sociologia e de outras disciplinas, dependendo do recorte que o investigador faça nos fatos linguísticos que pretende estudar” (COUTO, 2002, p. 23).

Outro grande nome de destaque na pesquisa referente à ecologia da linguagem é o linguista, autor do livro *The Ecology of Language Evolution*, Salikoko Sangol Mufwene. Para ele, conceitos desenvolvidos por biólogos podem ser estendidos para “explicar o destino das línguas em seus meios ambientes sociais”. Para o teórico, “as línguas nascem, crescem e morrem, porém, não como organismos, mas como espécies, no caso, espécie parasita ou viral, pois elas só existem no hospedeiro humano” (MUFWENE, 2016, p. 21).

Segundo Mufwene (2016), uma espécie é alterada pelos efeitos que o meio ambiente exerce diretamente nos membros individuais, e não na própria espécie. Estes falantes individuais são agentes involuntários críticos da evolução da linguagem. Isso ocorre por meio das acomodações cotidianas que os falantes fazem uns dos outros, dos ajustes que fazem às novas necessidades comunicativas e da simples condição de replicação imperfeita durante a transmissão da linguagem, ou seja, durante o desenvolvimento de novas variedades linguísticas, os sistemas estruturais dos lexificadores foram naturalmente desfeitos e refeitos várias vezes, sendo modificados no processo de transmissão (MUFWENE, 2016, p. 18-24). Para Couto (2016, p. 34), “a língua como espécie parasita está bem próxima da visão da linguística ecossistêmica”, no entanto, “continua aquém da concepção de língua como interação” (COUTO, 2016, p. 35).

De acordo com Albuquerque (2015), a ecolinguística apresenta várias linhas de investigação, sendo as principais:

análise do discurso ecocrítica (RAMOS 2004, 2009, ALEXANDER 2009); linguística ambiental (HARRÉ, BROCKMEIER e MÜHLHÄUSLER 1999, RAMOS 2009); ecolinguística dialética (DØØR e BANG 2007); linguística ecossistêmica (TRAMPE 1990; BASTARDAS I BOADA 1996; FINKE 1996; STROHNER 1996; COUTO 2007, 2009) e ecologia das línguas (HAUGEN 1972; CALVET 1999; COUTO 2009). A ecolinguística também apresenta diferentes modelos teóricos, como: o modelo gravitacional (CALVET 1999), o modelo evolucionário (MUFWENE 2001, 2008), a gramática pragmo-ecológica (MAKKAI 1993), entre outros [...] (ALBUQUERQUE, 2015 p. 72).

Neste trabalho será adotada a abordagem proposta por Couto (2015), fundamentada na linguística ecossistêmica, cujos princípios serão apresentados na seção 1.1.1

Ademais, a ecolinguística é uma área de estudo que não se limita a uma simples aplicação de conceitos da ecologia ao campo da linguagem, nem utiliza esses conceitos de forma criativa (metafórica) em outro contexto com funções distintas. Na verdade, a ecolinguística se concentra na análise dos ecossistemas e da dinâmica entre a linguagem e o meio ambiente. Essa abordagem é particularmente relevante na linguagem ecossistêmica, já que a linguagem é uma forma de ação que envolve energia.

De acordo com Couto (2013) o ecolinguista “deve mudar seu modo de encarar o mundo e a linguagem”:

Em vez de olhar para seu objeto apenas por janelas (como a da sociolinguística, a da psicolinguística, a da análise do discurso, a da teoria sintática ou fonológica etc.), procura postar-se na cumeeira da casa, de onde terá uma visão global, holística de seu objeto, não o pequeno domínio visto da janela (COUTO, 2013, p. 290).

Diferente de outras teorias “a ecolinguística é trans-, inter- e multidisciplinar” e pode ser estudada no contexto de visão holística da linguagem. Dessa forma:

Se em determinado momento precisar de dados minuciosos como a palatalidade consonantal ou algo semelhante, ele pode contratar os serviços de um fonólogo (ou ele mesmo executa o serviço, se tiver o conhecimento específico necessário). De mãos do resultado, retorna à cumeeira da casa a fim de avaliar os dados obtidos no contexto maior em que se encontra. Se ele se colocar no alto de uma montanha, como faz o linguista ecossistêmico, terá uma visão mais abrangente ainda (COUTO, 2013, p. 290-291).

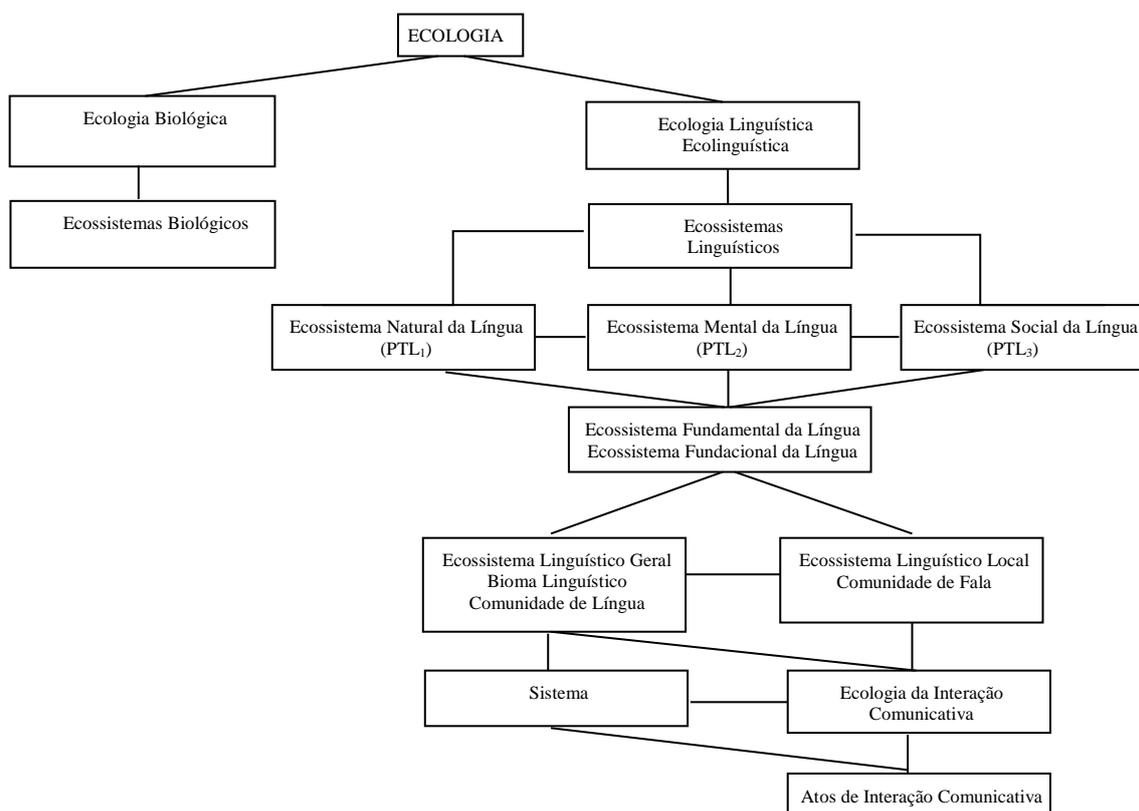
Sendo a ecolinguística uma área de estudo multidisciplinar, ela se beneficia da contribuição de diversas disciplinas especializadas com suas metodologias específicas. Por isso, quando se trata de abordar a metodologia em ecolinguística, é necessário adotar uma perspectiva multimetodológica que leve em conta as diferentes abordagens utilizadas pelas

disciplinas envolvidas. Nesse sentido, a avaliação dos resultados obtidos a partir das diferentes abordagens disciplinares é fundamental para garantir a qualidade e acompanhar a pesquisa em ecolinguística. Para isso, são utilizados critérios e conceitos ecológicos que permitem integrar as diferentes perspectivas e garantir uma análise mais ampla e precisa dos fenômenos linguísticos em relação aos ecossistemas em que se inserem.

Seguindo a perspectiva de Couto (2013, p. 292), “a língua é uma teia de interações, logo é um ecossistema e parte de outros ecossistemas. Esse ecossistema contém ecossistemas em seu interior”.

Observa-se na figura 1 como a ecolinguística encara os fenômenos linguísticos em sua totalidade e apresenta a ecologia linguística como uma das formas de se fazer ecologia. Nesse sentido, essa abordagem de pesquisa se dedica ao estudo dos ecossistemas linguísticos, que englobam os aspectos natural, mental e social. De acordo com a proposta de Leonardo Boff, esses três tipos de ecossistemas convergem para um ecossistema ‘integral’ (Boff, 2012), que é explorado pela linguística ecossistêmica a partir do que Couto (2013) denomina ecossistema fundamental da língua (EFL), também conhecido como ecossistema fundacional da língua. Observemos a figura abaixo:

Figura 1 - Ecologia e o Ecossistema Fundamental da Língua (EFL)



Fonte (COUTO, 2013, p. 293)

Consoante Couto (2013, p. 294) o ecossistema fundamental da língua pode ser exatamente a partir das perspectivas da comunidade de língua e da comunidade de fala. A primeira perspectiva, conhecida como ecossistema linguístico geral e bioma linguístico, corresponde ao domínio do sistema linguístico em um determinado espaço geográfico. Esse ecossistema é composto por elementos como as variações linguísticas, as normas e as convenções sociais que regem o uso da língua, além dos contextos históricos e culturais que moldam a sua evolução ao longo do tempo.

Couto (2013, p. 294), ainda explica que a segunda perspectiva do ecossistema fundamental da língua, a comunidade de fala é conhecida como ecossistema linguístico local. Essa perspectiva é responsável por abranger o nicho onde ocorrem os atos concretos de interação comunicativa, que são produzidos dentro de um contexto específico e que envolve tanto as regras interacionais quanto as regras sistêmicas. Nesse sentido, a linguagem não é apenas uma realização do sistema linguístico, mas sim um elemento ativo que faz parte dos atos de interação comunicativa, como defendido por Coseriu. É importante destacar que as regras interacionais referem-se às normas sociais e culturais que orientam o uso da língua em situações de comunicação, enquanto as regras sistêmicas são as normas gramaticais e emocionais que regem a construção das frases e das expressões linguísticas. A compreensão dessas duas perspectivas do ecossistema fundamental da língua é essencial para a análise da relação entre língua, interação comunicativa e contexto social, permitindo uma compreensão mais abrangente dos processos de comunicação e da dinâmica das línguas em seus diferentes contextos.

1.1.1 Linguística Ecolinguística

No Brasil, a ecolinguística é representada pela linguística ecossistêmica (LE), cujo principal expoente é o professor Hildo Couto⁵. De acordo com Couto (2015, p. 47) o nome dessa abordagem se deve à sua base epistemológica que parte do conceito central da ecologia: o ecossistema. O pesquisador destaca que a linguística ecossistêmica é uma área

⁵ Hildo Honório Couto, doutor em Linguística pela Universitaet zu Koln (1978), Alemanha. Professor Emérito e pesquisador da Universidade de Brasília. <http://lattes.cnpq.br/7016153207130008>

que se preocupa em compreender a relação entre a linguagem e o ecossistema de forma mais profunda. Nesse sentido, Couto faz as seguintes afirmações:

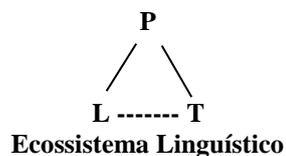
A LE vê seu objeto holisticamente. Ela parte da visão ecológica de mundo, a partir da qual se pode estudar todo e qualquer fenômeno da linguagem, tanto na exterioridade (exoecologia linguística) quanto na interioridade (endoecologia linguística) (COUTO, 2015, p. 47).

[...] O ecossistema é constituído pelas inter-relações, ou interações, entre os organismos de uma determinada área e seu *habitat*, meio, meio ambiente, biótopo, entorno ou território, dependendo do ponto de vista e até das preferências do investigador. Essas interações podem se dar tanto entre os organismos vivos e seu meio quanto entre quaisquer dois organismos (COUTO, 2015, p. 49).

Couto (2015) esclarece que, dentro de um ecossistema, o que importa são as interações entre seus elementos e não os organismos em si, nem seu ambiente. Essa perspectiva é aplicada à língua, onde o foco não deve ser apenas o léxico ou a gramática. De fato, tanto a ecolinguística quanto a linguística ecossistêmica não veem o léxico e a gramática como ponto central de seus interesses. A linguística ecossistêmica, inclusive, recebe esse nome por ser uma abordagem que considera tudo o que emerge do ecossistema e tudo o que nele imerge. Portanto, a linguagem é vista como parte desse sistema e não como algo isolado.

Para melhor entendimento sobre a composição do ecossistema linguístico mostraremos a representação na figura 2.

Figura 2 - (P-T-L)



Fonte: (Couto, 2015, p. 54)

Mediante da figura 2, é possível observar que o ecossistema linguístico é formado por uma população ou povo (P), que habita em determinado território (T) e se comunica verbalmente por meio de sua própria língua (L). Vale destacar que a linha gerada entre L e T foi inserida para enfatizar que não há uma relação direta entre a língua e o mundo, representada aqui por T. Essa relação é sempre mediada por P.

Seguindo a teoria de Couto (2015), o ecossistema linguístico equivale ao que em linguagem comum é conhecida como comunidade, entretanto:

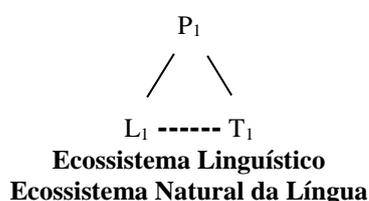
[...] não há apenas um ecossistema linguístico, mas, quatro, no mínimo, dependendo da perspectiva a partir da qual olhemos para os fenômenos da linguagem. São eles: 1) ecossistema natural da língua, 2) ecossistema mental da língua e 3) ecossistema social da língua. Os três convergem ou se fundem no 4) ecossistema integral da língua. Em cada um deles a língua deve ser relacionada ao respectivo meio ambiente, no caso, o 1º meio ambiente natural, 2º mental e 3º social da língua. Por fim, temos o 4º meio ambiente integral da língua. Como se pôde ver, quando falamos em meio ambiente estamos nos referindo a pelo menos quatro coisas (COUTO, 2015, p. 56).

Segundo Couto (2015), o relacionamento da língua com o meio ambiente vai depender da pergunta que o investigador fizer e encontrará as seguintes respostas:

Se ele perguntar se a língua é uma realidade genérica, específica do ser humano, a resposta é sim. Após essa pergunta fundamental, ele pode ainda querer saber se ela é algo natural, mental ou social. Se indagar se ela é um fenômeno natural, a resposta será afirmativa, uma vez que ela se manifesta concretamente como ondas sonoras, é usada por seres de natureza física (biológica), para se relacionarem entre si e com o mundo natural etc. Se perguntar se ela é um fenômeno mental, como faz Chomsky, obterá uma resposta também afirmativa. Por fim, se quiser saber se ela é social, ficará sabendo que ela o é. Vale dizer, ecolinguisticamente a língua é tudo isso ao mesmo tempo (COUTO, 2015, p. 56-57).

Conforme destacado pelo filósofo da ecologia profunda Drengson (2010, p. 15, *in* Couto, 2015), "o mundo natural é o solo inevitável de todas as línguas". Isso é evidenciado pelo fato de que o ecossistema natural da língua é formado por um povo (P) que habita um determinado lugar ou território (T) e se comunica por meio de sua própria língua (L), como ilustrado na figura 3. A distinção entre esse ecossistema e os demais ecossistemas linguísticos residem no fato de que, nele, P e T são considerados como entidades físicas e naturais, enquanto L é vista como a relação concreta que ocorre entre eles. Couto (2015) coloca índice em cada um dos constituintes e temos:

Figura 3 - (P1 – T1 – L1)

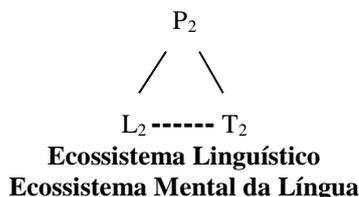


Fonte: (Couto, 2015, p. 58)

Utilizando os dados desta pesquisa no exemplo de Couto (2015) temos P_1 para o povo concreto em questão, os remanescentes quilombolas de São José do Baixio, L_1 para a língua falada desse povo (português brasileiro) e T_1 para o território que esse povo ocupa (Comunidade Remanescente Quilombola de São José do Baixio). No interior desse ecossistema, temos o **meio ambiente natural da língua**, constituído por P_1 e T_1 , como povo e território específico e concreto. Por fim, segundo Couto (2015), tudo que pertence à língua como fenômeno natural é estudado aqui.

Quanto ao **ambiente mental da língua**, ele envolve a interação entre P_2 e T_2 , onde ocorrem processos como aquisição, armazenamento e processamento da língua. A relação entre a língua como fenômeno mental (L_2) e os cérebros dos indivíduos ocorre por meio de conexões neurais, não de forma direta. Essa relação se realiza com as interações que ocorrem no cérebro.

Figura 4 - ($P_2 - T_2 - L_2$)



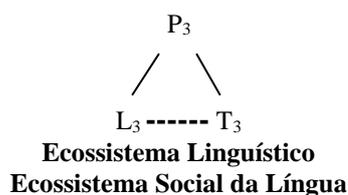
Fonte: (Couto, 2015, p. 58)

A comunicação humana se diferenciou dos demais animais devido à complexificação do cérebro. Com o evoluído da mente, os seres humanos puderam armazenar informações e ter memória de eventos passados, permitindo-lhes lidar de maneira mais versátil com o presente e fazer previsão para o futuro. Essa capacidade de memória levou ao desenvolvimento de sociedades e culturas complexas, que são características da humanidade atualmente (COUTO, 2015, p. 59).

O estudo da língua como fenômeno social é de fundamental importância para a compreensão de como a língua se insere na vida em sociedade. Enquanto o ecossistema mental da língua trata da relação da língua com o cérebro dos indivíduos, o **meio ambiente social da língua** é formado pela **sociedade** (T_3) e pela **coletividade** (P_3). A língua é vista como parte integrante da população como um todo e a sociedade é o lugar

onde há interações e coexistem socialmente. A linha segmentada mostra que a língua se relaciona com o conjunto de indivíduos sociais por meio da sociedade.

Figura 5 - (P3 – T3 – L3)



Fonte: (Couto, 2015, p. 60)

Os ecolinguistas que seguem essa abordagem não apenas promovem a proteção do meio ambiente ecológico, mas seguramente reconhecem a importância da diversidade linguística, conhecida como linguodiversidade, juntamente com a biodiversidade. Isso inclui a preservação e preservação de línguas minoritárias, dialetos e outras variedades linguísticas. Em resumo, esses ecolinguistas defendem a diversidade em todas as suas formas, incluindo a diversidade linguística.

A partir das contribuições de Haugen (1972), é possível observar que o campo da linguística tem tradicionalmente diferenças relacionadas como o bi/multilinguismo, a variação linguística e o contato entre línguas. Em países com diversas línguas em seu território, é comum a imposição de uma língua estatal ou oficial. Esse é um dos examinados no planejamento linguístico, área na qual Haugen realizou diversos estudos. A análise dessas questões permite compreender a complexidade da relação entre língua e sociedade e como as escolhas políticas e sociais experimentaram a diversidade linguística e cultural de um país ou região.

Consoante Couto (2015, p. 61), o **ecossistema integral da língua** é a convergência dos três ecossistemas linguísticos: natural, mental e social, que equivale à "ecologia integral" de Leonardo Boff, conforme observado na página 30. Essa concepção corresponde à compreensão geral que o leigo tem sobre a língua, que suportou a existência de um povo (P) que a formou e usa, assim como de um lugar ou território (T) onde esse povo reside. Esse ecossistema linguístico é fundamental para a compreensão da língua como fenômeno social e cultural, sendo conhecido como **ecossistema fundamental da língua**.

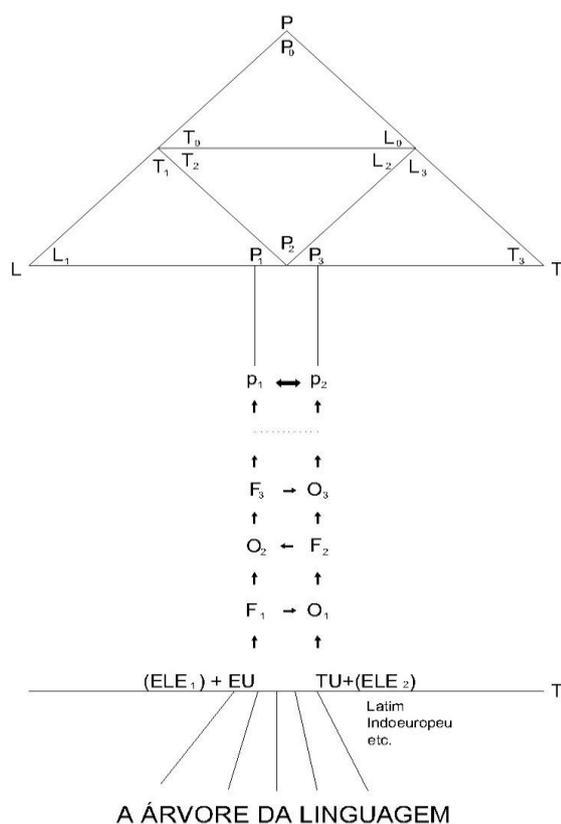
Figura 6 - Ecossistema Integral da Língua



Dentro desse ecossistema, o "meio ambiente integral da língua" é composto pelo povo (P) e pelo território (T), entendidos de maneira genérica. Ou seja, P não se refere a um conjunto de indivíduos específicos e T não é um território concreto, ambos são conceitos abstratos que constituem o "mundo" em que a língua é falada e utilizada. Esse ecossistema integral da língua é conhecido como **comunidade**, que pode ser visto a partir da perspectiva da comunidade de fala e da comunidade de língua.

Diante dos quatro ecossistemas linguísticos (natural, mental social → integral), Couto (2015) propôs a **árvore da linguagem**:

Figura 7 - Árvore da linguagem



Fonte: (Couto, 2015, p. 69)

Após apresentar como a ecologia da interação comunicativa imerge nos quatro ecossistemas linguísticos e considerar a língua como um fenômeno interativo, Couto (2015) juntou esses elementos em um esquema integrado formando a árvore da linguagem (figura 7) e explicou:

Tudo começa no espaço físico, a terra ou terreno (T) em que duas pessoas da comunidade (EU e TU) se engajam em um diálogo ou fluxo interlocucional. Em um primeiro momento, [...] EU é falante (F₁) e TU ouvinte (O₁). No turno seguinte, as posições se invertem, com o que temos F₂ e O₂. No terceiro, nova inversão, dando F₃ e O₃, e assim sucessivamente [...]. O EU inicial é um indivíduo da comunidade, indicado por p₁; TU, outro, representado por p₂. Tudo desemboca no encontro dos três ecossistemas linguísticos (natural, mental, social) [...]. O triângulo inferior esquerdo representa o ecossistema natural da língua (L₁P₁T₁). O da direita é o social (L₃P₃T₃). Entre os dois, ligando-os, encontra-se o mental (L₂P₂T₂). Dominando-os e abarcando-os temos, no topo, o ecossistema integral da língua (L₀P₀T₀). [...] No fundo da figura, temos o lugar em que a interação se dá, que pode ser entendido como o chão, a terra, o terreno ou o território (T) em que se encontram. É o *locus* da interação comunicativa. [...] Abaixo de tudo, temos as raízes da linguagem enterradas no chão. [...] são a origem da linguagem (COUTO, 2015, p. 69-70).

Com essa proposta Couto (2015) mostra que tudo na linguagem nasce da interação comunicativa.

1.1.1.1 A diversidade e a variabilidade

A compreensão da multidialetalidade e plurilinguismo do Brasil, como destacado por Couto (1974; 2011) e Bortoni-Ricardo (2005), evidencia a natureza complexa da língua em um contexto geográfico diversificado, incluindo as línguas indígenas presentes em todo o Território Nacional (RODRIGUES, 1975). Essa perspectiva reforça a visão ecológica da língua como um sistema aberto, no qual as múltiplas formas de falar em um amplo espaço geográfico influenciam e são influenciadas umas pelas outras.

A noção fundamental de diversidade desempenha um papel central na Ecolinguística, como argumentado por Couto (2011). Da mesma forma que a diversidade é essencial na formação de diversos ecossistemas naturais, as diferentes línguas em suas várias manifestações contribuem para a criação de ecossistemas linguísticos únicos.

Analogamente, na natureza, a variedade de formas de vida constitui os ecossistemas biológicos, resultando na biodiversidade, um fator elementar para a sustentabilidade do planeta. Esse princípio de diversidade pode ser aplicado à compreensão das interações complexas e sistêmicas entre organismos vivos e seu ambiente, incluindo elementos naturais e não orgânicos. Esse contexto de interdependência é um dos principais objetos de estudo da Ecologia e da Ecolinguística, destacando a importância de reconhecer a diversidade como um elemento fundamental em ambas as áreas de pesquisa.

Consoante Couto (2007), a ecologia transcende o conceito clássico de ecossistema, que é constituído por P-I-T, isto é, pela população (P) de organismos vivos e suas inter-relações (I) em um determinado ambiente ou território (T), ao abranger outros conceitos fundamentais, inserindo a linguagem. Nesse contexto, a ecologia reconhece que a vitalidade de um ecossistema está intrinsecamente ligada à diversidade de organismos que o compõem.

Couto (op. cit.) ressalta que o conceito de diversidade linguística (linguodiversidade) surgiu logo após a consolidação do conceito de diversidade biológica (biodiversidade), como evidenciado em Bastardas i Boada (1996). Anos depois Maffi (2001), faz uma análise aprofundada explicando as relações pormenorizadas e inextricáveis entre as duas diversidades: biológica e linguística.

Explica Couto (2011) que a variedade linguística representa uma riqueza cultural, já que diferentes línguas refletem grande diversidade na maneira de compreender e interagir com o mundo. Essa interação resulta em diversidade cultural, enriquecendo as formas e manifestações das diversas culturas.

Nesse contexto, direcionamos nossa atenção para a diversidade linguística manifestada nos variados usos da língua nas práticas sociais. Ao relacionarmos a diversidade linguística ao ecossistema linguístico, adquirimos uma compreensão sensível das mudanças que ocorrem na língua. Portanto, nas mais variadas situações de contato dialetal, há fatores linguísticos e extralinguísticos que desempenham um papel influenciador da manutenção, da existência ou do desaparecimento de diferentes dialetos.

Weinreich (1953) elaborou a premissa fundamental de que as ocorrências do fenômeno da interferência são influenciadas tanto por fatores estruturais quanto por fatores socioculturais. Sua abordagem reconheceu que os aspectos extralinguísticos

exercem uma influência significativa sobre as estruturas linguísticas. Isso permitiu aos pesquisadores identificar que as interferências linguísticas não são aleatórias, mas sim sistêmicas e previsíveis em sua natureza. Para Weinreich, a natureza e a extensão da interferência de uma língua sobre a outra podem ser elucidadas por meio da análise dos dados da fala de indivíduos bilíngues.

A contribuição de Weinreich para o campo da linguística e do estudo do contato de línguas é imensa. Sua pesquisa pioneira estabeleceu uma base sólida para a compreensão dos complexos processos envolvidos na interação de diferentes línguas e culturas. Além disso, sua ênfase na análise sistemática e na consideração dos fatores socioculturais demonstrou ser fundamental para o desenvolvimento de uma compreensão mais profunda dos fenômenos linguísticos em contextos multilíngues.

Os estudos pioneiros de Thomason e Kaufman (1988), acrescentados posteriormente por Thomason (2001; 1997), revolucionaram a abordagem do fenômeno do contato de línguas ao adotarem uma perspectiva baseada na gramática comparada e na Linguística Histórica, conhecida como Linguística Genética. Esses estudiosos argumentaram que o contato entre línguas não se limita ao nível lexical, mas abrange todos os aspectos da gramática de uma língua. Esta visão ampla desafia a abordagem anterior, que considerava a gramática como um sistema fechado e abstrato, distante das influências externas.

Thomason e Kaufman propuseram que as interferências linguísticas resultantes do contato de línguas são moldadas tanto por fatores externos, como contextos sócio-históricos, quanto por fatores internos, estruturais. Enquanto os estudos formais da gramática tradicionalmente se concentravam na investigação de sistemas linguísticos isolados, esta nova perspectiva reconheceu a dinâmica complexa das línguas em contato.

Na abordagem que diferencia claramente os aspectos internos e externos do sistema linguístico, Haugen (1972) sustenta que a língua pode ser compreendida em duas dimensões distintas: a dimensão estrutural, que se concentra na análise da sua forma intrínseca, e a dimensão funcional, que explora seus usos na comunicação. Nesse contexto, a dimensão estrutural percebe a língua como um fenômeno de natureza cognitiva, enquanto a dimensão funcional a encara como uma manifestação social. É nessa dimensão funcional que os sociolinguistas direcionam seu foco de pesquisa,

buscando compreender a complexa interação entre a língua e a sociedade em que ela se insere.

Assim como nas espécies biológicas, a variedade é um atributo inerente à língua. A língua, como um sistema dinâmico, passa por evolução, manifesta diversidade e se adapta a contextos específicos, resultando na comparação entre a diversidade e variabilidade observadas nas espécies de seres vivos.

Os conceitos fundamentais relativos à diversidade e variabilidade na expressão linguística, bem como os fatores ambientais, abrangendo tanto aspectos sociais quanto linguísticos, desempenham um papel de extrema relevância nas categorias analíticas desta tese. Isso ocorre porque os padrões de comportamento linguístico encontram sua identificação em comunidades de fala, os quais emergem como resultado da interação complexa de uma série de fenômenos que exercem influência direta ou indireta sobre a atividade linguística concreta. Estes fenômenos podem ser classificados em duas categorias distintas:

a) As características sociais dos falantes, que incluem elementos como idade, sexo, gênero, nível de escolaridade, classe social à qual pertencem, entre outros, representam os fatores sociais ou extralinguísticos;

b) Outros fatores estão relacionados ao contexto da estrutura linguística, uma vez que influenciam a manifestação de uma variante específica. Estes são conhecidos como fatores linguísticos.

Sob uma perspectiva ecológica, é importante compreender que esses fenômenos não se realizam de forma isolada, como um acordo das interferências dos diversos fatores que operam simultaneamente. As variedades linguísticas resultantes desse processo são socialmente justificadas e não devem ser consideradas como inferiores à variedade que segue as regras da gramática normativa. É importante destacar que a visão comum muitas vezes pressupõe que apenas a norma padrão representa a língua portuguesa legítima, definida pelas prescrições do que é correto e incorreto. No entanto, uma abordagem que adote uma postura prescritiva não estaria engajada na produção científica, mas sim na formulação de um manual de normas, restringindo a compreensão das variações da língua vernácula falada pelo povo brasileiro.

O estudo da variação linguística e da diversidade ecolinguística constituem áreas de investigação centrais na Sociolinguística e na Ecolinguística, respectivamente.

Essas duas disciplinas se entrelaçam de maneira complexa, onde a diversidade pode ser comparada à categoria de gênero e a variação à de espécie, indicando que a variabilidade é uma das manifestações da diversidade linguística. Nessa perspectiva, é importante destacar que esses dois tópicos desempenham um papel significativo no contexto deste trabalho, uma vez que a análise da oralidade dos moradores das comunidades revela uma ecologia linguística fundamental para a compreensão de nossa pesquisa.

Quando se analisa qualquer comunidade linguística, é evidente que a diversidade e a variação são elementos intrínsecos. Nesse sentido, cada comunidade se distingue pelo uso de diversos padrões linguísticos em sua fala.

De acordo com Alkmim (2005), a Sociolinguística utiliza o termo "variedades linguísticas" para descrever as diferentes formas de expressão verbal. O conjunto dessas variedades linguísticas empregado por uma comunidade é denominado de "repertório verbal". A autora ilustra essa concepção com o exemplo de Salvador, onde se observa a coexistência de diversas variedades linguísticas no repertório da cidade. Isso ocorre devido a uma série de fatores, como a origem regional, classe social, ocupação, nível de escolaridade e contexto de comunicação, que influenciam a forma como os habitantes da cidade se expressam linguisticamente.

Ao fazer um estudo comparativo das frequências de emprego da variação entre /s/ e [∅] Camacho (2005) declara ter aprendido uma lição importante:

a de que a variação não é o resultado do uso arbitrário e irregular dos falantes. Ao contrário: se, por um lado, encontra sua motivação em circunstâncias linguísticas determinadas, é, por outro, o resultado sistemático e regular de restrições impostas pelo próprio sistema linguístico em uso. (CAMACHO, 2005, p. 54)

Nessa conjuntura, o autor argumenta que a diversidade é uma propriedade funcional inerente aos sistemas linguísticos, e a Sociolinguística desempenha o papel fundamental de dá enfoque à diversidade como objeto de estudo, em suas determinações tanto linguísticas quanto neolinguísticas.

No tocante às variações e à presença de estruturas heterogêneas nas comunidades de fala, Labov (1972) sustenta que esses dois elementos não apenas são recorrentes, mas decorrem naturalmente de fatores linguísticos básicos. O autor alega

que a ausência de alternância de registro e de sistemas de comunicação multi-estratificados seria disfuncional para a língua.

Segundo Camacho (2005), a linguagem constitui a manifestação mais característica de um comportamento social, o que torna impossível dissociá-la de suas funções sócio-interacionais. Além disso, como aponta Alkmim, qualquer língua falada por qualquer comunidade sempre apresenta variações, o que significa que nenhuma língua se configura como uma entidade homogênea. Em outras palavras, qualquer língua é representada por um conjunto de variedades. (ALKMIN, 2005, p. 33)

Mollica, por sua vez, ressalta que o termo "variável" pode denotar tanto um fenômeno sujeito a variações quanto um grupo de fatores que influenciam essa variação. No que tange a esses fatores, Bortoni-Ricardo ([2005], 2008) destaca as condições extralinguísticas que veremos na seção (2.7).

1.2 Nós e a gente sob a luz da sociolinguística

No âmbito da Sociolinguística, os estudos têm se empenhado em destacar que a mudança linguística originada da gramaticalização do termo "a gente", que pronominaliza o Sintagma Nominal "a gente", exerceu impacto sobre o sistema pronominal do Português Brasileiro (PB), afetando suas características mais abstratas. Tal fenômeno desencadeou um debate sobre a possível disputa entre as formas "nós" e "a gente", ambos postulando ocupar a posição de primeira pessoa do plural. Nesse contexto, a pesquisa se aprofunda na investigação das implicações dessa mudança, explorando suas raízes e desdobramentos, contribuindo cada vez mais para nossa compreensão da língua.

A análise dos pronomes "nós" e "a gente" surge como um campo farto de investigação. Estas duas formas pronominais, aparentemente sinônimas, suscitam profundas reflexões sobre as complexidades socioculturais e pragmáticas que destacam a escolha linguística dos falantes. A interseção entre esses pronomes sobrepuja o mero aspecto gramatical, abrindo um território de estudo que se estende desde a gramática até as camadas mais profundas da identidade e interação social.

Por meio das observações sociolinguísticas, a pesquisa sobre "nós" e "a gente" se desenvolve como uma exploração interdisciplinar, uma vez que envolve uma interação dinâmica entre linguagem e sociedade. As abordagens variacionistas

esclarecem sobre os fatores que influenciam a preferência pelo uso de um ou outro pronome, como a idade, o nível educacional, o contexto de fala e a identificação social. A investigação ainda destaca a interdependência entre aspectos linguísticos e contextos culturais mais amplos.

Entre as várias pesquisas realizadas, destaca-se o trabalho pioneiro de Omena (1986), que analisou a variação entre os pronomes "nós" e "a gente", com enfoque na função sintática. A pesquisa envolveu 64 entrevistas gravadas no início da década de 1980, divididas em 48 amostras do Projeto Censo e 16 amostras do Projeto Estruturas. Este último reuniu dados de fala de crianças entre 7 e 14 anos, de 15 a 25 anos, de 26 a 49 anos e de 50 a 71 anos.

Omena (1986) observou, ainda, as formas pronominais com sujeitos explícitos e em várias funções sintáticas de objeto direto, indireto, adjunto adverbial, adjunto adnominal, complemento nominal e predicativo do sujeito. Constatou um uso predominante do pronome "a gente" como adjunto adverbial (84%), como sujeito (73%) e como complemento (72%). No entanto, o uso como adjunto adnominal foi menos frequente. No âmbito semântico-pragmático, avaliou a importância do grau de indeterminação e do número de referente. O estudo indicou que a probabilidade de escolha da forma "a gente" é mais alta quando o antecedente for "a gente", com pesos relativos de 0,81 para adultos e 0,78 para crianças. Entretanto, esse índice diminuiu para 0,65 em ambos os grupos quando o referente é diferente.

No escopo da discussão sobre saliência fônica, Omena (1996) enfatiza que as formas verbais de menor proeminência consonantal suscitam uma maior propensão ao emprego de "a gente". Nesse sentido, as formas verbais de P3 (3ª pessoa) e P4 (4ª pessoa) apresentam uma notável proximidade no tocante ao infinitivo.

A pesquisadora, em 1986, demonstrou que a forma de uso "a gente" está relacionada a uma abordagem mais ampla e indeterminada, com peso relativo de 0,70. Além disso, observou que a probabilidade do uso de "a gente", quando envolve referente determinado e grupo menor, se situa no ponto de neutralidade de 0,50, evidenciando um avanço no emprego desse uso diante de contextos onde a referência é específica. Os estudos de Omena (1986) constataram que "muito nitidamente a idade influencia a alternância nós/a gente". As faixas etárias relacionadas a crianças (7-14 anos) e jovens (15-25 anos) revelam um peso relativo maior para o emprego de "a gente", sinalizando um aumento no uso dessa forma específica.

Uma pesquisa realizada por Lopes (1993, p. 129) analisou a alternância entre os pronomes "nós" e "a gente" no português culto em três regiões do Brasil (Rio de Janeiro, Porto Alegre e Salvador). Evidenciou-se que, em uma sequência discursiva, a forma "a gente" ocorre quando precedida por outra forma "a gente" ou um verbo na 3ª pessoa do singular sem sujeito explícito, similarmente ao que acontece com a forma "nós". Além disso, constatou-se que o uso de "nós" se destina a referir-se ao próprio falante e seu interlocutor, enquanto "a gente" é mais favorecido em referências mais amplas.

A presença de tempos verbais não-marcados e o tempo presente aumenta a preferência por "a gente", enquanto o futuro, o pretérito perfeito e os tempos do subjuntivo inclinam para o emprego do pronome "nós". A pesquisa revela que os falantes idosos empregam a forma "nós", enquanto os mais jovens tendem a usar mais "a gente". Além disso, as mulheres demonstram maior especificação pela variante "a gente" em comparação aos homens. Verificou-se ainda, que a cidade do Rio de Janeiro registrou o maior número de ocorrências da forma "a gente", enquanto nas outras cidades prevalece a preferência pelo pronome "nós".

No estudo conduzido por Mendes (2007), o foco recai sobre a análise da alternância entre os pronomes "nós" e "a gente" em Santo Antônio de Jesus, considerando uma parcela do português popular contida no corpus do Projeto Vertentes. Essa iniciativa, ligada ao Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal da Bahia - UFBA, foi delineada em três etapas, cada uma atrelada a uma variedade do português popular. A primeira etapa investigou comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, com o objetivo de identificar os efeitos históricos do contato entre o português e as línguas africanas na formação dessas comunidades. A segunda voltou-se ao português popular do interior, com o intuito de avaliar os processos de difusão linguística. Na terceira etapa o foco foi para o português popular da cidade de Salvador.

A análise constituiu um total de 1.970 ocorrências de pronomes referentes à primeira pessoa do discurso, revelando que o emprego do pronome "a gente" superou o uso de "nós" na comunidade estudada, alcançando 93% do total de ocorrências.

Mendes (2007) propôs variações explicativas como (i) realização e posição do pronome sujeito; (ii) nível de referencialidade do pronome sujeito; (iii) tipo de oração; (iv) paralelismo discursivo; (v) saliência fônica; (vi) tipo de texto; e (vii) tipo de discurso. Entretanto, o programa VARBRUL selecionou como fatores linguísticos mais

relevantes (i) realização e posição do pronome sujeito; (ii) nível de referencialidade; (iii) paralelismo discursivo; (iv) tipo de texto; e (v) tipo de discurso.

No que concerne sobre a variável "realização e posição do pronome da primeira pessoa do plural", constatou-se que a preferência pela forma "a gente" está ligada à realização fônica do pronome na sentença anterior ao verbo, enquanto ocorre um desfavorecimento quando o sujeito é omitido. Portanto, a forma "nós" é favorecida quando o sujeito é nulo. Além disso, o estudo evidenciou uma maior probabilidade de ocorrência da forma "a gente" quando anteposta ao verbo, assim como o apagamento do pronome "nós". A pesquisadora em questão abordou o nível de referência que o pronome de primeira pessoa do plural pode adotar no discurso.

Quanto à variável "paralelismo discursivo", tanto o pronome "nós" quanto à forma "a gente" evidenciaram predominância sempre que na oração precedente havia uma forma correlacionada. Mendes (2007, p. 129) sustenta que "a gente" prevalece quando antecedido pela mesma forma, ou quando, na oração anterior, o sujeito não está realizado e o verbo não possui o morfema *-mos*. Em contrapartida, o pronome "nós" assume predomínio na referência ou se antecedido por esta forma ou pela forma verbal marcada na oração precedente.

No que tange à variável "tipo de texto", os resultados indicam a predominância da forma "a gente" em textos descritivos e do pronome "nós" em narrativas, com textos argumentativos apresentando um contexto de neutralidade. No contexto da variável "tipo de discurso", o pronome "a gente" sobressai nos discursos do próprio indivíduo, enquanto o pronome "nós" prevaleceu no discurso monitorado.

No âmbito do "encaixamento social", destaca-se a preferência pelo uso de "a gente" entre falantes de quarenta a sessenta anos de idade, em contraste com a ausência de predominância do uso de "a gente" entre os mais jovens, contrariando estudos anteriores no âmbito do português brasileiro. Referente à variável "estada fora da comunidade", os dados revelaram que os falantes que viveram fora da comunidade tendem a optar pela forma "a gente", em comparação com aqueles que sempre ficaram nela.

Oliveira (2008) pesquisou a alternância entre "nós" e "a gente" na língua falada em Caimbongo, uma comunidade afro-brasileira. Seus resultados confirmaram a influência de fatores linguísticos e sociais na variação entre esses pronomes. A pesquisadora aponta um favorecimento pelo uso de "a gente", particularmente com o verbo no singular, possivelmente incentivado pela natureza rural da comunidade. A

pesquisadora observou um aumento na preferência por “a gente” entre os jovens, atribuindo esse específico a fatores sociais como migração, viagens e exposição à mídia.

Oliveira (2008) observou que sete, dos dez grupos de fatores avaliados, têm impacto significativo nas escolhas entre “nós” e “a gente”. Embora a repetição da forma selecionada seja alta dentro de uma sequência, em contextos isolados no discurso, há probabilidade maior de usar o pronome "nós". Usos mais indeterminados tendem a favorecer "a gente", enquanto contextos mais específicos e com indeterminação parcial, juntamente com referência explícita no discurso, aumentam a frequência do uso de "nós". Além do mais, os falantes escolarizados preferem "a gente", em comparação com os não escolarizados que tendem a optar por "nós".

Quanto ao fator idade, na faixa etária 1 (25 a 35 anos), “a gente” se aproxima de substituir “nós”. Nas faixas etárias 2 (36 a 55 anos) e 3 (56 anos em diante), a tendência é mais forte para o uso de "nós". Curiosamente, informantes da faixa etária 2 escolhem o uso de "nós", contrariando a expectativa em relação aos mais velhos. Em relação ao gênero, as mulheres empregam “a gente” com maior frequência do que os homens.

Lucchesi (2009, p. 457) contribuiu um estudo pelo Projeto Vertentes, analisando 24 entrevistas em quatro comunidades afro-brasileiras rurais na Bahia entre 1992 e 2002. A pesquisa focou em informantes com baixa escolarização, segmentados por sexo e faixa etária.

O estudo compara três variáveis linguísticas relevantes: nível de referencialidade, paralelismo discursivo e tipo de texto. Em termos de contexto social, a análise incluiu faixa etária, sexo, escolarização, permanência dentro e fora da comunidade.

No âmbito linguístico, os resultados se assemelham aos estudos variacionistas prévios. Quanto à referencialidade, Lucchesi (2009) confirma que a variante “a gente” prevalece em contextos de referência genérica, especialmente em textos argumentativos e descritivos quando o sujeito é genérico ou não especificado. Nos textos narrativos, a preferência pelo "nós" é maior em contextos específicos. Além do mais, é observado que jovens com algum nível de escolarização tendem a usar mais "a gente". Lucchesi (2008) identifica uma mudança linguística ascendente, onde a preferência por "a gente" substitui gradualmente "nós" nas variedades populares do PB, indicando que o contato linguístico favoreceu essa substituição.

1.3 A relevância do contato linguístico na formação de uma nova língua

A periodização tradicional do português é baseada na análise da língua escrita e reconhece três fases importantes na história da língua: o português arcaico, o português clássico e o português moderno (GALVES, 2012, p. 65). Cada período é caracterizado por diferentes fenômenos linguísticos, como mudanças na fonética, morfologia, sintaxe e psicologia. O português arcaico, que se estende do século XII ao XIV, é caracterizado pelo uso de uma escrita ainda pouco padronizada e pela presença de muitos elementos de origem latina e galego-portuguesa. O português clássico, que se estende do XVI ao XVIII, é marcado pelo desenvolvimento de uma norma literária mais consolidada, pela expansão do império português e pela influência do latim e das línguas clássicas na literatura do século. Por fim, o português moderno, que começa no século XIX. A autora Mattos e Silva (1994, 2006) traz à tona uma problematização sobre essa questão e ilustra por meio do quadro apresentado a seguir:

Quadro 1 - Quadro Mattos e Silva

| Época | Leite de Vasconcelos | Silva Neto | Pilar V. Cuesta | Lindley Cintra |
|------------------------|----------------------|-------------------|------------------------|--------------------|
| até s. IX (882) | pré-histórico | pré-histórico | pré-literário | pré-literário |
| até + 1200 (1214-1216) | proto-histórico | proto-histórico | | |
| até 1385/1420 | português arcaico | Trovadoresco | galego português | português antigo |
| até 1536/1550 | | português comum | português pré-clássico | português médio |
| até s. XVIII | português moderno | português moderno | português clássico | português clássico |
| até s. XIX/XX | | | português moderno | português moderno |

Fonte: Mattos e Silva (2006)

Ao analisar o quadro, é possível perceber que os estudiosos apresentam divergências em relação às subdivisões dos grandes períodos e às nomenclaturas adotadas. É curioso notar que, com exceção de Leite de Vasconcelos, todos os autores citados subdividem o português arcaico em duas partes distintas.

Vários estudiosos usam diferentes denominações para as fases do português arcaico, cada uma focando em aspectos distintos da língua. Na segunda parte da primeira fase, Serafim da Silva Neto, Pilar Vásques-Cuesta e Lindley Cintra usam termos divergentes para se referirem à mesma fase, sendo que o termo “português médio” é popularizado por Ivo Castro (2004). Pilar Vásques-Cuesta propõe uma ideia

inovadora de que essa fase a qual denominou de “português pré-clássico” prenuncia a próxima, em vez de encerrar um ciclo. A noção de “língua comum” é apresentada por Serafim da Silva Neto em seu livro *História da língua portuguesa*:

[...] ainda que...cristalizado em Lisboa, o português comum não representa o tipo linguístico de uma determinada região. Pelo contrário, ele é, realmente, uma média, a consequência de uma nivelção linguística provocada pelos fatos históricos (SILVA NETO, 1970, p. 380).

Para Silva Neto (1970), o português comum é resultado do contato entre diferentes dialetos, que levam a um certo nivelamento fonético e morfológico. Em outras palavras, a língua comum é o resultado da nivelção linguística causada por fatos históricos. Durante o processo de nivelamento descrito por Silva Neto, as grandes cidades, principalmente Coimbra e Lisboa em Portugal, desempenharam um papel fundamental. Isso ocorreu não porque impuseram seu próprio dialeto, mas porque proporcionaram uma grande mistura humana que é fonte do contato linguístico. Em outros termos, é a diversidade linguística resultante do contato entre as pessoas que contribui para a formação da língua comum, e as cidades são o ambiente propício para esse processo.

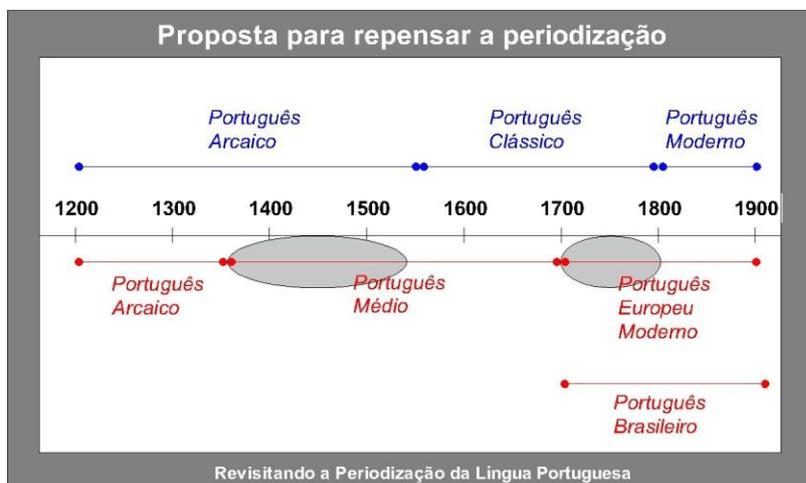
Galves (2012), propõe uma periodização alternativa, em que o séc. XVI deixa de ser a grande fronteira. A outra inovação dessa periodização é que ela é baseada na noção de gramática, que é entendida como a competência que os falantes têm em relação à sua língua. Isso significa que a delimitação dos períodos se baseia não apenas na análise de documentos históricos, mas na observação de recursos linguísticos que foram utilizados pelos falantes em cada época. É uma abordagem que leva em conta a história externa da língua e a sua evolução interna:

Desse ponto de vista, os textos não são mais o objeto final da nossa investigação, mas o meio para distinguir as gramáticas dos falantes de português que os escrevem. Procuramos localizar neles a emergência de gramáticas novas, iniciando novos períodos. E, seguindo o caminho traçado por Anthony Kroch (1994, 2001) em vários artigos, interpretamos os períodos em que se observa uma grande variação nos textos como períodos de “competição de gramáticas”. Tal competição se trava entre uma gramática inovadora e a gramática conservadora, que não deixa de ser expressa de um dia para o outro [...] (GALVES, 2012, p. 66-67).

Galves, Namiuti e Paixão de Sousa (2006) propõem uma nova periodização para a evolução da língua portuguesa, baseada na competência linguística dos falantes.

Essa abordagem contrasta com a periodização tradicional da língua e é representada graficamente:

Quadro 2 - Nova proposta de periodização (Galves, Namiuti e Paixão de Sousa, 2006)



Fonte: Galves⁶ (2010)

Segundo Galves (2012), a grande inovação dessa proposta está em fundamentar empiricamente a existência de uma fase gramatical do português que ocorreu entre a segunda metade do século XIV e o século XVIII. Essa fase inclui tanto o português médio ou pré-clássico (assim denominado por Lindley Cintra e Pilar Vásquez-Cuesta, respectivamente) quanto o português clássico. Durante o período médio, há uma grande variação entre formas antigas e inovadoras. Já durante o português clássico, que aparece nos textos no século XVI e dura até a primeira metade do século XVIII, a gramática se impôs definitivamente. Portanto, o século XVI não é considerado como o início de um novo período, mas como o fim da fase de competição entre a gramática antiga e a nova, com a vitória da gramática inovadora (GALVES, 2012, p. 68).

Galves (2012) explica que para a questão de datação há dois conjuntos de dados. O primeiro conjunto é composto de fenômenos fonéticos e morfológicos estudados por Cardeira (2005), e o segundo conjunto diz respeito a fenômenos sintáticos, retirados da tese de Cristiane Namiuti (2008). Vejamos o que explica Galves:

Cardeira (2005) estuda a evolução da língua portuguesa num *corpus* de textos de gêneros variados escritos entre 1375 e 1475 (...), ela mostra a substituição na morfologia de formas antigas por formas modernas: 1) na segunda pessoa do

⁶ https://www.tycho.iel.unicamp.br/wiki/arquivos/b/b5/GALVES_C-2010.pdf

plural (“amades” substituído por “amais” – variável B); 2) nos participípios dos verbos da 3ª conjugação (“metudo” substituído por “metido”- variável C); 3) no sufixo adjetival (“-vil” substituído por “-vel” – variável D) e, enfim, 4) na expressão do pronome possessivo (“sa” substituído por “sua” – variável E) (GALVES, 2012, p. 68).

Nesse contexto, Galves observou que as formas variáveis aparecem no início e no fim das mudanças (cf. o quadro de Mattos e Silva (1994)). Entretanto, “fica claro para todas as formas em variação que o período maior de crescimento das novas formas se dá na primeira metade do séc. XV” (GALVES, 2012, p. 69).

De acordo com o quadro apresentado por Carneira, a hipótese de que a transição de um período para outro, do ponto de vista morfológico, ocorre entre 1350 e 1450 é sustentada empiricamente. Essa transição corresponde ao período de mudança da gramática arcaica para a gramática inovadora, que será totalmente evidente na língua escrita por volta de 1550, de acordo com a perspectiva apresentada aqui. O que pode ser observado a partir do quadro apresentado por Carneira é que o período do português “médio” ou “pré-clássico” se caracteriza pela presença de variação entre as formas antigas e as formas novas da língua.

Com base em análises sintáticas em outros textos (NAMIUTI, 2008), Galves pode verificar que a sintaxe se transforma no mesmo período, ou seja, a mudança sintática acompanha no tempo a mudança morfológica, as novas formas vão aparecendo nos textos entre 1350 e 1450:

A periodização tradicional já estava expressando esse fato ao situar a subdivisão do primeiro grande período, conforme os autores, entre 1350 e 1420. Tal datação é para muitos decorrente de fatos externos à língua: fim da produção lírica trovadoresca, batalha de Aljubarrota, início das grandes navegações, mas a análise propriamente linguística, como vimos, não desmente a existência de uma forte alteração, que começa em meados do séc. XIV e vai se consolidando até atingir sua plena expressão no decorrer do séc. XVI (GALVES, 2012, p. 70-71).

Nesse sentido, Galves refaz o quadro de Mattos e Silva (2006) acrescentando duas colunas relativas à proposta de Galves *et al.* (2006).

Quadro 3 - Quadro de periodização revisitado

| Época (datação dos textos) | Serafim da Silva Neto | Pilar V. Cuesta | Lindley Cintra | Galves <i>et al.</i> revisto | Época (gerações) |
|----------------------------|-----------------------|------------------------|------------------|------------------------------|------------------|
| até 1385 (1420) | trovadoresco | galego português | português antigo | galego-português | Até c. 1350 |
| até 1536-1550 | português comum | português pré-clássico | português médio | português | 1350/1700 |

| | | | | | |
|---------------|-------------------|--------------------|--------------------|---------------------------|------|
| até XVIII | português moderno | português clássico | português clássico | hispanico | |
| até s. XIX/XX | | português moderno | português moderno | português europeu moderno | 1700 |

Fonte: Galves (2006)

A gramática arcaica (G1) é observada nos textos até cerca de 1350, enquanto a gramática inovadora (G2) começa a surgir dessa data, embora de forma limitada. Ao longo do século XVI, a G2 se consolida e atinge seu ápice até o início do século XVIII. A partir daí, uma nova competição surge, correspondendo à emergência do português moderno (G3)⁷.

Ao nomear os períodos gramaticais, Galves fez a seguinte proposta: G1 o nome de “galego-português”, que enfatiza a identidade original do português e do galego, decorrente de sua origem compartilhada no Noroeste da Península Ibérica. Para G2, propôs o nome de português-hispânico, uma vez que, segundo a autora, a ideia de português-hispânico se encaixa de forma interessante na noção de português “comum” proposta por Silva Neto, que descreve a evolução do galego-português à medida que se move para o sul durante a Reconquista⁸ e entra em contato com outros dialetos de Portugal. Segundo Silva Neto, as línguas comuns se opõem aos dialetos regionais e *koiné* que emergiu do contato entre todos os dialetos da Reconquista substituiu as línguas de Lisboa ou Coimbra:

Essa língua de contato, base do novo padrão, pode integrar sem problema também sua relação privilegiada com sua grande vizinha, que passará pelo mesmo processo, embora mais demorado na sua completude, uma vez que o reino de Granada só será tomado nas proximidades do séc. XVI. E podemos pensar que a mudança gramatical claramente detectável nos textos escritos pela geração nascida depois de 1700 (cf. Galves *et al.*, 2005; Paixão de Sousa, 2004, entre outros) nasce de uma reação a essa relação privilegiada, e de uma vontade de afirmar a diferença (GALVES, 2012, p. 73).

Explica Galves (2012, p. 73) que o aumento da ordem enclítica nas orações não dependentes com sujeito pré-verbal é o motor da mudança que dá ao português europeu uma feição muito particular, se distanciando do ritmo silábico típico das línguas românicas e se aproximando do ritmo acentual de outras famílias de línguas.

⁷ Cf. Galves *et al.* (2005)

⁸ Segundo o historiador português José Mattoso, a Reconquista foi um processo histórico que ocorreu na Península Ibérica, entre os séculos VIII e XIII, durante o qual os reinos cristãos do norte da Península Ibérica lutaram contra os reinos mulçumanos do sul para reconquistar os territórios que haviam sido conquistados pelos mouros durante a invasão islâmica da Península Ibérica (MATTOSO, 2007, p. 23).

A gramática G3 foi nomeada por Galves (2012) de “português europeu moderno” fazendo uma distinção entre o português europeu e o português brasileiro, uma diferença que está relacionada à geografia e à influência que ela exerce sobre a mudança linguística.

Quando há o encontro e a interação de duas ou mais línguas surge o fenômeno denominado Contato Linguístico. No caso do Português do Brasil, o contato linguístico foi resultado da colonização portuguesa que teve início em 1500, quando os portugueses chegaram ao Brasil e estabeleceram uma presença permanente no território. Ao longo do tempo devido a uma variedade de fatores como geografia, história, economia, política e cultura, as comunidades linguísticas se formaram. Em particular, a geografia desempenha um papel importante, já que as pessoas que vivem em uma determinada região tendem a desenvolver uma linguagem única, com características distintas das faladas em outras regiões. Isso ocorre porque as condições geográficas e climáticas podem influenciar a forma como as pessoas se comunicam e se relacionam entre si.

Lucchesi e Baxter (2009) aventam que o contato linguístico desempenhou grande papel na formação do Português Brasileiro (PB). Sua pesquisa, que se concentrou em comunidades afro-brasileiras isoladas no interior da Bahia, sugere a existência de uma forma branda de transmissão linguística irregular (TLI) na formação do PB, especificamente no que é conhecido como português popular brasileiro (PPB), uma variedade da língua portuguesa. Acredita-se que o PPB tenha surgido do amplo e intenso contato do português europeu (PE), as línguas ameríndias e as línguas africanas trazidas para o Brasil.

Labov (2008) ao conduzir os estudos sociolinguísticos na cidade de Nova York, nos Estados Unidos, descobriu que a pronúncia dos falantes em inglês variava de acordo com o bairro em que eles viviam. O pesquisador atribuiu essa variação à geografia da cidade, que influenciava os padrões de contato social entre os falantes de diferentes bairros e, conseqüentemente, a forma como eles se comunicavam. Seus estudos mostram que a geografia desempenha um papel importante na forma da linguagem, juntamente com fatores sociais, culturais e históricos.

Outro linguista que escreve sobre a influência das condições geográficas na forma de falar é o americano John McWhorter. Ele explora como a geografia e a história moldaram a evolução do idioma inglês e como esses fatores ainda influenciam a forma como falamos hoje em dia:

“The place where a language is spoken shapes the way it sounds, and the way it sounds shapes the way it is spoken. Our languages, like ourselves, are daughters of history”⁹ (McWHORTER, 2008, p. 8).

McWhorter (2008) argumenta que a geografia e a história têm um papel significativo na formação das línguas, e que a forma como as pessoas falam é influenciada pelas condições geográficas em que vivem.

1.3.1 O contato linguístico e a evolução do Português do Brasil

O contato linguístico é uma das forças sociais mais relevantes que influenciam a evolução das línguas, juntamente com a variação linguística. Os fatores sociocognitivos que permitem que os falantes deduzam padrões reguladores nas mudanças da língua ocorrem em todas as comunidades linguísticas. Segundo Bagno (2011), esses fatores estão relacionados ao “processamento da linguagem no cérebro dos falantes e à construção conjunta da língua”:

Assim, mesmo a língua falada por uma população muito isolada, sem contato com nenhuma sociedade – como tem sido o caso de muitas línguas indígenas brasileiras e de línguas faladas em outros lugares, como na Nova Guiné – vai passar inevitavelmente por processos de mudança. O que ocorre em situações assim é que o ritmo da mudança é mais lento, mais gradual do que em sociedades mais complexas, sujeitas a interações frequentes e de todo tipo com outras sociedades. [...] Mesmo as comunidades brasileiras mais isoladas, embora apresentem traços conservadores em sua variedade linguística, apresentam traços inovadores resultantes das inevitáveis mudanças (BAGNO, 2011, p. 133).

Quando duas línguas se entrelaçam em contato, várias forças agem juntas para provocar mudanças linguísticas. Uma dessas forças é a exposição variada dos novos falantes à língua em contato, o que pode afetar sua habilidade em adquiri-la com diferentes graus de proficiência. Conforme apontado por Bagno (2011), o contato linguístico acelera o ritmo das mudanças que, em circunstâncias diferentes, ocorreriam de forma mais gradual. O tipo de mudança que ocorre depende do tipo de contato, podendo ser mais ou menos drástica. São os casos de “conquista” e da “colonização/escravização”, de suma importância para a história da língua brasileira.

⁹ “O lugar onde uma língua é falada molda a forma como ela soa, e a forma como ela soa molda a forma como é falada. Nossas línguas, assim como nós mesmos, são filhas da história.” (Tradução nossa)

No caso de “conquista”, Bagno (2011) observa três tipos de situações distintas quando uma região habitada por um ou mais grupos é invadida e conquistada por outro grupo:

- I. O povo conquistador impõe sua língua ao povo conquistado, que a adota e em pouco tempo abandona sua língua ancestral;
- II. O povo conquistador adota a língua do conquistado e abandona sua língua ancestral;
- III. O povo conquistador nem impõe sua língua nem adota a do povo conquistado (BAGNO, 2011, p. 134).

As línguas envolvidas nessas três situações diferentes, de acordo com seu status sociocultural e político, recebem as seguintes classificações nos estudos histórico-linguísticos:

- Estrato** → é a língua do povo conquistador que é adotada pelo povo conquistado;
- Substrato** → é a língua do povo conquistado que desaparece, mas influencia o estrato nos níveis fonológico e morfossintático; mas com pouca contribuição lexical;
- Superestrato** → é a língua do povo conquistador que não é imposta aos conquistados, mas deixa contribuições no estrato, basicamente no nível lexical;
- Adstrato** → é a língua do povo conquistador que não adota a língua dos conquistados nem impõe a sua; aqui também a contribuição ao estrato é basicamente lexical (BAGNO, 2011, p. 134).

Todas as quatro situações ocorreram na Península Ibérica ao longo de mais de mil e quinhentos anos de história.

O contato com línguas europeias trazidas por imigrantes e italianos é responsável por algumas das características regionais encontradas no Português Brasileiro. Nas áreas sul do Brasil colonizadas por imigrantes alemães, é frequente encontrarmos, nas variantes do Português Brasileiro faladas nessa região, a ausência de distinção entre “carro” e “caro”, já que na língua alemã não há diferenciação entre os sons de [r] e [ř]. Os falantes da mesma região costumam pronunciar a consoante [j] como [ʒ], o que resulta na mesma pronúncia para palavras como “queijo” e “queixo”, uma vez que a consoante [ʒ] não existe na língua alemã. Devido ao fato de utilizarem diferentes dialetos alemães em sua vida familiar, eles transferem para o Português Brasileiro características fonológicas próprias dessas línguas (BAGNO, 2011, p. 138).

Segundo Bagno (2011), o contato entre falantes de diferentes dialetos italianos e o português brasileiro é responsável por alguns traços fonéticos característicos da

variedade paulista tradicional. Um exemplo disso é a pronúncia desnasalizada das vogais tônicas em palavras como “homem”, “fome”, “Antônio”, toma (do verbo tomar), “viemos” e “demos”, que são pronunciadas como [ɔ] e [ɛ], respectivamente, enquanto a maioria dos brasileiros as pronunciam como [õ] e [ẽ]. “Isso se deve à inexistência de vogais nasais em italiano” (BAGNO, op. cit.).

Com base em Roberts (1997), o português europeu mantém características fundamentais na morfossintaxe, como o paradigma da flexão verbal, a cliticização, o critério do sujeito nulo e o movimento na formação de orações interrogativas, semelhantes às línguas românicas. Por outro lado, o português brasileiro apresenta mudanças nesses parâmetros, influenciadas por valores não marcados, típicos dos processos de crioulização. Além disso, é sabido que, durante a transição do século XVIII para o século XIX, o português europeu sofreu mudanças fonológicas expressivas, incluindo uma redução drástica das suas vogais átonas, o que teve influências fascinantes na morfossintaxe, como a fixação da ênclise como forma praticamente obrigatória de colocação pronominal.

As mudanças linguísticas que ocorreram nas línguas românicas ocidentais são o resultado do contato do latim com as línguas célticas, que foi causado pela conquista romana. Esse contato levou ao desaparecimento total das línguas célticas continentais, fazendo do latim o estrato principal das línguas derivadas dele. Por sua vez, as línguas célticas constituíram o substrato, no caso das línguas românicas ocidentais.

Contudo, Bagno (2011) afirma que a hipótese da influência do substrato não encontra unanimidade entre os linguistas (BAGNO, op. cit., p. 139).

A colonização e escravização são outros fenômenos sociais que têm a capacidade de acelerar e causar mudanças radicais na linguagem. Após as primeiras grandes navegações que abriram o mundo para os europeus, as potências coloniais seguiram o exemplo do Império Romano e tomaram posse das terras “descobertas” através da invasão, submetendo os povos conquistados a massacres sistemáticos (como no caso dos povos indígenas da América) ou à escravização (como aconteceu com os povos indígenas e, após quase sua total aniquilação, com os africanos).

Conta Bagno (2011) que após a aniquilação dos povos indígenas em muitas áreas conquistadas, os europeus passaram a explorar a mão de obra dos negros africanos, estabelecendo um comércio de seres humanos que se prolongaria por quase quatro séculos (BAGNO, op. cit., p. 139-140).

Antes de começarem a sequestrar e transportar africanos à força para o continente americano, os portugueses já realizavam atividades comerciais com os residentes da África em áreas que mais tarde se tornariam colônias do Império Português. Desse intercâmbio comercial e dos seus contatos linguísticos resultaram as chamadas línguas crioulas.

Devido ao seu passado como colônia agrícola exportadora, o Brasil compartilha muitas semelhanças sócio-históricas com outras regiões das Américas, como o Caribe e o Sul dos Estados Unidos da América, onde surgiram muitas das línguas crioulas existentes no mundo. Essas línguas se desenvolveram como resultado de um contato em massa, radical e abrupto decorrente do sequestro e escravização de cerca de dez milhões de africanos, trazidos para o continente americano pelos colonizadores europeus entre os séculos XVI e XIX (LUCCHESI, 2009, p. 28).

A inclusão das línguas crioulas ocorre em várias fases. Inicialmente, para estabelecer uma comunicação com os europeus, a população local cria um código básico baseado na língua estrangeira, conhecido como pidgin. Com o tempo e o aumento das relações, o pidgin é adotado de forma geral pela comunidade local. A informação de Bagno (2011) é de que em uma etapa subsequente, o meio de comunicação que surge do contato acaba se tornando a língua materna dos residentes, transmitida de geração em geração, formando um crioulo.

Salikoko Mufwene tem se dedicado intensamente ao estudo das línguas crioulas, segundo o linguista:

[...] that creoles are epistemologically special only by an accident of the way we have been doing linguistics, not because they have developed by any evolutionary processes that have not occurred in the developments of other languages, nor because their geneses are embedded in sociohistorical ecologies that are drastically different in kind from those in which noncreole languages have evolved, nor even because they represent any global structural type of linguistic systems. They are as natural as noncreole languages¹⁰ (MUFWENE, 2001: xi).

¹⁰ [...] os crioulos são epistemologicamente especiais apenas por um acidente do modo como temos feito linguística, não porque tenham se desenvolvido por quaisquer processos evolutivos que não ocorreram no desenvolvimento de outras línguas, nem porque suas gêneses são inseridos em ecologias sócio-históricas que são drasticamente diferentes daquelas nas quais as línguas não crioulas evoluíram, nem mesmo porque representam qualquer tipo estrutural global de sistemas linguísticos. São tão naturais quanto as línguas não crioulas. (Tradução nossa)

Mufwene afirma que os crioulos não são diferentes de outros processos de comunicação linguística desencadeados pelo contato entre línguas, como foi o caso da formação das línguas românicas a partir do latim. Segundo o estudioso, referidas particularidades das línguas crioulas são frequentemente meras construções teóricas enganosas que surgem em decorrência do fato de que essas línguas têm origem no contexto colonial e são faladas majoritariamente por indivíduos negros. Mufwene acusa a ciência linguística de se deixar influenciar por “critérios de etnicidade, ou seja, por um óbvio racismo, ainda que não explícito” (Apud BAGNO, 2011, p. 141).

A alteração dos ritmos da mudança linguística é um resultado do contato linguístico, o que pode levar as línguas crioulas aparentarem mudanças radicais das gramáticas originais. No entanto, a língua francesa e a língua inglesa passaram por transformações igualmente radicais durante suas formações históricas. Vejamos o que diz Bagno (2011):

“Para o linguista francês Bernard Cerquiglini, o francês é um “crioulo que deu certo”, isto é, uma língua surgida de transformações muito profundas e que ganhou importância política e si impôs como língua nacional e imperial. Aspectos gramaticais geralmente atribuídos às línguas crioulas estão perfeitamente representados no francês padrão moderno, como a eliminação das marcas morfológicas de plural nos substantivos e adjetivos e a indicação de pluralidade somente no elemento determinante (artigo, possessivo, demonstrativo etc.) Assim, *la bele fleur rouge* (‘a bela flor vermelha’) se escreve no plural *les belles fleurs rouges* (‘as belas flores vermelhas’) – apesar das terminações em –s de todas as palavras no plural, esse *s* jamais é pronunciado e representa simplesmente a sobrevivência na escrita de algo que deve ter sido pronunciado muitos séculos atrás. A transcrição fonética deixa evidente que a única diferença entre as duas frases é a pronúncia do artigo definido, que de *la* passa a *les*:

la belle fleur rouge - [la bɛl flœr ruʒ]
les belles fleurs rouges – [le bɛl flœr ruʒ]” (BAGNO, 2011, p. 141)

Bagno (2011) observa o mesmo fenômeno no Português Brasileiro, tanto em suas variedades populares quanto na fala urbana culta, em que a marca de plural é restrita ao primeiro elemento do sintagma, como em “aquelas menina bonitinha” (BAGNO, 2011, p. 141).

No estudo dos crioulos, outro aspecto sempre destacado é a simplificação dos paradigmas verbais, em que o pronome-sujeito é sempre explícito e o verbo assume uma forma única para todas as pessoas. Isso ocorre no inglês, onde os verbos regulares apresentam uma única forma para todas as pessoas no presente, exceto da não-pessoa (ou terceira pessoa do singular), que recebe uma terminação –s no singular, por

exemplo: *I, you, we, they love; he/she/it loves*. Segundo Bagno (2011, p. 141) é possível fazer a “comparação do que ocorre em inglês com o que se verifica nas variedades do Português Brasileiro em que o verbo se organiza de forma semelhante: *eu, tu, você, ele/ela, nós, a gente, vocês, eles/elas amava*.”

Tanto as línguas crioulas quanto as línguas que não são classificadas como crioulas passam pelo mesmo processo de formação. No entanto, frequentemente se destaca a simplificação gramatical que ocorre nas línguas crioulas em comparação com suas línguas-base. A economia linguística é um dos processos sociocognitivos responsáveis pela simplificação gramatical que ocorre nas línguas crioulas. Tais simplificações são reveladas nos estudos históricos de qualquer língua, como: perda da morfologia de casos, redução das flexões, fixação de uma ordem dos constituintes da sentença, eliminação de redundâncias etc.

As simplificações na formação das línguas crioulas são frequentemente explicadas pela forma imperfeita, irregular e assistemática com que os falantes locais aprenderam a língua do colonizador. Para Bagno (2011):

[...] cabe perguntar se não foi isso também o que ocorreu, por exemplo, quando os celtas que habitavam a Península Ibérica passaram a usar o latim. Além disso, assim como as línguas crioulas se formaram com base em variedades faladas muito distantes das normas literárias – já que os marinheiros, mercadores e colonos não pertenciam à reduzidíssima elite letrada de seus países de origem - também as línguas românicas se formaram com base no chamado *latim vulgar*, que nem de longe se assemelhava à língua dos grandes oradores da Roma clássica (BAGNO, 2011, p. 142).

Desse modo, as línguas crioulas são formadas a partir de um conjunto de variedades linguísticas usadas pelas classes menos prestigiadas da população, bem como de um processo de aprendizado assistemático. Isso significa que os falantes dessas línguas muitas vezes aprendem a língua do colonizador de maneira informal, sem acesso a recursos formais de ensino. Como resultado, surgem novas formas de linguagem que são distintas das línguas-base e que refletem as características e as necessidades das comunidades que as criaram. Esse processo de formação de novas línguas continua a acontecer em todo o mundo, à medida que diferentes grupos se entrelaçam em contato e buscam meios de se comunicar.

Em muitos territórios, onde as línguas crioulas surgiram, é comum ocorrer um processo de reaproximação entre a língua crioula e a língua-base que lhe serviu de origem. De acordo com Bagno (2011), esse processo é frequentemente denominado

como “descrioulização”, embora alguns linguistas reprovem esse termo. No caso dos crioulos de base portuguesa, por exemplo, é comum se referir ao processo de aproximação da língua crioula ao português como “reaportuguesamento”. Esse processo pode ocorrer de diversas formas, como da influência da língua-base nas regras gramaticais, no interno e na pronúncia da língua crioula. Durante esse processo de aproximação entre a língua crioula e a língua-base, algumas características distintas das línguas crioulas, como a ausência de marcas de gênero ou a preservação do paradigma verbal, podem ser deixadas de lado em favor de formas características da língua-base, que geralmente é considerada mais prestigiosa.

As línguas crioulas, por não possuírem *status* oficial, não têm uma ortografia unificada ou uma norma linguística elaborada para servir como código comum a todos os falantes. Como resultado, essas línguas podem variar amplamente, já que não são reguladas por processos centralizadores¹¹.

Um questionamento sempre existente entre os pesquisadores é sobre o porquê de não ter surgido no Brasil uma língua crioula completamente diferente do português europeu, como ocorreu com outras línguas crioulas, apesar do grande número de escravos africanos trazidos para o país. A diferença entre o português brasileiro e o português europeu é menos marcante do que a diferença entre essas línguas e as línguas crioulas resultantes do processo de colonização.

Dante Lucchesi resumiu os fatores que impediram o ingresso de um processo de crioulição do português do Brasil, em níveis socialmente representativos e com duração significativa, da seguinte forma:

- (i) a proporção entre a população de origem africana e branca, que proporcionou um maior acesso à língua-alvo do que o observado nas situações típicas de crioulição;
- (ii) a ausência de vida social e familiar entre as populações de escravos, provocada pelas condições sub-humanas de sua exploração, pela alta taxa de mortalidade e pelos sucessivos deslocamentos;
- (iii) o uso de línguas francas africanas como instrumento de interação dos escravos segregados e foragidos;
- (iv) o incentivo à proficiência em português;
- (v) a maior integração social dos escravos urbanos, domésticos e das zonas mineradoras;

¹¹ Bagno (2011, p. 125), denomina os processos centralizadores de ‘forças centrípetas’ que são as “forças que puxam a língua para o centro, que refreiam ela, que tentam conter seu impulso de mudança. Essas forças são exercidas pelas instituições sociais [...] que tentam impor algum controle sobre os destinos do idioma.”

(vi) a miscigenação racial.

(LUCCHESI, 2009, p. 70)

De acordo com Lucchesi (2009) os fatores mencionados anteriormente ajudam a entender o motivo pelo qual não houve uma formação estável e representativa de uma língua crioula no Brasil, apesar da significativa presença africana em sua história. No entanto, é importante destacar que essa afirmação se refere principalmente às situações mais relevantes da história sociolinguística do país. Existem situações específicas em que uma forte presença afro-brasileira em uma comunidade pode ter levado a um processo de transmissão linguística irregular, com características próximas à criouliização. Essas situações são geralmente atendidas em comunidades formadas em torno de fazendas ou em regiões afastadas do interior do país, bem como em comunidades originadas de quilombos. Portanto, embora a formação de uma língua crioula no Brasil não tenha ocorrido de maneira estável e representativa, é possível encontrar situações externas específicas que possam ter produzido um processo linguístico semelhante.

Devido à aquisição limitada da língua portuguesa pelos escravos africanos trazidos ao Brasil, bem como pelos indígenas que foram integrados à sociedade brasileira, e à subsequente transmissão dessa língua defeituosa às gerações seguintes de seus descendentes mestiços e endogâmicos, ocorreu “um processo de transmissão linguística irregular” (LUCCHESI, 2009, p. 71) que teve um impacto significativo na formação da atual realidade linguística brasileira, especialmente nas variedades populares.

Os mesmos fatores que impedem a criouliização do português no Brasil não apenas impediram a formação de uma língua crioula, mas influenciaram a forma como as línguas existentes evoluíram nas diferentes comunidades de fala do país. Ou seja, esses fatores que atuaram como obstáculos para a criouliização, agora se tornaram fatores importantes para a disseminação das mudanças linguísticas que sobreviveram a partir do contato entre as línguas presentes no Brasil. A integração social dos escravos ou dos ex-escravos e a miscigenação desempenham um papel importante em relação à linguagem em duas frentes distintas: facilitam a aquisição dos padrões linguísticos dominantes pelos dominados e, ao mesmo tempo, permitem a introdução de estruturas criadas por mudanças que ocorreram nas camadas mais baixas na fala das camadas médias e altas. (LUCCHESI, 2009, p. 71).

De maneira geral, a história da formação da língua portuguesa no Brasil indica que houve mudanças nas variedades populares dessa língua devido ao contato entre línguas diferentes. Diversos fatores, principalmente a complexidade da sociedade brasileira em comparação com as sociedades agroexportadoras do Caribe, impediram a formação e a manutenção de uma língua crioula baseada no português. As mudanças nas variedades populares do português, resultado do contato entre línguas, não foram suficientemente expressivos para gerar uma preservação original da gramática e/ou transferência de estruturas das línguas de substrato necessárias para a formação de uma língua crioula estável.

Desta forma, Lucchesi (2009) explica que em um nível sociolinguístico mais abrangente, é importante considerar um processo mais amplo de transmissão linguística irregular, que se destaca principalmente pela simplificação ou eliminação de determinadas estruturas gramaticais. Em outras palavras, isso implica um aumento na utilização de formas não marcadas e sua generalização paradigmática. A formação das variedades atuais populares do português do Brasil teria como base um processo de transmissão linguística irregular de tipo leve, marcada principalmente pela variação extensa e massiva no uso de regras de concordância nominal e verbal. No entanto, essa simplificação morfológica, que é comum em situações de contato entre idiomas, não se limita apenas à eliminação das regras de concordância no português do Brasil.

A estrutura linguística apresenta um quadro complexo e variado em diversos planos, com resultados quantitativos diferenciados nas normas linguísticas que compõe a realidade da língua no Brasil atual. Esse panorama é resultado dos processos de variação e mudança provocados pelo contato entre línguas. Dentro de um complexo mosaico sociolinguístico, fatores encontrados se misturam de maneiras diversas com processos distintos, dependendo da variedade linguística do português brasileiro que se preserva.

1.3.2 Contato do português com as línguas africanas

O contato do português com as línguas africanas é um tema relevante na linguística, pois reflete a influência das línguas africanas no português falado no Brasil. Esse contato se deu principalmente durante o período da escravidão, quando muitos

africanos foram trazidos para o Brasil como escravos. O período da escravidão no Brasil começou no início da colonização portuguesa, em meados do século XVI, e durou até a Lei Áurea, de 13 de maio de 1888, que oficialmente aboliu a escravidão no país. Durante esse período, estima-se que cerca de dez milhões de africanos tenham sido trazidos à força para o Brasil como escravizados. A escravidão foi uma das bases da economia brasileira e teve uma profunda influência na cultura e na sociedade do país.

Dante Lucchesi (2009) destaca que as línguas africanas tiveram uma grande influência no português falado no Brasil, principalmente na fonética. Ele argumenta que a presença dessas línguas é evidenciada pela grande quantidade de palavras de origem africana presentes no português brasileiro, como "cafuné", "acarajé", "candomblé" e "samba", entre outras.

Os estudos acerca do contato entre línguas na história sociolinguística do Brasil apontam para o papel relevante do elemento africano na formação da nossa realidade linguística atual, em comparação com o elemento indígena. Desde os primeiros contatos, as comunidades autóctones brasileiras sofreram um impacto intenso da transferência da civilização ocidental para o Brasil. Infelizmente, ao longo dos cinco séculos que se seguiram, essas comunidades enfrentaram um verdadeiro genocídio, sendo chacinadas em expedições punitivas ou acometidas por enfermidades para as quais não possuíam imunidade. Despojados de suas terras, os indígenas procuravam refúgio em regiões mais afastadas, fugindo da ânsia "civilizatória". Além disso, sua adaptação ao trabalho forçado, principalmente no campo, era difícil devido às suas características culturais.

Por outro lado, o contato do português com as línguas africanas teve um papel fundamental na formação do português brasileiro. Segundo Lucchesi (2009):

Do ponto de vista etnolinguístico, a região de onde se originavam os escravos trazidos para o Brasil é dividida entre dois grandes grupos: o grupo linguístico kwa (chamados tradicionalmente de sudaneses), situado, grosso modo, ao norte da linha do equador, na região do Oeste-Africano; e o banto, que compreende a extensão de terras ao sul do equador (LUCCHESI, 2009, p. 64)

Entre os escravos levados para o Brasil do grupo banto, as línguas étnicas majoritárias são o quimbundo, o quicongo e o umbundo. Já no grupo sudanês, os principais representantes são os nagôs ou iorubas e os jejes, que pertencem aos povos de língua ewe (CASTRO, 1990, p. 98-99).

A contribuição lexical dessas línguas ao português brasileiro é notável. Além das línguas da família banta, os escravos trouxeram para o Brasil línguas do oeste-africano, entre os quais o iorubá. Ao contrário das línguas da família banta, a contribuição do iorubá para o português brasileiro é bastante restrita, uma vez que “os sudaneses apresentam uma grande fragmentação linguística oposta à unidade substancial das línguas banto” (MENDONÇA, 1933, p. 16).

1.3.3 Diáspora africana em terras brasileiras

Consoante Lucchesi (2009), para se compreender de que maneira o contato entre línguas ocorreu na história da sociedade brasileira, é necessário direcionar o foco para a integração dos contingentes de escravos africanos à sociedade e como eles assimilaram e contribuíram para o desenvolvimento da língua portuguesa, que se tornou hegemônica no Brasil. Para isso, é preciso considerar questões de natureza sócio-histórica e demográfica que são fundamentais. Dentre elas, destacam-se:

- (i) número de escravos africanos trazidos para o Brasil e impacto, em termos demográficos, desse contingente sobre a composição étnica da sociedade brasileira;
- (ii) origem geográfica e caracterização etnolinguística dos africanos e sua distribuição pelo território brasileiro;
- (iii) formas de interação desses indivíduos, nos níveis social, cultural e linguístico, com o grupo dominante.

(LUCCHESI, 2009, p. 58)

Não há dúvida de que o tráfico negreiro foi um dos empreendimentos mais lucrativos da história, conforme apontado por Mattoso (2020). Desde 1502, essa prática cruel foi responsável pela importação de milhões de africanos para as Américas, em troca de riquezas e poder. Mesmo com o conhecimento dos horrores da escravidão, essa atividade econômica vergonhosa persistiu por mais de três séculos, até ser finalmente extinta em 1860. De acordo com Mattoso (2020, p. 75), o período compreendido entre a segunda metade do século XVI e a abolição do tráfico brasileiro em 1850¹², acredita-se

¹² Durante o período joanino, Portugal e Reino Unido negociaram para acabar com o tráfico negreiro. Essas negociações estenderam-se depois que o Brasil conquistou sua independência e em 1831 saiu a primeira lei de proibição do tráfico Atlântico de escravos para o Brasil, entretanto, a chegada dos cativos

que tenha sido introduzidos no Brasil entre 3,5 e 3,6 milhões de cativos, números baseados em dados incompletos, mas que são hoje considerados por unanimidade entre os pesquisadores no assunto. É importante destacar que o Brasil foi responsável pela importação de 38% dos escravos africanos para o Novo Mundo deste então.

A agricultura de exportação da cana-de-açúcar foi um dos pilares da economia do Nordeste do Brasil durante os séculos XVI e XVII. Para atender à crescente demanda, a Bahia e Pernambuco importaram cerca de 30.000 africanos vindos das costas da Guiné, mas no início do século XVII restavam apenas 15.000 escravos, sofreram do desgaste físico e do alto índice de mortalidade no trabalho nas plantações de açúcar.

Embora os portugueses tenham perdido o monopólio na produção do açúcar por volta de 1670, a economia da região continuou dependente da cana-de-açúcar durante o século XVII. A concorrência com os holandeses, franceses e ingleses fixados nas Antilhas impulsionou a produção e a distribuição do açúcar, tornando o século XVII essencialmente açucareiro.

No entanto, essa dependência econômica teve graves consequências sociais como o uso intensivo de mão de obra escrava e o empobrecimento da população local. Além disso, a expansão da produção açucareira contribuiu para a manutenção do sistema escravista, que desumanizou e explorou milhões de pessoas ao longo de séculos.

A introdução da mão de obra escrava africana no Brasil é um tema que suscita discussões sobre sua inevitabilidade. De acordo com alguns historiadores, a falta de adaptação dos indígenas ao trabalho sedentário contribuiu para o aumento do tráfico de escravos africanos, que se estendeu pelo menos até 1640. Nesse período, calcula-se que entre 500.000 e 550.000 cativos, vindos principalmente da costa da Guiné e de Angola, foram trazidos ao Brasil para suprir a crescente demanda de mão de obra nas fazendas e engenhos.

Embora o argumento da falta de adaptação dos indígenas ao trabalho sedentário seja uma das tendências para o aumento do tráfico de escravos africanos no Brasil, é relevante ressaltar que a escravidão africana já existia na África antes mesmo do contato com os europeus. Além disso, a escravidão indígena também foi praticada pelos colonizadores, mas com menor intensidade e escala. Os cativos eram destinados

era contínua. A negligência das autoridades brasileiras em não reprimir o tráfico fez a Inglaterra tomar uma medida radical chamada Bill Aberdeen, que colocava em jogo a soberania das águas brasileiras, e que quase levou Inglaterra e Brasil à guerra. Para evitar mais conflitos promulgou-se em 4 de setembro de 1850 a Lei Euzébio de Queirós, que proibiu novamente o tráfico de escravos no Brasil.

às plantações de cana-de-açúcar em Pernambuco e Bahia, mas eram utilizados em menor escala em outros mercados, como Pará ou Maranhão, ao norte, e Rio de Janeiro, ao sul.

Mattoso (2020) relata que a descoberta do ouro em Minas Gerais teve um impacto significativo na economia do Brasil, levando a um aumento vertiginoso na demanda por mão de obra escrava. Estima-se que cerca de 1.700.000 escravos foram trazidos da África, sendo a maioria provenientes de Angola e os demais da Costa de Mina. A partir do registro histórico, é possível verificar que 2/3 dos indivíduos foram controlados para o interior do Brasil, a fim de povoar as regiões de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. Esse deslocamento populacional ocorreu devido ao significativo aumento na demanda por mão-de-obra nessas áreas, em decorrência da descoberta de jazidas de diamantes. Após 1760 a corrida do ouro e do diamante perderam a sua importância e os escravos foram levados para o litoral, onde há aumento da produção da cana-de-açúcar, conquistando novas terras na capitania de São Paulo (MATTOSO, 2020, p. 76-77).

A partir do ano de 1820, o cultivo do café tornou-se a principal atividade agrícola nas províncias do sul e do centro do Brasil, exigindo a utilização quase total dos 1.350.000 escravos trazidos da Costa de Mina, do Congo, de Angola e de Moçambique. Desse contingente, 570.000 indivíduos foram importados pelo Porto do Rio de Janeiro, 220.000 pela Bahia, 150.000 por Pernambuco e 40.000 pelo Maranhão.

Esse influxo maciço de escravos teve profundas mudanças para o Brasil colonial, moldando sua história de forma duradoura. De tal maneira que o tráfico de escravos era fortemente influenciado pela demanda de mão de obra, de modo que, quando essa demanda aumentava regularmente, era porque novas atividades precediam outras que necessitavam de menos trabalho escravo: O ouro substituiu a cana-de-açúcar no século XVIII, o café substituiu o ouro e o açúcar no século XIX. A Tabela 1 informa em porcentagem a distribuição dos escravos nas cidades de Salvador, Rio de Janeiro e Paraty (MATTOSO, 2020, p. 77):

Tabela 1 - Distribuição dos escravos africanos no Brasil

| Distribuição dos escravos africanos no Brasil – por sexo e idade | | | | | |
|--|------------------------|----------------------|-------------------------|------------------------|----------------------|
| A | B | C | D | E | F |
| Salvador | Salvador | Salvador | Salvador | Rio de Janeiro | Paraty |
| 1684-1745 (N=1.160) | 1779-1850 (N=6.635) | 1813-1853 (N=686) | 1819-1888 (N=12.799) | 1807-1831 (N=1.319) | 1789-1822 (N=325) |
| % | % | % | % | % | % |

| | | | | | | | | | | | | | | |
|---------|------------------|------|-------|------|-----|------|--------|------|-------|------|------------------|------|------------------|----|
| Homem | 384 | 33,1 | 2.543 | 38,3 | 225 | 32,7 | 5.126 | 41,1 | 479 | 36,3 | 112 | 34,5 | | |
| Mulher | 776 | 66,9 | 4.092 | 61,7 | 461 | 67,3 | 7.673 | 59,9 | 840 | 63,7 | 213 | 65,5 | | |
| Criança | 818 ¹ | 70,5 | 6.305 | 88,9 | 551 | 80,3 | 11.430 | 86,7 | 1.143 | 87,0 | 213 ¹ | 65,5 | 156 ² | 58 |
| Adulto | 342 | 29,5 | 784 | 11,1 | 135 | 19,7 | 1.697 | 13,3 | 176 | 13,0 | 112 | 34,5 | 123 | 41 |

Fonte: KIERNAN, J.P. *The manumission of slaves...* p. 87. Foram acrescentados à tabela, com a letra D, os dados não publicados no estudo: *A carta de alforria como fonte...* p. 149-163.

¹ Inclusos os escravos cuja idade é desconhecida.

² Não inclusos os escravos cuja idade é desconhecida.

O recenseamento realizado pelo Padre Anchieta em 1583 é um importante documento histórico que nos fornece uma visão da composição étnica da sociedade colonial brasileira no início da importação de escravos africanos. Esse registro, apresentado no Quadro 4, revela informações sobre a formação da população brasileira, incluindo a proporção de indígenas, negros e brancos.

Quadro 4 - População do Brasil por etnia em 1583

| | BRANCOS | NEGROS | ÍNDIOS | TOTAL |
|----------------|---------|--------|--------|--------|
| Bahia | 12.000 | 4.000 | 8.000 | 24.000 |
| Pernambuco | 8.000 | 10.000 | 2.000 | 20.000 |
| São Vicente | 1.500 | - | 1.000 | 2.500 |
| Rio de Janeiro | 750 | 100 | 3.000 | 3.850 |
| Espírito Santo | 750 | - | 4.500 | 5.250 |
| Porto Seguro | 750 | - | - | 750 |
| Ilhéus | 750 | - | - | 750 |
| Itamaracá | 250 | - | - | 250 |
| Total | 24.750 | 14.100 | 18.500 | 57.350 |

Fonte: Silva Neto (1963, p. 79).

O processo de colonização do Brasil foi marcado pela chegada de diferentes grupos étnicos que compuseram a sociedade colonial. No final do século XVI, os brancos portugueses representavam cerca de 40% da população, enquanto os negros e índios somavam os restantes 60%. A distribuição desses grupos étnicos variava de acordo com a região: os índios eram mais representativos nas áreas periféricas, como São Vicente, Rio de Janeiro e Espírito Santo; enquanto nos centros econômicos mais dinâmicos e progressistas, como Pernambuco e Bahia, a presença de portugueses e seus escravos africanos era mais forte. Na Bahia, sede do Governo-Geral, os colonizadores brancos constituíam metade da população, enquanto em Pernambuco, essa porcentagem

era de 40%. Já os escravos africanos somavam quase 20% da população baiana e metade da população em Pernambuco. A situação iria se agravar ainda mais no século XVII com a chegada de seiscentos mil escravos africanos ao Brasil. Estima-se que até 1600, tenham sido importados cem mil pessoas escravizadas. Essa diversidade étnica teve um impacto significativo na construção da identidade brasileira, que se consolidaria ao longo dos séculos seguintes.

O século XVIII foi marcado pelo advento do ciclo das minas, que trouxe além de grande prosperidade para o Brasil, intensificou o tráfico de escravos africanos. Como resultado, houve um aumento significativo da presença africana na composição étnica da sociedade colonial brasileira. No entanto, o segmento que mais cresceu nesse período foi o de colonizadores portugueses, atraídos para o Brasil pela riqueza do ouro. O censo realizado em 1798, apresentado no Quadro 5, ilustra essa tendência de aumento da população branca portuguesa, que representava cerca de 70% da população na região das minas. Além disso, os dados do censo mostram uma presença significativa de escravos africanos, que representavam cerca de 20% da população em Minas Gerais.

Quadro 5 - População do Brasil por etnia em 1798

| GRUPO ÉTNICO | Nº DE HABITANTES |
|-------------------|------------------|
| Branco | 1.010.000 |
| Mestiços livres | 406.000 |
| Mestiços escravos | 221.000 |
| Negros escravos | 1.361.000 |
| Índios | 250.000 |
| Total | 3.248.000 |

Fonte: Azevedo (1975, p. 14-15)

No final do período colonial, a sociedade brasileira era majoritariamente composta por escravos negros e índios, representando cerca de 50% e 40% da população, respectivamente. Os colonizadores brancos, por sua vez, correspondiam a quase 30% da população, sendo que o “número de crioulos superava o número de africanos”. (MUSSA, 1991, p. 160). O aumento da presença dos colonizadores brancos na Colônia resultou em um crescimento significativo do número de mestiços.

Com o advento do ciclo das minas no século XVIII, o tráfico negreiro intensificou-se, elevando ainda mais a proporção de escravos negros na sociedade

brasileira. Além disso, houve um deslocamento populacional do Nordeste para o Sudeste do país, tendência que se manteve no século XIX em decorrência do ciclo do café. Os censos de 1850 e 1890 apresentam dados que confirmam essa mudança demográfica, mostrando um crescimento da população branca e uma diminuição proporcional dos escravos negros, que foram gradualmente substituídos por trabalhadores livres. O Quadro 6 apresenta os resultados desses censos, evidenciando as mudanças na composição étnica da sociedade brasileira ao longo do tempo e indica que “os brancos são o grupo que mais cresce em termos absolutos, com o segundo maior crescimento em termos relativos” (LUCCHESI, 2009, p. 61):

Quadro 6 - População do Brasil por etnia em 1850 e 1890

| GRUPO ÉTNICO | 1850 | 1890 |
|--------------|-----------|------------|
| Branco | 2.482.000 | 6.302.198 |
| Mestiços | 2.732.000 | 5.934.291 |
| Negros | 2.500.000 | 2.097.426 |
| Índios | 302.000 | - - - |
| Total | 8.020.000 | 14.333.915 |

Fonte: Chiavenato (1980, p. 237)

No final do século XIX, o Brasil havia passado por enormes transformações demográficas, com uma forte presença de mestiços e um declínio no número de escravos africanos. Segundo os dados do censo de 1890, embora deva ser excluído um número máximo de 300.000 indígenas do total de mestiços, o número de mestiços cresceu quase dez vezes em menos de um século, o que reflete o grande fenômeno de miscigenação no país. Já o número de negros aumentou de 1.361.000 para 2.500.000 entre 1798 e 1850, devido ao tráfico negreiro desenfreado na primeira metade do século XIX, apesar das proibições, e caiu para pouco mais de 2.000.000 em 1890, após o fim do tráfico em 1850.

Conforme Mussa (1991, p. 163), nesse século, “o número de crioulos já ultrapassava com certeza o número de africanos entre os negros livres ou escravos”. A composição étnica da sociedade brasileira no período de 1583 a 1890 são apresentados por Mussa em dados percentuais na Tabela 2:

Tabela 2 - População do Brasil por etnia do século XVI ao XIX

| ETNIA | 1583-1600 | 1601-1700 | 1701-1800 | 1801-1850 | 1851-1890 |
|-------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
|-------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|

| | | | | | |
|--------------------|-----|-----|-----|-----|-----|
| Africanos | 20% | 30% | 20% | 12% | 2% |
| Negros brasileiros | - | 20% | 21% | 19% | 13% |
| Mulatos | - | 10% | 19% | 34% | 42% |
| Branco brasileiros | - | 5% | 10% | 17% | 24% |
| Europeus | 30% | 25% | 22% | 14% | 17% |
| Índios integrados | 50% | 10% | 8% | 4% | 2% |

Fonte: Mussa (1991, p. 163)

A ausência de uma língua crioula de base portuguesa no Brasil pode ser explicada principalmente pela proporção do segmento da população de origem africana, que não atingiu níveis demográficos representativos para tal desenvolvimento linguístico, conforme explica Lucchesi (2009):

A situação mais favorável à crioulação do português se daria com a aquisição precária da língua pelos escravos africanos e a sua nativização, a partir desse modelo defectivo, entre os descendentes crioulos. Note-se que, considerando apenas a proporção de africanos e negros brasileiros, esses dois segmentos só atingem o seu ápice no final do século XVII, quando constituem a metade da população. Com efeito, esse deve ter sido o período em que os processos crioulaizantes podem ter ocorrido em níveis mais intensos e representativos, até porque essa proporção pode ter excedido bastante os 50%, sobretudo em algumas zonas açucareiras do Nordeste. Mas, com o aumento da imigração portuguesa nos séculos XVIII e XIX, a proporção de africanos e negros cede terreno para os segmentos branco e mestiço, chegando a constituir apenas 15% do total, em 1890 (LUCCHESI, 2009, p. 62).

Por mais de três séculos os africanos e seus descendentes crioulos¹³ foram responsáveis pela atividade produtiva do país, participando de quase todas as esferas da vida social, mas sem alcançarem postos e benefícios de uma cidadania justa e igualitária.

Segundo Petter (2005), ao considerar as regiões de origem dos negros, é possível calcular que aproximadamente 200 a 300 línguas foram envolvidas pelo comércio de escravos, o que representa apenas uma pequena coleta do conjunto de mais de 2000 línguas africanas, conforme o inventário mais atualizado (GRIMES, 1996). Essas línguas têm origem predominantemente em duas grandes áreas:

¹³ O adjetivo *crioulo* significava inicialmente ‘nascido no lugar’. Desse modo, distinguia-se o *escravo de nação* (o escravo africano) do *escravo crioulo* (nascido no Brasil). Com o fim do tráfico negreiro e o progressivo desaparecimento dos africanos, criaram-se as condições para o processo de evolução semântica, através do qual o termo *crioulo* passou a designar genericamente no Brasil os indivíduos de cor negra.

- a) área oeste-africana, caracterizada pelo maior número de línguas, tipologicamente muito diversificadas: (i) “*oeste-atlântica*” (fulfulde, wolofe, serer, temne...); (ii) “*mandê*” (*mandinga*, sobretudo); (iii) “*kwa*” ou “*gbe*” (*eve*, *gen*, *aja*, *fon*), designadas como “*jeje*”, no Brasil; (iv) “*benuêcongo*”, principalmente os falares iorubás designados no Brasil pelo termo “*nagô-queto*”, *nupe* (*tapa*), *igbo*, *ijo*... e também (v) “*chádicas*” (*haussá*) e ainda (vi) “*nilosaariana*” (*canúri*).
- b) área banto - limitada à costa ocidental (atuais Congo, República do Congo e Angola), e só mais tarde à costa oriental (Moçambique) - caracterizada por um número reduzido de línguas, tipologicamente homogêneas, mas falada por um número maior de cativos: (i) *quicongo* (H10)¹⁴, falada pelos bacongos, numa zona que corresponde ao antigo Reino do Congo; (ii) *quimbundo* (H20), falada pelos ambundos, na região central de Angola, correspondendo ao antigo reino de Ndongo; (iii) *umbundo* (R10), falada pelos ovimbundos, na região de Benguela, em Angola (PETTER, 2005, p. 199).

No estudo conduzido por Bonvini (2014) foram delimitados os territórios geográficos frequentados pelos europeus, os quais, até o final do século XVIII, mantinham-se em grande parte desconhecidos do interior da África, dado que os europeus limitavam suas incursões às zonas costeiras devido à presença de numerosos obstáculos naturais. Não obstante, o número efetivo de línguas afetadas pelo comércio transatlântico se revela significativo, distribuindo-se em dois principais domínios de origem:

- a) a área oeste-africana, caracterizada pelo maior número de línguas, tipologicamente muito diversificadas:
atlântica: *fula* (*fufulde*) *uolofe*, *manjaco*, *balanta*;
mandê (sobretudo, o *mandinga*); *bambarra*, *maninca*, *diúla*;
gur: subfamília *gurúnsis*;
cuá (subgrupo *gbe*): *eve*, *fon*, *gen*, *aja* (designadas pelo termo *jeje* no Brasil);
ijoide: *ijó*;
benuê-congolesa:
defoide: falares *iorubás* designados no Brasil pelo termo *nagô-queto*;
edoide: *edo*;
nupoide: *nupe* (*tapa*);
iboide: *ibo*;
cross-river: *efique*, *ibíbio*;
afro-asiático: ***chádica***: *hauçá*;
nilo saariano: *saariana*: *canúri*.
- b) a área austral, essencialmente do subgrupo *banto* – limitada à costa oeste (atuais repúblicas do Congo, República Democrática do Congo e Angola) e somente mais tarde estendendo-se à costa leste (Moçambique) -, caracterizada por um número muito reduzido de línguas, tipologicamente homogêneas, mas faladas pelo maior número de cativos:

¹⁴ A letra e o número identificam a língua conforme a classificação de Guthrie (1948).

H. 10 *congo* (*quicongo*): *quissolongo*, *quissicongo* (*quissangala*), *quizombo*, *quissundi* (falada pelos bacongos, numa zona correspondente ao antigo reino do Congo) e *quivilí*, *iuoio* (fiote), *quiombe* (faladas em Cabinda e em Loango);
 H. 20 *quibundo* (falada pelos ambundos, na região central de Angola, correspondendo ao antigo reino de Ndongo), *quissama*, *quindongo*;
 H. 30 *iaca-holo*: *iaca*, *imbangala*, *chinji*;
 K. 10 *chôcue*: *uchôcue*, *ochinganguela*, *chilacazi*, *luena* (*luvale*);
 L. 30 *luba*: *chiluba-cassai* (*lulua*);
 L. 50 *lunda*: *chilunda*, *urunda*;
 P. 30 *macua*: *omacua*;
 R. 10: *umbundo* (falado pelos ovimbundos na região de Benguela, em Angola): *umbundo*, *olunianeca*;
 R. 20 *cuaniama*, *indonga*: *ochicuaniamama*, *cuambi*;
 R. 30 *herero*: *ochiherero*.

(BONVINI, 2014, p. 30-31)

1.4 Fenômenos variáveis de concordância verbal e dos pronomes nós e a gente

A discussão em torno da concordância das marcas morfológicas de concordância é de grande relevância para a compreensão e caracterização das variedades da língua portuguesa. No caso específico do Português do Brasil, a comunidade científica tem se envolvido em um debate ativo, apoiado em duas concepções distintas. De acordo com a primeira concepção, a redução das marcas de concordância no português brasileiro teria suas raízes na influência do Português Europeu, que foi transplantado para o Brasil durante o processo de deriva linguística. Por outro lado, a segunda concepção argumenta que a falta de concordância no português brasileiro é resultado de um intenso contato linguístico, o qual teria levado a uma transmissão irregular dos padrões linguísticos.

No contexto do Português do Brasil, o debate se divide entre aqueles que veem a influência do Português Europeu como a origem dos padrões de concordância brasileiros e aqueles que argumentam que é resultado de um intenso contato linguístico. A compreensão desse fenômeno é fundamental para uma análise abrangente e precisa das características do Português falado no Brasil.

Na primeira abordagem, respaldada por pesquisadores como Naro e Scherre (2007), dados provenientes do Português arcaico são utilizados para demonstrar a origem da falta de concordância padrão, assim como evidências do Português Europeu contemporâneo, que apresentam a ausência da marca plural, embora com variações menos comuns e restritas em termos sociais. Por outro lado, os defensores da segunda

abordagem argumentam que, em primeiro lugar, a variação da concordância no Português Europeu é, na melhor das hipóteses, residual e periférica, como afirmam Lucchesi, Baxter e Silva (2009, p. 331). Em segundo lugar, no Português do Brasil, argumenta-se que existe um *continuum* em relação à marcação do plural, que vai desde as comunidades rurais afro-brasileiras, com menor ocorrência de marcação de plural, até as comunidades urbanas, o que evidencia o impacto do contato entre línguas.

Seja considerado um processo de deriva linguística ou seja considerado como um *continuum*, a variação da concordância verbal representa um fenômeno que está presente em todas as gramáticas normativas brasileiras. De forma geral, autores e investigadores convergem para a descrição desse fenômeno como a flexão de um verbo em termos de número e pessoa, em consonância com seu sujeito. Não obstante, vale mencionar que são vários os conceitos apresentados sobre esse fenômeno, as diferenças compreendidas entre eles dependem da linha teórica ensinada ou defendida pelo autor.

A análise desse fenômeno revela que, nas gramáticas normativas, a Concordância Verbal desempenha um papel fundamental na estruturação e compreensão da língua. A variação do verbo em concordância com o sujeito exerce um papel determinante na construção de sentidos precisos e coerentes, confiante para a clareza da comunicação. Uma variedade de abordagens sobre a Concordância Verbal ressalta a complexidade e a profundidade desse fenômeno linguístico, revelando que diferentes abordagens teóricas podem fornecer perspectivas enriquecedoras.

É relevante notar que essa diversidade de conceitos e compreensão não apenas enriquece a compreensão da linguagem, bem como evidencia a natureza dinâmica e adaptativa da língua em sua evolução. As divergências entre as abordagens teóricas refletem as nuances e sutilezas que permeiam o estudo linguístico, em que teorias distintas podem lançar luz sobre diferentes aspectos do fenômeno, promovendo um diálogo contínuo e enriquecedor no campo da linguagem.

1.4.1 Variação na concordância verbal de primeira pessoa do plural

Ainda que as gramáticas normativas preservem a concordância verbal relacionada à desinência número-pessoal como uma regra inquestionável, é notório que, com frequência, nas variantes populares do português brasileiro, ocorre uma alteração

significativa na aplicação dessa norma. Dessa forma, além da conjugação convencional representada pelo morfema *-mos*, é possível observar que a concordância da 1PP assume formas divergentes, especialmente na oralidade cotidiana.

É pertinente destacar que, dentro do espectro das variedades populares, surge uma variação marcante na conjugação da primeira pessoa do plural. A conjugação padrão, representada pelo morfema *-mos*, é frequentemente substituída por formas alternativas. Uma dessas variações se manifesta na perda do sufixo *-s*, com o intuito de compor o morfema número-pessoal. Isso resulta em uma construção como *nós falamo*. Tal fenômeno demonstra claramente a dinâmica evolutiva da língua, na qual o sistema linguístico se adapta às necessidades comunicativas e às características das comunidades falantes.

Além disso, destaca-se um segundo aspecto dessa variação, no qual ocorre a orientação completa do morfema *-mos*, especialmente quando a palavra em questão possui acentuação paroxítona. Essa manifestação fica evidente na forma *nós tinha* como substituído de *nós tínhamos*. Este fenômeno reforça a influência da tonicidade das palavras na morfologia verbal, demonstrando como elementos fonológicos funcionaram para a modelagem das estruturas gramaticais nas variantes populares.

Tais variações linguísticas, observadas principalmente em contextos populares, ilustram a riqueza e a complexidade do processo de comunicação linguística. No entanto, é fundamental notar que a regra de concordância verbal, conforme estipulada pelas normativas gramaticais, continua a ser um ponto de referência essencial para a comunicação formal e escrita. A interação entre as normas gramaticais e as variações dialetais constitui um campo atraente de estudo linguístico, que se revela como a língua é moldada e transformada ao longo do tempo pela influência social, histórica e cultural.

1.4.2 Fenômenos de variação em relação à primeira pessoa do plural

No cenário do português brasileiro, a Concordância Verbal (CV) referente à 1ª pessoa do plural (1PP) e à 3ª pessoa do plural (3PP) tem sido amplamente estudada e já é inegável a variabilidade desses fenômenos linguísticos. Contudo, a maior parte das pesquisas sobre o tema prioriza a investigação da 3PP, relegando a 1PP a uma posição secundária. Neste contexto, uma análise dos aspectos relacionados à 1PP é de suma importância para uma compreensão mais completa da diversidade linguística do Brasil.

Dentre as pesquisas existentes, é possível encontrar um considerável enfoque na variação de CV entre o pronome "nós" e as formas verbais a ele associadas. Trabalhos como o de Bortoni-Ricardo (1985), que aborda a fala de migrantes da zona rural na cidade satélite, e o de Assis (1988), que descreve sucintamente o sistema de CV do dialeto da Ilha do Desterro (SC), apresentam contribuições pertinentes nesse sentido. Essas investigações constituem um ponto de partida fundamental para compreendermos a complexidade da CV na 1PP.

Ademais, a pesquisa conduzida por Rodrigues (1987), além de analisar a 1PP analisa a 3PP no português popular da periferia de São Paulo. Essa abordagem integral enriquece o panorama das variações linguísticas encontradas nessa região, fornecendo uma visão mais holística dos fenômenos de CV.

Camacho (1993), se dedica ao estudo dos aspectos funcionais e estruturais da CV no português culto registrado nas amostras do Projeto NURC de São Paulo. Sua abordagem, trouxe melhor compreensão à interação entre fatores sociolinguísticos e o emprego da 1PP no contexto formal da língua.

Além disso, a pesquisa de Zilles, Maya e Silva (2000), que aborda a CV em Panambi e Porto Alegre (RS), contribui com um olhar diferenciado sobre a variabilidade regional desses fenômenos na 1PP, considerando particularidades locais e dialetais.

Por fim, não podemos deixar de mencionar o estudo de Lucchesi *et al.* (2009), que lança luz sobre as amostras do dialeto da Helvécia (BA). Essa pesquisa representa uma contribuição valiosa para a compreensão das manifestações linguísticas nas Comunidades Quilombolas, oferecendo perspectivas únicas sobre a CV na 1PP.

Desta forma, ao somarmos essas diversas pesquisas, torna-se possível vislumbrar um panorama mais abrangente e profundo sobre a variação da CV na 1PP do português brasileiro. Considerando a riqueza e complexidade desses fenômenos linguísticos, é indiscutível valorizar a relevância de investigações específicas que nos proporcionem uma compreensão mais completa e sensível da diversidade linguística presente em nosso país.

Ao adentrarmos no contexto do português brasileiro, deparamo-nos com o uso do pronome "nós" e da variável "a gente", fenômeno linguístico atestado e explorado por vários autores renomados. Dentre esses estudiosos, destacam-se três pesquisadores: Omena, Lopes e Zilles, cujas contribuições enriquecem nossa compreensão sobre o uso dessas formas pronominais em diferentes contextos linguísticos.

Omena (1986, 1996 e 2003), voltou sua atenção ao dialeto carioca, analisando minuciosamente as escolhas entre "nós" e "a gente" na fala dos cariocas. Seus estudos fornecem esclarecimentos sobre a variação regional dessas formas pronominais, revelando peculiaridades próprias desse importante dialeto.

Já as pesquisas de Lopes (1998, 1999), dirigiram-se para a fala culta do Rio de Janeiro, Porto Alegre e Salvador. Nesses estudos, o pesquisador lança luz sobre o uso de "nós" e "a gente" em contextos mais formais, oferecendo uma perspectiva interessante sobre como esses pronomes se manifestam nas diferentes regiões do Brasil.

Por sua vez, Zilles (2004, 2005 e 2007), empreende uma análise aprofundada da gramaticalização e da avaliação social da forma "a gente" em diversas variedades linguísticas do território brasileiro. Seus estudos contribuem para o entendimento das motivações sociolinguísticas subjacentes ao uso dessa forma pronominal e revelam aspectos relevantes para a compreensão da variação linguística em nossa sociedade.

A despeito de ser um tema de exploração mais recente, a concordância com a forma pronominal "a gente" demonstra ser um fenômeno variável, conforme constatado em estudos qualitativos realizados por Costa, Moura e Pereira (2001), que compararam o português brasileiro e europeu; na pesquisa de Rubio (2012) que estabeleceu uma análise comparativa de fenômenos relacionados à concordância verbal e à alternância pronominal de primeira, segunda e terceira pessoas do singular e do plural no português brasileiro e europeu; nos estudos de Borges (2004) que analisou a gramaticalização de "a gente" no português brasileiro, e por Pereira (2003), que se debruçou sobre a concordância nominal entre predicativos e "a gente" em posição de sujeito.

Para avançar no entendimento dessa variabilidade linguística, alguns pesquisadores propuseram várias análises, reunindo a investigação da variação na concordância de 1ª pessoa do plural (1PP) com a alternância entre as formas "nós" e "a gente". Os trabalhos de Naro, Görski e Fernandes (1999) e de Vianna (2006), ambos embasados em amostras de fala do Rio de Janeiro, bem como o estudo de Coelho (2006) com foco na língua falada na periferia paulistana, destacam-se por sua relevância nessa área de pesquisa.

No estudo de Naro, Görski e Fernandes (1999), analisou-se o uso variável da flexão verbal de 1PP e de 3PS (terceira pessoa do singular) em conjunto com as formas "nós" e "a gente" em quatro gerações de falantes. Tal investigação permitiu

compreender a evolução desse fenômeno ao longo do tempo, fornecendo informações valiosas sobre as preferências linguísticas das diferentes gerações.

Vianna (2006) concentrou-se na análise de estruturas predicativas que complementam o sujeito de 1PP em dados de fala e escrita. O estudo detalhado dessas estruturas contribuiu para uma compreensão mais aprofundada do comportamento linguístico da 1PP em relação à alternância entre "nós" e "a gente".

Coelho (2006), por sua vez, apresentou resultados que revelaram uma relação direta entre o fenômeno da Concordância Verbal (CV) e a alternância entre as formas "nós" e "a gente". Além disso, o estudo corroborou que a aplicação de desinência verbal de 1PP em conjunto com "a gente" é pouco frequente, lançando luz sobre um aspecto particular dessa variação pronominal.

Esses estudos conjuntos têm desempenhado um papel fundamental no avanço do conhecimento sobre a variação pronominal no português brasileiro. Ao integrar a análise da CV com a investigação da alternância entre "nós" e "a gente", os pesquisadores contribuíram para uma compreensão mais ampla dos fatores linguísticos e socioculturais que influenciam esses fenômenos variáveis.

Na análise da 1PP, é essencial discutir a distinção entre pessoa do discurso e pessoa gramatical, conceitos fundamentais que norteiam a compreensão da dinâmica linguística. Seguindo as contribuições de Benveniste (1995, p. 278), é notório que a noção de pessoa do discurso abrange apenas o *eu/tu* e suas formas relacionadas, pois são essas que estão diretamente vinculadas ao próprio ato de enunciação. De acordo com o autor, essas formas pronominais estão intrinsecamente ligadas ao processo de comunicação, sendo uma manifestação direta dos indivíduos que falam (eu) e dos indivíduos que são falados (tu). Nessa perspectiva, a pessoa do discurso é fundamental para a expressão da subjetividade e para a demarcação do eu e do tu como agentes comunicativos.

Por outro lado, as formas de expressão da 1PP podem estar associadas a enunciados de discurso que fogem à condição de pessoa, ou seja, que não remetem a si mesmos, mas sim a uma situação objetiva. Nesse caso, adentramos na esfera daquilo que é comumente conhecido como a "terceira pessoa" Benveniste (1995, p. 282).

A "terceira pessoa" abarca o tratamento de referentes que estão distantes da instância do eu e do tu, dirigindo-se a elementos que não participam diretamente do ato de enunciação. Esses referentes podem ser objetos, animais, pessoas distantes no espaço

ou no tempo, entre outros. Aqui, as formas pronominais que se sobressaem são aquelas relacionadas a ele(s)/ela(s) e suas variantes.

Desta maneira, essa distinção entre pessoa do discurso e pessoa gramatical é de fundamental importância para a análise da 1PP, pois permite discernir como os indivíduos se inserem subjetivamente na comunicação (eu/tu) e como se referem a entidades externas ao ato de fala (ele(s)/ela(s)). Essa compreensão mais profunda enriquece nossa interpretação dos mecanismos linguísticos que regem a interação entre os sujeitos e o contexto em que estão inseridos.

No contexto do português padrão, evidencia-se uma correlação estrita entre a pessoa do discurso e a pessoa gramatical. Essa associação estabelece-se conferindo ao sistema pronominal e de concordância verbal uma univocidade que se estende por todas as pessoas envolvidas na comunicação.

Ao darmos enfoque a primeira pessoa, aquela que representa o próprio falante, deparamo-nos com o pronome "eu", acompanhado de sua flexão verbal específica. Esse fenômeno é particularmente perceptível quando nos referimos a nós mesmos, enfatizando nossa presença no ato de falar ou escrever. A unidade entre o pronome "eu" e sua forma verbal é um dos pilares do sistema pronominal e de concordância que caracteriza o português padrão.

Tal consistência não se restringe à primeira pessoa, pois se estende igualmente a todas as outras, tanto no singular quanto no plural. As formas pronominais associadas à segunda pessoa (tu/você/vocês) e à terceira pessoa (ele/ela/eles/elas) apresentam igualdade entre o pronome e a respectiva flexão verbal. Essa harmonia entre a pessoa do discurso e a pessoa gramatical confere estabilidade e previsibilidade à comunicação linguística.

Contudo, nas diversas variedades do português brasileiro, observamos a inclusão de novas formas de referência à segunda pessoa (singular/plural) e à 1PP, o que provocou uma reelaboração do quadro pronominal e de concordância verbal. Nesse contexto, surgiram formas inovadoras como "você", "vocês" e "a gente", que, ao assumirem valores discursivos de segunda pessoa (singular/plural) e de 1PP, respectivamente, retêm a flexão verbal de terceira pessoa. Essa constatação é corroborada por estudos de pesquisadores como Omena e Braga (1996), Menon (1996), Lopes (1999, 2003) e Zilles (2005). Esses estudiosos se debruçaram sobre a evolução do sistema pronominal e de concordância verbal em diferentes contextos linguísticos do Brasil, revelando como essas formas

inovadoras ganham significados específicos na comunicação e impactam a relação entre pessoa do discurso e pessoa gramatical.

A adoção de "você" e "vocês" como formas de tratamento, que originalmente se referiam à terceira pessoa, para se referirem à segunda pessoa (singular/plural), é um exemplo emblemático dessa reelaboração linguística. Embora essas formas assumam valores discursivos de segunda pessoa, a flexão verbal que as acompanha permanece na terceira pessoa, gerando uma discrepância entre pessoa gramatical e pessoa do discurso.

Outra forma inovadora, "a gente", é especialmente relevante por assumir valores discursivos de 1PP, representando um coletivo ou grupo que inclui o próprio falante. Apesar disso, a flexão verbal que acompanha "a gente" permanece na terceira pessoa, resultando em um fenômeno singular de concordância. Essas transformações no sistema pronominal e de concordância verbal do português brasileiro atestam a riqueza e a dinâmica da língua, refletindo as diversas formas de comunicação que emergem em diferentes comunidades e contextos socioculturais.

Em sua obra intitulada "Grammatica da lingua portuguesa", publicada em 1540, João de Barros proferiu uma definição concisa e esclarecedora sobre o emprego dos pronomes em português, abordando de forma precisa as três pessoas existentes. O autor estabelece a primeira pessoa do singular (1PS), representada pelo pronome "eu", que se refere ao falante que expressa ações, sentimentos ou pensamentos relativos a si mesmo. O segundo indivíduo mencionado é a segunda pessoa do singular (2PS), representada pelo pronome "tu", que é utilizada para se referir à pessoa com quem o falante se comunica, dirigindo-se diretamente a ela. Vale destacar que, atualmente, o uso de "tu" é mais frequente em contextos informais ou em certas regiões, sendo substituído, em situações formais ou de cortesia, pelo pronome de tratamento "você" ou "o senhor/a senhora". Por fim, temos a terceira pessoa do singular (3PS), representada pelos pronomes "ele" e "ela", que se referem a alguém ou algo que é objeto da comunicação, mencionado por parte do falante. Além disso, João de Barros enfatiza a distinção dos pronomes em relação ao número, observando que eles podem se apresentar tanto no singular quanto no plural. No singular, temos casos como "Eu confesso a Cristo", em que a ação é atribuída a uma única pessoa, enquanto no plural, "nós que o confessamos guardamos mal sua doutrina por nossas culpas" (Barros, 1540, p. 35), o pronome "nós" expressa a ação de um "eu-ampliado" de acordo com

Benveniste (1988), incluindo o falante (eu) e outras pessoas, conforme salienta Bechara (2009), que compartilham do mesmo ponto de vista ou experiência.

Ressalta-se, portanto, que a forma "nós" é apresentada como o plural do pronome "eu", mesmo que não represente, como nas formas da segunda e terceira pessoas, um conjunto de indivíduos distintos. Essa peculiaridade na utilização de "nós" evidencia a complexidade e a riqueza da língua portuguesa, que, por meio dos pronomes, possibilita uma ampla gama de nuances e abordagens na comunicação.

A análise de João de Barros, aliada às reflexões de Bechara (2009) e Benveniste (1988), nos permite compreender a dinâmica dos pronomes na língua portuguesa, revelando como essas pequenas palavras são capazes de refletir as múltiplas dimensões da comunicação humana.

A discussão sobre a classificação estrutural da forma "a gente" no português brasileiro é um tema que tem gerado debates entre gramáticos e linguistas contemporâneos. Enquanto a substituição de "nós" por "a gente" é uma ocorrência comumente observada na língua falada e é abordada nas gramáticas normativas mais modernas, a categorização precisa dessa forma pronominal ainda não é consensual.

Para Perini (2010), em sua obra "Gramática do Português Brasileiro", a forma "a gente", assim como outras expressões comumente analisadas como pronomes pessoais, comporta-se como nominais comuns. Ele argumenta que esses itens, como "o senhor", "a senhora" e "a gente", não precisam ser estudados separadamente dos substantivos comuns, pois, embora se refiram ao locutor, gramaticalmente não diferem dos demais sintagmas nominais (PERINI, 2010, p. 115).

Entretanto, para Neves (2000, p. 470), a forma "a gente" pode ocorrer tanto como pronome pessoal de primeira pessoa do plural (1PP), referindo-se ao próprio falante e ao grupo ao qual ele pertence, quanto como pronome genérico para referência a todas as pessoas do discurso. Nessa segunda função, "a gente" funciona como forma de indeterminação do sujeito, tornando-se uma expressão mais abrangente, englobando o conjunto dos interlocutores ou da comunidade de fala.

Neves (2000) destaca, ainda, que embora existam outros sintagmas nominais (como "o pessoal", "o cara" e "o cidadão") empregados com função semelhante na linguagem coloquial, o estatuto de "a gente" se identifica diretamente com a classe dos pronomes pessoais, o que reforça sua singularidade e complexidade estrutural.

Essa controvérsia revela a natureza dinâmica e heterogênea da língua portuguesa, que continua a evoluir e se adaptar às necessidades comunicativas dos falantes. A análise de formas pronominais como "a gente" exige um olhar criterioso, que considere tanto as características gramaticais quanto o uso pragmático e sociocultural na fala coloquial.

A teoria da estratificação proposta por Hopper (1991) traz significativas compreensões sobre a evolução da língua, especialmente no que se refere à emergência de novas formas em um determinado domínio funcional. Segundo essa abordagem, as mudanças linguísticas não ocorrem de forma abrupta, mas sim de maneira gradual, permitindo a coexistência de camadas antigas e novas dentro do mesmo domínio funcional. Essas "camadas" representam diferentes estágios de desenvolvimento de uma forma linguística, em que as antigas formas não são prontamente substituídas pelas novas. Essa coexistência de variantes em um mesmo domínio funcional pode ocorrer quando essas variantes desempenham funções semelhantes ou idênticas, mas com graus diferentes de frequência ou uso.

Um exemplo que ilustra esse fenômeno é a gramaticalização da forma "a gente" no português brasileiro, analisada por Omena e Braga (1996). Essa forma emerge como uma alternativa ao pronome "nós", passando a coexistir com ele no mesmo domínio funcional de 1PP. Ao longo do tempo, "a gente" deixa de ser apenas uma forma substantiva, ganhando a posição de pronome pessoal. Esse processo de gramaticalização, claramente identificado como uma mudança evolutiva da língua, é compreendido sob a perspectiva da estratificação proposta por Hopper (1991).

Essa teoria revela a dinâmica e a adaptabilidade da língua, que está constantemente em transformação, com novas formas emergindo e coexistindo com as mais antigas. Por intermédio da abordagem da estratificação, compreendemos que a evolução da língua é um processo contínuo e complexo, em que a interação entre variantes antigas e novas contribui para a riqueza e a diversidade do sistema linguístico.

De acordo com a tradição gramatical, a flexão verbal de 1PP desempenha um papel essencial em contextos específicos, nos quais atua como sujeito da oração. Esses contextos são claramente definidos: (i) quando o pronome de primeira pessoa do plural é empregado, (ii) nas formas compostas que expressam a pessoa do falante em conjunto com outros seres, como "eu + SN" (substantivo) ou "eu + pronome", e (iii) quando ocorre uma categoria vazia com referência anafórica ao sujeito.

Essa regra tradicional ressalta a relevância da flexão verbal como um marcador gramatical, fundamental para indicar a pessoa do discurso responsável pela ação ou estado expresso na oração. Com essa flexão, é possível identificar o eu como o agente da ação em determinadas situações comunicativas.

Em situações nas quais o falante inclui a si mesmo e outros seres ou indivíduos na enunciação, a flexão verbal de 1PP é empregada para denotar essa inclusão plural. Essa ocorrência é observada quando a pessoa do discurso é o falante e o discurso se estende para abranger outras pessoas, formando um conjunto que inclui o próprio eu.

Adicionalmente, a flexão verbal de 1PP é utilizada quando ocorre a referência anafórica ao sujeito, ou seja, quando há uma retomada do sujeito já mencionado anteriormente na oração. Nesse caso, a flexão de primeira pessoa do plural é aplicada para indicar que o eu é o agente da ação mencionada.

Essas regras gramaticais contribuem para uma comunicação clara e precisa, permitindo que os interlocutores identifiquem facilmente a pessoa do discurso responsável pelas ações ou estados expressos na fala. A flexão verbal desempenha, assim, um papel fundamental na estruturação e na interpretação das orações, promovendo a compreensão mútua entre os falantes.

A análise desses aspectos gramaticais nos permite compreender como a língua é moldada pela interação entre tradição gramatical e fenômenos de gramaticalização, refletindo a complexidade e a riqueza da linguagem humana. A estratificação funcional, como postulada por Hopper (1991), é um valioso arcabouço teórico que nos permite examinar a dinâmica de mudança linguística ao longo do tempo, considerando tanto a persistência das formas antigas quanto a emergência das novas, resultando em uma língua viva e adaptável às necessidades comunicativas dos falantes.

Desse modo, essas pesquisas pioneiras são fundamentais para valorizar a complexidade e a riqueza da língua portuguesa, ao mesmo tempo em que nos permitem aprofundar nossa compreensão da identidade linguística do Brasil. À medida que desvendamos os meandros desses fenômenos, fortalecemos a base do conhecimento linguístico e promovemos uma apreciação mais profunda da diversidade linguística que nos constitui como povo.

A concordância verbal de 1PP no português brasileiro é um fenômeno comprovadamente variável desde o início da década de 1980. No entanto, mesmo com sua relevância e reconhecimento, algumas gramáticas descritivas recentemente

publicadas omitem qualquer menção sobre a ocorrência dessa variação. Perini (2010, p. 277-278), ao abordar características do português brasileiro, destaca a utilização variável da 2PS e da 3PS com o pronome "tu"; a variação no uso de verbos em 3PS e 3PP em sujeitos de 3PP; e a alternância entre "nós" e "a gente" em posição de sujeito, mas não menciona o uso variável de verbos em 3PS e 1PP com sujeitos de 1PP.

Essa omissão pode ser atribuída à ênfase dada a outras formas de variação verbal e ao escopo limitado das gramáticas descritivas, que nem sempre abrangem todas as nuances e complexidades da língua em sua totalidade. Contudo, é importante reconhecer que estudos variacionistas têm se debruçado sobre essa questão, fornecendo evidências substanciais acerca da variação na CV de 1PP em contextos específicos. Os estudos variacionistas têm examinado a relação entre a forma pronominal "nós" e o emprego variável de verbos em 3PS e 1PP em sujeitos de 1PP. Essas pesquisas têm apontado para a existência de um fenômeno significativo de variação nessa área linguística, demonstrando que a flexão verbal de 1PP pode ser empregada junto ao sujeito "nós" em alguns contextos, enquanto a flexão de 3PS pode ser utilizada em outros contextos similares.

Além do mais, as evidências sobre a variação na CV de 1PP e da forma "a gente" são amplamente embasadas em estudos de cunho variacionista, os quais fornecem importantes contribuições para a compreensão desses fenômenos linguísticos. Dentre esses estudos, destacam-se as pesquisas de Rodrigues (1987), Zilles *et al.* (2000), Lucchesi *et al.* (2009), Teyssier (1989) e Vianna (2006), cujas análises permitem explorar a dinâmica da variação em diferentes contextos linguísticos.

Rodrigues (1987) investigou a CV com o pronome "nós" na fala de moradores de favelas de São Paulo, identificando que a flexão de 1PP ocorreu em 53% dos casos, enquanto a flexão de 3PS foi utilizada em 47% das ocorrências.

Em outra pesquisa, Zilles *et al.* (2000) analisaram falantes com diferentes níveis de escolaridade em Panambi e Porto Alegre (RS). Seus resultados apontaram uma frequência geral de 87% de aplicação da desinência verbal de 1PP em contextos de "a gente".

Na pesquisa de Lucchesi *et al.* (2009) sobre a fala da comunidade afro-brasileira de Helvécia, foram observados 18% de frequência de pluralização verbal em contextos de 1PP, indicando maior uso da flexão de 3PS nesse cenário específico.

Em relação à Concordância Verbal com a forma "a gente", é relevante destacar as observações feitas por Teyssier (1989, p. 243), que lança luz sobre um aspecto

peculiar no uso dessa expressão na linguagem cotidiana. Conforme salientado pelo autor, é comum encontrar a forma "a gente" sendo amplamente empregada em linguagem familiar, frequentemente com flexão de 3PS. Esse fenômeno linguístico reflete a maneira natural como muitos falantes a utilizam em seu discurso diário.

No entanto, cabe ressaltar que, de acordo com o autor, a forma "a gente" pode ocorrer com verbos flexionados na 1PP. Essa ocorrência, por sua vez, é percebida pelos falantes como sendo incorreta ou, no mínimo, atípica. Tal percepção pode estar associada a normas gramaticais mais rígidas que regem o uso da concordância verbal, bem como à influência de padrões linguísticos considerados mais prestigiosos.

Essa aparente "incorreção" gramatical pode ser compreendida sob uma perspectiva sociolinguística. Em contextos mais formais ou em situações em que a norma culta é enfatizada, a concordância com o pronome "a gente" seguindo o padrão 3PS pode ser preferida como uma marca de linguagem mais cuidada e alinhada às normas gramaticais estabelecidas.

Vianna (2006) observa em registros do português brasileiro do estado do Rio de Janeiro, a ocorrência menos comum da combinação de "a gente" com flexão verbal de 3PP "a gente estão", indicando que esse padrão é menos frequente em relação às alternativas flexionais de 3PS e 1PP.

Essas pesquisas investigam a complexidade e a diversidade da CV de 1PP e da forma "a gente" no português brasileiro, enfatizando a importância de considerar fatores sociolinguísticos e regionais na análise desses fenômenos.

1.4.3 A estruturação das variáveis

Nesta seção, será realizada a descrição cuidadosa das variáveis dependentes e estabelecida as variáveis linguísticas relacionadas aos grupos de fatores associados à utilização dos pronomes "nós" e "a gente". Compartilhamos as hipóteses que formulamos a respeito dos grupos de fatores que influenciam o uso desses pronomes. Essas hipóteses foram desenvolvidas considerando-se a constituição do *corpus*, a observação empírica do pesquisador (aqui observador) e os resultados encontrados na literatura especializada sobre o uso de "a gente" no Português Brasileiro. Desta forma, levamos em consideração não apenas a teoria, mas as constatações empíricas

presentes no *corpus* analisado. A análise dos dados, aliada ao conhecimento prévio da literatura existente, permite a identificação de padrões e tendências no uso de "a gente", bem como a identificação de fatores que podem influenciar essa escolha linguística.

Ao estabelecer as hipóteses, busca-se avançar na compreensão das motivações subjacentes à preferência pelo pronome "a gente" em determinados contextos.

Fazendo uso dessa abordagem embasada em evidências empíricas, esta pesquisa oferecerá uma análise aprofundada e precisa do uso de "nós" e "a gente", identificando os fatores que podem influenciar essa escolha linguística.

1.4.3.1 A variável dependente

A análise da variação entre as expressões "nós" e "a gente", foco deste estudo, foi previamente investigada em trabalhos acadêmicos, incluindo as pesquisas de Omena (1998, 2003), Menon (1994, 2006), Lopes (1998), Seara (2000), Zilles (2002), Tamanine (2002, 2010) e Borges (2004), entre outros. Em linhas gerais, as conclusões desses estudos apontaram para um processo de mudança linguística em andamento, caracterizado pela substituição gradual de "nós" por "a gente", acompanhado de um progresso crescente de "a gente" em contextos que antes eram predominantemente associados ao uso de "nós".

Destarte, a variável dependente ficou assim estabelecida:

a) *A gente* explícito/implícito

[...] acabei com tudo vendendo, *a gente* tem que acudir a doença [...] (N-L)

E aí *a gente* tem que estudá, tem qui entendê, \emptyset tem que sabê né. (J-M)

b) *Nós* explícito/implícito

e aqui era melhor do mato pra *nóis* trabalhá porque *nóis* trabalhava todo tempo cum roça né(...) (FF-CP)

[...] tudo dia bem cedo, ãnrã, nói levanta, \emptyset benze o corpu, \emptyset reza [...] (O-B)

Uma vez que identificamos apenas três casos de "a gente" implícita, decidimos não incorporar essa variável nas análises estatísticas.

1.4.3.2 As variáveis linguísticas

Neste tópico apresentamos as variáveis *linguísticas* e *sociais* consideradas em nossas análises. No âmbito das variáveis linguísticas, destacam-se as seguintes:

- a) a saliência fônica: que investiga o impacto da quantidade de material fônico;
- b) o tempo verbal: que busca avaliar o efeito da atribuição de tempo e modo verbal;
- c) a vogal temática do verbo: que constata se há conexão entre o tema do verbo e a aplicação de concordância;
- d) a tonicidade: cujo objetivo é verificar o efeito isolado da tonicidade na concordância de primeira pessoa do plural;
- e) a posição do sujeito na frase: que pode favorecer o uso da variante;
- f) o tipo de verbo: que examina a influência dos verbos de *estado* favorecendo *nós*, e os verbos *dicendi*, favorecem *a gente*.
- g) o paralelismo formal: que prevê que "marcas levam a marcas e zeros levam a zeros" (cf. Poplack, 1979).
- h) a flexão verbal: que pode estar associada à concordância e não à inserção das formas pronominais *nós/a gente*.

1.4.3.2 a) A variável saliência fônica

O "princípio da saliência fônica" representou uma referência significativa nos estudos sobre a concordância, apresentando um novo e substancial ângulo para a compreensão dos aspectos sincrônicos associados ao uso da língua. Esse princípio postula que formas linguisticamente mais salientes tendem a ser mais marcadas em relação à concordância, enquanto formas menos salientes tendem a ser menos marcadas. Em termos simples, quanto maior a quantidade de material fônico presente em uma forma, maior a sua saliência e, por conseguinte, maior a probabilidade de manutenção da marca de concordância. O inverso também é válido, onde formas com menos material fônico apresentam menor saliência e, por conseguinte, menor probabilidade de manutenção da marca de concordância. Esta formulação conceitual de saliência, proposta por Naro e Lemle (1976, 1977) foi alvo de intensa discussão na literatura, nas décadas de 70 e 80.

Desta forma, Naro (1981, p.75) sugeriu uma nova configuração para a escala da *saliência fônica* baseada nos critérios *acento* e *distinção material*. Seriam duas dimensões dentro do contexto da *saliência fônica*: o material fônico propriamente dito e a tonicidade da forma. O autor demonstrou que a tonicidade exerce um papel central na manifestação da variável *saliência fônica*, sendo determinante para a proeminência de uma forma e influenciando sua *saliência linguística*.

Guy (1981, p. 254-82) foi outro estudioso que incorporou a variável da *saliência fônica* (ou *categoria morfológica*) em sua análise da concordância nominal e verbal, e contestou em parte, a hierarquia proposta por Naro (1981), manifestando a interferência do *acento* na medição dos graus de *saliência*. Ele considerou a possibilidade de manutenção e/ou deslocamento da tonicidade da palavra ao explorar a concordância. Guy (1981, p. 268) enfatizou que a tonicidade poderia ser entendida como uma restrição independente da aplicação da concordância verbal.

A proposição fundamental ao princípio da *saliência fônica*, conforme explorado por Scherre (1988, p. 64), estabelece que estruturas linguísticas com maior grau de *saliência*, e conseqüentemente mais perceptíveis, tendem a ser marcadas em maior medida do que aquelas com menor *saliência*. No âmbito da 'escala da *saliência fônica*', são adicionalmente contemplados o binômio manutenção-deslocamento da tonicidade da palavra-foco, assim como a *distinção fônica*. Quando aplicamos essa perspectiva à variação entre os pronomes *nós* e *a gente*, Fernandes e Gorski (1986, p. 184) recorrem à estrutura de *saliência* delineada por Lemle e Naro (1977, p. 20) para introduzir uma escala de gradual crescente de *saliência*, que incorpora quatro níveis distintos de diferenciação *fônica*. Essa escala, posteriormente, passou por refinamentos sob a análise de Omena (1986, p. 296-297), que inseriu mais três níveis hierarquicamente ordenados, e por Naro *et al.* (1999, p. 203), que progrediram o nível inicialmente proposto, desenvolvido em uma estrutura composta por dois níveis graduais de *saliência*. A conjugação desses avanços conceituais reforça o papel determinante da *saliência fônica* no contexto da concordância verbal, ampliando nossa compreensão das relações entre fonologia, sintaxe e escolhas linguísticas.

A pesquisa conduzida por Fernandes e Gorski (1986) apresenta resultados que relacionam o conceito de *saliência fônica* com o fator temporal do verbo. Um fator interessante é que o pretérito perfeito surge como o tempo verbal que exhibe as formas mais salientes, traçando os níveis mais elevados na escala de *saliência*. Essa distinção se

atenua nos demais tempos verbais, onde a diferença entre as formas no singular e no plural são menos salientes.

Essa dinâmica entre o fator saliência fônica e o fator tempo verbal é corroborada pelos trabalhos de Omena (1986, p. 297), que oferece resultados convergentes com os de Fernandes e Gorski. A semelhança nos resultados reforça a robustez do efeito observado e lança luz sobre uma relação tangível entre a saliência fônica das formas verbais e contexto temporal em que são utilizadas. Vejamos o comentário de Omena:

Os resultados obtidos confirmam o previsto. Como a frequência e a probabilidade calculadas se referem a forma *a gente*, são justamente as formas verbais que apresentam menor saliência fônica que, em termos de probabilidade, favorecem o uso da regra considerada, sendo o oposto o que acontece com a forma *nós*. (OMENA, 1986, p. 297)

O esclarecimento fornecido por esses estudos demonstra como a linguagem molda suas formas em resposta a fatores específicos, como o tempo verbal, criando um agregado de padrões. A interpretação da saliência fônica em diferentes tempos verbais ressalta a interconexão entre os aspectos fonológicos e sintáticos da linguagem, revelando como a morfossintaxe é sensível às características fônicas das palavras.

Além de ser empregada para o estudo da concordância verbal, a saliência fônica foi utilizada, por vários autores, na análise da variação pronominal, destacando-se a variação entre "nós" e "a gente". Nos estudos de Omena (1998, 2003), Lopes (1998), Borges (2004), e outros, as premissas são que a variação entre "nós" e "a gente" é em grande parte condicionada pela saliência fônica. Essa abordagem evidencia a importância da saliência fônica como um elemento central na compreensão da dinâmica linguística associada a esses pronomes.

Assim como Omena e Lopes, Borges alcança resultados relevantes ao investigar a saliência fônica na análise da variação entre "nós" e "a gente" em diversas variedades linguísticas do Rio Grande do Sul. Motivado por estudos prévios sobre a análise da saliência fônica, Borges (2004, p.139) formula uma escala de saliência, propondo uma abordagem que aprofunda a compreensão da dinâmica linguística desses pronomes nas diferentes comunidades linguísticas da região:

- 1) a mesma forma para ambas as pessoas: *cantando*;
- 2) infinitivo com acréscimo da forma *-mos*: *cantar/ cantarmos*

- 3) conservação da sílaba tônica e acréscimo da desinência –*mos*: *falava/falávamos*;
- 4) deslocamento do acento tônico e acréscimo da desinência –*mos*: *fala/falamos*;
- 5) monossílabos tônicos ou oxítonos que passam a paroxítonos: *está/estamos*, *tem/temos*;
- 6) redução dos ditongos finais em vogais, com acréscimo da desinência –*mos*: *cantou/cantamos*;
- 7) diferenças fonológicas acentuadas: *veio/viemos*, *é/somos*.

Considerando que a escala de saliência, responsável por categorizar os diferentes níveis das variáveis "nós" e "a gente", fundamenta-se na intensidade da oposição entre as formas verbais no singular e no plural em diversos níveis, pesquisamos as formas verbais utilizadas pelos participantes de nossa amostra para estabelecer os níveis de saliência relevante à nossa análise. Optamos por adotar a mesma escala de saliência proposta por Borges (2004), visto que se mostra mais abrangente para a análise dos nossos dados, fornecendo uma base para a compreensão da dinâmica linguística em questão. Entretanto, ao analisarmos os dados observamos situações distintas: no nível 1 (*gerúndio*), temos apenas 2 ocorrências de *nós*; no nível 2 (*infinitivo*), a forma verbal é sempre a mesma, isto é, forma verbal não-marcada; e no nível 3 (*imperfeito*), observamos uma predominância da forma verbal não-marcada com os dois pronomes. Na sequência, mostraremos exemplos de verbos do nível 2 (*infinitivo*):

- (01) [...] a questão da droga né, esse **gente vê** que é muito triste isso né [...] (TMS-CP)
- (02) Poiquê se **nóis vê** uma mesa, cê pode sê uma mesa, podi sê do que é meu, podi sê do qui é seu [...] (JN-L)
- (03) Hoji im dia **a gente (es)tá** até cabandu di falá qui djenti tá té larganu di fazê mais essas casa já, porquê pá barreá né...era difici dimai. (SobC-B)
- (04) **Nóis (es)tá** sendo o quê? (N-L)

No que diz respeito ao nível 2, a utilização de ambos os pronomes com as formas verbais desse nível sugere a presença de variação pronominal entre "nós" e "a gente" nesse grau de saliência (2). Entretanto, vale ressaltar que, em nossa análise, esse nível não revela oposição verbal entre P3 e P4, caracterizando-se pelo emprego da mesma forma não-marcada, tanto com "a gente" quanto com "nós", conforme mencionado anteriormente. De fato, diversos estudos (Omena, 1998; Zilles, 2006) sobre a variação entre "nós" e "a gente" indicam que o uso do infinitivo flexionado na língua

falada é muito raro. Assim, na língua falada, a tendência seria evitar o emprego da forma flexionada.

Quanto aos verbos do nível 3 de saliência (*imperfeitos*), a maioria expressiva dos falantes em nossa amostra emprega a mesma forma verbal, independente do pronome escolhido, como ilustrado nos exemplos a seguir:

- (05) *A genti cobrava* muito deli né, o Nelsu né? *A genti cobrava* deli... (TMS-CP)
- (06) ...aí *nóis cobrava* lá... (TMS-CP)
- (07) Intão, criança qui sai antis da cincü *a renti tava*, né... fazendu sofrê na sala [...] (MH-B)
- (08) ...entãum quando é uma reza po cê tê uma defesa mais que você tá vendo as coisa de pertubaçãum, ele detxô pá nói rezá aonde que *nóis tava*, o Deus o nosso pai. (JN-L)

Nos níveis 4, 5, 6 e 7, saliência mais elevada, a decisão entre os pronomes "nós" e "a gente" por parte dos falantes em nossa amostra invariavelmente influenciará a utilização de formas verbais distintas. Nesses casos, a forma marcada (-mos ~ -mo) é escolhida por "nós", enquanto a forma não-marcada é preferida por "a gente", como evidenciam os exemplos seguintes:

Nível 4: deslocamento do acento tônico e acréscimo da desinência *-mos*. A vogal temática é acentuada em P4, mas em P3 o acento está no radical do verbo:

- (09) Ø *não sabemos* se... se a SEDUC vai realmenti dá continuidadi (...) (MH-B)
- (10) ...amanhã depois *a dgente num sabe* nem como que dispôs...(N-L)

Nível 5: monossílabos tônicos no singular que passam a paroxítonos:

- (11) E aí *a gente tem* que estudá, tem qui entendê, tem que sabê né. (JP-M)
- (12) [...] *nós temo* esse dá... aqui [...] (SGA-M)

Nível 6: redução dos ditongos finais em vogais, com acréscimo da desinência *-mos*:

- (13) Eu sempri costumü falá assim, *a genti vai* aprananu... (TMS-CP)
- (14) [...] este ano se Deus quisé *nós vamo* fazê. (TMS-CP)

Nível 7: diferenças fonológicas acentuadas entre P3 e P4:

- (15) [...] *a gente é* aberto né. (JP-M)
- (16) [...] mas nós somo casado graças a Deusx. (CEE-M)

Desta forma, em nossa análise, verifica-se a seguinte distribuição dos pronomes "nós" e "a gente" em diversos níveis de saliência:

1. *nós/a gente* usados com a mesma forma verbal: nível 1 (*gerúndio*), nível 2 (*infinitivo*) e na maioria dos casos do nível 3 (*imperfeito do indicativo*);

1. falando
2. falar
3. falava/falávamos

2. *nós/a gente* usados com formas verbais diferentes: nível 4, 5, 6 e 7:

4. fala/falamos
5. está/estamos
6. vai/vamos
7. é/somos

Como mencionado anteriormente, a escala de saliência fônica proposta por Borges (2004) será adotada como ponto de referência para a análise dessa variável independente em nossa pesquisa. Contudo, devido à ocorrência limitada de apenas dois casos de pronomes “nós/a gente” no nível 1 da escala de saliência proposta por Borges, optamos por excluir esse nível de nossa análise. Assim, a escala de saliência que utilizaremos para a análise de nossos dados será constituída de 6 níveis:

- 1) a mesma forma para ambas as pessoas: infinitivo;
- 2) conservação da sílaba tônica e acréscimo (ou não) da desinência –mos: falava/ falávamos;
- 3) deslocamento do acentoônico e acréscimo da desinência –mos: fala/ falamos;
- 4) monossílabos tônicos ou oxítonos que passam a paroxítonos: está/ estamos, tem/ temos;
- 5) redução dos ditongos finais em vogais, com acréscimo da desinência –mos: vai/ vamos, falou/ falamos;
- 6) diferenças fonológicas acentuadas: veio/ viemos, é/ somos.

1.4.3.2 b) A variável tempo verbal

O tempo verbal desempenha um papel de destaque nos estudos prolongados de Omena (1986) e Lopes (1998), uma vez que fornece informações importantes para a pesquisa: o pretérito imperfeito, o presente do indicativo, assim como as formas nominais (infinitivo e gerúndio), promovem a utilização de "a gente", enquanto o pretérito perfeito e os tempos que se destacam por uma maior quantidade de marcas estão associados ao uso de "nós".

Conforme observado por Fernandes e Görski (1986), a desinência flexional *-mos* tem desempenhado o papel de morfema de pretérito, estabelecendo uma oposição em relação ao morfema nulo (\emptyset), que passa a representar o tempo presente. A partir dessa análise, sugere-se que o uso do pronome "nós" está associado principalmente a verbos conjugados no tempo pretérito, ao passo que a forma pronominal "a gente" se relaciona mais com verbos no tempo presente.

Com base na análise dos dados expostos e considerando esses fundamentos, nossas hipóteses se direcionam para a ideia de que o presente e o pretérito perfeito propiciam a utilização do pronome "nós", enquanto o, pretérito imperfeito e as formas nominais inclinam-se a favorecer o uso de "a gente". Com o propósito de facilitar uma análise, categorizamos os tempos verbais da seguinte maneira:

i) infinitivo

(17) [...] mas agora nóis suportá mais um quinhão. (N-L)

ii) Presente indicativo;

(18) A zenti pega a cobra (CDL-B).

iii) Pretérito perfeito;

(19) *Essa festa que nóis fizemo agora [...]* (T-CP).

iv) Pretérito imperfeito;

(20) [...] *mai a dgenti trabaiava cum eli [...]* (CDL-B).

1.4.3.2 c) A variável vogal temática do verbo

Na maioria das pesquisas dedicadas à análise da concordância verbal, a categorização adotada para a variável 'saliência fônica' considera a vogal temática como um dos elementos de relevância. Um exemplo disso é o estudo de Guy (1981, p. 260), que, ao investigar a desnasalização na 3ª pessoa do plural, atribui uma posição menos

proeminente na escala de saliência fônica ao fator "1. come-comem, fale-falem , etc.", em contraste com o fator "2. fala-falam, ia-iam, etc.". A proposta lógica de Guy sugere que o /e/ [+nasal] é menos distintivo em comparação com o /a/ [+nasal]. Os resultados encontrados por Guy demonstram que essa diferenciação é analisável estatisticamente.

Nesse contexto, é razoável antecipar que os verbos com a vogal temática 'a' manifestarão um comportamento distinto daqueles que apresentam a vogal temática 'e' quando confrontados com um segmentos que possui o traço [+contínuo], exemplificado por /s/ nas terminações '-s' ou '-ste'. Isso se torna particularmente evidente quando consideramos que o uso da vogal 'e' é uma prática usual para formar plurais em palavras como "tenor/tenores" e para indicar a concordância na 2ª pessoa do singular em verbos como "faz/fazes".

1.4.3.2 d) A variável tonicidade

A análise da tonicidade se torna um fator de grande relevância em vários estudos que se debruçaram sobre a variação entre o uso de "nós" e "a gente". Os resultados obtidos da pesquisa realizada por Borges (2004) sublinharam a tonicidade como um dos fatores mais significativos, tanto em Jaguarão quanto em Pelotas. De fato, os verbos monossílabos tônicos e oxítonos, quando combinados, propiciaram o predomínio do uso de "a gente" em ambas as cidades. Além disso, o autor destacou uma tendência entre os informantes da pesquisa de evitarem as formas verbais proparoxítonas, preferindo usar "nós" quando conjugados com o verbo na forma não-marcada ou recorrendo a "a gente". Borges argumenta que a tonicidade desempenha um papel decisivo na determinação da saliência fônica, e, como resultado, ele busca apresentar seus resultados por meio de uma análise que leve em consideração essa relação intrínseca.

Os resultados do estudo conduzido por Tamanine (2010) em relação aos dados de Curitiba guardam semelhanças com as descobertas de Borges (2004), uma vez que a utilização de "a gente" é amplamente favorecida quando se trata de verbos monossílabos tônicos e oxítonos. Em contraste, as formas verbais paroxítonas inclinam-se a promover o uso de "nós". Fundamentando-nos nessas instruções, bem como em outras pesquisas prévias que exploraram o mesmo tema, postulamos que em nossos próprios dados

observaremos uma maior prevalência de "a gente" associada aos verbos monossílabos e oxítonos, enquanto as formas paroxítonas tenderão a favorecer o uso de "nós".

Considerou-se, na análise dessa variável, os seguintes fatores: *monossílabo tônico, oxítono, paroxítono e proparoxítono*.

1.4.3.2 e) A variável posição do sujeito na frase

O estudo sobre a posição do sujeito nas frases, bem como o acontecimento de sujeitos nulos e plenos em sentenças do Português Brasileiro, tem sido alvo de estudos abrangentes, como os realizados por Lemle e Naro (1977), Berlinck (1988), Lira (1988), Monteiro (1994), Duarte (1996), Tarallo (1996), Naro e Scherre (2003). Assim, as conclusões extraídas dessas pesquisas apontam para uma propensão à ocupação da posição de sujeito nas construções linguísticas do PB. É razoável considerar que o uso de "a gente", em variação com "nós", pode estar sendo empregado como um mecanismo para atenuar a distinção morfológica e para simplificar e regularizar o sistema morfológico verbal do PB, mediante alterações intrínsecas ao seu próprio sistema pronominal.

Essa perspectiva reflexiva sobre a variação de pronomes pessoais, em particular o emprego de "a gente" em substituição a "nós", envereda pela análise da língua como um sistema dinâmico em constante evolução. O uso de "a gente", uma forma aparentemente simplificada, pode ser interpretado como um reflexo da tendência à regularização morfológica. O acompanhamento dessa tendência com a posição do sujeito nas sentenças do PB, revelado pelos estudos anteriores, sugere uma interconexão entre diversos aspectos da gramática da língua.

É viável conjecturar que o uso de "a gente" em substituição a "nós" esteja enraizado na busca por uma maior eficiência comunicativa. Ao minimizar distinções morfológicas, a língua pode ser moldada para facilitar a transmissão de ideias e a interação fluida entre os falantes. Essa adaptação linguística, decorrente do sistema pronominal, demonstra a versatilidade do PB e revela como as mudanças internas e a influência de fatores sociais se entrelaçam na contínua mutação do sistema linguístico.

Consoante Borges (2004), uma análise abrangente acerca da utilização dos pronomes sujeitos "nós" e "a gente", tanto em suas formas expressas quanto em formas não-expressas, esclarece um panorama marcante. A década de 1950 surge como um

ponto de partida nesse contexto, marcando um ponto de inflexão na evolução do uso desses pronomes no Português Brasileiro (PB). Um discernimento apurado aponta para um notável aumento na preferência por pronomes sujeitos expressos ao longo desse período:

A análise dos dados (...), no que se refere à utilização de pronomes sujeitos *nós* e *a gente* (expressos e não-expressos) mostra que, a partir da década de 1950, houve um significativo aumento no uso de pronomes no PB. (...) o uso de *a gente* exposto específico passou de um valor médio de utilização de 7,1%, até a década de 1950, para 82% nas décadas seguintes. Visto que existe uma preferência para a ocorrência de sujeitos pronominais expressos no PB, com o pronome *a gente* atingindo taxas de uso superiores ao pronome *nós*, torna-se importante observar a colocação ou posição do sujeito pronominal *a gente* na frase. (BORGES, 2004, p. 98-99)

No que diz respeito ao emprego dos pronomes "nós" e "a gente", a investigação de Borges (2004) indica um fenômeno linguístico em progressão. A década de 1950 se destaca como uma época de transformação linguística, em que houve uma significativa amplificação no uso de pronomes sujeitos expressos no PB. A virada da década de 1950 foi um marco que reverberou nos decênios subsequentes, deixando uma marca indelével na trajetória linguística.

Na análise da variável "posição do sujeito na frase", parte-se da premissa de que, no discurso oral, a prevalência ocorre quando o sujeito é anteposto ao verbo. Tal anteposição se manifesta tanto em posição imediata à esquerda do verbo, como em ocorrências em que há clíticos intercalados entre o sujeito e o verbo. No propósito desta pesquisa, o foco será dirigido ao exame de quatro configurações distintas: o sujeito em posição imediata à esquerda do verbo, o sujeito à esquerda distante do verbo, o sujeito posposto imediatamente após o verbo e o sujeito posposto acompanhado de elementos intercalados. Para eficácia de análise variável, as posições do sujeito serão controladas quando assumirem as funções de objeto direto, objeto preposicionado e adjunto adverbial.

1.4.3.2 f) A variável tipo de verbo

Essa variável foi objeto de análise de Tamanine (2002) quando Maria Álbán e Judith Freitas (1991c) empreenderam esforços no sentido de classificar semanticamente os verbos ou expressões verbais com os seguintes objetivos:

Pretendendo verificar como se relacionavam as formas pronominais e os verbos referentes a fatos do mundo subjetivo e objetivo (TAMANINE, 2002, p.50)

No entanto, conforme observado por Tamanine (2002), as pesquisadoras enfrentaram desafios, uma vez que a variável investigada não apresentou resultados significativos. Não obstante, persistindo na investigação, mas adotando uma abordagem diferente, Tamanine procedeu a uma análise com quatro categorias de verbos: ação, estado, epistêmico e *dicendi* quando utilizados em conjunto com os pronomes *nós* e *a gente*.

Acompanhando a proposta de Tamanine (2002), analisaremos os mesmos tipos de verbos com os pronomes que estamos investigando, a fim de determinar se algum desses verbos propiciam um ambiente mais propenso à alternância entre as formas pronominais:

Verbos *dicendi* – ex.: *vir, contar, dizer, explicar, falar, perguntar, responder*;

Verbos de ação – ex.: *apertar, cair, comer, correr, chorar, fazer, lavar, ter, tocar, pegar*;

Verbos epistêmicos – ex.: *saber, conhecer, pensar, lembrar, acreditar, imaginar*;

Verbos de estado – ex.: *ser, estar, ficar, permanecer, continuar, parecer*.

Exemplos:

Verbo *dicendi*:

(21) *Aí nói fala aqui na nossa língua é...animal. (OSB-B, masculino, faixa 2)*

Verbo de ação:

(22) *Nenhum...mas violon a dgente toca mais...no djeito. (EBM-M, masculino, faixa 2)*

Verbo epistêmico:

(23) *A gente conhece muita erva, né. (TMS-CP, masculino, faixa 2)*

Verbo de estado:

(24) *[...] num gostá de visita de pessoa é ruim né, aí nós ia no mei da semana, entãum fim de semana a gente, a gente é aberto né. (JP-M, masculino, faixa 2)*

1.4.3.2 g) A variável paralelismo formal

O princípio geral inerente ao fenômeno de paralelismo ressoa na máxima de que "marcas levam a marcas e zeros levam a zeros", conforme exposto por estudiosos como Poplack (1980), Scherre (1988, 1991) e Scherre & Naro (1993). No contexto específico da variante de uso "a gente" versus "nós", as reflexões realizadas por Omena (1986, 2003) e Lopes (1993, 1999) corroboram a hipótese de que há uma propensão à manutenção do mesmo sujeito pronominal em estruturas paralelas. Omena (1986, p. 294) enfatiza que "a probabilidade de se usar *a gente*, ao invés de *nós*, é maior quando o antecedente formal for *a gente* e a referência for igual à anterior".

A compreensão oferecida por Omena traz à tona uma relação intensa entre a estrutura sintática e os processos psicolinguísticos contidos à escolha pronominal. Ao associar a preferência por *a gente* ou *nós* a padrões paralelos de referência, a autora sugere que a manutenção da coerência pronominal em estruturas semelhantes pode estar ancorada tanto na simplicidade cognitiva quanto nas tendências gramaticais. Esse vínculo estabeleceu entre o paralelismo e a escolha pronominal enriquecendo nossa compreensão das sutilezas envolvidas na construção das sentenças e na interação entre o sistema linguístico e os processos mentais.

O conceito de *paralelismo formal*, conforme delineado por Scherre e Naro (1993, p. 13), se refere à "uma tendência de formas gramaticais semelhantes ocorrerem juntas". Nessa perspectiva, uma suposição foi de que a forma *nós* seria mais frequente em situações em que o mesmo pronome fosse utilizado anteriormente na oração, antecipando-se uma lógica semelhante para a forma "a gente". A variável presente abrange os seguintes fatores:

- a) primeira referência: sem citação anterior ao referente do *nós* ou *a gente*;

(25) Aqui...cê já veio nesse daí num já? Nessa daí ele já veio que faz bem aí na frente. É...vixi é povo demais. Essa festa que *nóis fizemo* agora vinte e um de janeiro, São Sebastião, *nóis matou* seis bois... (TMS-CP, masculino, Faixa 02)

- b) referência anterior feita por *a gente* ou forma verbal não marcada:

(26) *A gente estudô e...a gente estudô, estudô, e aí pra sê apresentado né. (a)presentado por um pastor dos Estados Unidos, é, Califónia. (JP-M, masculino, Faixa 2)*

c) referência anterior feita por *nós* ou forma verbal marcada:

(27) *Ne(h)uma di nós aqui é efetiva. Nós fizemos, tal, fomos pra segunda fazi, uma foi pa terceira mas num...éé...[...]* (MH-B, feminina, Faixa 1)

1.4.3.2 h) A variável flexão verbal

A flexão verbal emerge como um elemento de alta relevância nesta pesquisa, uma vez que a análise da concordância no Português Brasileiro (PB) e de seus traços distintivos nos permitiu adotar uma nova perspectiva em relação à natureza da variação no uso de "nós" e "a gente" e sua relação com a mudança gramatical que influenciou a formação do PB no Brasil.

Em estudos realizados por Lopes (1999) com falantes cultos do Português Brasileiro (PB), foi constatado que a concordância do pronome "a gente" com um verbo na 3ª pessoa do singular é invariável e, portanto, uma regra ("A gente vai"). Por outro lado, a concordância de "nós" com um verbo na 1ª pessoa do plural ou na 4ª pessoa (P4) se mostrou a única estratégia existente ("Nós vamos").

Ao analisar os resultados gerais referentes à concordância verbal em 1ª pessoa do plural, conforme observado por Rubio (2012), torna-se evidente que no Português Brasileiro (PB), há uma notável frequência de uso de formas verbais da 3ª pessoa do singular em conjunto com o pronome "nós" (correspondendo a 14,5% dos casos). Em contrapartida, no Português Europeu (PE), a utilização de morfemas da 1ª pessoa do plural nesse contexto é praticamente uma regra. Além disso, constatou-se que a combinação de "a gente" + P3 representa 94% dos casos no PB e 75,5% no PE, sendo notável o aumento de quase 20% no emprego de "a gente" + P4 nas amostras de Portugal.

Com o propósito de investigarmos o fator da flexão verbal (concordância verbal), nas formas "nós" e "a gente", tanto nas manifestações explícitas quanto nas implícitas, empregamos a classificação abaixo:

i) Nós + primeira pessoa do plural (P4)

(28) *Deus manda que todos nóis temo que tê corage.* (JN-L)

ii) Nós + terceira pessoa do singular (P3)

(29) *Mamáí. Nói fala Manhana. (CDL-B)*

iii) A gente + terceira pessoa do singular (P3)

(30) *Naquela época dela assim, a gente tinha que prestá conta do que \emptyset estudô. (JP-M)*

1.4.3.3 As variáveis sociais

No estudo da linguagem, é fundamental reconhecer que os fatores externos ao sistema linguístico desempenham um papel significativo na produção linguística dos falantes. Esses fatores podem ser classificados em duas categorias distintas: aqueles inerentes ao próprio indivíduo e aqueles associados às circunstâncias que envolvem o ato de fala.

Dentre os fatores sociais inerentes aos falantes, encontram-se aspectos fundamentais que exercem influência sobre a produção linguística. A **faixa etária** do falante é um desses aspectos relevantes, uma vez que indivíduos pertencentes a diferentes grupos etários podem manifestar variações na forma como utilizam a linguagem. Por exemplo, gerações mais antigas podem empregar construções linguísticas distintas das utilizadas por gerações mais jovens, resultando em divergências linguísticas marcantes.

Outro fator social relevante é o **nível de escolarização** do falante. O acesso à educação formal pode moldar o vocabulário, a gramática e até mesmo a pronúncia adotada, contribuindo para a formação de estilos linguísticos diferenciados entre indivíduos com diferentes graus de instrução. Essa disparidade linguística reflete a influência do ambiente educacional na construção da competência linguística do indivíduo.

O **sexo/gênero** também figura como um fator social relevante. Estudos têm demonstrado que homens e mulheres podem apresentar divergências linguísticas em termos de estilo, vocabulário e uso de expressões linguísticas, atribuídas em parte às normas de gênero e aos papéis sociais desempenhados por cada grupo.

1.4.3.3 a) A variável faixa etária

A suposição vinculada à variável faixa etária sustenta que os falantes mais idosos tendem a utilizar formas linguísticas mais conservadoras, enquanto os indivíduos

mais jovens têm preferência por formas inovadoras. A investigação associada à concordância verbal entre "a gente" e "nós", de maneira geral, fortaleceu essa hipótese, uma vez que a forma inovadora "a gente" é empregada com maior frequência, sobretudo entre as faixas etárias até os 50 anos, corroborando a clássica teoria da *mudança em tempo aparente* proposta por Labov (1972; 1994). A faixa etária assume uma posição de destaque, uma vez que é essencial para avaliar a progressão dessa transformação linguística e para discernir em quais grupos sociais a substituição de "nós" por "a gente" se encontra mais disseminada.

Nos estudos de Omena (1998), Menon (1994), Tamanine (2002, 2010), Seara (2000) e Borges (2004), as descobertas relacionadas à faixa etária corroboraram as hipóteses de que os falantes mais jovens demonstram uma habilidade a adotar a forma inovadora "a gente".

Convém destacar que a faixa etária não pode ser treinada de forma disciplinar, visto que ela faz parte de um conjunto de fatores "multivariáveis" de natureza social. Ela reflete certas práticas linguísticas e carrega consigo significados e experiências vividas a diferentes fatos de vida.

Para esta análise, a faixa etária foi dividida em duas: a primeira, que vai até os 50 anos de idade e, a segunda faixa inicia a partir dos 50 anos.

1.4.3.3 b) A variável escolaridade

No contexto da variável social "escolaridade", a hipótese já delineada para fenômenos variáveis propõe que os informantes com mais anos de instrução tendem a demonstrar um direcionamento mais proeminente para o emprego de formas linguísticas tidas como normativas dentro da comunidade linguística, ao passo que aqueles com níveis educacionais baixos ou ausentes tendem a preferir o uso de formas consideradas não-normativas (LABOV, 1966, 1972). No contexto da alternância pronominal (AP), a forma "nós" é tida como normativa, conservando-se esclarecido à tradição gramatical. Em comparação, a forma "a gente" é considerada não normativa, em grande parte devido à sua persistente omissão como forma pronominal na maioria das obras gramaticais da língua portuguesa.

A dimensão escolaridade foi medida pelo grau de escolaridade atingido pelo informante. Desta forma, formulou-se três fatores:

- 1 – escolaridade inicial: informantes com escolaridade máxima até a 3ª série, incluídos os analfabetos e semi-analfabetos;
- 2 – escolaridade fundamental: informantes com escolaridade a partir da 4ª série;
- 3 – escolaridade superior: informantes que concluíram o curso superior.

1.4.3.3 c) A variável gênero

A essência deste subtítulo reside na intenção de conferir a influência do contexto social na moldagem da linguagem. O estudo da variável "gênero", ancorado no decurso de que as disparidades entre indivíduos do sexo masculino e feminino transcendem o plano meramente biológico, abrem esferas sociais e culturais. A adoção do termo "gênero" surge como um reflexo do caráter mutável da sociedade, entrelaçado com o processo contínuo de construção social. Como Haeri (1996) enfatiza nas linhas do seu artigo intitulado "Why do women do this? Sex and gender differences in Speech"¹⁵:

Identificar os tipos de pressões que produzem 'posturas expressivas' pode representar um passo na direção de um maior entendimento das diferenças linguísticas baseadas nas diferenças sexuais. (HAERI, 1996, p.111)

O pressuposto a esse trabalho é a compreensão de que a linguagem não é um sistema isolado, mas influenciado pelo ambiente social circundante. Ao adotar a variável gênero como lente analítica, busca-se adentrar nas normas e expectativas que moldam as comunicações. A visão de gênero, aqui, transcende a simples dicotomia entre masculino e feminino, identificando o território fértil da construção cultural e da performance social.

Ao se dedicar sobre as diferenças linguísticas fundamentadas nas variações de gênero, surge uma compreensão mais holística das dinâmicas subjacentes à linguagem. As pressões que forjam posturas expressivas, como Haeri (1996) sugere, fornecem uma janela para o entendimento aprofundado das intrincadas ligações entre língua, cultura e sociedade.

A magnitude subjacente à "construção" das distintas questões sociais revela-se com clareza nas reflexões de Roberts (1999, p. 134), quando salienta que: "como

¹⁵ "Por que as mulheres fazem isso? Diferenças de sexo e gênero na fala" (tradução nossa)

gênero, etnia e idade, a construção da fala da comunidade não é fixa, mas socialmente negociável e continuamente modificável." Nesse contexto, a autora destaca a maneira pela qual os indivíduos se "posicionam" no mundo e o peso da construção dos valores sociais. Ao reconhecer a dinamicidade da construção da fala em relação a categorias como gênero, etnia e idade, ela desvela uma realidade que é fluida e moldada pelas classes sociais.

Ao explorar o modo como os indivíduos se "situam" no mundo, Roberts destacou a interconexão entre linguagem, identidade e contexto social. A maneira pela qual as pessoas empregam a linguagem para se posicionar, espelham e influenciam o ambiente social que as cercam. Nesse aspecto, sua abordagem ressoa com o entendimento contemporâneo de que a linguagem não é apenas um meio de comunicação, mas um veículo essencial de construção e negociação de identidades individuais e coletivas.

Em congruência com essa perspectiva, Labov (2001, p. 319) ressalta que a comparação dos padrões de classe social entre homens e mulheres tem sido uma ferramenta explicada no entendimento do papel do gênero nas experiências linguísticas. Complementando essa abordagem, Eckert (1997, p. 215) sublinhou que as categorias sociais podem adquirir maior proeminência para os indivíduos de um gênero em relação ao outro, especificando a categoria de gênero como intrinsecamente ligada ao processo de edificação da identidade pessoal. A autora enfatiza: "O gênero, como a etnia, a classe social e a idade, é uma construção social e pode entrar em qualquer variedade de interações, como outro fenômeno qualquer".

A observação de Eckert revela uma dimensão das categorias sociais, especialmente no que diz respeito ao gênero. Ao sugerir que essas categorias podem ser percebidas de maneira mais acentuada por um dos gêneros, ela destaca a complexa relação entre a construção da identidade individual e as normas sociais.

No cerne das observações desses autores reside uma percepção perspicaz da fluidez inerente à construção das identidades sociais. A linguagem, como reflexo da sociedade, não se cristaliza em padrões imutáveis, mas sim evolui de forma adaptativa, espelhando os meandros das relações sociais e culturais.

Em síntese, as perspectivas de Roberts, Labov e Eckert convergem para o pressuposto de que a linguagem é um espelho da sociedade, sendo continuamente moldada e remodelada pelas dinâmicas sociais e culturais. A compreensão das relações

entre gênero, linguagem e identidade é essencial para uma compreensão holística da complexidade da comunicação humana e da sua interligação com o contexto sociocultural.

Neste trabalho os fatores empregados para a variável *gênero* são os masculino e feminino, representados por suas letras iniciais em maiúsculas:

M – masculino;

F – feminino.

1.4.4 Aspectos da gramaticalização: processos de mudança gramatical

A variante pronominal "a gente" surge a partir da evolução de uma expressão nominal, o substantivo "gente". Em certos contextos discursivos, esse substantivo adquire propriedades, valores e funções específicas, levando-o a fazer parte de uma nova classe ou categoria gramatical. Esse processo pode ser identificado como um caso de gramaticalização, no qual um termo lexical se transforma, em certas circunstâncias, em elemento gramatical, ou quando itens gramaticais se tornam ainda mais integrados à gramática da língua. Essa perspectiva teórica é respaldada por estudiosos como Traugott e Heine (1991), Hopper e Traugott (1993), Heine (2003), Castilho (1997), entre outros. É possível observar um processo contínuo de regularização e previsibilidade quando um item lexical deixa de ter a liberdade criativa no discurso para se submeter às restrições gramaticais. Nesse sentido, ocorre uma transformação em que os elementos lexicais gradualmente perdem sua capacidade de representar ações, qualidades e entidades do mundo social e passam a desempenhar um papel estrutural no léxico gramatical. Essa transição implica, por exemplo, em assumir funções anafóricas e expressar noções gramaticais como tempo, modo, aspecto, entre outros.

Em busca de mais informações sobre o processo de gramaticalização, conferiu-se que o termo "gramaticalização" foi apresentado academicamente por Antoine Meillet (1965[1912], p. 131) em seu texto *L'évolution des formes grammaticales*, onde ele reflete sobre a incorporação de formas gramaticais no sistema linguístico. Segundo o autor, há duas maneiras principais pelas quais as formas gramaticais são originadas. O primeiro processo, extensivamente estudado pelos neogramáticos da época (1917), é a analogia, onde uma forma é criada com base no modelo de outra. Um exemplo desse tipo de construção é quando uma criança utiliza as conjugações verbais, mesmo sem ter

ouvido todas as formas de todos os verbos, ela consegue inferir suas flexões com base no conhecimento de outros verbos regulares. O segundo processo, encontra-se no centro do estudo do autor e é conhecido como gramaticalização, que envolve a transformação de uma palavra "autônoma" (*mots principaux*) em uma palavra com função gramatical (*mots accessoires*). Meillet define as palavras "autônomas" como aquelas que expressam as ideias principais das frases, enquanto as palavras com funções gramaticais são consideradas mais vazias de sentido (*mots vides*). Dessa forma, a gramaticalização implica na transição de palavras com significado substantivo ou lexicalmente carregado para palavras com um papel mais estrutural e gramatical dentro da língua. O autor ressalta que a atribuição de papéis gramaticais às palavras autônomas não ocorre de forma imediata, mas sim de maneira progressiva.

Nessa definição, Kurylowicz (1965, p. 68) acrescenta a ideia de que os itens lexicais podem se tornar gramaticais, e os itens gramaticais podem se tornar ainda mais gramaticais, "ampliando os limites de um determinado morfema" (lexical > gramatical > mais gramatical):

A gramaticalização ocorre quando a zona de aplicação de um morfema se estende a ponto de perder sua característica lexical, funcionando apenas como uma regra gramatical, ou quando a função gramatical se acentua. (Kurylowicz (1965 *apud* Gonçalves, 2007)

Tanto Meillet quanto Kurylowicz sustentam que a gramaticalização é um processo contínuo, caracterizado pela ideia de um *continuum* ou um processo em constante desenvolvimento. Essa noção é fundamentada na possibilidade de haver graus ou estágios avançados associados à transição de um elemento lexical para um elemento gramatical. Meillet, em particular, se refere a essa etapa avançada como a passagem de um item lexical para gramatical. Essa perspectiva ressalta que a gramaticalização não é um evento instantâneo, mas um processo gradual e em constante evolução. O processo de gramaticalização é frequentemente descrito como um fenômeno evolutivo contínuo, evidenciando seu caráter cíclico. Essa perspectiva é compartilhada por estudiosos como Heine e Reh (1984, p. 15), que afirmam que a gramaticalização é um *continuum* evolutivo. Além disso, Croft (1990, p. 230) destaca que a gramaticalização é um processo no qual certos itens lexicais se transformam em morfemas gramaticais. Essa transformação ocorre de forma unidirecional, seguindo uma direção específica, sendo considerada cíclica, o que implica que os morfemas gramaticais podem, eventualmente,

passar por novos processos de gramaticalização. Essas definições destacam a natureza dinâmica e cíclica da gramaticalização, evidenciando sua característica evolutiva e contínua.

Hopper e Traugott (1993, p. 126) abordam a gramaticalização com relação à noção de continuidade, afirmando que ela segue uma direção única, pois os "clines" da gramaticalização são irreversíveis. Isso significa que, uma vez que um elemento inicia seu processo de gramaticalização, ele tende a se desenvolver em direção a formas gramaticais mais consolidadas, e esse processo não é facilmente revertido. Essa perspectiva ressalta a natureza progressiva e irreversível da gramaticalização, onde os elementos linguísticos passam por mudanças graduais, transformando-se em elementos gramaticais e adquirindo novas funções estruturais na língua. Assim, a gramaticalização é vista como um processo contínuo, unidirecional e não passível de retorno aos estágios anteriores.

Heine (2003, p. 579) contribui para uma compreensão mais aprofundada da gramaticalização ao identificar quatro mecanismos inter-relacionados que sustentam sua natureza unidirecional. Esses mecanismos são a redução semântica (desemanticization), a generalização em outros contextos (extension), a perda das características morfossintáticas originais das formas (deategorialization) e a redução fonética (erosion).

A **redução semântica** refere-se ao processo pelo qual os itens lexicais perdem parte de seu significado original à medida que se tornam mais gramaticais. Essa redução de sentido contribui para a função gramatical da forma, que passa a expressar noções abstratas ou menos específicas. A **generalização em outros contextos** envolve o uso expandido da forma gramatical para além de seu contexto original. Ela passa a ser empregada em novos contextos e adquire uma função mais ampla, muitas vezes estendendo-se a estruturas sintáticas diferentes. A **perda das características morfossintáticas originais das formas** ocorre quando elementos lexicais sofrem alterações estruturais e perdem traços morfológicos ou sintáticos que eram característicos de sua forma original. Isso resulta na simplificação e uniformização das formas gramaticais. A **redução fonética** refere-se às alterações fonéticas que as formas gramaticais podem sofrer ao longo do tempo. Consonantes, vogais ou sílabas podem ser reduzidas ou eliminadas, tornando a forma mais compacta e foneticamente mais simples.

Esses quatro mecanismos inter-relacionados apontados por Heine destacam os processos-chave envolvidos na gramaticalização, fornecendo uma base para compreender a natureza unidirecional desse fenômeno linguístico.

No entanto, é importante destacar que a concepção de gramaticalização como um processo unidirecional não exclui a existência de etapas sucessivas de gramaticalização que ocorrem sincronicamente, formando o que pode ser descrito como "camadas" (layering).

Embora a gramaticalização seja geralmente vista como uma progressão contínua em direção à gramaticalidade, isso não significa que todas as palavras ou estruturas gramaticais se encontrem no mesmo estágio de desenvolvimento gramatical. Pelo contrário, dentro de um sistema linguístico, é possível observar diferentes estágios de gramaticalização coexistindo e formando camadas distintas.

Essas camadas refletem as várias etapas pelas quais os elementos linguísticos passam durante o processo de gramaticalização. Alguns elementos podem estar em estágios iniciais, apresentando características mais lexicais e semânticas, enquanto outros podem estar em estágios mais avançados, exibindo características gramaticais mais consolidadas.

Assim, a existência de camadas de gramaticalização permite uma visão mais abrangente e dinâmica do processo, reconhecendo que diferentes elementos linguísticos podem estar em diferentes estágios de gramaticalização simultaneamente. Essa perspectiva reforça a complexidade e a variedade de trajetórias que os elementos linguísticos podem seguir ao se tornarem mais gramaticais ao longo do tempo.

De acordo com a perspectiva de Hopper & Traugott (1993, p. 124), as "camadas" são os resultados sincrônicos da gramaticalização sequencial de formas que colaboram para um determinado domínio linguístico. Essas camadas emergentes se desenvolvem de forma sucessiva e coexistem com as camadas mais antigas, sem excluí-las. Um exemplo dessa coexistência pode ser observado no uso do pronome "a gente" em variação com o pronome "nós" no português brasileiro. Nesse caso, o pronome "a gente", que se originou do substantivo "gente", passa a competir com o pronome "nós" sem que o substantivo desapareça completamente.

Essa coexistência de formas demonstra como a gramaticalização pode ocorrer de maneira não linear e multifacetada. Enquanto o pronome "nós" representa uma forma mais tradicional e consolidada na gramática, o surgimento e a popularização do pronome "a gente" como uma alternativa expressiva refletem uma nova camada de gramaticalização.

Embora ambos os pronomes sejam utilizados para indicar a primeira pessoa do plural, eles diferem em termos de propriedades gramaticais e conotações discursivas.

Essa convivência de formas gramaticais diferentes é um exemplo da complexidade e da dinâmica da gramática em constante transformação. As "camadas" resultantes da gramaticalização sucessiva coexistem e interagem entre si, influenciando as escolhas linguísticas dos falantes em diferentes contextos comunicativos.

Portanto, a análise das "camadas" gramaticais nos permite compreender como diferentes formas linguísticas se estabelecem e se mantêm em uso, mesmo quando novas formas surgem. Essa abordagem enriquece nosso entendimento da gramaticalização como um processo contínuo e complexo, em constante interação com as estruturas gramaticais já existentes. Além disso, é importante destacar que a forma "a gente" adquiriu propriedades semânticas semelhantes à forma "nós" e apresenta um processo de redução, sendo abreviada para a forma "ente".

Outro aspecto importante a ser considerado é o princípio da persistência. Esse princípio, proposta por Hopper em 1991, destaca que traços do significado lexical original tendem a permanecer na forma gramaticalizada. No contexto específico da forma pronominal "a gente", pesquisadores como Menon (1996) e Omena & Braga (1996) realizaram estudos que evidenciaram a manutenção da referência indeterminada e genérica, herdada da noção de coletividade presente no substantivo "gente". Essa persistência do significado original na forma gramaticalizada "a gente" tem implicações significativas no uso e compreensão da língua. Ao utilizar essa expressão, os falantes transmitem uma ideia de pluralidade e inclusão, sem se referir a um grupo específico de pessoas. A referência indeterminada permite uma flexibilidade maior no discurso, possibilitando que os interlocutores se identifiquem com o contexto sem precisar especificar individualmente cada pessoa envolvida.

A gramaticalização é um processo complexo que envolve mudanças significativas na categoria sintática, propriedades funcionais, morfológicas, fonológicas e semânticas de um item lexical. Para compreender de forma mais detalhada o trajeto percorrido pelo termo "a gente" ao longo desse processo, recorreremos à definição proposta por Castilho (1997) o qual afirma que a gramaticalização de "gente" para "a gente" inicia-se com a recategorização do substantivo em um pronome indefinido. Nessa etapa, ocorre uma transformação na sintaxe do termo, conferindo-lhe propriedades funcionais específicas dentro da sentença. Posteriormente, a forma "a

gente" sofre alterações morfológicas, fonológicas e semânticas, o que resulta na forma final "a 'ente", um pronome pessoal. Essa definição ampla de gramaticalização apresentada por Castilho é abrangente e vai além da mera transformação sintática. Ela envolve a codificação de categorias cognitivas em formas linguísticas, refletindo a percepção de mundo de diferentes culturas e o processo de transmissão da informação. A gramaticalização, portanto, transcende a mera evolução gramatical, abrangendo aspectos sociais, culturais e cognitivos da linguagem. A compreensão dessa definição abrangente de gramaticalização permite a capacidade de apreciar a complexidade do processo e sua importância na comunicação humana. A evolução da linguagem reflete a forma como os falantes adaptam e estruturam suas expressões, tornando-se um espelho dos processos cognitivos e culturais que permeiam nossa sociedade.

O uso da forma "a gente" no lugar de "nós" é um fenômeno linguístico, no qual ocorre uma extensão semântica da palavra "gente" para assumir as funções gramaticais associadas ao pronome "nós". Conforme Borges (2004), "a partir da década de 1960 a forma *a gente* cristaliza-se como pronome pessoal de primeira pessoa do plural".

Além disso, observa-se que a forma "a gente" passa por um processo de redução fonética, sendo frequentemente abreviada para "'ente" em contextos informais. Essa redução reflete a natureza dinâmica da língua e a tendência natural de simplificação e economia linguística.

Dessa forma, o uso de "a gente" como uma forma alternativa a "nós" resulta em uma extensão semântica, e também apresenta variações fonéticas que refletem o uso coloquial da língua. Essas propriedades semânticas e fonéticas conferem à forma "a gente" uma identidade gramatical distinta, mantendo-se em coexistência com a forma mais tradicional "nós".

Portanto, a compreensão da gramaticalização de "a gente" como uma forma que adquire propriedades semânticas de "nós" e passa por processos de redução fonética nos permite explorar a complexidade e a dinâmica da língua, revelando as diferentes facetas e evoluções que os elementos linguísticos podem assumir ao longo do tempo.

1.5 Considerações Finais do Capítulo I

Neste capítulo, discorreremos sobre *Fundamentação teórica: a ecolinguística* que se concentra na análise dos ecossistemas e da dinâmica entre a linguagem e o meio

ambiente e servirá como base e fundamentação para a nossa pesquisa, numa abordagem proposta por Couto (2015), fundamentada na *Linguística ecossistêmica*. Mencionamos sobre *a diversidade e a variabilidade* e entendemos que a segunda é uma das manifestações da primeira. Citamos alguns trabalhos realizados sobre "nós" e "a gente", dois pronomes aparentemente sinônimos e que são examinados pelas abordagens variacionistas para esclarecer os fatores que moldam a preferência pelo uso de um ou de outro pronome. Falamos sobre o *Contato Linguístico* que atua como um intenso cruzamento de culturas através da linguagem, enriquecendo dialetos e evidenciando a constante evolução da expressão humana; e sobre os *Fenômenos variáveis de concordância verbal e dos pronomes "nós" e "a gente"* em que há um debate científico sobre a redução de marcas de concordância no português brasileiro: uma concepção liga a influência ao português europeu, enquanto outra atribui isso ao intenso contato linguístico, causando transmissão irregular dos padrões. Conhecemos as variáveis dependentes e as variáveis linguísticas consideradas em nossa análise. Ainda nesta seção exploramos a trajetória da gramaticalização e compreendemos o processo da gramaticalização de "a gente".

No capítulo consecutivo, contextualizaremos a História dos quilombos no Brasil, do Mato Grosso e das comunidades de fala analisada. Apresentaremos os procedimentos metodológicos e seleção dos informantes das comunidades de fala analisadas, a coleta de dados e o trabalho de campo.

CAPÍTULO II

CONTEXTUALIZAÇÃO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No Capítulo II da presente pesquisa, direcionamos nossa atenção para a compreensão do uso das expressões "nós" e "a gente" nas comunidades quilombolas do Mato Grosso. Desta forma, a contextualização da relevância histórica e geográfica dessas comunidades desempenha um papel significativo, juntamente com a apresentação da abordagem metodológica que guiará nossa investigação.

Na seção (2.1), mergulhamos na história dos quilombos no Brasil, uma exploração que se mostra essencial para a compreensão do contexto das comunidades afro-brasileiras no Mato Grosso. Esta história se destaca por sua estreita conexão com a resistência e a preservação das culturas africanas no país, o que confere relevância singular ao estudo.

A seção (2.2), se concentra na história específica do Mato Grosso, com ênfase nas características geográficas e sociais que moldaram a região e influenciaram o desenvolvimento das comunidades quilombolas no estado. Este entendimento contextual é determinante para a análise das dinâmicas linguísticas e sociolinguísticas posteriormente.

Na seção (2.3), aprofundamos a discussão sobre a demarcação e a situação dos territórios quilombolas em Mato Grosso. Exploramos a luta desses povos para conquistar suas terras, destacando a importância dessas áreas como espaços de preservação cultural e histórica das comunidades afro-brasileiras.

O conceito de comunidade será discutido na seção (2.4), fornecendo os fundamentos essenciais para uma compreensão mais profunda. Além disso, na subseção (2.4.1), enfatizamos a perspectiva ecolinguística desse conceito, que distingue a comunidade de língua e a comunidade de fala (2.4.1.1).

Detalhamos os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, na seção (2.5), que incluirá informações sobre uma seleção de informantes nas comunidades de fala analisadas. Além disso, exploramos os ecossistemas naturais, mentais e sociais da língua presentes nas comunidades de Baixo, Campina de Pedra, Laranjal e Morrinhos.

A coleta de dados será abordada na seção (2.6), destacando sua importância fundamental para a pesquisa. Explicamos como os dados foram obtidos e registrados, com foco na transcrição e na delimitação das características linguísticas sob investigação.

Por fim, na seção (2.7), apresentamos a estruturação das variáveis de análise. Isso inclui a categorização das variáveis linguísticas e das variáveis sociais ou extralinguísticas, que desempenharão um papel central na análise do uso das expressões "nós" e "a gente" nas comunidades quilombolas do Mato Grosso. Cada seção deste capítulo tem um propósito específico e se encaixa na preparação do terreno para a análise dos dados encontrados nas comunidades afro-brasileiras.

2.1 História dos Quilombos no Brasil

Ao longo da história, uma parte significativa da narrativa dos quilombos foi perdida juntamente com a extinção de comunidades quilombolas. No entanto, as que resistiram ao passar dos tempos são conhecidas atualmente como Remanescentes Quilombolas ou Quilombos Contemporâneos. É válido lembrar um pouco da história desse povo.

De acordo com Ramos e Smaniotto (2014), no ano de 1530, com o objetivo de povoar a nova terra, a Coroa portuguesa enviou contingentes populacionais para garantir a consolidação e o domínio sobre o território. A partir dessa decisão, foi gradualmente estabelecido um modelo de servidão baseado na mão de obra escrava. Inicialmente, utilizou-se a escravidão indígena e, posteriormente, a escravidão negra.

Maestri Filho (1988) destaca que a entrada dos africanos na colônia portuguesa tinha como objetivo suprir a falta de mão de obra indígena e enriquecer o país, por meio da mistura de cultura, religião e etnia. Os portugueses, após receberem a bula Papal da Santa Sé¹⁶, obtiveram o poder de tomar posse do território africano e realizar o comércio de escravos. Nesse contexto, negros africanos foram traficados como escravos para a Colônia Brasil.

Segundo Mattoso (2020, p. 125), durante muito tempo, os historiadores brasileiros limitaram-se a descrever o negro trazido do continente africano como um escravo dócil e predisposto à sua nova condição, baseando-se na existência de formas de escravidão já presentes há séculos na África. No entanto, é fundamental considerar que

¹⁶ A Santa Sé é instituição central da Igreja Católica e representa o governo da Igreja Católica Romana a nível global. A Santa Sé desempenha um papel vital na definição da doutrina, nas relações diplomáticas, na administração dos assuntos da Igreja, incluindo os departamentos do governo da igreja que compõem a Cúria Romana (os dicastérios), bem como as representações diplomáticas em países ao redor do mundo (as nunciaturas).

afirmações desse tipo generalizam de maneira abusiva situações que estavam restritas a regiões específicas do continente africano e que apenas se tornaram possíveis devido ao comércio destinado às colônias europeias. Esse comércio, por sua vez, fortaleceu os estados guerreiros dedicados à captura e venda de escravos para os mercadores.

Essa prática cruel de tráfico e escravidão deixou uma marca indelével na história do país. Os africanos escravizados, além de serem privados de sua liberdade, foram forçados a trabalhar nas plantações, nas minas e nas casas dos colonizadores. Suas vidas foram marcadas por sofrimento, exploração e violência. No entanto, mesmo em meio a essas circunstâncias adversas, muitos africanos escravizados conseguiram fugir e formar comunidades autônomas conhecidas como quilombos. Esses refúgios foram locais de resistência e luta pela liberdade, onde os quilombolas preservaram sua cultura, suas tradições e sua identidade.

A história dos quilombos, muitas vezes silenciada e marginalizada, hoje é reconhecida por sua importância como espaços de resistência e preservação da cultura afrodescendente. Os remanescentes quilombolas e quilombos contemporâneos são testemunhos vivos da resiliência e luta dessas comunidades ao longo dos séculos, embora nem sempre tenha sido prevalente a compreensão dos quilombos como espaços de resistência cultural.

Consoante com as pesquisas de Reis (1996), os quilombos apresentavam uma diversidade de tamanhos e os grupos se dividiam em comunidades pequenas e grandes, estendendo-se por todo o Novo Mundo. O termo "quilombo", conhecido no Brasil, foi precedido pelo termo "mocambo", como aponta o historiador:

O próprio termo quilombo derivaria de kilombo, uma sociedade iniciática de jovens guerreiros mbundu adotada pelos invasores jaga (ou imbangala), estes formados por gente de vários grupos étnicos desenraizada de suas comunidades. Esta instituição teria sido reinventada, embora não inteiramente reproduzida, pelos palmarinos para enfrentar um problema semelhante, de perda de raízes, deste lado do Atlântico. Teria sido de fato depois de Palmares que o termo quilombo se consagrou como definição de reduto de escravo fugido. Antes se dizia mocambo. (REIS, 1996, p. 16)

No Glossário de Mattoso (2020, p. 272) **mocambo** é definido como "quilombo escondido na floresta" e **quilombo** era o "esconderijo onde se reuniam os escravos fugidos".

Durante o auge da escravidão no Brasil, impulsionado pela exportação do açúcar para o mercado internacional, o país testemunhou um período de intensa

importação de escravos, resultando na formação de uma espécie de "mini África" dentro de suas fronteiras. A mão de obra escrava tornou-se indispensável em grande parte das províncias brasileiras, sendo considerada barata e versátil em suas aplicações. O lucrativo comércio negreiro, além de enriquecer os grandes proprietários de terras e comerciantes, teve impactos econômicos em outros setores da sociedade.

De acordo com Alencastro (2000), a negociação de escravos rendia altas taxas à Coroa, tanto nos portos de saída da África quanto na entrada desses indivíduos no Brasil. Além disso, o clero se beneficiava com o batismo dos escravos, mediante a taxa cobrada por esse sacramento. Dessa forma, a exploração da mão de obra escrava gerou uma ampla apropriação de riqueza para os grandes proprietários, para a Coroa e o clero.

A importância do comércio negreiro na economia brasileira da época foi inegável, impulsionando o desenvolvimento da indústria açucareira e influenciando outros setores econômicos. A dependência da mão de obra escrava foi um fator determinante na consolidação da economia brasileira daquele período, proporcionando um aumento significativo da produção e das exportações.

Os contratantes do trabalho nos trópicos adotaram uma ideologia que retratava essa atividade como um fardo, um sofrimento e uma punição tanto para os senhores quanto para os escravos. Tanto a Igreja como os proprietários propagavam um discurso que via esse trabalho árduo como uma forma de disciplina e civilização. Eles inclusive elaboravam manuais que serviam como guias para impor punições pedagógicas e exemplares, com o objetivo de transformar os escravizados em trabalhadores obedientes. Um exemplo comum era o "quebra-negro", um castigo amplamente utilizado no Brasil, que consistia em chibatadas públicas e outras formas de violência para ensinar os cativos a sempre abaixar a cabeça na presença de qualquer autoridade (SCHWARCZ E STARLING, 2015, p. 114).

No entanto, é importante ressaltar que esse sistema cruel e desumano teve consequências sociais e humanas devastadoras. Os escravos eram submetidos a condições desumanas, privados de seus direitos básicos e tratados como mercadorias. As marcas desse período de opressão e exploração ainda se refletem nas estruturas sociais e nas desigualdades presentes na sociedade brasileira contemporânea. O sistema do escravismo moderno é sustentado pela violência, uma vez que os proprietários buscavam subjugar e controlar os escravos de forma implacável para o trabalho. Por

outro lado, os escravos responderam a essa opressão de diversas formas, desde atos de insubordinação persistentes até grandes revoltas e a formação de quilombos.

De acordo com o relato do padre Jorge Benci, que esteve presente no país no final do século XVII, uma justificativa para a submissão dos escravos era "para que se não façam insolentes, e para que não busquem traças e modos com que se livrem da sujeição de seu senhor, fazendo-se rebeldes e indômitos"¹⁷. Essa explicação do sistema baseava-se em um discurso paternalista e religioso, que prometia uma redenção futura. Dessa forma, a coerção foi apresentada como a única alternativa viável para garantir a ordem e a dominação.

Schwarcz e Starling (2015) esclarecem muito bem as marcas profundas deixadas pela escravidão no Brasil, tanto em termos de costumes quanto de palavras. As autoras explicam sobre a influência desse sistema opressivo que pode ser observada na arquitetura das casas e edifícios, onde a distinção entre a área social e a área de serviços era demarcada pela casa-grande. Essa mesma distinção perdura até os dias atuais, onde o elevador de serviço não é apenas utilizado para carga, mas principalmente para os funcionários, muitos dos quais carregam consigo a herança africana na cor da pele. Termos e expressões da época da escravidão continuam em uso, embora o significado original tenha se perdido ao longo do tempo. A expressão "ama-seca" era comumente usada no país recentemente, sem que muitas pessoas considerassem que, naquele período, se referia às mulheres que cuidavam dos filhos dos senhores, muitas vezes deixando de amamentar seus próprios filhos. Por outro lado, o termo "boçal"¹⁸ ainda é utilizado atualmente na gíria brasileira para descrever uma pessoa exibicionista, esnobe, e irritante, que frequentemente age com arrogância devido às suas melhores condições financeiras ou por se sentir superior em relação aos outros; enquanto "ladino" continua a ser sinônimo de "esperto". Originalmente, os "boçais" eram os escravos recém-chegados, que, ao contrário dos "ladinos" - escravos de segunda geração que dominavam a língua e a região -, tinham poucas possibilidades de fuga devido à falta de conhecimento e familiaridade com o ambiente. (SCHWARCZ E STARLING, 2015, p. 115).

¹⁷ BENCI Jorge, **Economia christã dos senhores no governo dos escravos**. Roma: Antonio de Rossi, 1705.

¹⁸ Segundo o dicionário Houaiss, o termo "boçal" significa aquele que é falto de cultura, ignorante, rude, tosco; ou ainda, aquele que é desprovido de inteligência, sensibilidade[...] besta, estúpido...

Esses exemplos ilustram como a escravidão deixou marcas profundas na sociedade brasileira, que persistem até os dias atuais. Palavras e conceitos que remontam a esse período histórico são utilizados, muitas vezes sem consciência do seu significado original. É necessário compreender e refletir sobre essas heranças, buscando promover uma sociedade mais justa e igualitária, onde as pessoas não sejam mais definidas ou limitadas por estereótipos e preconceitos enraizados no passado.

Os jornais brasileiros eram frequentemente alimentados com histórias de "escravos em fuga", englobando crioulos ou ladinos, homens e mulheres, jovens e velhos, independentemente de sua profissão ou origem. Essas fugas ocorriam tanto em áreas urbanas quanto rurais, o que demonstra que a busca pela liberdade era uma realidade constante e generalizada entre uma população escravizada. Os relatos dessas fugas registradas nos jornais fornecem um vislumbre das condições precárias e das injustiças vivenciadas pelos escravos no Brasil:

Fugiu da fazenda Timbó, pertencente a Ignácio Borges de Barros, uma escrava de nome Maria, nação nagô, baixa e gorda, rosto muito marcado, faltando um pedaço do alto da orelha direita, ela leva sempre um turbante na cabeça por causa da dita orelha. Quem a devolver ou fornecer informações precisas a seu respeito será bem recompensado por seu trabalho (*Jornal da Bahia*, 23/01/1855)¹⁹.

Ao tentarem escapar da escravidão, eles desafiavam o sistema opressivo e arriscavam suas vidas em busca da liberdade. Essas narrativas são testemunhos poderosos da resiliência e do desejo humano fundamental de ser livre.

De acordo com as observações de Mattoso (2020), o Brasil durante o período escravista era um país desconhecido, vasto e hostil, o que tornava extremamente difícil para os escravos fugirem com sucesso. Apenas alguns escravos das regiões fronteiriças conseguiriam chegar aos Estados vizinhos em busca de liberdade. Tentativas de fuga em barcos com destino à África eram descobertas rapidamente durante as primeiras inspeções a bordo. Sem a proteção de um grupo, qualquer tentativa de fuga estava fadada ao fracasso.

Na história do Brasil escravista, testemunharíamos o nascimento e a persistência de comunidades formadas por escravos revoltados. No entanto, na maioria dos casos, os escravos fugitivos eram capturados e devolvidos aos seus senhores. A

¹⁹ Exemplo retirado do livro de Mattoso, Kátia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil: Séculos XVI-XIX.** (2020, p. 178)

ganância por dinheiro incentivava a delação, e o medo de castigo apavorava aqueles que consideravam acolher um fugitivo. Além disso, a igreja brasileira não reconhecia o direito de asilo, o que dificultava ainda mais a busca por proteção e amparo.

Dentro do contexto do trabalho forçado, era inevitável que surgissem rebeliões, seja de forma espontânea ou consciente. Essas rebeliões, que se apresentavam como refúgios aparentemente precários, representavam alternativas à fuga individual, ao suicídio ou à simples desobediência. Eram conhecidos como quilombos e insurreições:

Um quilombo era um esconderijo de escravos fugidos distintos dos verdadeiros movimentos insurrecionais organizados contra o poder branco. O quilombo era pacífico e só utilizava a violência quando atacado pela polícia ou pelo exército que o descobriam e tentavam destruí-lo ou quando ela se tornara importante para a sobrevivência. Os quilombos ou mocambos era uma constante na paisagem brasileira desde o século XVI. Os quilombos representavam menos uma reação contra o sistema escravista do que o retorno às práticas africanas longe da dominação dos senhores, além de protesto contra as condições de vida impostas aos escravos e, finalmente, espaço livre para as celebrações religiosas. (MATTOSO, 2020, p.182-183)

Esses registros históricos, confronta-nos com a dura realidade enfrentada pelos escravizados, bem como com sua sobrevivência em resistir e buscar uma vida melhor. As fugas representavam um ato de resistência individual e coletiva, desafiando a ordem estabelecida e reafirmando a humanidade e as merecidas pessoas que eram tratadas como propriedade.

Os quilombos e insurreições desempenhariam um papel fundamental como espaços de resistência e busca por liberdade para os escravizados. Eles representavam uma forma coletiva de confrontar a opressão e desafiar a estrutura escravista vigente. Os quilombos eram comunidades formadas por escravos fugitivos, onde se estabeleciam regras próprias e um senso de autonomia. Já as insurreições eram levantes e revoltas organizadas, buscando enfrentar diretamente os senhores de escravos e questionar o sistema como um todo.

Embora fossem considerados refúgios aparentemente precários, esses rebeldes coletivos demonstravam a resistência e a herança dos escravizados em lutar por sua liberdade. Eles representavam uma ruptura no sistema de exploração.

Os quilombolas, como eram chamados os fugitivos que encontravam refúgio nos quilombos, contavam sempre com apoio e solidariedade que lhes permitiam viver à margem da sociedade. Os quilombos, no entanto, não surgiam como resultado de um plano premeditado, mas sim de forma espontânea, abrigando uma diversidade de

peessoas no mesmo esconderijo, como negros africanos, crioulos, escravos e até mesmo brancos livres desprivilegiados. Tanto os livres quanto os alforriados que se refugiavam nos quilombos eram, em sua maioria, indivíduos que haviam desertado, eram criminosos, presidiários, assassinos ou simplesmente pessoas que lhes haviam negado o direito de exercer algumas profissões. Os quilombos abrigavam uma população extremamente diversificada, que se refugiava em áreas rurais, geralmente em locais de difícil acesso, distantes das cidades, estradas e plantações. Ao se estabelecerem em áreas de difícil acesso, os quilombolas buscavam escapar da vigilância e da perseguição dos senhores de escravos e das autoridades coloniais:

(...) foi o caso do famoso Quilombo dos Palmares fundado no século XVII no interior do atual Estado de Alagoas, pertencente na época à capitania de Pernambuco. Também foi o caso do conhecido mocambo do Pará, criado em 1820 a nordeste de Manaus na floresta Rio Trombetas. (MATTOSO, 2020 p. 183)

Entretanto, existiam outros quilombos que se formavam às portas das grandes cidades. Segundo Mattoso (2020), foi o caso do Quilombo baiano de Cabula, que só foi destruído por uma expedição militar no início do século XIX, uma vez que estava abrigado nas matas das colinas que cercavam Salvador ao nordeste.

De acordo com a história, no momento de sua destruição em 1695, o Quilombo dos Palmares abrigava 30.000 fugitivos e o de Trombetas, em 1823, 2.000. Na verdade a população variava conforme com a conjuntura e as circunstâncias, mas na maioria deles reunia algumas centenas de homens e mulheres. Mattoso (2020) detalhou a vida de alguns quilombos e entre eles a história de Palmares que será relatada sucintamente:

Em 1630, a Holanda estabeleceu-se em Pernambuco, e os portugueses formaram um regimento negro comandado por Henrique Dias para combater o inimigo holandês. No entanto, alguns negros, como Calabar, se organizaram para lutar contra seus antigos senhores e colaboraram com os holandeses. Outros simplesmente fugiram, enfrentando a repressão tanto dos portugueses quanto dos holandeses. Os fugitivos encontraram abrigo na densa floresta de Palmares, onde estabeleceram uma "república" com várias cidades, liderada por Ganga-Zumba, que seria assassinado em 1678 porque consentira em negociar com os brancos. O lendário Zumbi, seu sucessor, personificou a resistência negra. Palmares chegou a abrigar cerca de 6.000 a 20.000 habitantes, com centros militares e práticas agrícolas. Após 18 expedições, tanto holandesas como portuguesas, a República dos Palmares foi finalmente destruída. (MATTOSO, 2020 p. 184-185)

Ao analisarmos a história dos quilombos e insurreições, é possível compreender a importância desses movimentos como parte integrante da luta contra a

escravidão no Brasil. Eles são testemunhos poderosos da resiliência e da busca incessante pela liberdade, confiantes para a formação da identidade e memória afro-brasileira. Esses rebeldes-refugiados representaram uma resposta coletiva e uma tolerância à opressão, deixando um legado de resistência que deve ser valorizado e celebrado.

É necessário destacar a importância dessas histórias de fuga na compreensão da luta contra a escravidão no Brasil. Elas são fragmentos de uma narrativa maior de resistência e de uma busca incessante pela liberdade, que moldou a história e a identidade do país. Essas fugas são exemplos vivos da sobrevivência humana e nos lembram do poder transformador da luta pela emancipação e justiça social.

Ao compreendermos o contexto histórico da escravidão no Brasil e seus impactos econômicos, é fundamental reconhecer a necessidade de reflexão e reparação em relação às injustiças cometidas contra a população negra. A discussão sobre a escravidão no Brasil deve ser acompanhada de um compromisso contínuo com a luta pela igualdade racial e pela promoção da justiça social, visando construir uma sociedade mais inclusiva e equitativa para todos os seus cidadãos. Portanto, valorizar essas histórias é essencial para honrar a memória dos que lutaram por sua liberdade.

2.2 Breve história do Estado de Mato Grosso

Ao explorarmos a ecologia da língua no Estado do Mato Grosso no período anterior à chegada dos portugueses, deparamo-nos com um grande desafio: reconstruir com precisão a situação exata desse ecossistema linguístico é uma tarefa impossível. No entanto, mesmo diante dessa limitação, podemos traçar algumas características principais com base em documentos históricos, evidências linguísticas e socioculturais.

Embora a ausência de registros detalhados do período pré-colonial seja um obstáculo, podemos inferir que a diversidade linguística e cultural era uma marca distintiva da região. Com a presença de diferentes grupos indígenas, cada qual com suas próprias línguas e tradições, é razoável supor que um mosaico de idiomas florescia nesse vasto território.

A influência dos povos indígenas na ecologia da linguagem Mato-Grossense é inegável. Suas línguas ancestrais, enraizadas nas particularidades culturais e geográficas da região, desempenhavam um papel fundamental na comunicação e na construção

identitária dessas comunidades. Embora a falta de registros escritos dificulte uma compreensão aprofundada dessas línguas, elas deixaram rastros que podem ser percebidos em nomes de lugares, topônimos e até mesmo em algumas palavras e expressões presentes no vocabulário local.

A chegada dos portugueses e o processo de colonização introduziram uma nova camada à ecologia da língua em Mato Grosso. O idioma português tornou-se dominante, à medida que os colonizadores estabeleciam seu domínio na região. O português passou a ser utilizado como língua franca nas relações comerciais, administrativas e sociais, exercendo uma influência marcante no desenvolvimento linguístico e cultural da região.²⁰

Segundo informações disponibilizadas no sítio "Toda Matéria"²¹, o processo de colonização do território que hoje abriga o Estado do Mato Grosso teve início em 1525, quando o português Pedro Aleixo Garcia liderou as primeiras expedições exploratórias na região. O desafio enfrentado pelos exploradores na densa mata local deu origem ao nome do estado, "Mato Grosso". Esse nome permaneceu quando a região foi elevada à condição de capitania em 1748. O povoamento da região ganhou impulso com a descoberta de ouro, que atraiu a atenção principalmente dos portugueses. Ignorando o Tratado de Tordesilhas, que estabelecia que a área pertencia aos espanhóis, eles se estabeleceram na região e contribuíram para o seu desenvolvimento. As fronteiras da região foram redefinidas pelos tratados de Madri, assinado em 1750, e Santo Ildefonso, em 1777. Por meio desses acordos, a região passou a pertencer à Coroa portuguesa, consolidando sua posse e estabelecendo a base para o controle e a administração da área.

Esses eventos históricos desempenharam um papel significativo na formação e no desenvolvimento do Estado do Mato Grosso. A colonização, a descoberta de recursos naturais e os acordos de fronteira foram elementos-chave que moldaram a história e a identidade da região.

Devido à grande extensão de área territorial houve o desmembramento do território do Mato Grosso em 1977 que resultou na criação do Estado do Mato Grosso do Sul, com sua capital em Campo Grande e a sigla MS. No entanto, os movimentos

²⁰ <https://kn.org.br/oq/2016/07/26/os-territorios-quilombolas-em-mato-grosso/#:~:text=Desde%20o%20per%C3%ADodo%20colonial%2C%20os,fugiam%20dos%20maus%20tratos%20sofridos.>

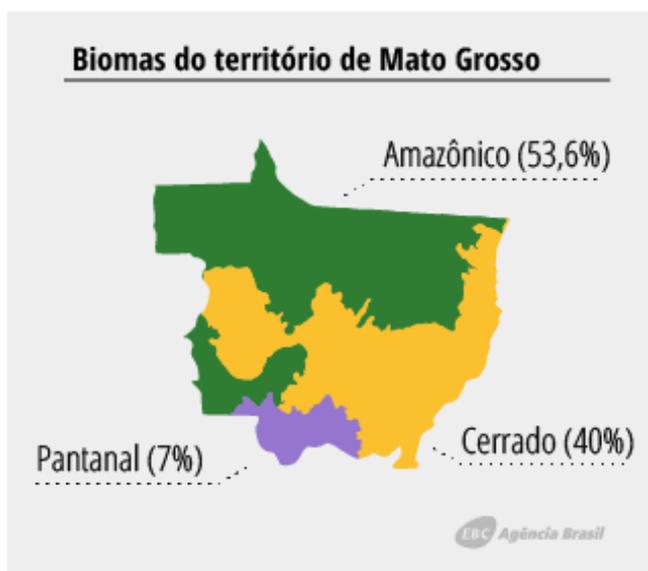
²¹ <https://www.todamateria.com.br/estado-de-mato-grosso/#:~:text=Divis%C3%A3o%20do%20Mato%20Grosso,Peixoto%2C%20mas%20n%C3%A3o%20teve%20sucesso.>

separatistas que buscavam essa divisão são antigos e remontam a eventos históricos do passado. O primeiro levante separatista ocorreu em 1892, durante o governo de Floriano Peixoto, embora não tenha obtido êxito na época. As disputas entre a porção sul e norte do Mato Grosso eram intensas e frequentes, o que levou o governo federal a intervir em 1917 para tentar resolver os conflitos. O desmembramento efetivo do Mato Grosso ocorreu após uma série de acordos e considerações sobre a extensão territorial do estado, que era considerada muito elevada e de difícil administração. Compreendeu-se que a divisão em dois estados distintos, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, permitiria uma melhor gestão e governança das respectivas regiões, levando em conta suas particularidades geográficas, econômicas e sociais.

Essa divisão territorial foi um marco na história do Mato Grosso, estabelecendo uma nova configuração política e administrativa:

Mato Grosso tem representação de três biomas brasileiros no seu território. A Amazônia é o mais abrangente, com 480.215 Km² (53,6%), o Cerrado ocupa 354.823 km² (39,6%) e a menor área é do Pantanal, com 60.885 km² (6,8%). O bioma Amazônia ocupa a porção norte do estado com vegetação predominantemente florestal (floresta ombrófila, florestas estacionais, campinarana florestada). O Cerrado, na porção central do estado, reúne formações florestais (cerradão, florestas estacionais) e principalmente savânicas (cerrado, campo cerrado, campo limpo, campo de murundus)²².

Figura 8 - Biomas de Mato Grosso



²² <http://www.coisasdematogrosso.com.br/mato-grosso/biomas/>

Fonte: Agência Brasil²³

O Estado do Mato Grosso destaca-se como um dos principais produtores de gado bovino de corte do Brasil, juntamente com São Paulo e Mato Grosso do Sul. Sua economia é impulsionada pela atividade pecuária, com rebanhos robustos que contribuem significativamente para o setor agropecuário do país.

Ademais, a região é um importante centro do agronegócio, com destaque para o cultivo de culturas como soja, milho, algodão, cana-de-açúcar e insumos utilizados na produção de biodiesel. A produção agrícola mato-grossense desempenha um papel fundamental no abastecimento interno e nas exportações, contribuindo para a economia do estado e do país como um todo.

Além das atividades agropecuárias, o turismo desempenha um papel relevante na economia mato-grossense. A região atrai milhares de visitantes todos os anos, especialmente devido ao Pantanal e à região da Chapada dos Guimarães. O Pantanal, considerado uma das maiores áreas alagáveis do mundo, oferece uma rica biodiversidade e paisagens deslumbrantes. A região da Chapada dos Guimarães, por sua vez, abriga centenas de quedas d'água, proporcionando aos turistas a oportunidade de explorar essas belas formações naturais.

Esses destinos turísticos oferecem experiências únicas e preservadas, promovendo o ecoturismo e a sustentabilidade. O turismo na região contribui para a geração de empregos, o desenvolvimento local e a valorização do patrimônio natural e cultural do Mato Grosso.

2.3 Os territórios quilombolas em Mato Grosso

Desde o período colonial, os quilombos se estabeleceram como refúgios para os excluídos do sistema colonial e imperial. Esses territórios acolhiam pessoas que buscavam escapar dos maus tratos e opressão, abrangendo diferentes grupos étnicos, como negros, indígenas e homens brancos pobres e pardos. Os quilombos representavam espaços de resistência e autonomia, onde esses indivíduos encontravam refúgio e tentavam reconstruir suas vidas de forma mais livre e digna.

²³ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-05/amazonia-ameacada-assentados-trocaram-madeira-por-renda-sustentavel-em-reserva>

Durante o período colonial, os proprietários de terras empenharam-se intensamente na luta contra os quilombos, investindo na organização de expedições com o objetivo de destruí-los e capturar seus habitantes, considerados "peças" valiosas na época. Em Mato Grosso, um dos quilombos mais resilientes foi o Quilombo do Quariterê, liderado por um rei e pela rainha Tereza de Benguela. Esse quilombo destacou-se pela sua resistência e pela liderança firme, representando um importante exemplo de resistência quilombola na região.

Quando os esforços para destruir os quilombos eram frustrados, a população marginalizada que ali habitava permanecia e resistia no território conquistado. É importante destacar que a concepção errônea de que os quilombos estavam sempre localizados em áreas distantes das cidades não é precisa. Na realidade, alguns quilombos se estabeleceram em locais que hoje são considerados territórios urbanos. Embora inicialmente tenham sido localizados em regiões afastadas das antigas vilas e cidades coloniais e imperiais, o crescimento populacional e urbano levou à incorporação desses territórios ao perímetro urbano. Como resultado, as terras que abrigavam os antigos quilombos e onde atualmente residem as comunidades quilombolas podem estar tanto em áreas urbanas quanto rurais.

Essa realidade demonstra a adaptação histórica das comunidades quilombolas às transformações socioespaciais, mantendo sua presença e resistência mesmo em meio ao desenvolvimento urbano.

Com relação à demarcação territorial, a Lei n. 601, conhecida como a Lei de Terras, promulgada em 18 de setembro de 1850, estabeleceu que as antigas Cartas de Sesmarias²⁴, que demarcavam os territórios coloniais e parte dos territórios imperiais, deveriam ser registradas em cartório em nome daqueles que possuíam os títulos e reivindicavam a posse dessas terras. No entanto, as populações dos quilombos, frequentemente desprovidas desses documentos sesmariais, permaneciam temporariamente nos espaços dos quilombos. Caso alguém apresentasse uma documentação escriturada, essas comunidades seriam obrigadas a deixar as terras, e assim, elas resistiam judicialmente na tentativa de permanecer no território.

Ao longo do tempo, os quilombolas conquistaram o direito à terra, principalmente com base no princípio do usucapião, que dispensa a apresentação de

²⁴ Sesmarias e posse de terras:

<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/antiores/edicao02/materia03/>

qualquer título de sesmaria, mas leva em consideração o tempo de ocupação da população naquele solo. Esse princípio reconhece o direito de posse de um indivíduo ou comunidade que ocupa uma terra de forma contínua e pacífica por um período prolongado. Assim, os quilombolas, com suas lutas e resistência, adquiriram o direito à terra, mesmo sem a documentação formal da sesmaria. O reconhecimento do princípio do usucapião proporcionou uma base legal para a reivindicação e a regularização das terras ocupadas pelos quilombos, considerando o vínculo histórico e cultural dessas comunidades com seus territórios ancestrais.

Inúmeras comunidades quilombolas tem buscado incansavelmente pela regularização de suas terras. A titulação definitiva dessas terras é o objetivo principal, pois representaria o reconhecimento legal e a garantia de direitos para essas comunidades historicamente marginalizadas. No entanto, de acordo com o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), a titulação só será concedida quando os imóveis que compõem os territórios quilombolas forem desocupados, seguindo as disposições do Decreto 4887/2003.

É importante destacar que a responsabilidade pela titulação dos territórios quilombolas localizados em terras públicas federais ou sob gestão da Secretaria de Patrimônio da União - SPU recai sobre o INCRA e a SPU, respectivamente, conforme estabelecido pelas políticas vigentes. No entanto, alguns argumentam que a regularização das terras quilombolas pode prejudicar o desenvolvimento da agricultura e do país como um todo. Mas, é fundamental salientar que a área ocupada pelas comunidades quilombolas representa menos de 0,12% da extensão territorial do Brasil, de acordo com dados do próprio INCRA (2017), em relação ao território nacional de 8.515.767 km².

A regularização das terras quilombolas não apenas garante os direitos dessas comunidades, mas promove o reconhecimento de sua importância cultural, social e econômica. Ao fornecer segurança jurídica e acesso a políticas públicas, a regularização cria oportunidades de crescimento e desenvolvimento sustentável para as comunidades quilombolas, sem comprometer significativamente o território nacional. É um passo importante em direção à justiça social e à valorização da diversidade cultural e étnica do nosso país.

Segundo informações do INCRA e outros órgãos oficiais, constata-se que a grande maioria das comunidades quilombolas em Mato Grosso é composta por áreas rurais dedicadas à agricultura orgânica familiar que é a principal fonte de rendas dessas

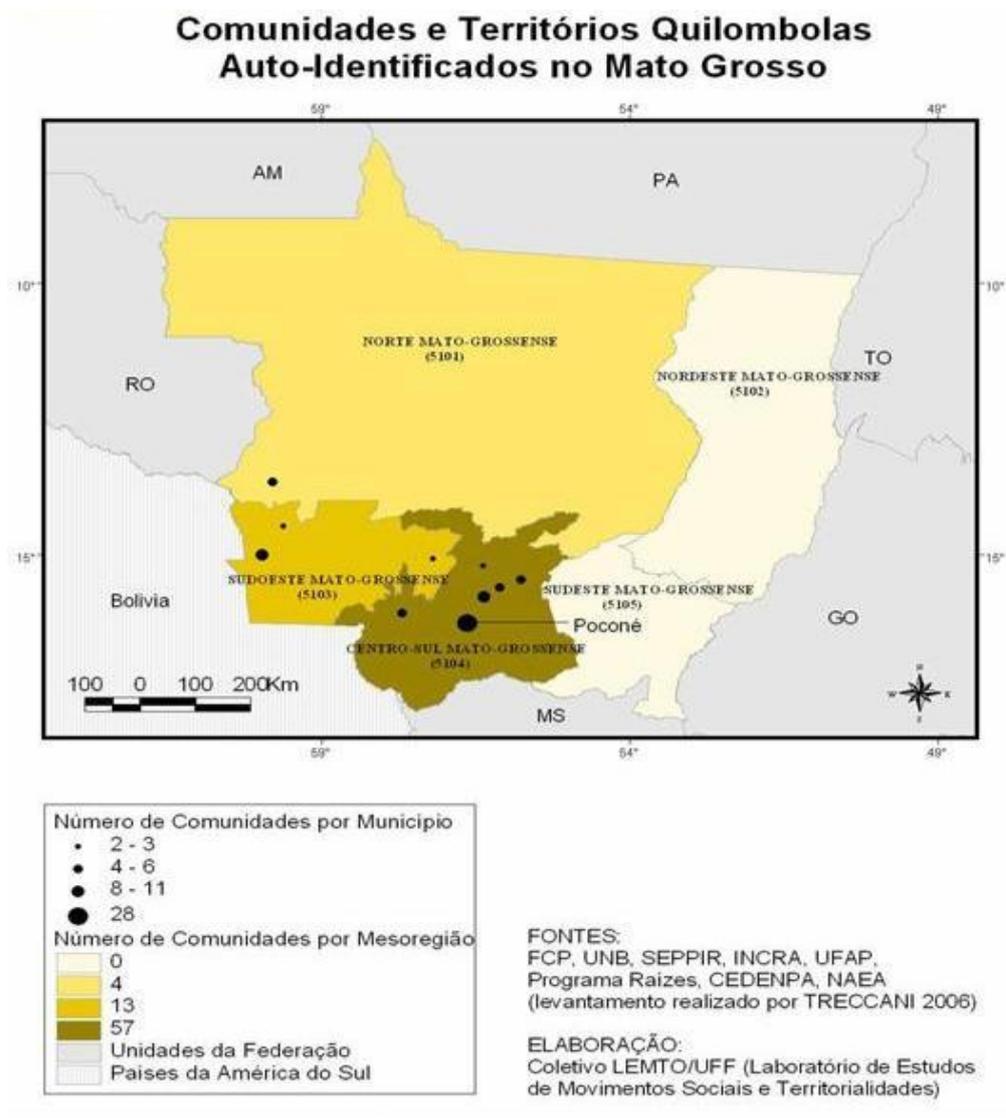
comunidades. Elas priorizam o cultivo de alimentos, criação de animais, pesca, fabricação de rapadura, extrativismo e outras atividades agrícolas que além de atender às necessidades de subsistência das famílias, essas atividades abastecem o mercado local, contribuindo para o desenvolvimento tanto das comunidades como da região em que estão inseridas.

Com a regularização de seus territórios, as famílias quilombolas podem ter acesso a programas de incentivo à agricultura familiar promovidos pelo Governo Estadual e Federal. Esses programas oferecem suporte técnico, recursos financeiros e capacitação para fortalecer as práticas agrícolas, aumentar a produtividade e melhorar a comercialização dos produtos.

O engajamento das comunidades quilombolas na agricultura orgânica familiar promove a segurança alimentar e o sustento próprio, além de valorizar a cultura tradicional e contribuir para a preservação do meio ambiente. Além disso, ao participar do mercado local, essas comunidades fortalecem a economia regional, promovendo o desenvolvimento socioeconômico de forma sustentável.

Apresentamos a seguir informações sobre as comunidades quilombolas de Mato Grosso, ilustradas no mapa que destaca os territórios quilombolas do estado.

Figura 9 - Mapa do Mato Grosso e Territórios quilombolas



Fonte: http://laced4.hospedagemdesites.ws/sistema_quilombo/mapas/quilombos_ident_geocod_mt.jpg

A leitura do mapa, nos mostra a presença de 74 territórios ou comunidades quilombolas no estado do Mato Grosso. Desses, 57 comunidades estão localizadas na mesorregião centro-sul do estado, enquanto 13 comunidades estão situadas na região sudoeste e outras 04 na região norte de Mato Grosso.

A luta dos povos quilombolas para conquistar o direito de ocupar as terras que lhes pertencem foi permeada por batalhas ideológicas e culturais, além de episódios de violência e silenciamento. Mesmo após a Lei Áurea, que pôs fim à escravidão em 1888, o período escravista não se encerrou por completo, o que levou essa luta a se estender por mais de um século. De acordo com a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), os Territórios Remanescentes de Comunidade Quilombola são o resultado das conquistas da comunidade

afrodescendente no Brasil, fruto das inúmeras resistências heroicas contra o sistema opressor e escravagista instaurado no período colonial. Embora resquícios desse sistema estejam presentes nas relações socioculturais da sociedade brasileira, o escravagismo vigorou até 1888, trazendo mais de 3,5 milhões de homens e mulheres africanos como prisioneiros para o Brasil, apesar das divergências nas estimativas. Além daqueles originários de antigos quilombos de escravos refugiados, é importante destacar que muitas comunidades quilombolas estabeleceram-se em terras provenientes de heranças, doações, pagamentos em troca de serviços prestados ou aquisições de terras, tanto durante quanto após a abolição da escravidão (CONAQ, 2023)²⁵.

A Fundação Cultural Palmares realizou uma atualização em seu sítio²⁶ em 06/07/2023 e divulgou no Quadro Geral de Comunidades Remanescentes de Quilombos que, até o momento, foram certificadas 2.929 comunidades das 3.591 Comunidades Remanescentes de Quilombos do Brasil. No estado do Mato Grosso, das 78 Comunidades Remanescentes de Quilombos existentes já foram certificadas 71 comunidades.

Abaixo, a Tabela 3 consta as Comunidades Quilombolas certificadas do estado Mato Grosso. As grifadas com amarelo e verde são as comunidades que fazem parte da nossa pesquisa.

Tabela 3 - CRQ's-Comunidades Remanescentes Quilombolas Certificadas²⁷

| | UF | MUNICÍPIO | COMUNIDADES |
|----|----|-----------|--------------------|
| 01 | MT | ACORIZAL | ALDEIAS |
| 02 | MT | ACORIZAL | BAÚS |
| 03 | MT | POCONÉ | CURRALINHO |
| 04 | MT | POCONÉ | RETIRO |
| 05 | MT | POCONÉ | SÃO BENEDITO |
| 06 | MT | POCONÉ | CANTO DO AGOSTINHO |
| 07 | MT | POCONÉ | CHUMBO |
| 08 | MT | POCONÉ | VARAL |
| 09 | MT | POCONÉ | LARANJAL |
| 10 | MT | POCONÉ | CAMPINA DE PEDRA |

²⁵ CONAQ-Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas.

Disponível em <http://conaq.org.br/quem-somos/> acesso em 11 de jul. 2023

²⁶ Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/midias/arquivos-menu-departamentos/dpa/comunidades-certificadas/quadro-geral-por-estados-e-regioes-04-07-2023.pdf>

Acesso em: 11 de jul. 2023.

²⁷ As comunidades marcadas em amarelo são as comunidades pesquisadas neste trabalho.

| | | | |
|----|----|---------------------------------|---|
| 11 | MT | POCONÉ | PASSAGEM DE CARRO |
| 12 | MT | POCONÉ | IMBÉ |
| 13 | MT | POCONÉ | PEDRA VIVA |
| 14 | MT | POCONÉ | CÁGADO |
| 15 | MT | POCONÉ | PANTANALZINHO |
| 16 | MT | POCONÉ | MORRO CORTADO |
| 17 | MT | POCONÉ | ARANHA |
| 18 | MT | POCONÉ | CHAFARIZ URUBAMA |
| 19 | MT | POCONÉ | RODEIO |
| 20 | MT | POCONÉ | CÉU AZUL |
| 21 | MT | POCONÉ | MINADOURO 2 |
| 22 | MT | POCONÉ | SETE PORCOS |
| 23 | MT | POCONÉ | MORRINHOS |
| 24 | MA | POCONÉ | TANQUE DO PADRE PINHAL |
| 25 | MT | POCONÉ | CAPÃO VERDE |
| 26 | MT | POCONÉ | CAMPINA II |
| 27 | MT | POCONÉ | JEJUM |
| 28 | MT | POCONÉ | COITINHO |
| 29 | MT | POCONÉ | SÃO GONÇALO II |
| 30 | MT | POCONÉ | CARRETÃO |
| 31 | MT | POCONÉ | SESMARIA FAZENDA GRANDE (BARREIRÃO, CAPÃO DE OURO, CARANDÁ, LAGOA GRANDE, MANGA E PASSAGEM VELHA) |
| 32 | MT | NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO | JACARÉ DE CIMA |
| 33 | MT | NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO | CABECEIRA DO SANTANA |
| 34 | MT | NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO | ENTRADA DO BANANAL |
| 35 | MT | NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO | BARREIRO |
| 36 | MT | NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO | RIBEIRÃO DA MUTUCA |
| 37 | MT | NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO | CAMPINA VERDE |
| 38 | MT | NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO | MATA CAVALO (composta pelos povoados: Mata Cavallo de Cima, Mata Cavallo de Baixo, Ribeirão do Mutuca, Aguassú, Ventura Capim Verde e Ourinhos) |
| 39 | MT | BARRA DO BUGRES | BAIXIO |
| 40 | MT | BARRA DO BUGRES | VERMELHINHO |
| 41 | MT | BARRA DO BUGRES | VACA MORTA |
| 42 | MT | BARRA DO BUGRES | MORRO REDONDO |
| 43 | MT | BARRA DO BUGRES | ÁGUA DOCE |
| 44 | MT | BARRA DO BUGRES PORTO ESTRELA | VÃOZINHO/VOLTINHA |
| 45 | MT | SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER | ABOLIÇÃO |
| 46 | MT | SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER | SESMARIA BIGORNA/ESTIVA |
| 47 | MT | CUIABÁ | CAXIPÓ AÇÚ |
| 48 | MT | CUIABÁ | SÃO GERÔNIMO |

| | | | |
|----|----|----------------------------------|---|
| 49 | MT | CUIABÁ | AGUASSÚ |
| 50 | MT | CÁCERES | MONJOLO |
| 51 | MT | CÁCERES | SANTANA |
| 52 | MT | CÁCERES | PONTA DO MORRO |
| 53 | MT | CÁCERES | EXÚ |
| 54 | MT | CÁCERES | CHAPADINHA |
| 55 | MT | CÁCERES | SÃO GONÇALO |
| 56 | MT | CÁCERES | PITA CANUDOS |
| 57 | MT | CHAPADA DOS GUIMARÃES | ARICA-AÇÚ |
| 58 | MT | CHAPADA DOS GUIMARÃES | CACHOEIRA DO BOM JARDIM |
| 59 | MT | CHAPADA DOS GUIMARÃES | BARRO PRETO SERRA DO CAMBAM BI |
| 60 | MT | CHAPADA DOS GUIMARÃES | CANSANÇÃO |
| 61 | MT | CHAPADA DOS GUIMARÃES | LAGOINHA DE BAIXO |
| 62 | MT | CHAPADA DOS GUIMARÃES | ITAMBÉ |
| 63 | MT | CHAPADA DOS GUIMARÃES | LAGOINHA DE CIMA |
| 64 | MT | VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE | BELA COR |
| 65 | MT | VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE | MANGA |
| 66 | MT | VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE | BOQUEIRÃO, VALE DO RIO ALEGRE E VALE DO RIO GUAPORÉ |
| 67 | MT | VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE | CAPÃO DO NEGRO |
| 68 | MT | VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE | VALE DO ALEGRE |
| 69 | MT | VÁRZEA GRANDE | CAPÃO DO NEGRO CRISTO REI |
| 70 | MT | PORTO ESTRELA | BOCAINA |
| 71 | MT | NOVO SANTO ANTÔNIO | FAMÍLIA VIEIRA AMORIM |

Fonte: Fundação Cultural Palmares²⁸adaptado.

Essa luta histórica dos quilombolas, marcada por resistência e resiliência, busca justiça e reparação diante das injustiças e desigualdades que persistem na sociedade brasileira. A regularização das terras quilombolas representa um marco fundamental nesse processo, pois garante o reconhecimento legal e o direito dessas comunidades a seus territórios ancestrais. Essa conquista preserva a cultura e as tradições quilombolas, proporciona oportunidades de desenvolvimento socioeconômico e fortalece a identidade dessas comunidades. É um passo importante em direção à construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, que valoriza e respeita a diversidade étnica e cultural do Brasil.

No próximo tópico abordaremos os conceitos sobre Comunidade e exploraremos sobre comunidade de língua e comunidade de fala.

²⁸ <https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/protexao-preservacao-e-articulacao/certificacao-quilombola>

2.4 Conceitos Fundamentais sobre Comunidade

Embora o termo "comunidade" possa parecer simples em sua origem morfológica, derivado do latim *communitatem*, seu significado vai além da simples ideia de estabelecer um padrão, como apontam os dicionários Michaelis (1998) e Priberam (2015). Na verdade, essa terminologia é complexa, como indicada por Tönnies²⁹ em sua obra de 1974, na qual ele explora as noções de *Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais*.

De acordo com Brancaloneo (2008, p. 99) a noção de comunidade sugere que os seres humanos têm uma intuição inata para o contato constante, algo que lembra um instinto gregário, quase animal. Conforme a interação entre as pessoas se torna mais restrita ou mais ampla e diferentes níveis de relacionamento se desenvolvem. Em essência, a comunidade não se limita apenas a uma necessidade de estabelecer padrões, mas reflete a riqueza das interações humanas e a diversidade de conexões que podemos criar uns com os outros (TÖNNIES, 1947, p. 20).

A instituição de uma comunidade não decorre da mera necessidade política de obter favor, pois um agrupamento desse tipo não seria sustentável apenas com base na reciprocidade de auxílio em situações emergenciais, caracterizando-se, nesse caso, como uma sociedade (TÖNNIES, 1995). Em contrapartida, o vínculo que um dos falantes em uma comunidade está relacionado à sua vontade intrínseca de se reunirem, resultando em um modo de pensar característico que, por sua vez, gera práticas e influências únicas para aquele grupo.

No século XVIII, o conceito de comunidade era restrito à ideia de contato entre indivíduos compartilhando um mesmo espaço físico, laços de parentesco ou tradições culturais (ROCHA, 2012, p. 02). Por sua vez, Tönnies propôs uma categorização mais detalhada dentro desse conceito de comunidade, concentrando-se na análise das diferentes formas de interação que unem as pessoas. Ele delineou três subcategorias que ampliam a compreensão sobre o funcionamento das comunidades e as relações que as mantêm coesas. Essas categorias representam um avanço significativo na evolução do conceito de comunidade ao longo da história.

²⁹ Tönnies compartilha uma base conceitual semelhante a pensadores renomados, como M. Buber (1987), T. Parsons (1969) e Z. Bauman (2003).

A primeira delas é uma *comunidade de parentesco* ou de sangue, a qual está ligada à coexistência em um território compartilhado, mas que não se restringe à proximidade física. Nesse tipo de comunidade, os membros se percebem interligados, mesmo que não atuem com interações frequentes. No entanto, eles valorizam a presença dos outros e procuram oportunidades para se reunirem (TÖNNIES, 1995, p. 239).

A segunda subcategoria é denominada *comunidade de lugar* ou de vizinhança, que se caracteriza pela necessidade de proximidade física constante para se manter coesa. Essa forma de comunidade se desenvolve a partir das inter-relações entre pessoas que se tornam próximas devido a situações possíveis e emergentes, frequentemente envolvendo trocas de favores e serviços baseados na confiança mútua (TÖNNIES, 1947, p. 33).

A terceira subcategoria é conhecida como *comunidade de espírito* ou de amizade, e se origina das inter-relações condicionadas a partir de um interesse ou ponto em comum entre seus membros. Esses agrupamentos surgem frequentemente em contextos de trabalho ou religiosos e são sustentados por um modo específico de pensar compartilhado, resultando em práticas e crenças singulares para o grupo (TÖNNIES, 1947, p. 34). Essas subcategorias delineadas por Tönnies são indicativas que ampliam nossa compreensão das interações humanas. Elas destacam a relevância do contato entre os membros em diferentes graus para a existência de uma comunidade. Em algumas instâncias, o elemento físico é o fator determinante que impulsiona o contato, enquanto em outras comunidades, a necessidade de interação frequente desempenha esse papel fundamental.

O conceito de comunidade tem várias peculiaridades e, como uma intrincada rede, apresenta diferentes pontos de entrada para compreensão. O enfoque central que liga seus membros é apenas um desses pontos, permitindo uma análise mais detalhada. Além disso, é importante considerar as reflexões relacionadas ao espaço onde as comunidades se estabelecem e às próprias características dos membros que as compõem.

Quando uma comunidade é formada por indivíduos que, de forma deliberada, buscam estabelecer conexões e interações, seja por qualquer motivo que os una, a língua emerge como um elemento central e inevitável para essa comunicação. É importante destacar que o elemento "L" na tríade do conceito de ecossistema não se limita apenas à linguagem como uma entidade isolada, mas abrange a língua como o próprio meio de

interação. A língua é, portanto, mais do que um sistema linguístico simples; ela representa o próprio ato de se comunicar e interagir (MALINOWSKI, 1987). Em outras palavras, é um instrumento essencial no processo de conexão e compartilhamento de ideias, experiências e informações dentro de uma comunidade.

Segundo Labov, pertencer a uma Comunidade de Fala (CF) não implica necessariamente que seus membros utilizem a língua da mesma maneira, mas sim que compartilhem um conjunto de normas e avaliações diante essa língua dentro dessa comunidade específica. Assim, a identificação de uma CF deve se basear em normas que são observadas nas práticas linguísticas conscientes de seus membros (LABOV, 1972, p. 120-121). A questão reside no fato de que:

Labov opta pela uniformidade das atitudes dos falantes em relação à língua para definir as fronteiras de uma comunidade de fala e, com isso, evitar certo tipo de variação. Dessa forma, Labov garante a homogeneidade no seu objeto de estudo – a comunidade de fala –, e não na língua, que é um sistema heterogêneo (VANIN, 2009, p. 148).

Dentro do entendimento laboviano, há uma redefinição das relações entre o indivíduo e a Comunidade de Fala (CF). Nesse contexto, o indivíduo passa a ser encarado como um tipo social, e sua singularidade enquanto falante é colocada em segundo plano. Isso implica que, uma vez que não existe uma ligação direta entre o comportamento linguístico de um indivíduo e sua CF, torna-se uma questão observar e analisar esse comportamento linguístico de forma isolada, uma vez que ele é moldado pelo grupo ao qual pertence.

Contudo, segundo a perspectiva de Figueroa (1994), não se estabelece uma relação de subordinação nítida entre o indivíduo e a comunidade de fala, tornando desafiador discernir o comportamento linguístico como estritamente determinado pelo grupo. Nesse contexto, é relevante salientar que os dados de pesquisa frequentemente são coletados por intermédio de entrevistas realizadas com membros de uma comunidade de fala. Surge, assim, a seguinte indagação: "Como sustentar que a língua se localiza na comunidade, quando o comportamento linguístico estudado é extraído dos indivíduos?" (FIGUEROA, 1994, p. 89). Esse questionamento ressalta a complexidade da relação entre o indivíduo e a comunidade no contexto da sociolinguística laboviana. Entretanto, Patrick (2004, p. 26) destaca que o mérito de Labov fundamenta-se na sua abordagem analítica e interpretativa. Labov enfatiza que a identificação de uma CF deve ser

resultado de um processo de pesquisa empírica, e não uma mera suposição teórica. O argumento de que uma CF deve ser considerada como um produto observável e concreto, e não uma mera construção teórica. Portanto, para definir e delimitar uma CF com precisão, é essencial realizar uma investigação de campo que envolva a interação direta com a comunidade em questão, para depois pensar seu funcionamento.

2.4.1 Comunidade na visão ecolinguística

Na perspectiva ecológica do mundo, assim como o conceito de comunidade foi delineado pelos linguistas a partir da compreensão de "língua" e do "contato" entre os falantes em seus agrupamentos, uma abordagem semelhante se aplica. Nesse contexto, a comunidade se assemelha ao ecossistema, a língua se manifesta como a inter-relação entre os organismos, e a forma como essa inter-relação ocorre resulta, por fim, no contato entre eles.

Essa abordagem implica que, de acordo com as palavras de Gobard (1976), o contato estabelecido entre os falantes será examinado por meio de sua linguagem, com ênfase não apenas no "como" das interações, mas no "porquê". Assim como na ecologia, onde existem diversos tipos de contatos possíveis entre os organismos, geralmente categorizados como contatos harmônicos e desarmônicos (COUTO, 2013, p. 304), na ecolinguística, a interação linguística pode ser descoberta com base nessa dualidade.

Nesse contexto, podemos considerar que os organismos correspondem ao que comumente chamamos de falantes. Por meio do contato estabelecido entre esses falantes, é possível analisar as inter-relações que ocorrem entre dois ou mais indivíduos, um grupo deles ou até mesmo um conjunto maior de falantes. Portanto, seja ao observarmos a interação direta entre pessoas ou em um contexto mais amplo, como um bairro, por exemplo, o que define uma comunidade é a regularidade do contato entre seus falantes (NENOKI DO COUTO, 2013, p. 40).

Essa perspectiva enfatiza a importância da frequência e da qualidade das interações linguísticas na construção e manutenção de comunidades linguísticas, destacando como o contato entre os falantes desempenha um papel fundamental na definição do que constitui uma comunidade linguística.

Couto (1991) introduz uma distinção relevante no conceito de comunidade, apresentando duas vertentes interligadas que podem ser comparadas aos dois lados de uma moeda: a comunidade de língua (CL) e a comunidade de fala (CF). Essa dicotomia é influenciada pelos princípios saussurianos que abordam a língua (*langue*) e a fala (*parole*).

A comunidade de língua (CL) emerge quando o foco recai sobre o contato em um ecossistema linguístico mais amplo. Por outro lado, a comunidade de fala (CF) se desenvolve quando o contato entre os falantes é priorizado em um ecossistema linguístico local. Couto enfatiza a análise das interações como base para fundamentar a noção de comunidade de fala ou de língua. Essa distinção implica em uma separação objetiva entre um grupo de pessoas que compartilha uma língua e outro grupo de falantes que interage entre si, em um território delimitado, utilizando essa mesma língua ou outras línguas. É importante destacar que ambas as vertentes estão intrinsecamente ligadas ao conceito de ecossistema linguístico, e a escolha do observador em delimitar o ecossistema apropriado abre espaço para diversas investigações e reflexões. Para uma compreensão mais detalhada desses conceitos, examinaremos mais profundamente cada um deles no subtópico seguinte.

2.4.1.1 Comunidade de língua e comunidade de fala

O termo "comunidade" é um conceito amplamente explorado em diversos campos, incluindo sociolinguística, linguística ecossistêmica, direito, ecologia, entre outros. Na linguística ecossistêmica, é comum fazer distinção entre "comunidade de língua" e "comunidade de fala". Exploraremos algumas diferenças entre essas duas categorias de comunidades, o que nos auxiliará na compreensão do ecossistema linguístico em sua totalidade.

A "comunidade de língua" refere-se à área que abrange o domínio de uma língua específica. Neste contexto, não é relevante se existir ou não uma interação verbal nessa comunidade. O que realmente importa é que a língua esteja presente na consciência dos falantes que pertencem a essa comunidade, conforme destacado por Couto (2016). Como exemplo ilustrativo, podemos considerar os países de língua portuguesa como parte da comunidade de língua portuguesa. Isso se deve ao fato de que os residentes desses países possuem a consciência de que o sistema linguístico predominantemente e utilizado em suas interações é a língua portuguesa. Essa

consciência linguística compartilhada é o que estabelece a base para a categorização desses países como uma comunidade de língua portuguesa, onde a língua desempenha um papel central em suas vidas cotidianas. Vejamos o conceito de CL conforme definido por Neto (2017):

O conceito de comunidade de língua (CL) equivale ao que chamamos de idioma. Trata-se de considerar, por excelência, o domínio do sistema abstrato linguístico – independente do território em que é utilizado ou de suas variações. Brasil, Portugal, Moçambique e todos os demais países em que se fala a língua portuguesa, por exemplo, constituem uma CL. Trata-se de um zoom retroativo sobre o ecossistema. (NETO, 2017, p. 75)

A comunidade de fala se distingue pela sua ênfase na interação comunicativa e tende a possuir uma delimitação territorial mais específica do que a comunidade de língua. Nesse contexto, é na comunidade de fala que as interações linguísticas ocorrem e se materializam. A formação de uma comunidade de fala exige, por natureza, a presença de interações comunicativas. Por exemplo, um pesquisador em uma cidade pode escolher um bairro, uma rua ou um grupo específico de pessoas como foco de investigação de um determinado fenômeno linguístico. De acordo com Couto (2016), esse espaço designa a comunidade de fala, que corresponde a um ecossistema linguístico composto pela integração de três elementos principais: os membros de uma comunidade (população ou povo - P) que coexistem em um espaço geográfico específico (Território - T) e se comunicam por meio da língua (L) entre si ou com o ambiente que os circunda. É importante observar que a relação entre o território e a língua sempre se dá por entre a comunidade, representando uma interconexão vital nesse contexto.

Dentro do contexto do ecossistema linguístico as interações organismo-organismo, ou seja, interações pessoa-pessoa, ocorrem entre os indivíduos que compõem uma comunidade de fala. Essas interações englobam os processos comunicativos essenciais, representando a comunicação propriamente dita. As interações pessoa-mundo configuram interações entre a população e o ambiente físico em que ela reside. Nesse tipo de interação, processos como significação, referência ou denominação desempenham um papel fundamental, pois é nesse contexto que os seres humanos atribuem nomes às coisas que os cercam.

2.5 O ecossistema linguístico das Comunidades afro-brasileiras do Mato-Grosso

A seguir, serão realizados levantamentos históricos em quatro comunidades da região de Mato Grosso: Quilombo Baixio, Campina de Pedra, Laranjal e Morrinhos. Com isso, busca-se identificar as principais características que influenciaram a formação dessas comunidades, o desenvolvimento das atividades comerciais na região e outras informações relevantes para compreender esses grupos sociais. Além disso, busca-se compreender a origem de certas características das falas das comunidades remanescentes.

2.5.1 Os ecossistemas natural, mental e social da língua em Baixio

É pertinente apresentar algumas noções preliminares acerca dos três ecossistemas em Baixio – o natural, o mental e o social – antes de adentrarmos nas análises. Portanto, cumpre a esta seção delinear, nos parágrafos subsequentes, essa abordagem introdutória.

As informações sobre o ecossistema natural de Baixio podem ser encontradas em Sales (2020) Dan e Silva (2019) e Carvalho (2016). A Comunidade de Baixio está situada na zona rural do município de Barra do Bugres, a aproximadamente 76 km do centro da cidade, acessível pela rodovia MT-246 através da estrada não pavimentada Vão Grande.

A comunidade está localizada a cerca de 160 km da capital Cuiabá e abrange uma área de 192 hectares, divididos em 17 lotes. Composta por 21 famílias, Baixio obteve o reconhecimento oficial como uma Comunidade remanescente de quilombos por meio da Portaria 37/2005 publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 12/09/2005.³⁰

Baixio integra o conjunto de cinco comunidades quilombolas conhecido como "Território Quilombola Vão Grande", assim denominado porque está situado entre as Serras das Araras que são formadas por serras paralelas, configurando um grande vão. A delimitação geográfica desse complexo é marcada pela presença de colinas em seus arredores, e atravessado pelo rio Jauquara.

Assim como Vão Grande, Baixio está intrinsecamente ligada à geografia local. Alguns moradores locais esclarecem a origem do nome da comunidade narrando que a cerca de um quilômetro dali, desenha-se o curso do rio Jauquara, cuja trajetória apresenta um trecho de águas rasas repletas de "saram", conhecido como "baixio", ou seja, um banco

³⁰ <http://dados.cultura.gov.br/dataset/comunidades-quilombolas-certificadas>

de areia ou rochas submersos que dificultam a navegação fluvial. A profusão de formações rochosas nas margens do rio, aliada à proximidade com a comunidade, levou à escolha desse nome, consolidando-o como a identidade da localidade.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)³¹, a região abrange uma diversidade de solos, englobando areias quartzosas, latossolos, cambissolos e afloramentos rochosos. De maneira geral, a fertilidade natural varia de baixa a moderada, sendo caracterizada por níveis moderados de acidez.

A posição geográfica da região, situada na interseção entre os biomas Amazônia e Cerrado, confere-lhe um clima distinto, classificado como Tropical quente e sub úmido. Este perfil climático é notável por exigir estações bem delineadas, com períodos de verões chuvosos (dezembro a março) e invernos secos.

A precipitação atinge seu ápice com um total de 1.750 mm de volume, com maior intensidade entre dezembro a fevereiro. Durante essa época, os rios locais, notadamente o Rio Bugres e o Paraguai, experimentam um aumento substancial de aproximadamente 4 metros em seus níveis, devido ao significativo aporte hídrico. A umidade relativa do ar pode chegar a valores extremos, 90 a 98% no período de chuva, e 5 a 25% no período de seca. A temperatura média anual é de 25,5°C. A maior máxima, em períodos normais, é de 40°C e a menor é 0°C.

A subsistência alimentar provém das plantações locais, que abrangem cultivos como mandioca, milho, banana, batata, arroz, feijão, maxixe, entre outros. A solidariedade e reciprocidade funcionam como pilares fundamentais entre as famílias residentes, especialmente no que tange à troca de alimentos variados. Este intercâmbio sustenta a subsistência comunitária, como exemplificado pela troca entre famílias que cultivam diferentes produtos, como banana e milho. Contudo, vale notar que a produção é voltada para o consumo interno, uma vez que não é suficiente para fins comerciais.

A produção alimentar enfrenta desafios climáticos, manifestados em estiagens, inundações e intempéries sazonais que impactam adversamente as colheitas. Diante dessas circunstâncias, os moradores se veem compelidos a se dirigirem à cidade mensalmente para adquirirem alimentos que não são produzidos localmente, garantindo assim a continuidade do abastecimento alimentar na comunidade.

³¹ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/barra-do-bugres> Acesso em 09 ago. 2023

Após muitos anos de existência, a Comunidade de São José do Baixio alcançou um marco significativo em sua história em 2010, quando a Escola da Comunidade Baixio foi oficialmente integrada ao rol das Escolas Quilombolas de Mato Grosso. Nesse contexto, surgiu a Escola Estadual José Mariano Bento, com ensino fundamental e médio, cuja construção foi iniciada no mesmo ano. Localizada na própria Comunidade Baixio, essa instituição de ensino leva o nome de uma figura emblemática, o fundador da Comunidade Quilombola Baixio. O elo que um dos moradores dessa comunidade à escola é profundo, uma vez que muitos deles são descendentes diretos desse líder, sendo seus filhos, netos e sobrinhos. A integração da escola à comunidade é um tributo à herança cultural e identidade educacional dessas famílias, fortalecendo o quilombola da região e proporcionando oportunidades educacionais fundamentais para as gerações presentes e futuras.

No que diz respeito ao ecossistema mental, há uma notável lacuna de conhecimento, sendo este o componente menos explorado na disciplina da ecolinguística, conforme dito por Couto (2013b) e corroborado por Albuquerque (2014). Contudo, é possível identificar que certos padrões de pensamento e comportamento, intrínsecos ao ecossistema mental, dos moradores da Comunidade de Baixio são impactados pela dinâmica de sua organização social, ou seja, pelo ecossistema social.

A comunidade está organizada socialmente pela Associação de Pequenos Produtores Rurais da Gleba Baixio. Na estrutura do local, encontra-se a Igreja São José, um marco que suscita observações pertinentes. Percorrendo os lares, verificou-se a presença de imagens sacras como São Benedito, Santa Marta Cozinheira, Nossa Senhora de Fátima e Nossa Senhora Aparecida. Esta constatação insinua uma comunidade conectada com a fé e o diálogo com o divino, seja por entre preces, leitura bíblica ou celebração das missas católicas. A predominância do catolicismo na comunidade é notável.

Esta dualidade subjacente, que engloba o relacionamento entre o povo e o divino, desempenha um papel expressivo na configuração do pensamento dos cidadãos de Baixio. Molda-se assim uma perspectiva que adota uma visão dualística da realidade, permeada por essa interação entre o humano e o sagrado. Esta cosmovisão, entrelaçada com a espiritualidade, ressoa pelo interior das práticas religiosas, delineando as fronteiras entre o terreno e o transcendental, e conseqüentemente, contribui para a complexidade da identidade cultural da comunidade. Nesse contexto, opostos metafísicos como bem versus mal e belo versus feio coexistem em um equilíbrio essencial. De acordo com

Albuquerque (2014), essa dualidade se manifesta no plano físico, exemplificado por pares como homem e mulher, criança e adulto, vida e morte, sexo e casamento, seca e chuva, calor e frio, entre outros.

Além disso, essa concepção dualista se estende à relação com o ecossistema natural. Esses pares opositivos, como masculino e feminino, são inerentes à maioria das espécies do reino animal, e aspectos geográficos, como o clima e o tempo, criaram para essa dinâmica. Essa abordagem permeia todas as manifestações culturais, incluindo a religião tradicional com seus rituais, a tradição oral e a organização social, gerada em uma concepção dual do universo que permeia a essência da comunidade.

2.5.2 Os ecossistemas natural, mental e social da língua em Campina de Pedra

Campina de Pedra, Laranjal e Morrinhos, são comunidades quilombolas situadas no município de Poconé-MT que, primeiramente, foi denominado de Beripoconé, em respeito à tribo indígena que habitava a região. De acordo com Almeida (2012, p. 75), Poconé foi fundado no dia 21 de janeiro de 1777. "A área foi descoberta devido à existência de grande quantidade de ouro". Com essa descoberta vieram as explorações e iniciou-se a formação de fazendas, locais de dominação contra a população negra, que utilizavam a mão de obra escrava para garantir a produção. Segundo Almeida:

Para o desenvolvimento das atividades agropecuárias, os fazendeiros continuaram a utilizar mão de obra escrava, mudando apenas de posição de trabalho, ou seja, os escravos passaram a trabalhar com o cultivo de arroz, milho, mandioca, cana-de-açúcar, banana, entre outros produtos. (ALMEIDA, 2012, p. 76)

É importante ressaltar que, embora os fazendeiros tenham exercido um controle rigoroso sobre o sistema de escravidão, contando com a assistência de seus capatazes, os proprietários de terras enfrentaram desafios consideráveis na supervisão de seus escravos. Isso ocorreu em grande parte devido à vasta extensão das terras, o que é explicado pela localização do município no Pantanal.

No município de Poconé, encontra-se um total de 29 comunidades remanescentes de quilombo. Todas estão oficialmente reconhecidas como comunidades quilombolas pela Fundação Cultural. É relevante observar que os nomes das

comunidades carregam uma forte conotação relacionada às experiências enfrentadas pelos negros, destacando as condições desafiadoras que enfrentaram ao longo da história. Alguns exemplos desses nomes incluem Chumbo, Capão Verde, Campina de Pedra, Bandeira, Jejum, Curralinho, Laranjal, Morrinhos, entre outros, representando as comunidades negras no município de Poconé.

A Comunidade Remanescente de Quilombo Campina de Pedra possui uma localização estratégica, situada às margens da MT 451. A comunidade encontra-se na entrada do Pantanal Mato-Grossense, uma região que abriga diversas fazendas de produção de soja e de pecuária, bem como áreas de garimpo nas proximidades, tornando-se um ponto de passagem fundamental tanto para as demais comunidades quanto para o centro urbano do município. A própria comunidade desempenha um papel relevante na comunicação, servindo como um ponto central de encontro para a troca de informações com as comunidades vizinhas. Campina de Pedra é uma das comunidades mais antigas da região e, ao longo dos anos, suas lideranças foram influenciadas de maneira substancial pelo catolicismo, especialmente, pelos padres seguidores da Teologia da Libertação e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que chegaram em missão nos anos 1970.

Esse contato com a Igreja mais envolvente permitiu aos quilombolas estabelecer laços com outras comunidades, compartilhar informações e ações planejadas coletivas para solucionar questões estruturais, tais como a construção de estradas, pontes e escolas nas comunidades (ALMEIDA, 2012).

Em 2009, o INCRA realizou a medição da terra e produziu um relatório técnico para delimitar a área quilombola da comunidade. O levantamento incluiu um total de 42 famílias.

A Comunidade Campina de Pedra preserva uma rica herança cultural transmitida ao longo das gerações. A produção tradicional de rapadura desempenha um papel central na cultura e identidade da comunidade, eventualmente como a principal fonte de renda das famílias quilombolas. A produção tem sido transmitida de geração em geração, desde os tempos da escravidão até os dias atuais. Embora tenham ocorrido algumas mudanças ao longo desse período, uma delas diz respeito à engenharia mecânica da cana, que antes era realizada com a ajuda de um animal de carga e agora é feita por um engenho elétrico. Essa modernização facilitou o trabalho e permitiu uma produção maior de rapadura para comercialização, ainda mais que a maioria de seus

moradores são pessoas idosas e temem pelo fim do processo de produção porque os jovens estão migrando para as regiões urbanas em busca de melhores oportunidades de trabalho.

Segundo Guerino (2013), a organização social dessa comunidade permite que todos os moradores compartilhem igualmente os resultados do trabalho, promovendo uma vida coletiva. Isso faz com que essa comunidade desempenhe um papel político relevante e sirva de referência para outras comunidades.

A comunidade tem uma Associação que, na época de nossa visita, era representada pelo senhor Téofilo Mendes da Silva, que além de representar a Associação de Campina de Pedra, era Presidente da Comissão Quilombola de Poconé:

[...] e eu sô o presidenti da Associação daqui, né? I além disso sô Presidenti da Coordenação Quilombola do Município di Poconé [...] a partir do momento qui a genti começa a trabalhá [...] na olganzaçáum da comissão qui a genti foi conhecendo [...] por quê solzinho nós sabemu qui hoje solzinho ninguém... ninguém consegui nada. (TMS, Campina de Pedra, 2019)

Assim como na Comunidade de Baixio, podemos observar que os padrões de pensamento e comportamento dos moradores da Comunidade de Campina de Pedra são influenciados pela dinâmica de sua organização social, ou seja, pelo ecossistema social que a caracteriza. A estrutura social da comunidade é fundamentada em sua Associação, que desempenha um papel central na organização e na tomada de decisões que afetam a vida de seus habitantes. Essa associação atua como um órgão representativo e de cooperação, estabelecendo diretrizes e direcionamentos para as atividades comunitárias.

Outro órgão que figura com grande representação em uma comunidade é a escola. É fundamental considerar que nos quilombos, a escola desempenha um papel central e transformador, participando como uma observação de todos os movimentos e atividades que ocorrem na comunidade. Nesse contexto, ocorre uma simbiose única entre a escola e a comunidade, onde ambas se entrelaçam e interagem de maneira profunda e integrada. A escola não é apenas um espaço de aprendizado, mas torna-se parte da vida e da cultura da comunidade quilombola. Da mesma forma, a comunidade não se limita a ser um mero ambiente físico da escola, mas desempenha um papel ativo na integração e fortalecimento da instituição educacional.

Essa simbiose entre escola e comunidade é essencial para a preservação da identidade quilombola, pois permite que as tradições, valores e conhecimentos culturais

sejam transmitidos de geração em geração. A escola não é somente um local de ensino acadêmico, mas um espaço onde as histórias e experiências da comunidade são valorizadas e compartilhadas. Da mesma forma, a comunidade desempenha um papel vital no apoio à escola, oferecendo recursos, sabedoria e uma rede de apoio que enriquece o ambiente educacional.

Essa relação simbiótica entre escola e comunidade é um testemunho do poder da educação como agente de transformação em contextos quilombolas. A parceria harmoniosa entre esses dois pilares, escola e comunidade, é um exemplo inspirador de como a educação pode ser um instrumento de resistência e preservação cultural.

Pode-se dizer que o contexto social, seja no espaço da escola, da Associação ou dos festejos realizados, desempenha um papel significativo na moldagem do pensamento e do comportamento dos habitantes da Comunidade de Campina de Pedra, influenciando diretamente a maneira como eles interagem entre si e com o meio ambiente que os cerca. Essa interação entre o ecossistema mental e o ecossistema social é essencial para compreender a dinâmica e a cultura dessa comunidade.

2.5.3 Os ecossistemas natural, mental e social da língua em Laranjal

A Comunidade Remanescente Quilombola Laranjal é uma comunidade historicamente enraizada no município de Poconé, localizado no estado de Mato Grosso, Brasil. Sua localização geográfica se estende pela região do Alto Pantanal, situada na micro bacia da várzea do córrego Cocunda a nordeste, o córrego Tarumã a sudoeste/sul, e córrego Arbino ao centro, fazendo divisas a noroeste com os terrenos mais altos – morrarias. Todos, no decurso do córrego Cocunda são integrantes da bacia hidrográfica do rio Bento Gomes³². Essa comunidade é o lar de aproximadamente 200 pessoas, que estão distribuídas em 50 unidades domiciliares e fazem parte de 56 famílias distintas. Um relatório antropológico intitulado "Caracterização Histórica, Econômica, Ambiental e Sociocultural da CRQ Laranjal: Poconé/Mato Grosso" (2014) fornece informações valiosas sobre a história e as características dessa comunidade.

³²<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/602675/1/Antropologia%20Visão%20crítica%20da%20realidade%20sociocultural.pdf>

A raiz da comunidade de Laranjal remonta à aliança matrimonial de Antônio Dias e Salomé da Silva, cuja união foi o alicerce para as sete gerações subsequentes que moldaram o tecido social da comunidade. Essas gerações subsequentes herdaram a terra, reforçaram a tradição e o modo de vida que seus antepassados estabeleceram. A terra não é apenas um local de moradia, mas um vínculo ancestral que sustenta a identidade e o legado cultural da comunidade quilombola de Laranjal:

A geração 1 compõem-se do casal fundador Antônio Dias e Salomé da Silva que após viver como camarada ou agregado de Luíz da Silva na mata do Corcunda obteve terras próprias em Várzea Funda (microbacia do córrego Arbino). Tiveram muitos filhos os destacados na geração 2: José Leite; José Gabriel e João Calixto. José Gabriel que também teve vários filhos, dentre eles Izídio, Edwiges e a Sra. Catarina (Catirina ou Dona Cati - geração 3), capelã de 80 anos, ainda viva, neta de Antônio Dias. João Calixto casou-se com Nhá Chica, de onde destacamos aqui os filhos Mané Bonifácio (pai do informante Sr. João de 65 anos) e sua irmã Luíza Francisca da Silva, conformando a geração 3. José Leite da Silva, casado com Maria Cesária, são os pais de Maturino, contudo tendo ficado viúvo, José Leite casa-se novamente com Francisca Pedrosa da Silva onde dentre quase uma dezena de filhos destacamos a Sra. Laita (ainda viva) e Emiliano, também geração 3 assim como Maturino, que se casou com Dona Emiliana – mãe de Margarida Dias da Silva (geração 4) que se casou com Mané Bonifácio (geração 3), pais do informante Sr. João), e assim respectivamente (Relatório Antropológico CRQ de Laranjal, 2014).

A população local de Cuiabá, localizada no estado de Mato Grosso, no Brasil, era uma mistura diversificada de diferentes grupos sociais durante o período histórico abordado. Esta população era composta por senhores de terras, líderes políticos e militares, soldados, e principalmente, por uma grande presença da população negra e indígena. Em relação à prática religiosa na província de Cuiabá, várias irmandades estavam associadas às igrejas da região.

Como apontado por Silva (2019), as irmandades religiosas desempenharam um papel significativo na vida das comunidades africanas e seus descendentes, tanto entre os cativos quanto entre os libertos. A presença dessas irmandades estava ativa em templos religiosos em toda a capitania de Mato Grosso e desempenhavam funções diversas. Eles estavam frequentemente envolvidos em questões de poder e desempenhavam um papel crucial na luta contra a escravidão.

As irmandades mais notáveis e representativas da comunidade africana e seus descendentes em Cuiabá incluíam a Irmandade de São Benedito, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e a Irmandade de São Francisco de Paula. Essas irmandades

desempenharam um papel fundamental na vida religiosa e social das comunidades africanas e afrodescendentes na região, representando tanto um espaço de devoção religiosa quanto de resistência contra a opressão da escravidão.

O significado associado à palavra 'irmandade' pode ser entendido como os laços e conexões forjados ao longo do tempo durante as gerações anteriores. Isso reflete uma conexão religiosa, uma herança cultural e social transmitida de uma geração para outra. As irmandades muitas vezes representam uma continuidade de valores, tradições e devoção que são passados de ancestrais para seus descendentes, criando uma sensação de união e pertencimento à comunidade. Esses laços ancestrais são uma parte fundamental da identidade e da união dentro de comunidades, especialmente aquelas que reúnem experiências históricas comuns, como as comunidades afrodescendentes.

Na continuidade dessa tradição e devoção está São Benedito como o santo padroeiro da Comunidade Quilombola de Laranjal. Nessa perspectiva, São Benedito desempenha um papel central como um símbolo e uma figura representativa da comunidade. Ele é visto como mais do que um santo religioso, é considerado quase como um pai da comunidade, uma presença que está ligada à vida e à identidade do grupo.

A noção de 'irmandade' assume uma dimensão especial nesse contexto, já que se torna uma prática que fortalece os laços de união entre os membros da comunidade. Isso vai além das relações puramente religiosas e inclui um senso de pertencimento à comunidade e um grupo maior que compartilha as mesmas semelhanças e valores. Além disso, a 'irmandade' se relaciona com a reciprocidade e o apoio mútuo entre os membros da comunidade, reforçando os vínculos sociais e culturais.

Essa conexão com a santidade e o sagrado por intermédio de São Benedito não desempenha apenas um papel espiritual, mas constrói e molda a identidade da comunidade e o seu relacionamento com o externo.

Devido à modernização da atividade da pecuária que leva ao aumento da concentração fundiária, ficou cada vez mais restrito o uso da terra e de seus recursos naturais para a produção da vida dessas populações (PIGNATTI & CASTRO, 2008; JAKUBASZKO *et al.*, 2014).

Atualmente, os membros dessas comunidades, que enfrentam desafios de restrição e isolamento pelas vastas propriedades rurais, estão empenhados em preservar sua rica cultura. Eles ainda vivem em casas tradicionais, construídas com paredes de adobe e cobertas com palha, situadas ao longo da estrada Buriti. Cada família recebe

aproximadamente 1,0 hectare de terra para uso residencial e atividades produtivas. Essas residências geralmente se agrupam em núcleos familiares, ou seja, os filhos constroem suas casas no mesmo terreno onde seus pais vivem. Embora os quilombolas tenham sido contemplados pelo programa Minha Casa Minha Vida, muitos mantêm a tradição das antigas construções que são representativas da cultura local.

A maioria das mulheres na comunidade desempenha um papel fundamental como donas de casa, concentrando seus esforços nas atividades domésticas e na agricultura em seus quintais. Eles, homens e mulheres, realizam o cultivo de diversos produtos, como mandioca, abóbora, cana, banana e batata, principalmente para suprir as necessidades de suas famílias. Além disso, aproveitam as frutas nativas para a produção de doces, que são vendidas para complementar a renda familiar. Assim, a convergência das atividades agrícolas e da pesca, associadas as fontes de renda adicionais, como pensões e benefícios governamentais, como o Bolsa Família e aposentadorias, possibilita às famílias locais de garantir sua subsistência e preservar seu modo de vida.

Em 2005, a comunidade criou uma Associação para representá-los, porém, foi somente em 4 de junho de 2010 que obteve o reconhecimento oficial no cartório, após a elaboração do estatuto da Associação Quilombola da Comunidade Negra Rural Laranjal. Através da associação, a comunidade tem sido beneficiada com cursos de formação complementar oferecidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Mais recentemente, as mulheres lideraram a iniciativa de criar uma associação externa para o cultivo de plantas medicinais, promovendo a diversificação das fontes de renda da comunidade.

Essas iniciativas refletem o compromisso da comunidade com o fortalecimento de sua autonomia e a busca por oportunidades de desenvolvimento econômico que estejam alinhadas com sua cultura e tradições locais.

A comunidade dispõe de uma escola municipal, construída em alvenaria, que oferece ensino para estudantes das séries iniciais, abrangendo do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental, com uma sala de aula multisseriada. Para dar continuidade aos estudos, ensino médio e ensino de jovens e adultos (EJA), os alunos precisam enfrentar deslocamentos consideráveis. As opções mais próximas são Chumbo, (cerca de 17 km) e Cangas (cerca de 30 Km), cujo acesso é garantido pela prefeitura de Poconé com a disponibilidade de um ônibus para uso dos estudantes.

2.5.4 Os ecossistemas natural, mental e social da língua em Morrinhos

A Comunidade Negra Rural Quilombo Morrinhos encontra-se situada no município de Poconé, no estado de Mato Grosso. Para acessar essa comunidade, é necessário percorrer a Rodovia 0-60/MT e, aproximadamente, chegar ao Km 20. Ela está situada no distrito de Cangas, a cerca de 45 km do centro do município de Poconé.

É fundamental compreender o contexto geográfico de Poconé para entender a localização dessa comunidade quilombola. Poconé, um dos municípios mais antigos de Mato Grosso, encontra-se na região da Baixada Cuiabana. Essa região é caracterizada por uma diversidade de paisagens, incluindo áreas do pantanal mato-grossense, extensas regiões de cerrado e a presença de formações montanhosas, conhecidas localmente como "morraria". Portanto, a comunidade quilombola Morrinhos está inserida nesse cenário geograficamente diverso, o que desempenha um papel fundamental em sua história e modo de vida.

A Comunidade Negra Rural Quilombo Morrinhos, composta por 24 famílias, tem uma história enraizada em sua ocupação territorial. Segundo relatos dos moradores, suas origens remontam a cerca de 150 anos atrás, quando essa área começou a ser fundada e habitada. De acordo com Campos (2017, p. 61), a comunidade foi estabelecida por um casal de descendentes de negros escravizados que já residiam na região. Esses pioneiros uniram duas famílias, a dos Velhos e a dos Correa, dando início a uma história que perdura até os dias atuais.

A importância histórica e cultural dessa comunidade é atestada pelo seu reconhecimento como Comunidade Remanescente de Quilombos. Tal reconhecimento foi formalizado por meio da Portaria Nº 84, datada de 8 de junho de 2015, e se materializa na Certidão emitida pela Fundação Cultural Palmares. Esse status valoriza a herança ancestral da comunidade, destaca seu papel na preservação das tradições culturais dos quilombos, além de fortalecer a importância de sua existência no contexto social e histórico do Brasil.

A comunidade de Morrinhos, em sua essência, baseia-se em uma economia sustentável e familiar centrada na agricultura orgânica. Os moradores cultivam uma variada gama de alimentos, como mandioca, banana, abóbora, milho, batata, entre outros, para atender às necessidades de subsistência. Além da produção agrícola,

mantém pequenas criações de animais, como porcos e galinhas, como parte de sua rotina:

Só memo nósx qui tá djá mais idoso (que tem roça). Agora eu tenho minha rocinha, Djuanito tein, Bastião tein.... (HBM-M)

Campos (2017, p. 61) descreve que alguns membros da comunidade se envolvem em atividades laborais na Mineradora Morrinhos e nas fazendas vizinhas, estabelecendo uma ligação econômica entre a comunidade e a região que a cerca. Essa interconexão econômica demonstra de maneira como a comunidade de Morrinhos se integra ao seu contexto mais amplo, contribuindo para a sua própria sustentabilidade.

No entanto, as raízes da comunidade vão muito além da sua atividade econômica. Morrinhos é uma comunidade com profundas tradições culturais afrodescendentes, enraizadas em sua história secular. Os laços de consanguinidade desempenham um papel vital na coesão social da comunidade, fortalecendo os vínculos familiares e culturais. Essa tradição é um legado do processo histórico que remonta à fundação da Vila pelo senhor Joaquim Velho, há aproximadamente 150 anos, conforme documentado por Campos (2017, p. 61).

Essa mesma população é identificada por práticas matrimoniais endogâmicas, nas quais os casamentos ocorrem frequentemente entre primos. Essa escolha de parceiros dentro do próprio grupo familiar fortalece os laços internos da comunidade e, ao mesmo tempo, está relacionada ao sistema de herança das terras e à manutenção da reprodução desses grupos. Como Pereira (2013, p. 60) destacou, essa prática matrimonial desempenha um papel significativo na coesão social e na preservação das tradições e propriedades da comunidade, unificando a comunidade por meio de laços familiares e garantindo a continuidade de suas terras e identidade cultural:

A perpetuação histórica de Morrinhos ocorre através da constituição de novas unidades familiares que se registram na sequência de suas gerações. E, a formação de novos núcleos familiares por meio de casamento endogâmico ainda é muito presente, sendo esporádicos os casamentos com os de “fora” da comunidade (PEREIRA, 2013, p. 60).

A prática de casamento dentro da própria família é uma característica comum a todas as comunidades quilombolas, desempenhando um papel fundamental na preservação e continuidade de suas tradições culturais e linguísticas. A endogamia

fortalece a identidade quilombola, uma vez que essa prática atua como um fator determinante na manutenção da variedade linguística particular de cada comunidade. Isso estabelece uma distinção entre os membros da comunidade e aqueles de fora, destacando as singularidades linguísticas, as instituições culturais, o estilo de vida e até a mesma a organização econômica e social que caracterizam essas comunidades.

Além disso, políticas públicas externas para os quilombolas, como o Programa Brasil Quilombola-PBQ, implementado em 2006, desempenham um papel significativo no apoio às comunidades. Como resultado dessas políticas, a comunidade de Morrinhos obteve melhorias significativas, incluindo o acesso ao abastecimento de água mediante o convênio 533/2006, previsto em parceria com a prefeitura de Poconé. Esse esforço conjunto resultou na implantação de um poço artesiano, atendendo a uma necessidade vital da comunidade e proporcionando melhor qualidade de vida aos seus habitantes. (PEREIRA, 2013, p. 60).

O cotidiano dos moradores de Morrinhos é marcado por atividades de lazer que desempenham um papel central na vida da comunidade. O futebol, por exemplo, é uma atividade amplamente apreciada e praticada em um campinho local, reunindo tanto homens quanto mulheres. Além disso, a pesca nas águas do Rio Bento Gomes desempenha um papel importante nas atividades de lazer da comunidade, refletindo sua relação harmoniosa com o ambiente natural circundante.

A espiritualidade é outro aspecto significativo da vida em Morrinhos. A maioria dos moradores segue a fé católica, e a igreja tem sido uma presença constante na comunidade desde a sua fundação. A devoção religiosa é uma parte intrínseca da vida cotidiana, evidenciada pela presença de altares nas casas e pela tradição das festas de santo. São Benedito, venerado como padroeiro local, é uma figura central na religiosidade quilombola, representando uma conexão com o passado de sofrimento e resiliência do povo, sendo reconhecido como um santo poderoso, milagroso e justo (PEREIRA, 2013, p. 83). Entre os santos um está acima de todos:

Primêro pá nós é Deus né, aí que vem as imagem, né? (CEE-M)

Ah! eu tein de vê esses sant'ái eu tenho...São Benedito, tenho São Sebastião, Nossa Senhora da Aparecida da Guia, São Gonçalo, tudo tenho aí... (CEE-M)

As festas reafirmam a devoção e a ligação da comunidade com o divino. Os festejos é uma maneira de agradecer a colheita, o casamento de um filho ou filha, a cura

de uma doença, o amanhecer e o anoitecer do dia. Todo acontecimento aos moradores da comunidade se transforma em agradecimento aos santos:

Aqui tinha todo ano, aqui tein festa de São Pedro, de São Djoão, São Bento, São Francisco, São Benedito... São Sebastião. (CEE-M)

Esses elementos religiosos e culturais desempenham um papel vital na coesão e na identidade da comunidade de Morrinhos, enriquecendo sua rica herança cultural.

2.6 Procedimentos metodológicos e seleção dos informantes-Comunidades de fala analisadas

Na seção seguinte, delinearemos os procedimentos metodológicos adotados na condução da investigação empírica deste estudo. Em um contexto que se propõe "sociolinguístico", é imperativo compreender as características sociais dos indivíduos pertencentes às comunidades pesquisadas, como previamente explorado na seção 2.5. Esta abordagem transcende simplesmente a exposição às variedades linguísticas dessas comunidades. É importante compreender o contexto em que tais indivíduos estão inseridos. Detalhes relativos à economia, política, educação e a religião podem fornecer esclarecimentos valiosos para a interpretação de fenômenos linguísticos específicos observados em determinados contextos geográficos ou estratos sociais. A compilação dessas informações além de caracterizar as regiões investigadas, fornece uma base sólida para a interpretação dos resultados estatísticos dos fenômenos que estamos empenhados a investigar. Desta forma, serão abordados aspectos relacionados à coleta de dados, à transcrição e à delimitação dos fenômenos estudados.

2.7 Coleta de Dados e Trabalho de Campo

Esclarecemos que os dados que serão analisados, nesta tese, foram coletados pelo pesquisador Dr. Joachin Steffen, professor visitante, na Universidade Estadual do Mato Grosso, vinculado à Universität Augsburg University, da Alemanha, entre os dias 18 a 22 de março de 2019. No dia 11 de março de 2019, fui informada sobre a permanência de pesquisadores vindos da Alemanha, e recebi o convite do meu orientador, Prof. Dr. Antonio Carlos Santana de Souza, para acompanhar as

entrevistas/pesquisas nos Quilombos do Mato Grosso. Dessa forma a minha participação nesse processo de levantamento de dados foi como observadora.

O intuito dos pesquisadores era visitar as localidades de Poconé, Vila Bela da Santíssima Trindade e Barra do Bugres, com o objetivo de realizar um trabalho acerca da fala em Comunidades Afro-brasileiras (notadamente Quilombos). Infelizmente, por motivo de força maior, não conseguimos ir para Vila Bela da Santíssima Trindade.

O projeto inicial, da minha pesquisa, era descrever os aspectos linguísticos e culturais, evidenciando o estudo das variantes linguísticas nos níveis fonético-fonológico, morfossintático e lexicais que identificariam aspectos do falar das Comunidades Remanescentes Quilombolas do Estado de Rondônia, mais precisamente, no sul do Estado. Surpreendentemente, fomos arrebatados pela Pandemia COVID-19 que nos tolheu o livre acesso aos lugares. Por esse motivo, tivemos que optar por escolher outra forma de pesquisa e como estive presente, apenas como observadora, durante as entrevistas do Dr. Joachin Steffen nas Comunidades Quilombolas de Baixio, no Município de Barra do Bugres-MT, de Campina de Pedra, de Laranjal e de Morrinhos, no Município de Poconé-MT, escolhemos analisar o *corpus* dessas comunidades.

Pela necessidade de utilizar os dados coletados em 2019, os solicitamos ao pesquisador Steffen, que os cedeu gentilmente. Dessa forma, essa pesquisa dispensa chancela do Comitê de ética, uma vez que essa autorização já foi concedida à pesquisa original empreendida pelo Dr. Joachin Steffen.

O município de Barra do Bugres encontra-se na microrregião de Tangará da Serra. Na mesorregião Sudoeste matogrossense com distância de 160 Km da capital Cuiabá.³³ A 75 Km de Barra do bugres-MT está localizado o Território Quilombola Vão Grande e neste Território encontra-se a Comunidade Quilombola de Baixio.

O município de Poconé situa-se a 100 quilômetros da capital Cuiabá, faz limite com os municípios de Cáceres, Nossa Senhora do Livramento, Barão de Melgaço e Corumbá (Mato Grosso do Sul), além da Bolívia. Nele existem 33 comunidades remanescentes de quilombo, dentre elas encontra-se Campina de Pedra, Laranjal e Morrinhos.

³³ <https://www.barradobugres.mt.gov.br/Institucional/Caracteristicas/11/>

A Comunidade Campina de Pedra localiza-se aproximadamente a 50 quilômetros de Poconé; Laranjal está às margens de uma estrada vicinal – estrada do Buriti – a 15 quilômetros da rodovia asfaltada MT 451 (Rodovia Adauto Leite), que foi construída na primeira metade dos anos 1980 e liga duas das mais importantes rodovias pantaneiras, a MT 060, para a cidade de Poconé em direção sudeste, e a MT 070, para a cidade de Cáceres em direção sudoeste (JAKUBASZKO *et al.*, 2014).

A Comunidade Negra Rural Quilombo Morrinhos tem-se acesso pela Rodovia 0-60/MT, Km 20 e está localizada no distrito de Cangas, a 45 quilômetros do município sede.

Além da minha participação, os Professores/pesquisadores Dr. Joachin Steffen e Dr. Antonio Carlos Santana de Souza, contaram com a presença das acadêmicas Priscila Borges Coutinho e Daniele Borges, da professora Dr.^a Neusa Ines Philippsen e do senhor Ivo Borges, servidor do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA de Cuiabá-MT, encarregado pelo setor que analisa as terras dos quilombos de Mato Grosso. O senhor Ivo foi de fundamental importância por ser o intermediário e a pessoa de confiança, principalmente daquelas comunidades por conhecer a causa dos quilombolas. Em todas as comunidades fomos muito bem recebidos. Ao chegarmos, sempre éramos apresentados, pelo senhor Ivo, como pesquisadores aos representantes das comunidades ou aos moradores. Em cada entrevista, o Dr. Joachin Steffen se apresentava e solicitava a cada entrevistador autorização para entrevistá-lo.

Observamos que não houve direcionamento nas conversas, os moradores contaram às suas maneiras as narrativas. Foram aproximadamente 8 horas de gravação. Naqueles dias, observamos aspectos históricos, vivências e interações. As visitas seguiram o seguinte trajeto: Comunidade de Baixio, Comunidades Campina de Pedra, Laranjal e Morrinhos.

Notamos que algumas estratégias foram utilizadas pelo entrevistador, como o registro fotográfico, anotações no caderno de campo, entrevistas sobre o dia-a-dia da comunidade, e um pequeno questionário por intermédio de vídeos em que o pesquisador mostrava os vídeos e o entrevistado descrevia as ações que estava vendo.

Durante esses dias foram entrevistados 24 moradores, entre eles 9 mulheres e 15 homens. A faixa etária foi de 10 a 99 anos de idade. Todos são moradores dos quilombos, no entanto, apenas um entrevistado não nasceu no quilombo. Sobre o grau de escolaridade não foi possível identificar de todos.

2.7.1 Transcrição e quantificação dos dados

Após disponibilização dos áudios pelo pesquisador Dr. Joachin Steffen, para a constituição da base de dados, fizemos a transcrição das gravações orais. Primeiramente, tentamos utilizar a plataforma para transcrição da Reshape³⁴, no entanto, notamos que este *software* durante a transcrição faz a “correção” gramatical das falas e essas variações são de suma importância para o trabalho da tese, pois, são suas ocorrências que serão analisadas. Dessa forma, buscamos outro programa específico para transcrição linguística e encontramos o *software* ELAN.

O ELAN é uma ferramenta profissional para anotar e transcrever, manual e semi-automático, gravações de áudio e vídeo, desenvolvido pelo Instituto Max Planck de Psicolinguística em Nijmegen, Holanda, é um *software* gratuito que está disponível para download no site *The Language Archive-ELAN*³⁵. Neste mesmo site está disponibilizado o manual para a utilização do ELAN, em inglês, e guias introdutório e de codificação para uso em ELAN. No entanto, utilizei o *Manual de transcrição no Elan. Projeto SP2010: construção de uma amostra da fala paulistana*, produzido pela professora Dr^a Livia Oushiro o qual encontra-se disponível no site com mesmo nome do Manual em epígrafe³⁶.

Com o ELAN, um usuário tem a capacidade de incluir um número ilimitado de anotações textuais em gravação de áudio e/ou vídeo. Essas anotações podem assumir diversas formas, desde frases, palavras ou glosas, até comentários, traduções ou específicas de qualquer aspecto apresentado na mídia em questão. O sistema permite a criação dessas anotações em múltiplas camadas, que são conhecidas como "camadas". Essas camadas podem ser organizadas hierarquicamente e interconectadas, possibilitando uma estrutura de organização flexível. Além disso, uma anotação pode estar vinculada ao tempo específico da mídia ou fazer referência a outras anotações já existentes. Todo o conteúdo das anotações é composto por texto no formato Unicode, e os documentos de anotação são armazenados no formato XML (EAF).

³⁴ <https://www.reshape.com.br/transcricao-de-audio/>

³⁵ <https://archive.mpi.nl/tla/elan>

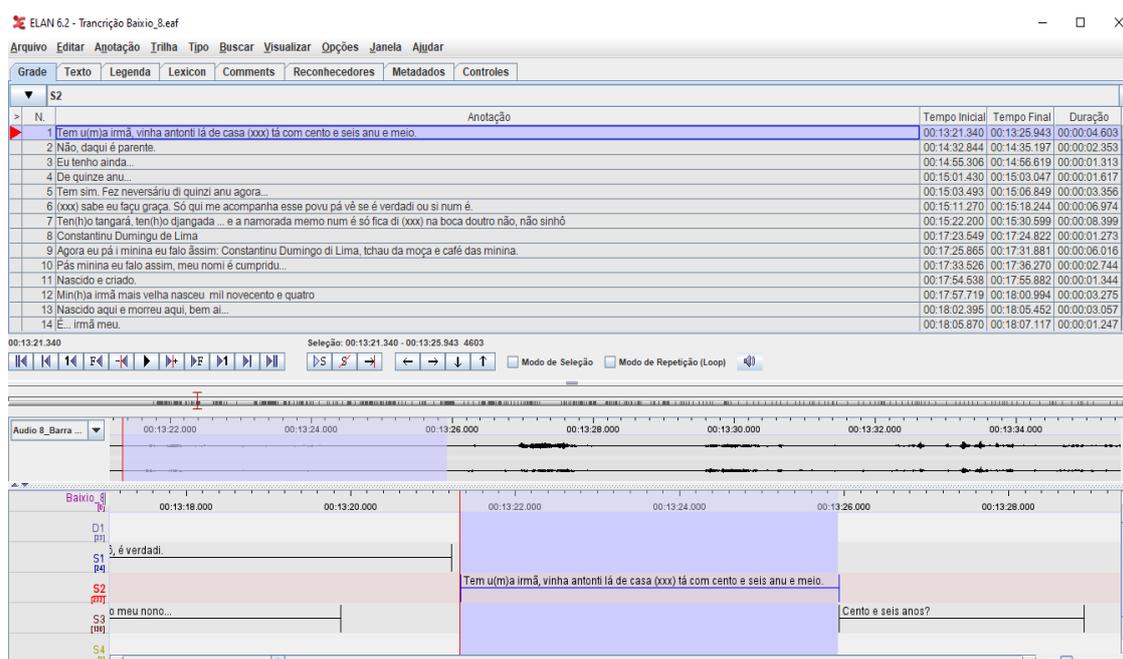
³⁶ <https://docplayer.com.br/54269986-Manual-de-transcricoes-no-elan-projeto-sp2010-construcao-de-uma-amostra-da-fala-paulistana-livia-oushiro.html>

2.7.1.1 As principais funções do ELAN

Ao abrir um arquivo de som para a transcrição, a janela principal do ELAN aparecerá (Fig. 3). Ela contém:

- (1) no topo da janela, um menu com vários tabs (Grade, Texto, Legenda etc.);
 - (2) na metade superior da janela, diversos controles, que podem ser selecionados ao clicar nos tabs correspondentes;
 - (3) na parte central da janela, os controles para tocar e selecionar partes do arquivo de áudio;
 - (4) abaixo dos controles de áudio, o Visualizador de Densidade de Anotações;
 - (5) na metade inferior, o Visualizador da Onda Sonora;
 - (6) abaixo da onda sonora, as trilhas de anotação para diferentes falantes.
- (OUSHIRO, 2010)

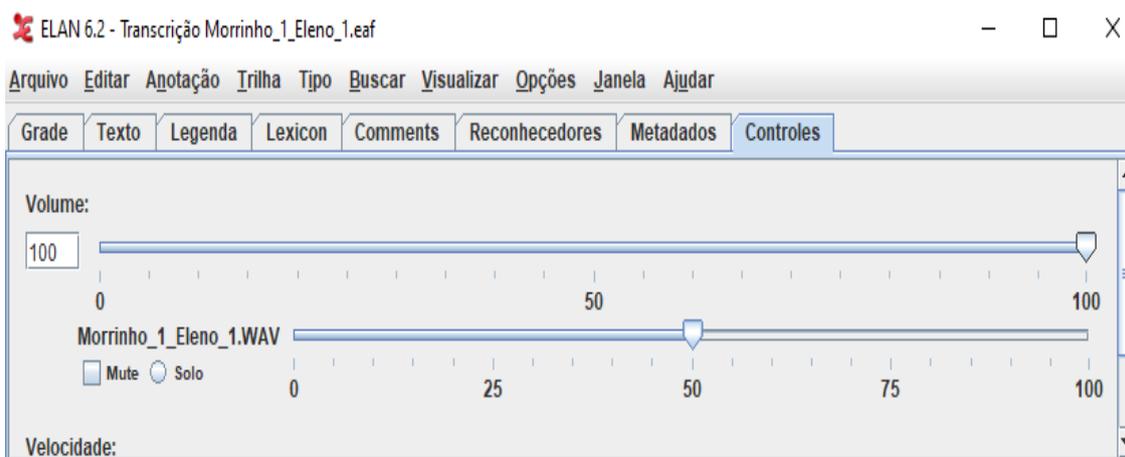
Figura 10 - Janela principal do ELAN



Fonte: Imagem da transcrição da própria autora.

Uma das funções importantes se encontra no tab "Controles" o qual contém dois sliders que permitem ajustar o volume e a velocidade da gravação. Este último é de suma importância quando se transcreve falas muito rápidas (Fig. 11).

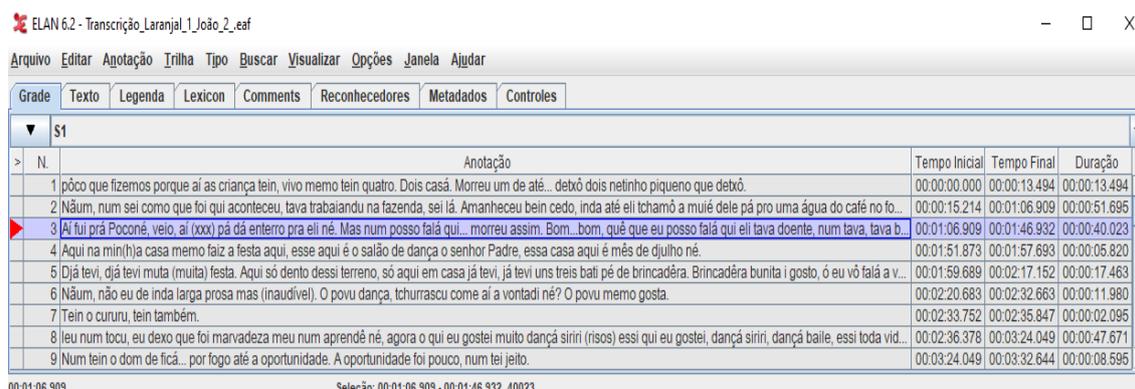
Figura 11 - Janela principal do ELAN – Controles de volume e velocidade



Fonte: Imagem da transcrição da própria autora.

O tab "Grade" apresenta uma tabela de unidades de anotação de uma determinada trilha, junto com as informações de tempo (inicial, final, duração) para cada anotação (Fig. 5).

Figura 12 - Janela principal do ELAN – Grade



Fonte: Imagem da transcrição da própria autora.

O tab "Texto" apresenta um texto corrido de todas as transcrições em uma determinada trilha (Fig. 6).

Figura 13 - Janela principal do ELAN – Texto

Após a transcrição minuciosa das entrevistas, nas quais foram registradas as expressões utilizadas pelos moradores das comunidades, empreendemos um processo de análise e organização dessas informações. Nesse contexto, nosso primeiro passo foi identificar e registrar as ocorrências de "nós" e suas variações, bem como "a gente". Posteriormente, procedemos à sistematização dos dados, empregando uma planilha no *software* Excel. Na planilha, separamos as diferentes formas dessas expressões, ou seja, as variantes nas linhas, e atribuímos variáveis relevantes nas colunas. Essas variáveis incluíram informações sobre os participantes, detalhando-os por nome, bem faixa etária, nível de escolaridade, gênero e comunidade de residência.

2.7.1.2 As principais funções do R

Para realizar a transcrição de dados para o R, muitas vezes é mais conveniente trabalhar com arquivos no formato CSV (Comma-Separated Values) em comparação com arquivos Excel (.xlsx), por isso é necessário converter o formato do arquivo em Excel de .xlsx para .csv. O R tem funções integradas que facilitam a leitura e manipulação de dados em formato CSV. Após a conversão, temos um arquivo CSV que pode ser facilmente lido no R usando a função 'read.csv()' ou 'read.csv2()' (para arquivos CSV que utilizam ponto e vírgula como delimitador).

Para conduzir a análise de dados estratificados, os estudos em Sociolinguística têm empregado programas de linguagem computacional. Conforme destacado por Monteiro (2000, p. 96), o processo inicia-se com a entrada de um arquivo de dados no programa computacional, acompanhado por outro arquivo que especifica os fatores. Posteriormente, somente após uma verificação minuciosa da codificação das ocorrências, com o objetivo de eliminar possíveis erros, torna-se possível realizar os cálculos de frequência. Isso resulta na criação de um arquivo de células, essencial para a análise da variação, no qual são indicados os percentuais de frequência para todos os fatores. Esse procedimento é de suma importância para garantir a precisão e confiabilidade dos resultados obtidos durante a análise.

Neste trabalho, conduzimos a análise por meio da linguagem R³⁷, utilizando a plataforma do RStudio³⁸ como interface. A linguagem de programação desempenhou

³⁷ O R pode ser adquirido através do site oficial do projeto: <http://www.r-project.org>. Ao visitar a página, é necessário selecionar o sistema operacional correspondente ao computador onde o programa será

um papel fundamental na manipulação, análise e representação visual dos dados. Dentro desse ambiente, exploramos diversas técnicas de manipulação de dados, possibilitando a realização de análises estatísticas e a criação de gráficos elucidativos.

Após o download e instalação nos sistemas operacionais Windows, configuramos um ícone de atalho do RStudio na área de trabalho para simplificar o acesso. Ao acionar o ícone do programa, a tela inicial se apresenta, pronta para receber comandos destinados à análise dos dados. Este processo proporcionou uma experiência eficiente e acessível para a execução das análises propostas neste estudo.

A tabela a seguir apresenta os dados sobre os informantes (9 mulheres e 15 homens):

Tabela 4 - Informantes e Comunidades

| Informante | Sexo/gênero | Faixa etária | Comunidade | Tempo entrevista |
|------------|-------------|----------------|--------------------|------------------|
| MMB-B | Feminino | 1 ^a | São José do Baixio | 15:05 |
| MH-B | Feminino | 1 ^a | São José do Baixio | 15:08 |
| OSC-B | Masculino | 2 ^a | São José do Baixio | 30:39 |
| CDL-B | Masculino | 2 ^a | São José do Baixio | 55:00 |
| ASB-B | Masculino | 2 ^a | São José do Baixio | 22:49 |
| SobC-B | Masculino | 1 ^a | São José do Baixio | 06:00 |

| Informante | Sexo/gênero | Faixa etária | Comunidade | Tempo entrevista |
|------------|-------------|----------------|------------------|------------------|
| FMS-CP | Feminino | 2 ^a | Campina de Pedra | 21:35 |
| CMM-CP | Feminino | 2 ^a | Campina de Pedra | 11:51 |
| MNF-CP | Feminino | 1 ^a | Campina de Pedra | 07:50 |
| WM-CP | Masculino | 1 ^a | Campina de Pedra | 04:00 |
| TMS-CP | Masculino | 2 ^a | Campina de Pedra | 32:19 |
| AtMS-CP | Masculino | 2 ^a | Campina de Pedra | 06:47 |
| AIMS-CP | Masculino | 2 ^a | Campina de Pedra | 15:05 |
| CMS-CP | Masculino | 2 ^a | Campina de Pedra | 21:50 |

instalado (Windows, Mac ou Linux). Posteriormente, procede-se o download gratuito e a instalação do software no computador.

³⁸ O RStudio pode ser adquirido através da página: <https://www.rstudio.com/products/rstudio/download/>. Ao acessar a página é importante verificar e selecionar a versão mais recente do programa disponível. Após a escolha, proceda o download gratuito e a subsequente instalação do RStudio no computador.

| ITMS-CP | Masculino | 2 ^a | Campina de Pedra | 05:43 |
|--------------|-------------------|----------------|------------------|------------------|
| Informante | Sexo/gênero | Faixa etária | Comunidade | Tempo entrevista |
| N-L | Masculino | 2 ^a | Laranjal | 19:43 |
| JN-L | Masculino | 2 ^a | Laranjal | 26:34 |
| Informante | Sexo/gênero | Faixa etária | Comunidade | Tempo entrevista |
| CEE-M | Feminino | 2 ^a | Morrinhos | 9:13 |
| FGA-M | Feminino | 2 ^a | Morrinhos | 16:28 |
| VNS-M | Feminino | 1 ^a | Morrinhos | 03:11 |
| RNS-M | Feminino | 1 ^a | Morrinhos | 05:02 |
| EBM-M | Masculino | 2 ^a | Morrinhos | 59:83 |
| SGA-M | Masculino | 2 ^a | Morrinhos | 40:63 |
| JP-M | Masculino | 2 ^a | Morrinhos | 25:13 |
| Total | 9(F) 15(M) | | | 7:53:91 |

Fonte: própria autora

2.7.2 Delimitação do fenômeno

Como os pronomes "nós" e "a gente" se encaixam no ecossistema linguístico das comunidades quilombolas do Mato Grosso: Baixio, Campina de Pedra, Laranjal e Morrinhos?

Esse foi o nosso questionamento ao delimitar o fenômeno investigado.

Consideramos as hipóteses formuladas sobre os fatores que influenciam o uso dos pronomes, baseando-nos na constituição do corpus, na observação empírica do pesquisador (aqui, observador) e na literatura especializada sobre o uso de "a gente" no Português Brasileiro. Essas hipóteses incorporam tanto a teoria quanto as constatações empíricas do corpus analisado, norteiam este trabalho:

a) O percentual de "a gente" na posição de sujeito é superior ao de "nós" nas comunidades quilombolas de Baixio, Campina de Pedra, Laranjal e Morrinhos.

b) Os níveis menos salientes tendem a favorecer a adoção do pronome inovador "a gente", enquanto os níveis mais salientes propiciam a persistência do uso do pronome "nós".

c) Os tempos verbais no infinitivo e pretérito imperfeito influenciam a escolha do pronome "a gente" que é mais adequado para situação de indeterminação, enquanto as formas verbais morfologicamente mais distintas, como o presente e o pretérito perfeito, direcionarão a preferência para o pronome "nós".

d) Haverá prevalência significativa do uso de "a gente" quando acompanhada por formas verbais monossílabas e oxítonas, ao passo que as formas paroxítonas tenderão ao emprego de "nós".

e) Os verbos de estado tendem a favorecer "nós", e os verbos *dicendi* tendem a favorecer "a gente".

f) O uso de "a gente" é mais frequente em sujeitos antepostos ao verbo, em posição adjacente imediata à esquerda ou clítico intercalado.

g) Para a variável "nós" e "a gente" a maior frequência será constatada para a concordância verbal esperada: *a gente* com \emptyset (verbo na 3ª PS) e *nós* com *-mos*.

2.7.2.1 Objetivo Geral

Descrever e analisar a variação pronominal "nós" e "a gente" em dados do português falado pelos moradores das Comunidades Remanescentes Quilombolas Baixio, Campina de Pedra, Laranjal e Morrinhos (MT).

2.7.2.2 O objetivo específico

Verificar as tendências da forma pronominal adotada pelos moradores das Comunidades Remanescentes Quilombolas do Mato Grosso.

2.8 Considerações finais do Capítulo II

Neste capítulo, promovemos a contextualização abrangente acerca da relevância histórica e geográfica das comunidades objeto de nossa investigação. Destacamos a importância da história dos quilombos no Brasil como um elemento fundamental para a compreensão do contexto das comunidades afro-brasileiras no estado do Mato Grosso. Esta narrativa histórica se distingue por sua estreita associação com os princípios de resistência e a preservação das culturas africanas no país,

conferindo, assim, uma relevância singular ao escopo de nosso estudo. Ademais, examinamos de forma minuciosa a história específica do Mato Grosso, com foco nas características geográficas e sociais que moldaram a região e exerceram influência no desenvolvimento das comunidades quilombolas no referido estado. A compreensão deste contexto se revela determinante para a análise das dinâmicas linguísticas e sociolinguísticas que serão abordadas posteriormente. No decorrer deste capítulo, discutiremos acerca da demarcação e situação dos territórios quilombolas em Mato Grosso ressaltando a batalha travada por esses povos na conquista de suas terras e destacando a importância dessas áreas como espaços de preservação cultural e histórica das comunidades afro-brasileiras. Além disso, exploramos o conceito de comunidade, adotando uma abordagem ecolinguística que distingue a comunidade de língua e a comunidade de fala. Em particular, investigamos os ecossistemas naturais, mentais e sociais da língua presentes nas comunidades de Baixio, Campina de Pedra, Laranjal e Morrinhos. Adicionalmente, detalhamos os procedimentos metodológicos empregados em nossa pesquisa, incluindo das informações sobre uma seleção de informantes nas comunidades de fala analisadas e sobre os métodos de coleta de dados. Explicamos minuciosamente a obtenção e registros dos dados. Por fim, apresentamos a estruturação das variáveis de análise, abrangendo a categorização das variáveis linguísticas e extralinguísticas, as quais desempenham um papel central na análise do uso das expressões "nós" e "a gente" nas comunidades quilombolas do Mato Grosso.

No capítulo subsequente, direcionamos nossos esforços para o processamento dos dados e a análise dos resultados obtidos.

CAPÍTULO III

ANÁLISE DOS DADOS: VARIAÇÃO PRONOMINAL "NÓS" E "A GENTE"

Neste capítulo serão apresentados os resultados provenientes da análise da variação entre os pronomes "nós" e "a gente" em um conjunto de 24 entrevistas com participantes de ambos os sexos, distribuídos em duas faixas etárias (a primeira, abrangendo indivíduos de até 50 anos e, a segunda, compreendendo pessoas com mais de 50 anos), além da avaliação de seu nível de instrução, variando de analfabetismo ao ensino superior. Essas entrevistas foram realizadas com moradores das comunidades remanescentes quilombolas de São José do Baixo, Campina de Pedra, Laranjal e Morrinhos, todas localizadas em Mato Grosso.

Inicialmente, os resultados são apresentados em termos de números absolutos e frequenciais, proporcionando uma visão geral da distribuição dos pronomes "nós" e "a gente" na amostra. Em seguida, os dados são interpretados por meio de análises estatísticas, gráficos e discussões, permitindo uma compreensão mais profunda de fatores tanto linguísticos quanto extralinguísticos nessas variáveis. Por fim, analisamos os resultados probabilísticos, obtidos fazendo uso do *software* estatístico R, a fim de consolidar nossas conclusões sobre essa variação linguística.

3.1 Análise da variedade pronominal nós/a gente

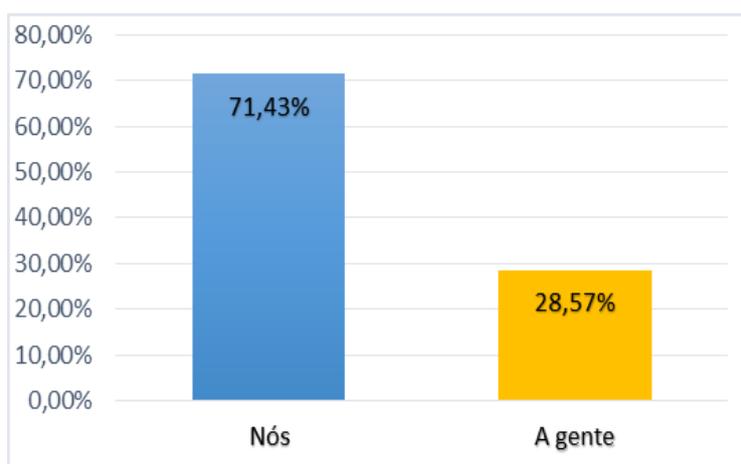
A análise dos pronomes "nós" e "a gente" nos corpora das Comunidades Remanescentes Quilombolas de Baixo, Campina de Pedra, Laranjal e Morrinhos revela um panorama esclarecedor sobre o uso dessas formas pronominais. Nos dados da fala dessas comunidades, foram registradas 558 ocorrências do uso dos pronomes "nós" e "a gente", sendo 511 casos em posição de sujeito e 47 em outras posições sintáticas, as quais foram arquivos das análises realizadas. Foram minuciosamente examinadas 511 ocorrências das formas explícitas (plenas) e não-explícitas (desinenciais ou nulas), todas provenientes das falas das Comunidades estudadas, totalizando 365 (71,43%) para o uso da forma "nós" e 146 (28,57%) para o uso da forma "a gente", como mostra a Tabela 5.

Tabela 5 - Frequência do uso dos pronomes "nós" e "a gente" na posição de sujeito

| PRONOME | N. DE OCOR./TOTAL | FREQUÊNCIA |
|---------|-------------------|------------|
| Nós | 365/511 | 71,43% |
| A gente | 146/511 | 28,57% |

As formas de primeira pessoa do plural em análise foram representadas no Gráfico 1, para facilitar a visualização:

Gráfico 1 - Distribuição Geral do uso de "nós" e "a gente" na amostra



Inicialmente, os dados apresentam de maneira clara uma disparidade significativa nas porcentagens corroborando o predomínio do emprego da forma "nós" na posição de sujeito entre os falantes das quatro comunidades pesquisadas.

Esses dados permitem perceber, de forma precisa, a distribuição percentual das ocorrências de "nós" e "a gente" em cada contexto estudado, o que nos possibilita identificar padrões e tendências de uso nessas Comunidades Quilombolas.

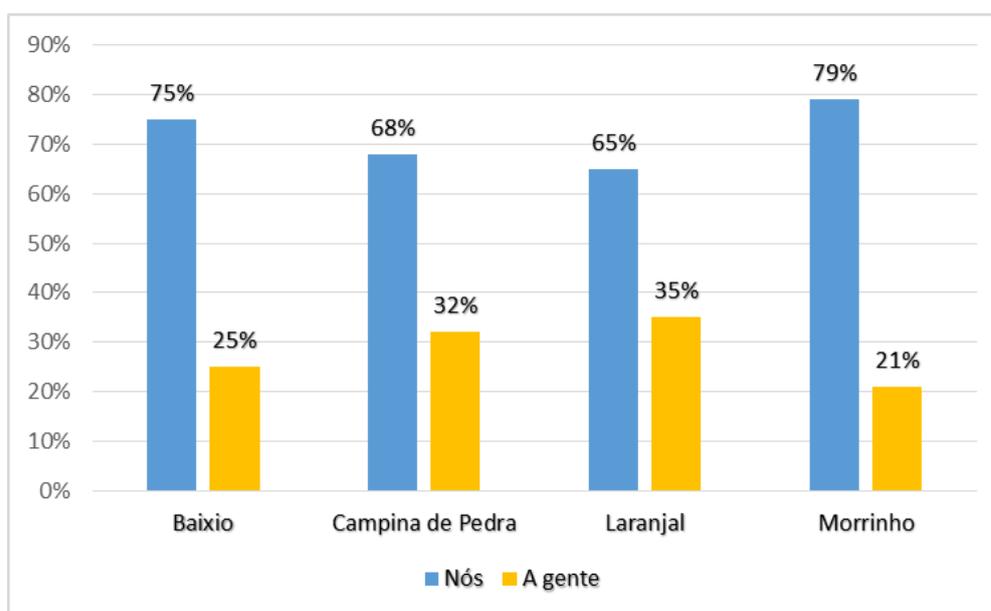
Na tabela 6, apresentamos os resultados do uso das ocorrências em cada comunidade.

Tabela 6 - Forma do pronome de primeira pessoa do plural no português das Comunidades Quilombolas do Mato Grosso

| PRONOMES | Baixio Nº de ocor./ Total | Campina de Pedra Nº de ocor./ Total | Laranjal Nº de ocor./ Total | Morrinhos Nº de ocor./Total |
|----------|------------------------------|--|--------------------------------|--------------------------------|
| NÓS | 81/365 | 127/365 | 62/365 | 95/365 |
| A GENTE | 27/146 | 59/146 | 34/146 | 26/146 |

Recorrendo a abordagem detalhada e sistemática, a pesquisa amplia nossa compreensão sobre o uso dos pronomes "nós" e "a gente" nas Comunidades Quilombolas do Mato Grosso e no contexto do PB, além de destacar a relevância de estudos sociolinguísticos que consideram as múltiplas dimensões da variabilidade linguística. Vejamos o gráfico de porcentagem referente ao uso de cada pronome em cada comunidade:

Gráfico 2 - Distribuição do uso dos pronomes "nós" e "a gente" em cada comunidade



Os resultados obtidos no gráfico 2 fornecem uma visão da variação pronominal nas Comunidades Quilombolas estudadas. A predominância da forma conservadora "nós" sobre a forma não-padrão "a gente" no PB é notável em todas as comunidades: Baixio, Campina de Pedra, Laranjal e Morrinhos com um expressivo percentual de uso de 75%, 68%, 65% e 79%, respectivamente, sobre a forma não-padrão "a gente". Essa constatação reflete a dinâmica linguística presente na comunidade, onde a forma "nós" ganha relevância como um traço identitário. Além disso, observa-se que os moradores dessas Comunidade apresentam uma preferência ainda mais acentuada pela forma "nós".

É importante ressaltar que esses resultados são de grande importância para a compreensão da variação pronominal nas Comunidades Quilombolas e para uma apreciação mais ampla da diversidade linguística e cultural presente em nosso país. Essas

descobertas nos incentivam a valorizar e preservar a riqueza de expressões linguísticas encontradas em comunidades tão distintas como as Comunidades Quilombolas.

Numa análise mais detalhada, observou-se que dentre as 511 ocorrências, 146 casos estão relacionados ao pronome "a gente", sendo que 143 ocorrem de forma explícita e 03 de forma não-explícita. Por sua vez, o pronome "nós" totalizou 365 ocorrências, com 312 situações da forma explícita e 53 da forma não-explícita. Na tabela 7, será apresentada a distribuição das 511 ocorrências:

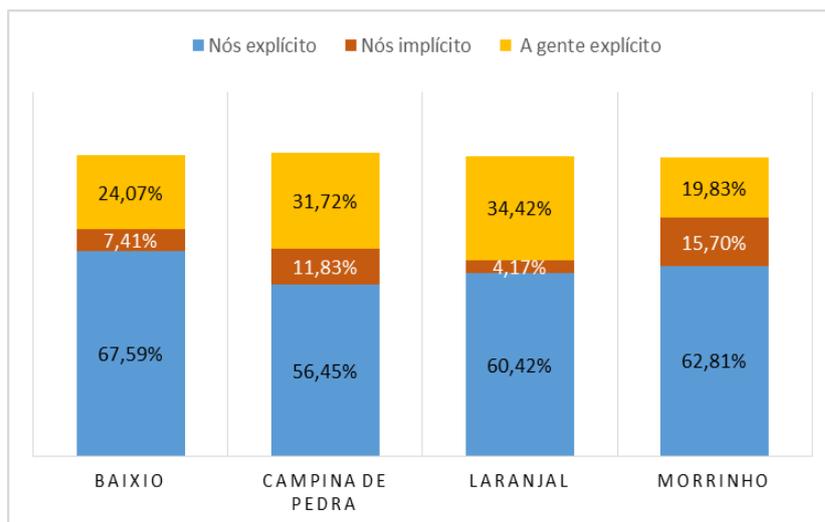
Tabela 7 - Uso pronominal de primeira pessoa do plural "nós" e "a gente" no português brasileiro nas Comunidades Quilombolas de Mato Grosso

| PRONOMES | NÓS | | A GENTE | | TOTAL |
|--------------------------------|------------------|---------------------|-----------------|---------------------|------------|
| PB-Comunidade Baixo | 75% (81) | | 25% (27) | | 100% (108) |
| SUJEITO PRONOMINAL | explícito 73 | não-explícito 8 | explícito 26 | não-explícito 01 | |
| PB-Comunidade Campina de Pedra | 68% (127) | | 32% (59) | | 100% (186) |
| SUJEITO PRONOMINAL | explícito 105 | não-explícito 22 | explícito 59 | não-explícito 00 | |
| PB-Comunidade Laranjal | 65% (62) | | 35% (34) | | 100% (96) |
| SUJEITO PRONOMINAL | explícito 58 | não-explícito 04 | explícito 34 | não-explícito 00 | |
| PB-Comunidade Morrinhos | 79% (95) | | 21% (26) | | 100% (121) |
| SUJEITO PRONOMINAL | explícito 76 | não-explícito 19 | explícito 24 | não-explícito 02 | |

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados

Na tabela acima, destaca-se a distribuição minuciosa das ocorrências dos pronomes "nós" e "a gente", tanto em formas explícitas quanto implícitas. Embora os moradores das comunidades tenham uma tendência de utilizar o pronome "a gente", os resultados revelam uma preferência marcante pelo uso do pronome "nós", ultrapassando a marca de 50%. Notavelmente, a forma explícita de "nós" prevalece sobre a forma explícita de "a gente". Além disso, é interessante observar que o uso do "a gente" explícito é bastante limitado sendo encontrado apenas três casos. O gráfico 03 mostra esta distribuição detalhada, em porcentagem, de cada comunidade:

Gráfico 3 - Uso dos pronomes "nós explícito", "nós implícito" e "a gente explícito" nas comunidades quilombolas



Ao examinarmos o gráfico 3, está evidente que Baixio se destaca com percentuais superiores no uso explícito da forma "nós" em comparação com Campina de Pedra (56,45%), Laranjal (60,42%) e Morrinhos (62,81%). Isso significa a clara preferência dos falantes por sujeitos explicitamente expressos, seja na forma de "nós", como: "O patrão só pisa mai **nói** precisa trabalha, né? (C-B)"; ou na forma de "a gente", como: "...**a gente** nasce sem nada e sem nada fica né... (N-L)". No contexto dos sujeitos explícitos, notamos que Laranjal liderou com (34,42%) seguido por Campina de Pedra (31,72%), Baixio (24,07%) e Morrinhos (19,83%) no uso da forma "a gente".

Quanto ao uso implícito, o gráfico destaca exclusivamente o percentual da forma "nós", dada a ocorrência limitada de apenas três casos com o pronome "a gente": um em Baixio e dois em Morrinhos. Nesse contexto observamos que Morrinhos (15,70%) supera Campina de Pedra (11,83%), Baixio (7,41%) e Laranjal (4,17%) em termos percentuais.

A análise dos resultados destaca uma clara preferência pelo sujeito explícito em ambas as formas, com uma proporção significativamente maior para a expressão "nós". Essa tendência sugere a persistência de um paradigma conservador em todas as comunidades analisadas. Em contraste, a utilização de "a gente" revela um estágio mais avançado, promovendo uma mudança gradual nas práticas linguísticas. Essa dualidade aponta para a riqueza e complexidade das dinâmicas sociolinguísticas presentes nessas comunidades, ressaltando a coexistência de elementos tradicionais e inovadores no uso dos pronomes "nós" e "a gente".

Diante do expressivo percentual de uso do "nós" explícito em todas as comunidades, surge a oportunidade para aprofundar nossa investigação. Buscamos,

assim, compreender as variáveis linguísticas e extralinguísticas que exercem influência na consolidação do "nós" na gramática dessas comunidades. A análise detida desses resultados enriquece nossa compreensão das especificidades e abre caminho para uma interpretação mais abrangente dos fatores que moldam a escolha pronominal nas dinâmicas linguísticas dessas localidades.

3.2 Análise da saliência fônica

Diante da fundamentação que destaca a saliência fônica como um fator importante para a alternância pronominal, empreendemos uma análise minuciosa de nossos dados em relação a esse elemento, o que culminou em resultados esclarecedores. A avaliação detalhada revelou padrões diferentes de saliência fônica, corroborando a relevância desse aspecto na dinâmica da escolha entre os pronomes "nós" e "a gente".

Tabela 8 - O uso de "nós" em Baixio, Campina de Pedra, Laranjal e Morrinhos e a saliência fônica (aplicação, ocorrências e percentual)

| Fatores | Baixio | | | Campina de Pedra | | | Laranjal | | | Morrinhos | | |
|--|--------|-------|----|------------------|-------|----|----------|-------|-----|-----------|-------|----|
| | Aplic. | Ocor. | % | Aplic. | Ocor. | % | Aplic. | Ocor. | % | Aplic. | Ocor. | % |
| 1- mesma forma para P3 e P4 (infinitivo) | 2 | 4 | 50 | 3 | 6 | 50 | 5 | 9 | 56 | 2 | 8 | 25 |
| 2- conservação da sílaba tônica e acréscimo (ou não) da desinência <i>-mos</i> (falava/ falávamos) | 11 | 19 | 58 | 31 | 39 | 79 | 1 | 1 | 100 | 19 | 24 | 79 |
| 3- deslocamento do acento tônico e acréscimo da desinência <i>-mos</i> (fala/ falamos) | 33 | 38 | 87 | 12 | 35 | 34 | 12 | 32 | 38 | 27 | 28 | 96 |
| 4- monossílabos tônicos ou oxítonos que passam a paroxítonos (está/ estamos, tem/ temos) | 8 | 14 | 57 | 23 | 30 | 77 | 27 | 33 | 82 | 10 | 19 | 53 |
| 5- redução dos ditongos finais em vogais, com acréscimo da desinência <i>-mos</i> (vai/ vamos, falou/ falamos) | 10 | 13 | 77 | 46 | 61 | 75 | 10 | 12 | 83 | 30 | 33 | 91 |
| 6- diferenças fonológicas acentuadas (veio/viemos, é/somos) | 17 | 20 | 85 | 12 | 15 | 80 | 7 | 9 | 78 | 7 | 9 | 78 |
| TOTAIS | 81 | 108 | 75 | 127 | 186 | 68 | 62 | 96 | 65 | 95 | 121 | 79 |

A Tabela 8 mostra os resultados obtidos com o uso do pronome "nós". Ao observar as percentagens de cada nível fica perceptível a preferência de todas as comunidades pelo uso da forma "nós", no entanto, essa escolha transcende simplesmente a presença ou ausência de diferenciação fonética nos diferentes níveis aplicados. Vale considerar que a escolha entre os pronomes "nós" e "a gente" é

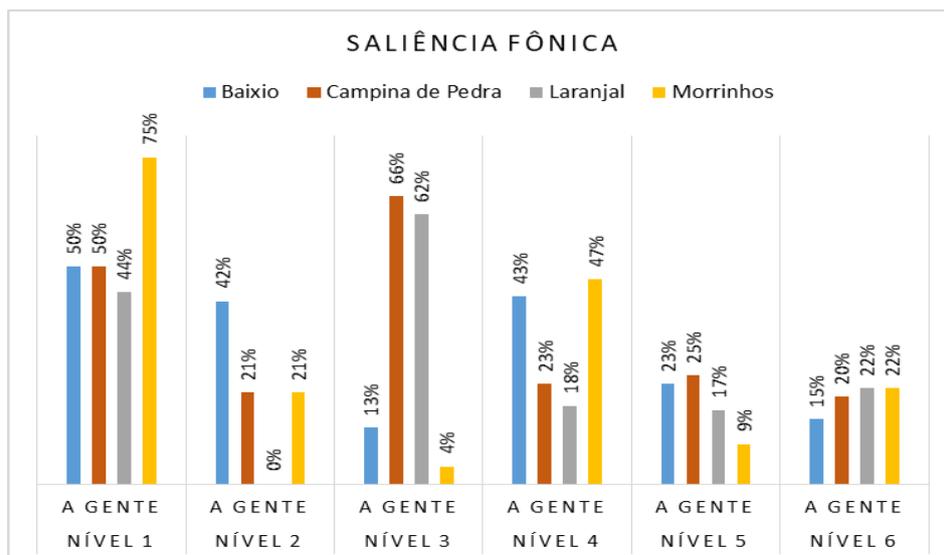
complexa e influenciada por uma interseção de elementos linguísticos e sociais. Simplificamos a tabela para melhor visualização da porcentagem em cada nível e comunidade:

Tabela 9 - O uso de "nós" e "a gente" em Baixio, Campina de Pedra, Laranjal e Morrinhos

| Comunidades | Nível 1 | | Nível 2 | | Nível 3 | | Nível 4 | | Nível 5 | | Nível 6 | |
|------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| | Nós | a gente |
| Baixio | 50% | 50% | 58% | 42% | 87% | 13% | 57% | 43% | 77% | 23% | 85% | 15% |
| Campina de Pedra | 50% | 50% | 79% | 21% | 34% | 66% | 77% | 23% | 75% | 25% | 80% | 20% |
| Laranjal | 56% | 44% | 100% | 0% | 38% | 62% | 82% | 18% | 83% | 17% | 78% | 22% |
| Morrinhos | 25% | 75% | 79% | 21% | 96% | 4% | 53% | 47% | 91% | 9% | 78% | 22% |

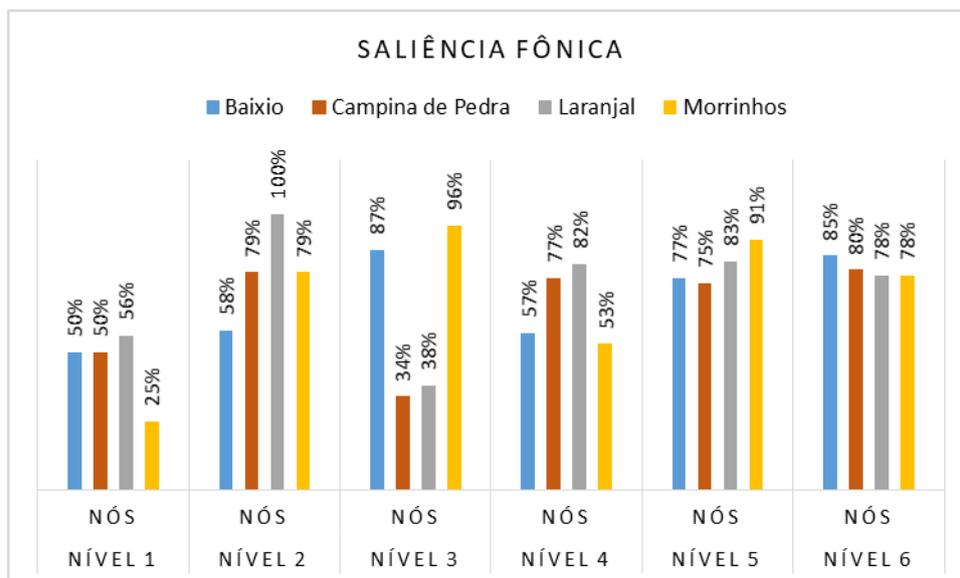
Ao expor os percentuais na Tabela 9 relacionados aos níveis de saliência fônica no contexto do uso dos pronomes "nós" e "a gente", torna-se evidente a preferência pela forma tradicional em grande parte dos níveis, com Baixio destacando-se como a comunidade que a favorece em quase todos eles. Apenas no nível 1 o resultado foi neutro (50%), nos demais níveis obtivemos os seguintes resultados: 2 (58%), 3 (87%), 4, (57%), 5 (77%) e 6 (85%). Por outro lado, a forma "a gente" é privilegiada por Campina de Pedra (66%) e Laranjal (62%) no nível em que a oposição incorpora a desinência *-mos* (nível 3), enquanto Morrinhos (75%) demonstra predileção pelo participio na forma "a gente" (nível 1). Essa análise ressalta a complexidade das escolhas pronominais, fornecendo opções contextuais específicas para cada comunidade. Os gráficos a seguir ilustram os níveis de saliência fônica que operam no uso dos pronomes "a gente" e "nós".

Gráfico 4 - *saliência fônica* no uso de *a gente* pelos falantes das comunidades



O gráfico 4, representa os níveis de saliência fônica no uso de "a gente", apresentando as porcentagens de cada comunidade em diferentes níveis. No nível 1, Morrinhos (cor amarelo) destaca-se com 75%, indicando que os falantes optam pelo verbo no infinitivo. No nível 2, Baixio (cor azul), com 42%, sinalizando a manutenção da sílaba tônica com possível acréscimo da desinência *-mos*. No nível 3, Campina de Pedra (cor marrom telha), registra 66%, indicando o uso do verbo com deslocamento de acentoônico e acréscimo do *-mos*. No nível 4, Morrinhos novamente se destaca com 47%, por empregar verbos monossílabos tônicos ou oxítonos que se tornam paroxítonos. No nível 5, Campina de Pedra reaparece com 25%, bem próximo de Baixio, que possui 23%, revelando a ocorrência de redução de ditongos finais em vogais e acréscimo de *-mos*. Por fim, no nível 6, Laranjal e Morrinhos, ambos com 22%, evidenciam a presença de verbos com diferenças fonológicas acentuadas. O próximo gráfico exibe o registro das porcentagens nos mesmos níveis de saliência fônica, mas agora considerando a presença do pronome "nós".

Gráfico 5 - *saliência fônica* no uso de *nós* pelos falantes das comunidades



Os gráficos 4 e 5 indicam que a preferência por "nós", em comparação com "a gente" nas comunidades quilombolas, não está relacionada à presença ou ausência de uma distinção marcante no material fônico. Isso sugere que a saliência fônica pode desempenhar um papel mais sutil na escolha pronominal, muitas vezes influenciada por variantes tônicas e contextuais. Além das considerações fonéticas, pode-se dizer que há influência de fatores sintáticos e semânticos. A escolha entre "nós" e "a gente" pode ser sensível à fonologia, à estrutura e ao significado da sentença durante a fala. O contexto linguístico e cultural é outro destaque relevante, ou ainda, o mais relevante de todos para a escolha da forma "nós". Aspectos como tradições linguísticas, práticas culturais e influências históricas podem desempenhar um papel determinante na preferência pela forma "nós" sobre a forma "a gente", pois pode refletir a importância da preservação da identidade cultural dessas comunidades. A utilização de formas tradicionais pode ser vista como uma maneira de manter e transmitir as práticas linguísticas características do contexto quilombola, estabelecendo uma conexão profunda com tradições linguísticas que transcendem as mudanças linguísticas ao longo do tempo. Se as gerações mais antigas têm uma orientação para o uso de "nós", essa preferência pode ser transmitida aos falantes mais jovens, contribuindo para a continuidade desse padrão, pelo menos em sua maioria.

O contexto educacional e social é outro fator que pode moldar as escolhas linguísticas. A influência de instituições educacionais, interações sociais e a exposição a diferentes formas linguísticas podem impactar a preferência pelo uso de "nós" em detrimento de "a gente".

A percepção de formalidade associada a "nós" pode desempenhar um papel na escolha pronominal. Se "nós" for percebido como mais formal, os moradores podem optar por essa forma em situações que desativem um registro mais cuidadoso. A exposição a diferentes meios de comunicação, como rádio, televisão e internet, pode influenciar as escolhas linguísticas. Se determinadas formas são mais prevalentes ou favorecidas na mídia, isso pode ser refletido nas práticas linguísticas locais.

É notável que a preferência por "nós" não seja uniforme em todos os níveis. A variedade contextual nos permite compreender a complexidade dessa escolha. Essa heterogeneidade demonstra que a escolha entre "nós" e "a gente" vai além de uma abordagem uniforme.

Desta forma, ao analisarmos a tabela de porcentagem, é importante considerar que a predileção pelo uso de "nós" vai além de aspectos meramente fonéticos. Ela revela uma complexa interação de fatores linguísticos, culturais e históricos que enriquecem a dinâmica única dessa variedade pronominal. Integrando esses fatores, a análise nos fornece uma compreensão mais holística das dinâmicas que moldam as escolhas pronominais nas comunidades quilombolas. Destacam-se as variantes linguísticas, as influências sociais, culturais e educacionais que desempenham um papel integral nesse cenário linguístico singular.

3.3 Análise do tempo verbal

Ao analisarmos o fator *Tempo Verbal*, obtivemos os seguintes resultados:

Tabela 10 - Resultados do *tempo verbal* (nós / a gente)

| Comunidades | Baixio (109) | | Campina de Pedra (186) | | Laranjal (96) | | Morrinhos (120) | | Total (%) |
|----------------------|--------------|---------|------------------------|---------|---------------|---------|-----------------|---------|-----------|
| | Nós | A gente | Nós | A gente | Nós | A gente | Nós | A gente | |
| Tempos Verbais | | | | | | | | | |
| Infinitivo | 2 | 2 | 3 | 3 | 5 | 4 | 2 | 6 | 27/5% |
| Presente indicativo | 65 | 15 | 64 | 42 | 55 | 28 | 64 | 14 | 347/68% |
| Pretérito perfeito | 7 | 3 | 29 | 6 | 1 | 2 | 10 | 02 | 60/12% |
| Pretérito imperfeito | 7 | 8 | 31 | 8 | 1 | 00 | 19 | 03 | 77/15% |
| Total | 81 | 28 | 127 | 59 | 62 | 34 | 95 | 25 | 511/100% |

A Tabela 10 exhibe os tempos verbais (infinitivo, presente do indicativo, pretérito perfeito e pretérito imperfeito) empregados por cada comunidade, expressos

numericamente. Esses números foram convertidos em porcentagem (Tabela 11) para uma análise mais aprofundada.

Tabela 11 - Resultados do *tempo verbal* (nós / a gente) em porcentagem

| Comunidades | Baixio (109) | | Campina de Pedra (186) | | Laranjal (96) | | Morrinhos (120) | |
|-----------------------|--------------|-------------|------------------------|-------------|---------------|-------------|-----------------|-------------|
| | Nós (%) | A gente (%) | Nós (%) | A gente (%) | Nós (%) | A gente (%) | Nós (%) | A gente (%) |
| Tempos Verbais | | | | | | | | |
| Infinitivo | 50 | 50 | 50 | 50 | 56 | 44 | 25 | 75 |
| Presente indicativo | 81 | 19 | 60 | 40 | 66 | 34 | 82 | 18 |
| Pretérito perfeito | 70 | 30 | 83 | 17 | 33 | 67 | 83 | 17 |
| Pretérito imperfeito | 47 | 53 | 79 | 21 | 100 | 00 | 86 | 14 |
| Total | 74 | 26 | 68 | 32 | 65 | 35 | 79 | 21 |

Ao analisar individualmente cada comunidade, percebe-se que, em relação ao pronome "nós" o tempo verbal, no infinitivo, foi mais utilizado pelos falantes de Laranjal (56%). O presente do indicativo foi a escolha predominante entre os usuários de Morrinhos (82%). No caso do pretérito perfeito, houve um empate entre as comunidades de Campina de Pedra e Morrinhos, ambas com uma porcentagem de 83%. Quanto ao pretérito imperfeito, a comunidade de Morrinhos lidera com 86%, uma vez que, apesar da tabela indicar Laranjal com 100%, observou-se apenas uma ocorrência desta forma verbal nessa comunidade.

No que diz respeito ao pronome "a gente", a predominância dos tempos verbais em cada comunidade se distribuiu da seguinte maneira: no infinitivo, Morrinhos liderou com 75%; no presente do indicativo, Campina de Pedra apresentou 40%; no pretérito perfeito, Laranjal se destacou com 67%; e no pretérito imperfeito Baixio se sobressaiu com 53%. A tabela 12 resume os resultados obtidos:

Tabela 12 - Resumo do *tempo verbal* (nós / a gente)

| | Nós | A gente | Total |
|----------------------|----------------|----------------|-----------------|
| Infinitivo | 12/2% | 15/3% | 27/5% |
| Presente indicativo | 248/49% | 99/19% | 347/68% |
| Pretérito perfeito | 47/9% | 13/3% | 60/12% |
| Pretérito imperfeito | 58/11% | 19/4% | 77/15% |
| Total | 365/71% | 146/29% | 511/100% |

Os resultados para o tempo verbal no **infinitivo** confirmam nossa hipótese de que haveria uma preferência pelo pronome "a gente", totalizando 3% enquanto o

pronome "nós" alcançou 2%. No entanto, o resultado do **pretérito imperfeito do indicativo** não sustenta nossa suposição de que influenciaria a escolha do pronome "a gente". O favorecimento foi para o pronome "nós" com 58% contra 19% para o "a gente". Por outro lado, as formas verbais no **pretérito perfeito** e **presente do indicativo** favoreceram a manutenção do pronome "nós", em consonância com nossas hipóteses.

Para uma análise mais aprofundada do uso dos pronomes "nós" e "a gente" em relação ao *tempo verbal*, efetuamos o cruzamento das variáveis tempo verbal e saliência fônica. Os resultados estão detalhados na Tabela 13:

Tabela 13 - Percentuais de "nós" e "a gente" por *tempo verbal* e *saliência fônica*

| Tempo verbal x saliência fônica | | Pretérito Perfeito | Pretérito imperfeito | infinitivo | Presente | Total |
|--|---------|-----------------------|-------------------------|-----------------|------------------|------------------|
| | | Aplic/% | Aplic/% | Aplic/% | Aplic/% | Aplic/% |
| 1- mesma forma para P3 e P4 (infinitivo) | a gente | | | 15 / 6% | | 15 / 6% |
| | nós | | | <u>12</u> / 44% | | <u>12</u> / 44% |
| | Total | | | 27 | | 27 |
| 2- conservação da sílaba tônica e acréscimo (ou não) da desinência – <i>mos</i> (falava/ falávamos) | a gente | | 19 / 24% | | 02 | 21 / 24% |
| | nós | | <u>58</u> / 76% | | <u>04</u> | <u>62</u> / 76% |
| | Total | | 77 | | 06 | 83 |
| 3- deslocamento do acento tônico e acrécimo da desinência – <i>mos</i> (fala/ falamos) | a gente | 00 / 00 | | | 49 / 37% | 49 / 37% |
| | nós | <u>02</u> / 100% | | | <u>81</u> / 63% | <u>83</u> / 63% |
| | Total | 02 | | | 131 | 132 |
| 4- monossílabos tônicos ou oxítonos que passam a paroxítonos (está/ estamos, tem/ temos) | a gente | 01 / 11% | | | 27 / 30% | 28 / 28% |
| | nós | <u>08</u> / 89% | | | <u>63</u> / 70% | <u>71</u> / 70% |
| | Total | 09 | | | 90 | 99 |
| 5- redução dos ditongos finais em vogais, com acrécimo da desinência – <i>mos</i> (vai/ vamos, falou/ falamos) | a gente | 11 / 27% | | | 10 / 12% | 21 / 17% |
| | nós | <u>30</u> / 73% | | | <u>67</u> / 88% | <u>97</u> / 83% |
| | Total | 41 | | | 77 | 118 |
| 6- diferenças fonológicas acentuadas (veio/viemos, é/somos) | a gente | 00 / 00% | | | 11 / 20% | 11 / 17% |
| | nós | <u>08</u> / 100% | | | <u>33</u> / 80% | <u>41</u> / 83% |
| | Total | 08 | | | 44 | 52 |
| Total | a gente | 13 / 21% | 19 / 24% | 15 / 56% | 99 / 28% | 141 / 28% |
| | nós | <u>47</u> / 78% | <u>58</u> / 76% | <u>12</u> / 44% | <u>248</u> / 72% | <u>370</u> / 72% |
| | Total | 60 | 77 | 27 | 347 | 511 |

Na Tabela 13, é possível visualizar a distribuição dos pronomes "nós/a gente" nos diversos tempos verbais e nos diferentes níveis de saliência fônica. Ao cruzar os

dados, nota-se que o pretérito perfeito se concentra nos níveis de maior saliência (3, 4, 5 e 6); os verbos no presente distribuem-se entre os níveis 2, 3, 4, 5 e 6; enquanto o infinitivo e o imperfeito ocorrem exclusivamente nos níveis 1 e 2, sendo estes os menos salientes.

3.4 Análise da tonicidade

A consideração da análise da tonicidade tem desempenhado um papel relevante em diversos estudos acerca da variação entre "nós" e "a gente". No contexto desta pesquisa não foi exceção, sendo um dos fatores de maior significância, como será detalhado nas tabelas subsequentes.

Tabela 14 - O uso de "nós" nas Comunidades pesquisadas e a tonicidade (aplicação, ocorrências e percentual)

| Tonicidade | <i>Morrinhos</i> | | | <i>Laranjal</i> | | | <i>Baixio</i> | | | <i>Campina de Pedra</i> | | |
|----------------------|------------------|-------|----|-----------------|-------|----|---------------|-------|----|-------------------------|-------|----|
| | Aplic. | Ocor. | % | Aplic. | Ocor. | % | Aplic. | Ocor. | % | Aplic. | Ocor. | % |
| - monossílabo tônico | 17 / | 32 | 53 | 27 / | 35 | 77 | 22 / | 28 | 79 | 14 / | 27 | 52 |
| - oxítono | 8 / | 12 | 67 | 9 / | 15 | 60 | 5 / | 12 | 42 | 19 / | 26 | 73 |
| - paroxítono | 71 / | 77 | 92 | 26 / | 46 | 57 | 54 / | 68 | 79 | 94 / | 133 | 71 |
| Totais | 96 / | 121 | 79 | 62 / | 96 | 65 | 81 / | 108 | 75 | 127 / | 186 | 68 |

A Tabela 14 concentra-se exclusivamente nos dados relativos ao uso de "nós" dado que este o pronome apresentou maior ocorrência do que "a gente". Os resultados são separados por comunidade, levando em conta diferentes contextos verbais. No cenário de verbos monossílabos tônicos (é, faz, vê, vem, etc.), houve uma preferência por "nós" com percentuais de 79% para Baixio, 77% para Laranjal, 53% para Morrinhos e 52% para Campina de Pedra. Para os verbos oxítonos (entrou, mudou, está, tirou, contar, etc.), observou-se uma predileção por "nós" com taxas de 73% para Campina de Pedra, 67% para Morrinhos, 60% para Laranjal e 42% para Baixio. Nos contextos de verbos paroxítonos (cobrava, falava, vamos, etc.), o uso de nós foi favorecido, alcançando a porcentagem de 92% para Morrinhos, 70% para Baixio, 71% para Campina de Pedra e 57% para Laranjal.

Os resultados para os pronomes "nós" e "a gente" estão apresentados de forma geral na Tabela 15:

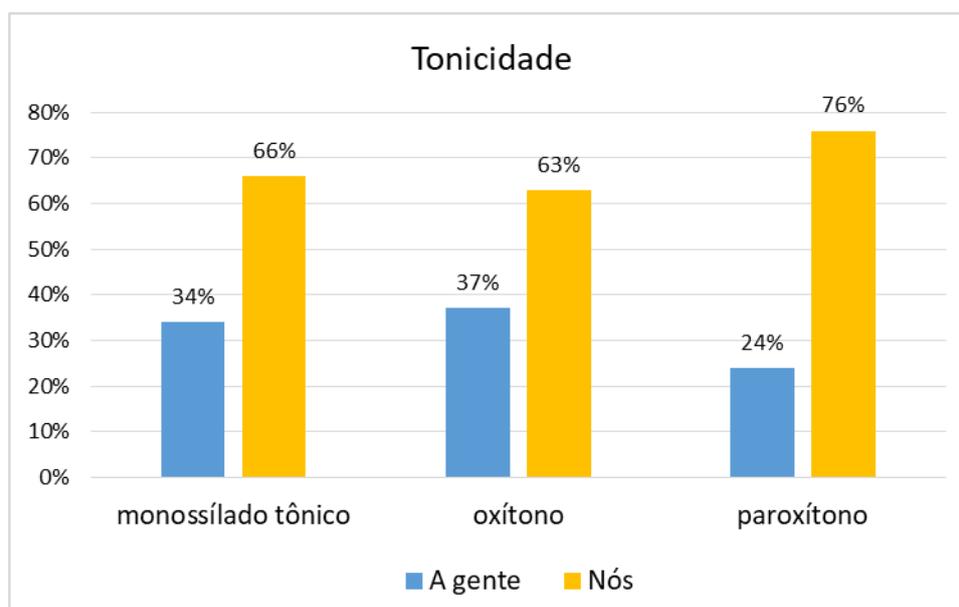
Tabela 15 - O uso de "nós" e "a gente" nas Comunidades pesquisadas e a tonicidade

| Tonicidade | Nós | | | A gente | | |
|----------------------|--------|-------|----|---------|-------|----|
| | Aplic. | Ocor. | % | Aplic. | Ocor. | % |
| - monossílabo tônico | 80 / | 122 | 66 | 42 / | 122 | 34 |
| - oxítono | 41 / | 65 | 63 | 24 / | 65 | 37 |
| - paroxítono | 245 / | 324 | 76 | 79 / | 324 | 24 |
| Totais | 366 / | 511 | 72 | 145 / | 511 | 28 |

A análise da tabela 15 requer especial atenção aos casos de ocorrência da forma paroxítona que Borges (2004) denominou de "'esquiva de proparoxítonas' (utilização de forma paroxítona para se evitar forma proparoxítona)" (p. 108). Surpreendentemente, essa forma foi evitada, pois não foram identificadas ocorrência de proparoxítonas. Isso sugere que os falantes optam por utilizar a forma "nós" com o verbo na forma não-marcada como em "...nóis **tinha** duas casa..." (E-M), ou preferem a forma "a gente" como "...a gente **tinha** que prestar conta do que estudô..." (J-M).

Observemos o gráfico que representa em percentuais a variável *tonicidade* para o uso de nós e a gente nas comunidades pesquisadas.

Gráfico 6 - Tonicidade no uso de nós e a gente pelos falantes das comunidades



O gráfico 6 evidencia a preferência do uso dos dois pronomes em monossílabos tônicos, oxítonos e paroxítonos, sendo o pronome "nós" predominante com percentuais de 66%, 63% e 76%, respectivamente.

3.5 Análise da posição do sujeito na frase

Os resultados da análise dos dados sobre a *posição do sujeito na frase* confirmam nossa hipótese de que o uso de "a gente" é mais frequente em sujeitos antepostos ao verbo, localizados imediatamente à esquerda ou com clítico intercalado. Isso sugere que o uso de "a gente" foi mais favorecido nos casos em que o sujeito precede o verbo (ordem sujeito - verbo) ou quando existem elementos intercalados entre o sujeito e o verbo, seja um clítico ou uma sequência de palavras. Exemplos ilustrativos podem ser observados a seguir:

(31) *A dgente lava ele i aí...* (O-B)
 Suj. V

(32) *A dgente hodgi em dia tem qui cuidá cum o chá do mato...* (C-M)
 Suj. clit. V

Ainda foram considerados como clíticos os casos de "não", "já" e "se", em ter o sujeito e o verbo:

(33) *A gente não tinha aquela dificuldade (...)* (N-L)
 Suj. clit. V

(34) *...que Ø gente já tem que aprender conviver...* (T-CP)
 Suj. clit. V

A seguir, apresentamos duas tabelas. A Tabela 16 detalha o uso de "nós" na variável posição do sujeito na frase, abrangendo todas as comunidades. Já na Tabela 17, encontramos uma compilação do uso de "nós" e "a gente", expresso em uma porcentagem geral que abrange todas as comunidades, considerando a *posição do sujeito na frase*.

Tabela 16 - O uso de "nós" em Morrinhos, Laranjal, Baixio e Campina de Pedra e a *posição do sujeito* na frase (aplicação, ocorrências e percentual)

| Posição do sujeito | Morrinhos | | | Laranjal | | | Baixio | | | Campina de Pedra | | |
|---|-----------|-------|-----|----------|-------|-----|--------|-------|-----|------------------|-------|-----|
| | Aplic. | Ocor. | % | Aplic. | Ocor. | % | Aplic. | Ocor. | % | Aplic. | Ocor. | % |
| - imediata à esquerda do verbo | 67 / | 87 | 77 | 41 / | 65 | 63 | 58 / | 81 | 72 | 110 / | 157 | 70 |
| - à esquerda com elementos intercalados | 16 / | 19 | 84 | 11 / | 12 | 92 | 13 / | 13 | 100 | 10 / | 14 | 71 |
| - à esquerda com clítico intercalado (<i>não, já, se</i>) | 5 / | 5 | 100 | 7 / | 15 | 47 | 5 / | 9 | 56 | 6 / | 13 | 46 |
| - posposto imediato após o verbo | 6 / | 8 | 75 | 2 / | 2 | 100 | 2 / | 2 | 100 | 1 / | 1 | 100 |
| - posposto com elementos intercalados. | 1 / | 2 | 50 | 1 / | 2 | 50 | 3 / | 3 | 100 | 1 / | 1 | 100 |

| | | | | | | | | | | | | |
|---------------|------|-----|----|------|----|----|------|-----|----|-------|-----|----|
| Totais | 96 / | 121 | 79 | 62 / | 96 | 65 | 81 / | 108 | 75 | 127 / | 186 | 68 |
|---------------|------|-----|----|------|----|----|------|-----|----|-------|-----|----|

Tabela 17 - O uso de "nós" e "a gente" nas Comunidades pesquisadas e a *posição do sujeito* na frase

| Posição do sujeito | Nós | | | A gente | | |
|--|--------|-------|----|---------|-------|----|
| | Aplic. | Ocor. | % | Aplic. | Ocor. | % |
| - imediata à esquerda do verbo | 276 / | 390 | 71 | 114 / | 390 | 29 |
| - à esquerda com elementos intercalados | 50 / | 58 | 86 | 8 / | 58 | 14 |
| - à esquerda com clítico intercalado (não, já, se) | 23 / | 42 | 55 | 19 / | 42 | 45 |
| - posposto imediato após o verbo | 11 / | 13 | 85 | 2 / | 13 | 15 |
| - posposto com elementos intercalados. | 6 / | 8 | 75 | 2 / | 8 | 25 |
| Totais | 366 / | 511 | 72 | 145 / | 511 | 28 |

Realizando uma análise geral da Tabela 17, constatou-se que entre os falantes das comunidades, o uso com o pronome nós, alcançou sua maior porcentagem (86%) quando o sujeito estava posicionado à esquerda, com elementos intercalados. Já a forma "a gente", ao ser empregada como pronome, registrou sua aplicação mais expressiva (45%) na posição do sujeito com clítico intercalado (não, já, se).

3.6 Análise do tipo de verbo

No que diz respeito ao tipo de verbo, nota-se de maneira geral uma prevalência no emprego do pronome "a gente" em associação com os verbos *dicendi* e *epistêmicos*, e o uso do pronome "nós" com os verbos de *estado* e de *ação*, como evidenciado nas tabelas seguintes:

Tabela 18 - Resultados dos pronomes "nós" e "a gente" na posição de sujeito: *tipo de verbo*

| Tipo de verbo | Morrinhos | | | | | | Laranjal | | | | | |
|---------------|-----------|-------|----|--------|-------|-----|----------|-------|----|--------|-------|----|
| | a gente | | | nós | | | a gente | | | nós | | |
| | Aplic. | Ocor. | % | Aplic. | Ocor. | % | Aplic. | Ocor. | % | Aplic. | Ocor. | % |
| - epistêmicos | 00 | 02 | 0 | 02 | 02 | 100 | 03 | 04 | 75 | 01 | 04 | 25 |
| - dicendi | 03 | 11 | 27 | 08 | 11 | 73 | 10 | 12 | 83 | 02 | 12 | 17 |
| - estado | 08 | 33 | 24 | 25 | 33 | 76 | 08 | 37 | 22 | 29 | 37 | 78 |
| - ação | 19 | 78 | 24 | 59 | 78 | 76 | 12 | 39 | 31 | 27 | 39 | 69 |
| Total | 30 | 124 | 24 | 94 | 124 | 76 | 33 | 92 | 36 | 59 | 92 | 64 |

Na Tabela 18 estão dispostos os resultados para Morrinhos e Laranjal e na tabela 19, abaixo, encontram-se os resultados apurados para Baixio e Campina de Pedra.

Tabela 19 - Resultados dos pronomes "nós" e "a gente" na posição de sujeito: *tipo de verbo*

| Tipo de verbo | Baixio | | | | | | Campina de Pedra | | | | | |
|---------------|---------|-------|----|--------|-------|-----|------------------|-------|----|--------|-------|----|
| | a gente | | | nós | | | a gente | | | nós | | |
| | Aplic. | Ocor. | % | Aplic. | Ocor. | % | Aplic. | Ocor. | % | Aplic. | Ocor. | % |
| - epistêmicos | 02 | 09 | 22 | 07 | 09 | 78 | 03 | 06 | 50 | 03 | 06 | 50 |
| - dicendi | 00 | 09 | 0 | 09 | 09 | 100 | 08 | 17 | 47 | 09 | 17 | 53 |
| - estado | 12 | 43 | 28 | 31 | 43 | 72 | 25 | 76 | 33 | 51 | 76 | 67 |
| - ação | 14 | 52 | 27 | 38 | 52 | 73 | 24 | 116 | 21 | 92 | 116 | 79 |
| Total | 28 | 113 | 25 | 85 | 113 | 75 | 60 | 215 | 28 | 155 | 215 | 72 |

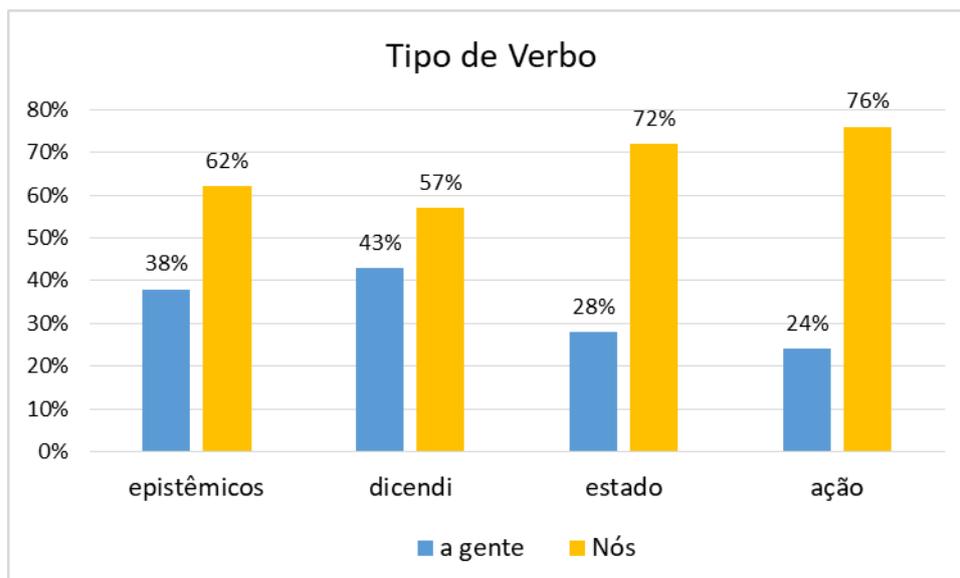
As comunidades de Morrinhos (conforme Tabela 18) e de Baixio (conforme Tabela 19) apresentam particularidades intrigantes, uma vez que não se observa nenhum caso de uso do pronome "a gente" com verbo epistêmico em Morrinhos, e não se encontra qualquer caso de "a gente" associada a um verbo *dicendi* em Baixio. Por outro lado, nas comunidades de Laranjal e Campina de Pedra nota-se que os verbos *dicendi* favorecem o uso de "a gente" com percentuais de 83% e 47%, respectivamente, enquanto os verbos epistêmicos favorecem o uso de "a gente" com percentuais de 75% e 50%, respectivamente. As porcentagens são encontradas na Tabela 20, abaixo:

Tabela 20 - Resultados dos pronomes "nós" e "a gente" na posição de sujeito: *tipo de verbo*

| Tipo de verbo | a gente | | | nós | | |
|---------------|---------|-------|----|--------|-------|----|
| | Aplic. | Ocor. | % | Aplic. | Ocor. | % |
| - epistêmicos | 08 | 21 | 38 | 13 | 21 | 62 |
| - dicendi | 21 | 49 | 43 | 28 | 49 | 57 |
| - estado | 53 | 189 | 28 | 136 | 189 | 72 |
| - ação | 69 | 285 | 24 | 216 | 285 | 76 |

Ao distribuir os *tipos de verbos*, nos usos das formas "nós" e "a gente", obtivemos o seguinte gráfico:

Gráfico 7 - *Tipo de verbo* no uso de *a gente* pelos falantes das comunidades



O peso significativo atribuído ao pronome "a gente" com os verbos *dicendi* em Laranjal e Campina de Pedra pode ser explicado pela tendência dos falantes empregá-lo como uma forma de generalização do sujeito ou devido à sua propensão à indeterminação. Ao analisar os dados, constatou-se que os verbos de *estado* e de *ação* exibiram uma menor taxa percentual de utilização do pronome "a gente", ao passo que os verbos no presente do indicativo conjugados com "nós", foram mais prevalentes. Esses verbos, por representarem as formas verbais mais comuns, parecem resistir mais, possivelmente devido à sua associação mais forte com a forma antiga em oposição à forma inovadora.

3.7 Análise do paralelismo formal

O fenômeno do paralelismo exerce uma influência substancial nos dados de fala dos informantes da amostra. Pode-se verificar que, quando um falante adota a forma inovadora "a gente", há uma tendência marcante em manter esse padrão, assim como ocorre ao optar pelo pronome "nós". Esta constatação é importante para evidenciar, no corpus, a força da repetição, possivelmente uma variação inerente da língua, onde "marcas levam a marcas e zeros levam a zeros" como previamente investigado por SCHERRE e NARO (1997). Contudo, segundo MENON (1996), o paralelismo carece de poder explicativo para a variação, sendo mais relevante para compreender a mudança, pois oferece indícios sobre o processamento da fala no

indivíduo. Desta forma, analisaremos as Tabelas 21 e 22 para avaliarmos as ocorrências e os resultados obtidos em cada comunidade sobre o paralelismo formal.

Tabela 21 - Frequência e porcentagem de "nós" e "a gente" na sequência do discurso: *paralelismo formal*

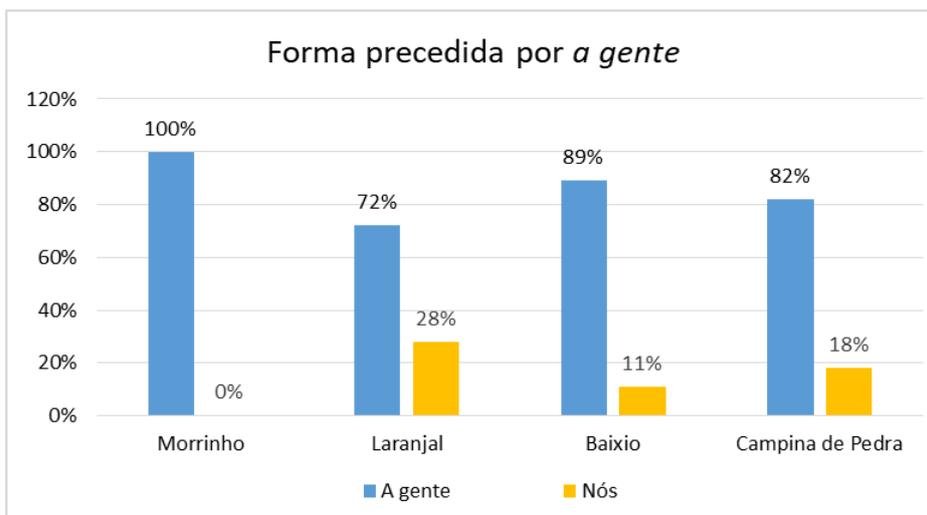
| Pronome | Morrinhos | | | | | | Laranjal | | | | | |
|------------------------------------|-----------|-------|-----|--------|-------|----|----------|-------|----|--------|-------|----|
| | a gente | | | nós | | | a gente | | | nós | | |
| Antecedente | Aplic. | Ocor. | % | Aplic. | Ocor. | % | Aplic. | Ocor. | % | Aplic. | Ocor. | % |
| Forma precedida por <i>a gente</i> | 15 | 15 | 100 | 00 | 15 | 0 | 13 | 18 | 72 | 05 | 18 | 28 |
| Primeira referência | 15 | 68 | 22 | 53 | 68 | 78 | 21 | 52 | 40 | 31 | 52 | 60 |
| Forma precedida por <i>nós</i> | 01 | 34 | 3 | 33 | 34 | 97 | 03 | 33 | 9 | 30 | 33 | 91 |
| Total | 31 | 117 | 26 | 86 | 117 | 74 | 37 | 103 | 36 | 66 | 103 | 64 |

Tabela 22 - Frequência e porcentagem de "nós" e "a gente" na sequência do discurso: *paralelismo formal*

| Pronome | Baixio | | | | | | Campina de Pedra | | | | | |
|------------------------------------|---------|-------|----|--------|-------|----|------------------|-------|----|--------|-------|----|
| | a gente | | | nós | | | a gente | | | nós | | |
| Antecedente | Aplic. | Ocor. | % | Aplic. | Ocor. | % | Aplic. | Ocor. | % | Aplic. | Ocor. | % |
| Forma precedida por <i>a gente</i> | 08 | 09 | 89 | 01 | 09 | 11 | 40 | 49 | 82 | 09 | 49 | 18 |
| Primeira referência | 23 | 81 | 28 | 58 | 81 | 72 | 27 | 106 | 25 | 79 | 106 | 75 |
| Forma precedida por <i>nós</i> | 02 | 31 | 6 | 29 | 31 | 94 | 09 | 45 | 20 | 36 | 45 | 80 |
| Total | 33 | 121 | 27 | 88 | 121 | 73 | 76 | 200 | 38 | 124 | 200 | 62 |

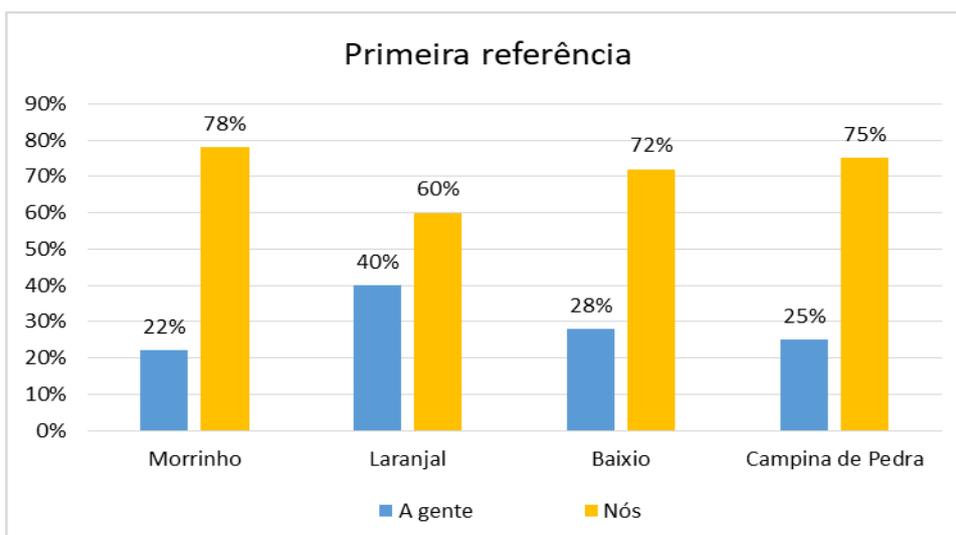
Ao examinar as Tabelas 21 e 22 é possível constatar que, quando a variante "a gente" atua como forma antecedente, a utilização dessa variante atinge 100% em Morrinhos, 72% em Laranjal, 89% em Baixio e 82% em Campina de Pedra. O gráfico 8 representa os valores constantes das tabelas citadas.

Gráfico 8 - Porcentagem de "nós" e "a gente" na *forma precedida* por "a gente": paralelismo formal



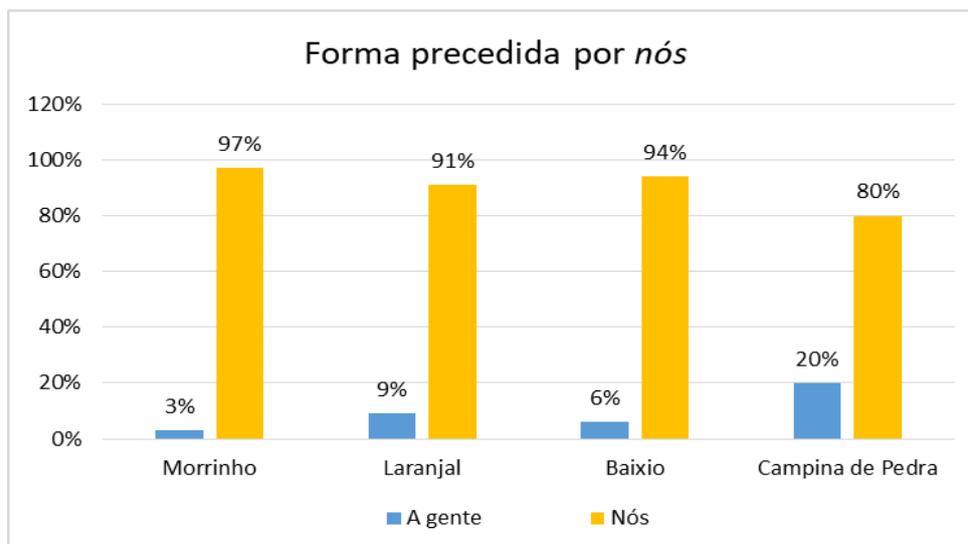
No entanto, ao analisar a variante como primeira referência (conforme mostrado no gráfico 9), temos outra percepção. Vejamos:

Gráfico 9 - Porcentagem de "nós" e "a gente" em *primeira referência*: paralelismo formal



O gráfico 9 fornece outros resultados que, ao serem analisados, revelam que a forma conservadora (nós) registra índices mais elevados em comparação com a forma inovadora (a gente). Os percentuais correspondentes são os seguintes: Morrinhos com 78%, Laranjal com 60%, Baixo com 72% e Campina de Pedra com 75%.

Gráfico 10 - Porcentagem de "nós" e "a gente" na *forma precedida por "nós"*: paralelismo formal



Em comparação com o "a gente", o condicionamento exercido pelo "nós" é mais pronunciado. Isso se evidencia quando o "nós" precede uma expressão da primeira pessoa do plural, resultando em uma probabilidade significativa de repetição do pronome mencionado, atingindo 97% em Morrinhos, 91% em Laranjal, 94% em Baixo e 80% em Campina de Pedra.

A tabela subsequente resume as ocorrências e apresenta as porcentagens obtidas em todas as comunidades analisadas em relação ao paralelismo formal.

Tabela 23 - a forma do pronome de primeira pessoa quanto ao *paralelismo formal*

| Pronome | <i>A gente</i> | | | <i>Nós</i> | | |
|------------------------------------|----------------|-------|----|------------|-------|----|
| | Aplic. | Ocor. | % | Aplic. | Ocor. | % |
| Antecedente | | | | | | |
| Forma precedida por <i>a gente</i> | 75 | 91 | 83 | 15 | 91 | 17 |
| Primeira referência | 86 | 307 | 28 | 221 | 307 | 72 |
| Forma precedida por <i>nós</i> | 15 | 143 | 10 | 128 | 143 | 90 |
| Total | 176 | 541 | 33 | 364 | 541 | 67 |

Ao analisar a Tabela 23, destaca-se que, o "a gente" é utilizado como forma antecedente, isso resulta em uma porcentagem dessa variante de 83%. Em contrapartida, quando considerada como primeira referência, a variante conservadora apresenta uma proporção de 72% em relação a variante inovadora.

Em comparação com o pronome "a gente", o condicionamento exercido pelo "nós" revela-se mais expressivo. Quando o nós antecede uma realização da forma de primeira pessoa do plural, a probabilidade de repetição do pronome mencionado aumenta para 90%. Conforme apontado por Lucchesi (2009), essa correlação mais

acentuada se deve ao fato de o "nós" ser a forma mais marcada, um papel mais enfático no contexto do paralelismo discursivo.

3.8 Análise da flexão verbal

Segundo Lopes (2004), nos últimos quarenta anos, a expressão "a gente" tem sido muito utilizada, sendo adotada tanto por falantes cultos quanto por não cultos, especialmente entre os jovens com até 25 anos (LOPES, 2004, p. 186). Omena (2003) sustenta que, a longo do tempo, os falantes tendem a empregar a forma mais tradicional, "nós", ao escrever em padrões formais, uma vez que essa forma ainda é associada a um maior prestígio na sociedade.

Depois de analisar a variação entre "nós" e "a gente" na posição de sujeito, Lopes (1998) reconhece quatro maneiras pelas quais os falantes cultos se referem à 1ª pessoa do discurso no plural. Isso inclui o uso de "nós", de forma explícita ou implícita, seguido da desinência *-mos*, bem como o emprego de "a gente", de forma explícita ou implícita, seguido do morfema zero (\emptyset desinência verbal para a 3ª pessoa singular).

De acordo com Namiuti (2019), "no PB, costuma-se utilizar o pronome 'a gente' junto com verbos flexionados em P3". Vejamos o que revela a nossa pesquisa junto às Comunidades.

Tabela 24 - Realização de "nós" e "a gente" explícitos e implícitos de acordo com a *flexão verbal*

| | | A gente | % | Nós | % |
|------|-------|---------|------|-----|------|
| FCB | P3 | 26 | 96% | 56 | 74% |
| | P4 | 01 | 4% | 20 | 26% |
| | Total | 27 | 100% | 76 | 100% |
| FCCP | | A gente | % | Nós | % |
| | P3 | 57 | 100% | 90 | 60% |
| | P4 | 0 | 0% | 60 | 40% |
| | Total | 57 | 100% | 150 | 100% |
| FCL | | A gente | % | Nós | % |
| | P3 | 35 | 100% | 42 | 76% |
| | P4 | 0 | 0% | 13 | 24% |
| | Total | 35 | 100% | 55 | 100% |
| FCM | | A gente | % | Nós | % |
| | P3 | 22 | 100% | 59 | 66% |
| | P4 | 0 | 0% | 31 | 34% |
| | Total | 22 | 100% | 90 | 100% |

Antes de examinarmos a tabela, é relevante destacar que, ao analisarmos a flexão verbal em P4, levamos em conta tanto as formas explícitas quanto as implícitas, que incluem as desinências *-mos* e *-mo*.

A análise detalhada da Tabela 24 revela que a concordância de "a gente" com verbos flexionados em P4 é uma ocorrência pouco frequente nas comunidades pesquisadas. Após minuciosa observação das ocorrências linguísticas nessas comunidades, constatou-se que apenas um caso desse tipo de ocorrência foi identificado em Baixio (FCB).

Ademais, é digno de nota que não foram observadas variações significativas no uso do pronome "nós" nos corpora das comunidades estudadas. Em Baixio (FCB), por exemplo, o pronome é empregado concordando com verbos flexionados em P3 em aproximadamente 74% dos casos, enquanto nas comunidades Campina de Pedra (FCCP), Laranjal (FCL) e Morrinhos (FCM), essa preferência pelo uso do pronome "nós" associado a verbos flexionados em P3 varia entre 60%, 76% e 66%, respectivamente.

Quando combinamos as ocorrências lexicais dos pronomes de 1ª pessoa do plural, "nós" e "a gente", e examinamos a flexão verbal com base nos pronomes sujeitos de 1ª pessoa do plural, os resultados são apresentados na tabela seguinte:

Tabela 25 - Relação dos pronomes sujeitos de 1PP com a *flexão verbal*, realizados lexicalmente

| | | Ocorrência | Frequência |
|------|----------------|------------|------------|
| FCB | A gente/nós P3 | 82 | 80% |
| | A gente/nós P4 | 21 | 20% |
| | Total | 103 | |
| FCCP | A gente/nós P3 | 147 | 71% |
| | A gente/nós P4 | 60 | 29% |
| | Total | 207 | |
| FCL | A gente/nós P3 | 77 | 86% |
| | A gente/nós P4 | 13 | 14% |
| | Total | 90 | |
| FCM | A gente/nós P3 | 81 | 72% |
| | A gente/nós P4 | 31 | 28% |
| | Total | 112 | |

A análise da Tabela 25 valida a associação frequente do uso dos pronomes de 1PP com P3 (FCB – 80%; FCCP – 71%; FCL – 86% e FCM – 72%).

3.9 A gramaticalização de a gente

Conforme visto no sub-título 1.4.4, no decorrer do processo da gramaticalização de "gente" (nome) para "a gente" (pronome), observou-se que nem todas as características formais do nome "gente" foram completamente perdidas. A forma gramaticalizada retém do nome "gente" a marca formal de 3ª pessoa, mesmo que ela evolua para uma interpretação semântico-discursiva de 1ª pessoa [+EU]:

(35) ...é um dizê qui **a dgenti** fala...

No exemplo acima, mesmo que o verbo em concordância com "a dgenti" (a gente) permaneça na 3ª pessoa do singular (fala), se pressupõe a existência de um "falante + outros". Interpretando a frase do falante, explicamos o seguinte: "é um ditado falado pelas pessoas de nossa comunidade", ou seja, um "dizê" é algo (frase ou expressão) passada de geração para geração que transmite conhecimentos ou experiência. Observem quantos "outros" estão incluídos numa simples frase e se resumem no pronome "a dgenti".

De acordo com Lopes (2004), a fim de caracterizar a especificação formal (morfofossintática) e semântica de "a gente", considerou-se a modificação de traços de gênero, número e pessoa ao longo do processo de gramaticalização. Essa abordagem se fundamenta na tentativa de explicar a combinação de "a gente" com adjetivos no predicativo, como exemplificado em construções do tipo: "a gente está atrasada(s)/atrasado(s)" (p. 52). Nas falas analisadas que incluem o pronome "a gente" constatamos algumas estratégias de concordância do predicativo do sujeito com **a gente**. Vejamos a ilustração dos casos nos exemplos abaixo:

Sujeito + verbo + masculino singular

(36) "... a gente é abertou né." (J-M)

[referente masculino exclusivo]

Sujeito + verbo + masculino singular

(37) "E a dgenti é mai venenosu do qui u fumu." (C-B)

[referente misto]

(38) "num tá mais assim...aquele quilombo como a gente vivia trankilo..." (T-CP) [referente misto]

Sujeito + verbo + masculino singular

(39) "...intão sempre a genti incentiva o povo." (T-CP)

[referente genérico]

Vianna (2010), ao abordar a gramaticalização de "a gente", destaca que o processo (de gramaticalização) provocou modificações (princípios de divergência) com o intuito de solidificar a relação determinante-determinado. Assim, a forma inovadora passou a não admitir outras especificações: "O termo 'gente', por exemplo, permite a inserção de elementos entre ele e um termo determinante, enquanto o pronome, por sua vez, não aceita a inclusão de qualquer elemento entre 'a' e 'gente'" (Viana, 2010, p. 57).

Uma outra observação proveniente de nossos dados diz respeito a alteração na linguagem da comunidade de Morrinhos. Nesse contexto, alguns falantes empregam o termo "gente" como uma variante do pronome "a gente", porém, com o apagamento do "a". Os exemplos a seguir servem para ilustrar essa observação:

(40) ...mas quando \emptyset dgente tem de vive né... (E-M)

(41) Nasceu e criô aqui em cima dos mosquito... \emptyset dgente acostuma... (C-M)

(42) \emptyset Gente ia aprendê cum mámai até quarta séri. (F-M)

(43) Agora que tô querendo caçá umas vaca de letche pá comprá, \emptyset dgente bebê leite. (J-M)

(44) ...aí \emptyset dgente tê um leite. (S-M)

(45) Ela qué aprendê mai... \emptyset dgente tem que pagá... (S-M)

Como evidenciado nos exemplos mencionados, o nome "gente" adquiriu a natureza de pronome pessoal, mesmo sem a presença do artigo "a", mantendo o verbo na terceira pessoa do singular. Mesmo com o verbo conjugado na terceira pessoa do singular, pressupõe-se a existência de um "falante + alguém".

Ao transcrever as falas das comunidades analisadas, notamos que o pronome **a gente** apresentou algumas variantes entre os falantes. Observemos os exemplos:

- (46) ...então... **a gente** ia de carona di carro...
- (47) ... mais **a rente** conseguiu termináaa... teve um poco de atraso...
- (48) **A zenti** pega a cobra.
- (49) Condo a **genti** se encontrava com os professores os pobremas pareciam que eram o mesmo...
- (50) a gente ... eu e ele namoráva desdi quinze anos...
- (51) **a dgente** tá procurando né...

Segundo Lopes (2004), a substituição de *nós* por *a gente* implementou-se de forma acelerada nos últimos vinte anos [...]. É uma mudança de "baixo para cima". A forma inovadora vai lenta e constantemente ganhando terreno de sua concorrente [...]. É o que pode ser dito da gramaticalização de "a gente" nas comunidades analisadas. Apesar de ser menos usual que o pronome "nós", lentamente está sendo introduzida e devagar vai ganhando espaço nas falas das comunidades.

3.10 Análise das variáveis sociais

As variáveis sociais na análise da variação nós/a gente foram o *gênero*, a faixa *etária* e a *escolaridade*.

Conforme apontado por Chambers (1995), existem três fatores sociais que desempenham um papel determinante na vida das pessoas, uma vez que exercem uma influência direta sobre a maneira como se expressam verbalmente. Esses fatores são a classe social, o sexo e a idade.

Labov (1990; 2001) contribui significativamente para a discussão em andamento sobre a influência do gênero em fenômenos linguísticos variáveis. Ele adota uma abordagem que implica uma codificação baseada no sexo do falante, seguindo uma perspectiva biológica, a fim de assegurar a comparabilidade entre as pesquisas. Simultaneamente, sua interpretação leva em consideração o papel do gênero, adotando uma abordagem sócio-cultural. Labov destaca que o impacto do gênero manifesta diferenças notáveis dependendo do tipo de mudança analisada (Labov, 2001, p. 262, 366), especialmente em relação ao comportamento conservador na variação estável. Em mudanças com consciência social (changes from above), as mulheres tendem a utilizar mais as variantes de prestígio do que os homens. No entanto, em mudanças sem

consciência social (changes from below), são as mulheres que predominam no uso das formas inovadoras. Vamos às análises de gênero, da faixa etária e da escolaridade.

3.10.1 Analisando o gênero

Tabela 26 - Resultados do uso "nós" na posição de sujeito: *gênero*

| Grupo de fatores | Baixio | | Campina de Pedra | | Laranjal | | Morrinhos | |
|------------------|------------|-------------|------------------|-------------|------------|-----------|------------|-------------|
| | Aplic./Oc. | % | Aplic./Oc. | % | Aplic./Oc. | % | Aplic./Oc. | % |
| Feminino | 11/47 | 23,4 | 09/47 | 19,1 | 0 | 0 | 27/47 | 57,4 |
| Masculino | 66/318 | 21 | 132/318 | 41 | 54/318 | 17 | 66/318 | 21 |

Quanto ao fator "gênero", é notável que as mulheres apresentaram uma frequência mais elevada no uso do pronome "nós" nas Comunidades de Baixio (23,4%) e Morrinhos (57,4%), em comparação com os homens que registraram um percentual de 21% em ambas as comunidades, conforme demonstrado na Tabela 26.

Tabela 27 - Resultados do uso "a gente" na posição de sujeito: *gênero*

| Grupo de fatores | Baixio | | Campina de Pedra | | Laranjal | | Morrinhos | |
|------------------|------------|-----------|------------------|-----------|------------|-----------|------------|-----------|
| | Aplic./Oc. | % | Aplic./Oc. | % | Aplic./Oc. | % | Aplic./Oc. | % |
| Feminino | 11/16 | 69 | 0 | 0 | 0 | 0 | 05/16 | 31 |
| Masculino | 15/131 | 11 | 58/131 | 44 | 35/131 | 27 | 23/131 | 18 |

Ao analisar a Tabela 27 que aborda do uso de "a gente", observa-se que nas comunidades onde ocorre a análise da fala feminina, há uma predominância do uso "a gente" por parte das mulheres. Por exemplo, em Baixio a frequência atinge 69%, enquanto em Morrinhos ela é de 31%. Esses dados indicam uma dinâmica distinta de utilização dos pronomes de acordo com o gênero nas comunidades estudadas.

No entanto, ao consolidarmos os dados das quatro comunidades analisadas, apresentamos os resultados relativos ao emprego dos pronomes "nós" e "a gente". Para uma compreensão mais aprofundada, vejamos a Tabela 28:

Tabela 28 - Resultados do uso "nós" e "a gente" na posição de sujeito: *gênero*

| Grupo de fatores | Nós | | A gente | |
|------------------|------------|----|------------|----|
| | Aplic./Oc. | % | Aplic./Oc. | % |
| Feminino | 47/63 | 75 | 16/63 | 25 |

| | | | | |
|------------------|---------|----|---------|----|
| Masculino | 318/449 | 71 | 131/449 | 29 |
|------------------|---------|----|---------|----|

Os dados apresentados na Tabela 28 revelam que, no contexto do emprego do pronome "nós", as mulheres exibiram uma frequência ligeiramente superior, alcançando 75%, em comparação com os homens, cujos resultados se situaram em torno de 71%. Por outro lado, quanto ao uso do pronome "a gente", observa-se uma tendência distinta, onde os homens lideraram, registrando uma taxa de 29% enquanto as mulheres apresentaram uma porcentagem ligeiramente inferior, situando-se em torno de 25%.

3.10.2 Analisando a faixa etária

A maioria das pesquisas que abordam o emprego dos pronomes "nós" e "a gente" tende a favorecer a forma inovadora "a gente", especialmente entre os falantes mais jovens. Os resultados desta pesquisa corroboram o que já foi observado em outros estudos. Ao analisar as diferentes faixas etárias, nota-se a predominância do pronome inovador entre os mais jovens. A seguir, são apresentados os resultados percentuais obtidos para a *faixa etária*:

Tabela 29 - Resultados do uso "nós" e "a gente" na posição de sujeito: *faixa etária*

| Grupo de fatores | Nós | | A gente | |
|-------------------|------------|----|------------|----|
| | Aplic./Oc. | % | Aplic./Oc. | % |
| - até os 50 anos | 12/23 | 52 | 11/23 | 49 |
| - mais de 50 anos | 353/488 | 72 | 135/488 | 28 |
| Total | 365/511 | 71 | 146/511 | 29 |

Observa-se que o emprego do pronome "nós" persiste em uma proporção significativamente superior ao uso do pronome "a gente". Os falantes mais jovens, representando 49%, são os principais adeptos do pronome inovador "a gente", enquanto os mais experientes optam predominantemente pela manutenção do tradicional pronome "nós", com uma taxa de 72%.

3.10.3 Analisando a escolaridade

Tabela 30 - Resultados do uso "nós" e "a gente" na posição de sujeito conforme a *escolaridade*

| PRONOMES ESCOLARIDADE | Nós | | A gente | |
|------------------------------------|-----------|----|-----------|----|
| | nº de oc. | % | nº de oc. | % |
| Inicial (até a 3ª série) | 33/38 | 87 | 05/38 | 13 |
| Fundamental (a partir da 4ª série) | 325/451 | 72 | 126/451 | 28 |
| Superior (curso superior) | 11/22 | 50 | 11/22 | 50 |

Como podemos observar os falantes que cursaram as séries iniciais e o ensino fundamental demonstram uma preferência menor pelo emprego de "a gente" com taxas de 13% e 28% respectivamente. Por outro lado, na fala dos informantes com educação superior utilizam de forma equitativa ambas as formas, seja o pronome canônico "nós" ou a forma inovadora "a gente" com uma distribuição de 50%.

A análise desses resultados sugerem que tanto o pronome conservador "nós", quanto o pronome inovador "a gente" parecem carregar uma valoração social positiva. Esta observação sugere que esses pronomes desempenham um papel significativo como indicadores de uma comunidade que mantém tradições conservadoras, ao mesmo tempo em que mostra aberta à inovação, sem comprometer seus valores fundamentais.

3.11 Considerações finais do Capítulo III

O capítulo final deste estudo apresenta os resultados derivados da análise da variação entre os pronomes "nós" e "a gente" em um conjunto de 24 entrevistas, abrangendo participantes de ambos os sexos e divididos em duas faixas etárias distintas. Foram meticulosamente examinadas 511 ocorrências das formas explícitas e não-explícitas desses pronomes, todas provenientes das falas das Comunidades estudadas. Destas, 365 (71,43%) corresponderam ao uso da forma "nós", enquanto 146 (28,57%) foram atribuídas à forma "a gente". Inicialmente, os dados evidenciam uma disparidade significativa nas porcentagens, destacando o predomínio do emprego da forma "nós" na posição de sujeito entre os falantes das quatro comunidades pesquisadas. Esses resultados proporcionam uma compreensão precisa da distribuição percentual das ocorrências "nós" e "a gente" em cada contexto estudado, permitindo a identificação de padrões e tendências de uso nessas Comunidades Quilombolas. Quanto à saliência fônica, as porcentagens em cada nível refletem a preferência de todas as comunidades pelo uso da forma "nós". No entanto, essa escolha vai além da simples presença ou ausência de diferenciação fonética nos diferentes níveis aplicados. A análise revela que

as comunidades variam em sua preferência quanto aos níveis de saliência fônica, com Morrinhos se destacando no nível 1, Baixio no nível 2, Campina de Pedra no nível 3 e novamente Morrinhos no nível 4, enquanto Campina de Pedra e Baixio reaparecem no nível 5. Laranjal e Morrinhos se destacam no nível 6. Os resultados referentes ao tempo verbal confirmam a hipótese de uma preferência pelo pronome "a gente" no infinitivo, porém, contradizem a expectativa em relação ao pretérito imperfeito do indicativo. As formas verbais no pretérito perfeito e presente do indicativo favorecem a manutenção do pronome nós. No que diz respeito à tonicidade, os dois pronomes são predominantemente usados em monossílabos tônicos, oxítonos e paroxítonos, com "nós" predominando em todas as categorias. Na análise da posição do sujeito na frase, observa-se que o uso do pronome "nós" alcança sua maior porcentagem quando está à esquerda, enquanto a forma "a gente" é mais frequentemente utilizada na posição do sujeito com clítico intercalado. A preferência pelo uso do pronome "nós" é mais expressiva quando antecede uma realização da forma de primeira pessoa do plural. Ao examinar as variáveis sociais, constata-se que as mulheres tendem a utilizar o pronome "nós" em comparação aos homens, enquanto estes demonstram uma tendência maior ao emprego "a gente". Além disso, os falantes mais jovens mostram uma preferência mais acentuada pelo pronome inovador "a gente", ao passo que os mais experientes optam pela forma tradicional "nós". Quanto à escolaridade, os informantes com ensino superior tendem a utilizar ambas as formas de maneira equitativa, enquanto os que cursaram apenas as séries iniciais e o ensino fundamental demonstram uma preferência menor pelo emprego de "a gente".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão empreendida ao longo deste estudo possibilitou a validação da presença de fenômenos variáveis, com diferentes graus de extensão, nos pronomes de primeira pessoa do plural (nós/a gente). Diante as análises de nossos conjuntos de dados e da aplicação de métodos estatísticos, conseguimos identificar a variedade pronominal representada por nós/a gente.

Neste ponto, recapitulamos os principais resultados obtidos para os fenômenos investigados, tanto quantitativa quanto qualitativamente, destacando a ocorrência dos pronomes "nós" e "a gente". Com base nos registros linguísticos provenientes das Comunidades Quilombolas de Baixio, Campina de Pedra, Laranjal e Morrinhos, observamos que as variações pronominais estão presentes em todas as comunidades analisadas.

A análise minuciosa do fator saliência fônica como um determinante na alternância pronominal entre "nós" e "a gente" revela a complexidade das escolhas linguísticas nas comunidades quilombolas. Os resultados obtidos confirmam a relevância desse aspecto e destacam a interseção de diversos elementos linguísticos, sociais e culturais que influenciam tal escolha. Ao examinarmos os dados apresentados nas Tabelas 8 e 9, fica evidente que a preferência pelo uso de "nós" ou "a gente" não pode ser atribuída exclusivamente à presença ou ausência de diferenciação fonética. A análise dos gráficos ilustra que a escolha pronominal é sensível a uma variedade de fatores, incluindo variantes tônicas, contextuais, sintáticas e semânticas. A influência do contexto linguístico e cultural emerge como um dos fatores mais significativos na preferência pela forma "nós".

Tradições linguísticas, práticas culturais e influências históricas desempenham um papel fundamental na preservação da identidade cultural dessas comunidades, influenciando as escolhas pronominais ao longo das gerações. Além disso, o contexto educacional e social molda as escolhas linguísticas, com instituições educacionais e interações sociais impactando a preferência pelo uso de "nós". A percepção de formalidade associada a essa forma pronominal é relevante, especialmente, em situações que demandam um registro mais cuidadoso. É importante ressaltarmos que a preferência por "nós" não é uniforme em todos os níveis, refletindo a variedade contextual e a

complexidade dessa escolha linguística. Essa heterogeneidade demonstra que as dinâmicas que moldam as escolhas pronominais são multifacetadas e vão além de uma abordagem uniforme.

A análise dos tempos verbais empregados por cada comunidade, em relação aos pronomes "nós" e "a gente", revela particularidades interessantes nas dinâmicas linguísticas dessas comunidades quilombolas. Ao observarmos as preferências por tempo verbal em conjunto com o uso dos pronomes, podemos compreender melhor os padrões linguísticos e as influências que moldam tais escolhas.

Destacamos que, em relação ao pronome "nós", há uma predominância de tempos verbais que corroboram as hipóteses iniciais, especialmente no pretérito perfeito e no presente do indicativo. Por outro lado, a preferência pelo pronome "a gente" parece variar de acordo com o tempo verbal, demonstrando uma complexidade na relação entre esses elementos linguísticos.

A análise cruzada entre tempo verbal e saliência fônica proporciona uma visão mais abrangente dessas escolhas linguísticas. Notamos uma distribuição dos tempos verbais de acordo com os níveis de saliência, sugerindo uma possível relação entre a saliência fônica e a escolha do tempo verbal em determinados contextos.

Entretanto, é importante ressaltar que essa relação não é linear, como evidenciado pela ocorrência dos tempos verbais no pretérito perfeito em níveis de maior saliência. Isso indica que outros fatores além da saliência fônica podem influenciar as escolhas temporais e pronominais, como aspectos semânticos, contextuais e culturais.

Desta forma, a análise dos tempos verbais em conjunto com o uso dos pronomes "nós" e "a gente" proporciona maior conhecimento sobre as complexidades das práticas linguísticas nas comunidades quilombolas.

Outra variável que emerge como um fator de relevância significativa na compreensão da variação entre os pronomes "nós" e "a gente", é a tonicidade, conforme demonstrado pelos resultados detalhados nas tabelas apresentadas as quais revelam padrões distintos de uso de "nós" em diferentes contextos verbais e comunidades. Observamos uma tendência clara de preferência por "nós" em uma variedade de contextos verbais, incluindo verbos monossílabos tônicos, oxítonos e paroxítonos. Essa preferência é evidenciada por percentuais significativos em todas as comunidades estudadas, indicando uma forte associação entre tonicidade e escolha pronominal. Além do mais, foi interessante notar a ausência de ocorrências de formas proparoxítonas,

sugerindo estratégias dos falantes para evitar essa configuração. Isso lança luz sobre a preferência por formas mais simples e familiares, como "nós", em detrimento de estruturas mais complexas. A consideração da análise da tonicidade oferece uma perspectiva enriquecedora sobre as dinâmicas linguísticas envolvidas na alternância entre "nós" e "a gente".

Os resultados da análise dos dados referentes à posição do sujeito na frase corroboram a hipótese de que "a gente" é mais frequentemente utilizado quando o sujeito é anteposto ao verbo, especialmente quando há elementos intercalados entre o sujeito e o verbo, como clíticos. A observação geral da Tabela 17 revela que o pronome "nós" é preferencialmente utilizado (86%) quando o sujeito está posicionado à esquerda, com elementos intercalados. Por outro lado, a forma "a gente" registra sua aplicação mais expressiva (45%) quando o sujeito está acompanhado de clíticos intercalados, como "não", "já" e "se".

Esses dados sugerem uma tendência clara de associação entre a posição do sujeito e a escolha pronominal, indicando que fatores sintáticos e estruturais desempenham um papel significativo na variação entre "nós" e "a gente". A preferência por "a gente" em contextos específicos, como sujeitos antepostos com clíticos intercalados, sugere uma sensibilidade dos falantes às variantes da estrutura da frase e às demandas comunicativas do discurso. Os resultados confirmam a relevância de fatores sintáticos na escolha pronominal, destacam a complexidade e a flexibilidade do uso desses pronomes nas variedades linguísticas das comunidades estudadas.

Sobre o tipo de verbo, a análise detalhada em associação com o uso dos pronomes "nós" e "a gente" revela padrões distintos nas preferências linguísticas das comunidades estudadas. Observamos uma tendência geral de prevalência do pronome "a gente" em associação com os verbos *dicendi* e epistêmicos, enquanto o pronome "nós" é mais frequentemente utilizado com os verbos de estado e de ação. É interessante notar as particularidades apresentadas pelas comunidades de Morrinhos e Baixio, onde não se observa o uso do pronome "a gente" com verbos epistêmicos em Morrinhos, e nenhuma associação do pronome "a gente" com verbos *dicendi* em Baixio. Por outro lado, Laranjal e Campina de Pedra demonstram uma preferência significativa pelo uso de "a gente" com verbos *dicendi*, o que pode ser atribuído à propensão dos falantes para generalização do sujeito ou à sua preferência pela indeterminação. Os dados revelam que os verbos de estado e de ação exibem uma menor taxa de utilização do pronome "a

gente", enquanto os verbos no presente do indicativo conjugados com "nós" são mais prevalentes. Isso sugere uma resistência desses verbos à mudança linguística, possivelmente devido à sua forte associação com formas verbais mais tradicionais.

A análise do fenômeno do paralelismo nos dados de fala dos informantes da amostra revela a forte influência desse fenômeno na escolha entre os pronomes "nós" e "a gente". A constatação de que os falantes tendem a manter um padrão uma vez adotada uma forma pronominal é determinante para entender a dinâmica da variação linguística, evidenciando a força da repetição no corpus estudado. Quando "a gente" é adotado como forma antecedente, sua utilização atinge altos percentuais em todas as comunidades, destacando a tendência dos falantes a manterem essa forma uma vez estabelecida. Por outro lado, ao analisar "nós" como forma antecedente, observa-se uma preferência mais pronunciada por essa variante em comparação com "a gente", indicando um condicionamento mais expressivo exercido pelo "nós".

É interessante notar que o "nós", por ser considerado uma forma mais marcada, desempenha um papel mais enfático no contexto do paralelismo discursivo, como apontado por Lucchesi (2009). Isso sugere que a escolha entre "nós" e "a gente" não é apenas uma questão de preferência individual, mas está sujeita a influências discursivas e estruturais mais amplas.

Após uma revisão abrangente dos estudos linguísticos sobre a variação entre os pronomes "nós" e "a gente", e uma análise minuciosa dos dados coletados nas comunidades estudadas, podemos tirar algumas conclusões significativas. A pesquisa realizada junto às comunidades confirma a preferência pelo uso de "nós" em concordância com verbos flexionados em P3, enquanto a concordância de "a gente" com esses verbos é uma ocorrência rara. Isso sugere uma estabilidade na escolha de "nós" nessas comunidades, independentemente do contexto linguístico. A análise combinada dos pronomes de 1ª pessoa do plural e da flexão verbal confirma a associação frequente entre o uso desses pronomes e a flexão em P3, corroborando as observações anteriores.

Diante da investigação sobre o processo de gramaticalização de "gente" para "a gente", podemos concluir que esse fenômeno linguístico revela uma complexa interação entre traços morfossintáticos e semântico-discursivos. A forma gramaticalizada "a gente" retém algumas características formais do nome "gente", especialmente a marca de 3ª pessoa, enquanto adquire uma interpretação semântico-discursiva de 1ª pessoa,

representando o falante e outros. Esse processo de gramaticalização se reflete na concordância do predicativo do sujeito com "a gente", demonstrando uma solidificação na relação determinante-determinado. Observamos, ainda, uma variação na linguagem da comunidade de Morrinhos, onde o termo "gente" é utilizado como variante do pronome "a gente", mesmo sem o artigo "a", mantendo o verbo na terceira pessoa do singular. Isso evidencia a adaptação e a flexibilidade da linguagem em contextos específicos. A análise das falas das comunidades revela que o uso do pronome "a gente" está em ascensão, embora ainda seja menos frequente do que o pronome "nós". Esse processo de substituição ocorre gradualmente ao longo do tempo, refletindo uma mudança "de baixo para cima", conforme descrito por Lopes (2004). Assim, a gramaticalização de "a gente" está lentamente ganhando espaço nas comunidades estudadas, indicando uma evolução contínua da língua e sua adaptação às necessidades comunicativas dos falantes.

Perante à análise das variáveis sociais que influenciam a variação entre os pronomes "nós" e "a gente", notamos que o gênero, a faixa etária e a escolaridade desempenham papéis significativos nesse fenômeno linguístico. A abordagem de Labov (1990; 2001) destaca a influência do gênero na linguagem, tanto de forma biológica quanto sócio-cultural. Observamos que as mulheres tendem a usar mais "nós" em algumas comunidades, enquanto em outras há uma predominância do uso de "a gente". Entretanto, ao consolidarmos os dados de todas as comunidades, percebemos que as mulheres têm uma frequência ligeiramente superior no uso de "nós", enquanto os homens lideram no uso de "a gente". Além disso, constatamos que os falantes mais jovens tendem a adotar mais frequentemente o pronome "a gente", enquanto os mais experientes preferem o tradicional "nós". Quanto à escolaridade, aqueles com ensino superior usam ambos os pronomes de forma equitativa, enquanto os com ensino fundamental tendem a preferir "nós". Esses resultados sugerem que tanto "nós" quanto "a gente" carregam uma valoração social positiva, refletindo uma comunidade que mantém tradições conservadoras, mas está aberta à inovação, sem comprometer seus valores fundamentais.

Em síntese, a análise dos dados revela que a preferência pelo uso de "nós" nas comunidades quilombolas é resultado de uma complexa interação de fatores linguísticos, culturais e históricos. Integrando esses fatores, somos capazes de obter uma compreensão mais holística das dinâmicas que orientam as escolhas pronominais nessas

comunidades, destacando a importância de considerar não apenas as variantes linguísticas, mas as influências sociais, culturais e educacionais que moldam esse cenário linguístico singular.

Esse equilíbrio delicado entre conservação e progresso revela a complexidade das dinâmicas sociolinguísticas presentes nas comunidades investigadas, proporcionando uma visão mais aprofundada das sutilezas da interação entre linguagem e cultura.

A análise do uso dos pronomes "nós" e "a gente" no contexto das comunidades quilombolas do Mato Grosso envolve uma compreensão profunda do ecossistema linguístico e sociocultural dessas comunidades. Para abordar essa questão, é essencial considerar diversos fatores que afetam a escolha entre esses pronomes e sua relação com o ambiente linguístico quilombola.

Inicialmente, é importante destacar que as comunidades quilombolas, em sua maioria, preservam uma rica tradição linguística que é influenciada por sua história de resistência à escravidão e isolamento geográfico. Muitas dessas comunidades, em busca da sobrevivência de sua cultura, muitas vezes transcenderam os limites de seu ambiente cotidiano quilombola, expondo-se a diferentes formas de linguagem. Nesse contexto, a escolha entre "nós" e "a gente" pode refletir as influências de línguas africanas ancestrais, bem como a influência da língua portuguesa, evidenciando a dinâmica complexa que permeia as opções pronominais nessas comunidades.

A preferência pelo uso de "nós" pode ser vista como uma demonstração de continuidade com as línguas e tradições africanas, nas quais os pronomes plurais eram frequentemente usados. Isso pode ser um indicativo da preservação cultural e linguística, bem como da resistência histórica dessas comunidades.

Por outro lado, o uso de "a gente" pode ser considerado uma manifestação de influência do português e da acomodação linguística necessária para a comunicação com a sociedade majoritária. "A gente" é uma forma mais próxima da língua portuguesa e, portanto, pode ser uma estratégia de comunicação para interagir com pessoas de fora da comunidade.

Além disso, a escolha entre "nós" e "a gente" pode estar relacionada ao grau de identificação cultural e social com a comunidade quilombola. Aqueles que se identificam fortemente com as tradições e línguas quilombolas podem preferir o uso de "nós" como uma forma de expressão dessa identidade, enquanto aqueles que têm maior contato com a sociedade externa podem utilizar "a gente" para facilitar a comunicação.

No âmbito dessas reflexões, retomamos Couto (2016), que propôs uma redefinição do conceito de comunidade de fala. Couto postula que essa comunidade não se restringe simplesmente a um grupo de pessoas reunidas, mas constitui, na verdade, um "ecossistema linguístico formado por um território de dimensões variáveis, no qual há uma frequência significativa de interação entre os falantes". À primeira vista, essa definição pode parecer apenas uma ampliação de adjetivos sobre os substantivos já familiares. No entanto, a proposta de Couto reflete uma tentativa de aprimorar a compreensão da dinâmica complexa que permeia as comunidades de fala. Ela reconhece a presença física dos indivíduos e a interação recorrente entre eles dentro de um contexto linguístico específico.

A definição de Couto dos termos "ecossistema" e "território" está impregnada pela perspectiva ecológica do mundo. Nessa visão, todas as partes estão interconectadas: nenhuma delas é mais fundamental que outra, de modo que as propriedades de cada parte são determinadas pelas propriedades de todas as outras. Em outras palavras, há uma necessidade de compreender que a comunidade não se resume apenas aos falantes, e entender os falantes não implica apenas examinar a estrutura da língua.

Na ecolinguística, investiga-se a interação entre os seres humanos e o ambiente que os cerca, bem como as relações entre os falantes e suas comunidades, e entre os humanos e suas estruturas sociais mediadas pela linguagem. Esta disciplina, emergente dentro da linguística, não se limita a reconhecer superficialmente a diversidade teórica de outras áreas, mas busca compreendê-las e integrá-las para uma visão holística. Além disso, a ecolinguística vai além da análise meramente funcional da linguagem.

Para uma compreensão abrangente da linguagem, é essencial considerar uma tríade composta pelo território, pelos falantes e pela língua. Cada um desses elementos desempenha um papel fundamental, e nenhum deles deve ser negligenciado em detrimento dos outros. A interação entre o povo, a língua e o território estabelece a base de um ecossistema linguístico, que transcende a mera noção de um grupo de falantes para incorporar um conjunto específico de territórios, linguagens e identidades culturais distintas.

Dessa forma, a escolha entre "nós" e "a gente" nas comunidades quilombolas do Mato Grosso reflete um equilíbrio delicado entre preservação cultural, adaptação linguística e identidade étnica. Ela destaca a complexidade do ecossistema linguístico dessas comunidades, onde múltiplas influências linguísticas e culturais interagem para

moldar o uso dos pronomes e, assim, adicionais para a diversidade linguística única encontrada nessas comunidades.

Quanto à relevância científica e social de nossa proposta, destaco que o estudo de "nós" e "a gente" em comunidades quilombolas fornece informações valiosas sobre as variações linguísticas e suas correlações com a identidade cultural. A linguística tem interesse particular em como diferentes comunidades utilizam a linguagem para expressar e manter suas identidades culturais. Em comunidades quilombolas, a escolha entre "nós" e "a gente" pode refletir particularidades de solidariedade, inclusão e resistência cultural. Essa investigação revela como a linguagem não é apenas um meio de comunicação, mas também um marcador identitário que ajuda a definir e fortalecer a coesão social dentro dessas comunidades.

Ao documentar e analisar as variações linguísticas em comunidades quilombolas, a pesquisa contribui para a preservação dessas variações, que são parte integral do patrimônio cultural imaterial. Isso é essencial em um contexto onde muitas línguas e dialetos estão em risco de extinção. A preservação linguística em comunidades quilombolas ajuda a garantir que futuras gerações possam acessar e se conectar com suas raízes culturais. Esse esforço de documentação e análise é uma forma de resistência contra a homogeneização cultural, permitindo que tradições e modos de expressão únicos sejam mantidos vivos.

A comparação entre o uso de "nós" e "a gente" pode oferecer novos dados empíricos para teorias sociolinguísticas, especialmente aquelas que exploram a influência de fatores sociais (como comunidade, classe social e educação) nas escolhas linguísticas. A análise detalhada de como esses pronomes são usados em diferentes contextos sociais dentro das comunidades quilombolas pode revelar padrões de mudança linguística e estabilidade, fornecendo uma base sólida para revisar e potencialmente reformular teorias existentes. Esse tipo de estudo empírico é essencial para entender as complexas dinâmicas da variação e mudança linguística.

Quanto a relevância social, ao concentrar nas comunidades quilombolas de Mato Grosso a pesquisa traz visibilidade para esses grupos historicamente marginalizados, promovendo o reconhecimento e a valorização de sua cultura e história. Dar voz a essas comunidades por meio da análise de suas práticas linguísticas contribui para um maior entendimento e apreciação de sua contribuição cultural para a sociedade

brasileira. A valorização dessas comunidades é um passo importante para combater o preconceito e a marginalização, promovendo uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

Os resultados da pesquisa podem informar políticas educacionais e iniciativas de preservação cultural, ajudando a desenvolver currículos mais inclusivos que respeitem e promovam a diversidade linguística e cultural. A inclusão das variações linguísticas e culturais das comunidades quilombolas no currículo escolar pode ajudar a combater a discriminação linguística e promover o respeito pela diversidade.

A pesquisa tem o potencial de fomentar um maior entendimento e respeito entre diferentes grupos culturais dentro do Brasil, promovendo diálogo intercultural e a coesão social. Ao revelar a riqueza das variações linguísticas e culturais das comunidades quilombolas, a pesquisa pode facilitar conversas sobre diversidade e inclusão, promovendo uma maior empatia e compreensão mútua.

Portanto, nossa tese é de grande relevância tanto no âmbito científico quanto no social. Ela contribui para o campo da sociolinguística ao fornecer novos dados e perspectivas sobre variações linguísticas e suas implicações culturais. Além disso, tem um impacto social positivo ao promover a valorização e a preservação das culturas quilombolas, bem como ao informar políticas públicas que beneficiem essas comunidades. A investigação é uma adição importante ao conhecimento acadêmico e à promoção da justiça social.

REFERÊNCIAS

ALBÁN, Maria del Rosário Suárez; FREITAS, Judith. Eu, você et alia em três diálogos. *In: Estudos Linguísticos e Literários*. N. 11, Salvador: UFBA – Instituto de Letras. 1991, p. 25–38.

ALBÁN, Maria del Rosário Suárez; FREITAS, Judith. Nós ou A gente? *In: Estudos Linguísticos e Literários*. N. 5, Salvador: UFBA. 1991, p. 75-89.

ALBUQUERQUE, Davi Borges de. Palavras iniciais sobre a metodologia em ecolinguística. *Via Litterae: Revista de Linguística e Teoria Literária*, v. 7, n.1, p. 131-142, jan-jun, 2015. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/vialitterae/article/view/4456> Acesso em: 14 nov. 2021.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no atlântico sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALKMIN, Tânia. **Sociolinguística**: Parte I. *In* MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.) *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*. v.1, 5ª ed. São Paulo: Cortez, p. 21-44, 2005.

ALMEIDA, Cristóvão Domingos de. **Comunicação e Cultura**: práticas cotidianas e construção da cidadania na comunidade quilombola Campina de Pedra, município de Poconé-MT. 2012. 213f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/69719> Acesso em: 29 set. 2023.

AMARAL, Luis Isaias Centeno do. **A concordância verbal de segunda pessoa do singular em Pelotas e suas implicações linguísticas e sociais**. 2003. 181f. Tese (Doutorado em Letras) - Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/1907> Acesso em 22 abr. 2022.

ANDRADE, Karylleila dos Santos. **Atlas toponímico de origem indígena do estado do Tocantins**: ATITO. Goiânia: Ed. PUC Goiás, 2010.

ASSIS, Rosa Maria. Variações linguísticas e suas implicações no ensino do vernáculo: uma abordagem sociolinguística. **Revista Ilha do Desterro**. Florianópolis, n. 20, p. 59-81, 1988. Programa de Pós-Graduação em Inglês: Estudos Linguísticos e Literários. Universidade Federal de Santa Catarina, 1988. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/desterro/article/view/8929/8278> Acesso em: 23 abr. 2023.

BAGNO, Marcos. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2011.

- BARROS, João de. **Grammatica da lingua portuguesa**. Lisboa, Olyssipone, 1540. Disponível em: <http://purl.pt/12148> Acesso em: 12 out. 2022.
- BASTARDAS i BOADA, Albert. **Ecologia de les llengües**. Barcelona: Proa, 1996. Disponível em: <https://diposit.ub.edu/dspace/handle/2445/127446> Acesso em: 02 set. 2023.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/BECHARA_ModernaGramaticaPortuguesa.pdf Acesso em: 12 nov. 2022.
- BENCI, Giorgio. **Economia christã dos senhores no governo dos escravos**. 306f. Roma: na Officina de Antonio de Rossi, 1705. Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em: <https://purl.pt/24731/1/index.html#/1/html> Acesso em 23 jun. 2022.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. Campinas, São Paulo: Pontes, 1988.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. 4. ed. Campinas: Pontes, 1995.
- BOFF, Leonardo. **As quatro ecologias: ambiental, política e social, mental e integral**. Rio de Janeiro: Editora Mar de Ideias, 2012.
- BONVINI, Emílio. Línguas africanas do tráfico. In FIORIN, José Luiz; PETTER, Margarida (org.). **África no Brasil: a formação da língua portuguesa**. v.1, 2 ed., São Paulo: Contexto, 2014, p. 30-31.
- BORGES, Paulo Ricardo Silveira. **A gramaticalização de A gente no Português Brasileiro: análise histórico-social-linguística da fala das comunidades gaúchas de Jaguarão e Pelotas**. 2004. 227f. Tese (Doutorado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/4003/000406585.pdf?sequence=1> Acesso em: 06 mar. 2023
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **The urbanization of rural dialect speakers—a sociolinguistic study in Brazil**. Cambridge: University Press, 1985.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemu na escola, e agora?** Sociolinguística e Educação. São Paulo: Parábola, 2005.
- BRANCALEONE, Cassio. Comunidade, sociedade e sociabilidade: revisitando Ferdinand Tönnies. **Revista de ciências sociais**. Ceará, v. 39, n. 2, p. 98-104, 2008. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/511/494> Acesso em: 16 jul. 2023.

CAMACHO, Roberto Gomes. **Aspectos funcionais e estruturais da concordância verbal no português falado**. São Paulo, v. 37, 1993, p. 101-116. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3937/3615> Acesso em: 12 nov. 2022

CAMACHO, Roberto Gomes. Sociolinguística. *In*: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (org.). **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras**. v.1, 5 ed., São Paulo: Cortez, 2005. p. 49-75.

CAMPOS, Jocimar Jesus de. **As narrativas míticas da comunidade quilombola de Morrinhos/Poconé/MT e os fazeres escolares**. 150f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2017. Disponível em: https://ri.ufmt.br/bitstream/1/1992/1/DISS_2017_Jocimar%20Jesus%20de%20Campos.pdf Acesso em: 12 nov. 2022

CAPRA, Fritjof. **O tao da física**. São Paulo: Cultrix, 1983.

CAPRA, Fritjof. **O tao da física: uma análise dos paralelos entre a física moderna e misticismo oriental**. São Paulo: Cultrix, 2011.

CAPRA, Fritjof. **Pertencendo ao universo: explorações nas fronteiras da ciência e da espiritualidade**. São Paulo: Cultrix/Amana, 1991.

CARDEIRA, Esperança. **Entre o português antigo e o português clássico**. Lisboa: IN-CM, 2005.

CARVALHO, Francisca Edilza Barbosa de Andrade. **Educação Escolar Quilombola na Comunidade Baixo – Barra do Bugres/MT: avanços e desafios**. 2016. 156f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2016. Disponível em: <http://ri.ufmt.br/handle/1/1027> Acesso em: 08 ago. 2023.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. A gramaticalização. *In*: **Revista de estudos linguísticos e literários**. Salvador: UFBA, 25-64. 1997.

CASTRO, Ivo. **Introdução à História do Português**. 2ª ed. Lisboa: Colibri, 2004. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4870838/mod_resource/content/1/CASTRO_IntroducaoAHistoriaDoPortugues.pdf Acesso em: 30 abr. 2023.

CASTRO, Yeda Pessoa de. Os falares africanos na interação social dos primeiros séculos. *In*: MELLO, Linalda Arruda (org.). **Sociedade, cultura & língua**. João Pessoa: Shorin, 1990. p. 91-113.

CASTRO, Yeda Pessoa de. **Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras/Topbooks, 2005.

CATTON, Jr. William Robert; DUNLAP, Riley E. A new ecological paradigm for post-exuberant sociology. *In*: **American Behavioral Scientist**. Washington, v. 24, n. 1, p. 15-47, set/out. 1980. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/247751112_A_New_Ecological_Paradigm_for_Post-Exuberant_Sociology Acesso em: 14 abr. 2022.

CHAMBERS, Jack K. **Sociolinguistic theory**. Oxford, 1995.

CHAMMING'S, Louis. Prefácio. *In*: MARITAIN, Jacques. **A filosofia da natureza**. Luiz Paulo Rouanet (trad.). São Paulo: Loyola, 1996.

CHIAVENATO, Júlio José. **O negro no Brasil**: da senzala à Guerra do Paraguai. São Paulo: Brasiliense, 1980.

COELHO, Rafael Ferreira. **É nós na fita!** Duas variáveis linguísticas numa vizinhança da periferia paulistana. 2006. 175f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo: 2006. Disponível em:
file:///C:/Users/Usuario/Downloads/E_nois_na_fita_Duas_variaveis_linguisti.pdf
Acesso em: 15 mar. 2022.

COLLINS, Michael; SALIKOKO Sangol Mufwene. “What We Mean When We Say ‘Creole’: An Interview with Salikoko Sangol Mufwene.” **Callaloo** 28, n. 2, 2005, 425–462. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3805668>. Acesso em: 12 mar. 2022.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Gramática histórica**. 7. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

COUTO, Hildo Honório do. **O falar capelinhense**: uma visão sociolinguística. Universidade Estadual de Londrina. Londrina. 1974. Disponível em:
<http://aarvinha.blogspot.com.br/2018/02/o-falar-capelinhense-uma-visao.html> Acesso em: 22 jan. 2022.

COUTO, Hildo Honório do. **Anticrioulo**: manifestação linguística de resistência cultural. Brasília: Thesaurus, 2002.

COUTO, Hildo Honório do. Sobre o conceito de diversidade. *In*: Silveira, Eliane Mara (org.). **As bordas da linguagem**. Uberlândia: EDUFU, p. 155-180, 2011.

COUTO, Hildo Honório do. **Ecolinguística**. 2007. Disponível em:
http://www.ecoling.unb.br/images/3_Ecolingustica.pdf Acesso em: 20 out. 2019.

COUTO, Hildo Honório do. **A emergência dos pronomes pessoais na ecologia da interação comunicativa**. 2012b. Disponível em:
<http://meioambienteelinguagem.blogspot.com.br/2012/03/emergencia-dos-pronomes-pessoais-na.html>. Acesso em: 05 jun. 2022

COUTO, Hildo Honório do. O que vem a ser ecolinguística, afinal? **Cadernos de Linguagem & Sociedade**, v. 14, n. 1, p. 275-313, 2013. Disponível em:
<https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/22250/20296> Acesso em: 15 set. 2022.

COUTO, Hildo Honório do. A concordância e a função comunicativa da linguagem: uma visão ecolinguística. 2014. In: **Confluência**: revista do Instituto de Língua Portuguesa. n. 46. Rio de Janeiro, p. 43-78, 2005.

Disponível em: <https://revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/7/7> Acesso em 16 set. 2023.

COUTO, Hildo Honório do. **Linguística ecossistêmica**. 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/9967/8800> Acesso em: 05 jun. 2022.

COUTO, Hildo Honório do. Linguística Ecossistêmica. Ecolinguística: **Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem**, v. 01, n. 01, p. 47-81, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/9967> Acesso em: 20 out. 2019.

COUTO, Hildo Honório do. Estudos gramaticais à luz da linguística ecossistêmica. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 20, n. 38, p. 26-53, 2016. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/P.2358-3428.2016v20n38p26/10093> Acesso em: 21 ago. 2023.

COSTA, João; MOURA, Denilda; PEREIRA, Sandra. Concordância com *a gente*: um problema para a teoria de verificação de traços. **Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística**. Lisboa, 2001, p. 639-655. Disponível em: <https://apl.pt/wp-content/uploads/2017/12/2000-51> pdf Acesso em: 24 out. 2022.

CROFT, William. **Typology and universals**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 230- 244, 1990.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís Filipe Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DAN, Vivian Lara Cáceres; SILVA, Tânia Paula da. Resgate Cultural e Histórico do Quilombo e dos desafios da Educação Escolar Quilombola na Comunidade Baixio (Vão Grande) em Barra do Bugres-Mt. **EQUADOR-Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Piauí**, vol. 8, n. 3, p. 119-139. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/equador/issue/view/491/showToc> Acesso em: 15 jun. 2022

DEGANI, Marta; VETTOREL, Paola. Interview with Prof. Salikoko Mufwenw. **Iperstoria** – Testi Letterature Linguaggi – p. 306-311. ISSN 2281-4582. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/rcagliero,+Journal+manager,+Mufwene_Degani_Vettorel_intestato.pdf Acesso em: 24 fev. 2021.

DEVALL, Bill; SESSIONS, George. **Ecologia profunda**: dar prioridade à natureza na nossa vida. Águas Santas: Sempre-em-pé, 2004.

DINIZ, Mônica. Sesmarias e posse de terras: política fundiária para assegurar a colonização brasileira. **Histórica**, São Paulo, 2. ed., 2005. Disponível em:

<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia03/>
Acesso em: 11 maio 2023.

ECKERT, Penelope. The whole woman: sex and gender differences in variation. *In*: COUPLAND, N.; JOWORSKI, A. (ed.). **Sociolinguistics: a reader and coursebook**. New York: Martin's Press, p. 212-228, 1997.

EHRENFELD, David W. **The arrogance of humanism**. New York: Oxford, 1978. p. 16-17.

ELAN (versão 6.6) [Software de computador]. Nijmegen: Instituto Max Planck de Psicolinguística, **The Language Archive**. 2023. Disponível em:
<https://archive.mpi.nl/tla/elan> Acesso em: 27 set. 2023.

EVERNDEN, Neil. Beyond Ecology: Self, Place, & the Pathetic Fallacy. *In*: **The North American Review**, v.263, n. 4, 1978, p. 16-20. Chicago: University of Northern Iowa. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/25118053> Acesso em: 16 jul. 2023.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola, 2008.

FERNANDES, Eulália; GORSKI, Edair Maria. A concordância verbal com os sujeitos nós e a gente: um mecanismo do discurso em mudança. **Actas do Simpósio sobre a Diversidade Linguística no Brasil**. Salvador: Instituto de Letras da UFBA, 1986, p. 175-183.

FERRY, Luc. **A nova ordem ecológica: a árvore, o animal e o homem**. Tradução: Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

FIGUEROA, Esther. **Sociolinguistic metatheory**. Oxford: Pergamon, 1994.

GALVES, Charlotte; BRITTO, Helena; PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. The change in clitic placement from Classical to Modern European Portuguese: results from the Tycho Brahe Corpus. **Journal of Portuguese Linguistics**, v. 4, n.1, 2005.

GALVES, Charlotte; PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara; NAMIUTI, Cristiane. **Novas perspectivas para antigas questões: revisitando a periodização da língua portuguesa**. 2006. Disponível em:
https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4868218/mod_resource/content/1/GALVES_NAMIUTI_PAIXAODESOUZA_PeriodizacaoDoPortuguesRevisitada.pdf Acesso em: 03 maio 2023.

GALVES, Charlotte. Periodização e competição de gramáticas: o caso do português médio. *In*: LOBO, Tânia *et al.* (org.). **Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 65-74.

GARCEZ, Pedro de Moraes & ZILLES, Ana Maria Stahl. Ainda os equívocos no combate aos estrangeirismos. *In*: FARACO, Carlos Alberto. **Estrangeirismos guerras em torno da língua**. São Paulo: Parábola, 2004.

GOBARD, Henri. **L'aliénation linguistique**: analyse tétraglossique. Paris: Flammarion, 1976.

GONÇALVES, Naiara Silva. **Agricultura tradicional praticada na Comunidade Remanescente de quilombo Campina de Pedra, Poconé-MT**: o resgate de uma tradição. 2017. 95 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural). Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/13417> Acesso em: 30 ago. 2023.

GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite; LIMA-HERNANDES, Maria Célia e CASSEB-GALVÃO, Vânia Cristina (org.). **Introdução à gramaticalização**. Princípios teóricos e aplicação. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

GRIMES, Barbara F. **Ethnologue**: languages of the world. Dallas (Texas): Summer Institute of Linguistics, 1996.

GUERINO, Mariana de Fatima. **O movimento dos saberes na produção da vida na Comunidade Quilombola Campina de Pedra**. 140f. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2013.

GUY, Gregory Riordan. **Linguistic variation in Brazilian Portuguese**: aspects of the phonology, syntax, and language history. Sydney University, Department of Linguistics. 1981.

GUY, Gregory Riordan. Varbrul: análise avançada. *In*: NEUSA, Matte (org.). **Cadernos de Tradução**. Tradução de Ana Maria Stahl Zilles. Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998. p. 27-49.

GUY, Gregory Riordan. As comunidades de fala: fronteiras internas e externas. *In*: **Abralin**, v. 26, n. Especial, 2001. Disponível em: https://www.abralin.org/site/wp-content/uploads/2020/03/ABRALIN_26.pdf Acesso em: 01 set. 2023.

GUTHRIE, Malcolm. **The Classification of the Bantu Languages**. The International African Institute by the Oxford University Press, Oxford, 1948.

HAERI, Niloofar. "Why do women do this?" Sex and gender differences in speech. *In*: Guy, Gregory *et al.* (ed.). **Towards a social Science of language**. Volume 1: Variation and Change in Language and Society. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1996. p. 101-114.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. SILVA, Tomaz Tadeu da & LOURO, Guacira Lopes (Trad.), 12^a ed., Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

HAUGEN, Einar. **The Ecology of language**. Stanford: Stanford University Press, 1972.

HEINE, Bernd. Grammaticalization. *In*. JOSEPH, Brian D.; JANDA, Richard D. (ed.) **The Handbook of Historical Linguistics**. Oxford: Blackwell, p. 575-601, 2003. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=3157078> Acesso em: 12 jul. 2023.

HEINE, Bernd; REH, Mechthild. **Grammaticalization and reanalysis in African languages**. Hamburg: Helmut Buske Verlag, 1984.

HOPPER, Paul. On Some Principles of Gramaticalization. *In*: TRAUGOTT, Elizabeth Closs; HEINE, Bernd. (org.) **Approaches to Gramaticalization**. Amsterdam: John Benjamins, 1991, p. 17-36.

HOPPER, Paul; TRAUGOTT, Elizabeth Closs. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

JAKUBASZKO, Andréa; CASTRO, Suely Pereira; CASTRO, César Augusto; NOLASCO, F; ROSA, FR; ROSA, Juliana Cristina da. **Relatório Antropológico da Caracterização Histórica, Econômica, Ambiental e Sociocultural da CRQ Laranja Município de Poconé – Mato Grosso**. Cuiabá: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); 2014. Nº 54240.005236/2005-51 (SR-13/MT).

KURYLOWICZ, Jerzy. The evolution of grammatical categories. *In*: **Esquisses linguistiques II**. Munique: Fink, [1965] 1975. p. 38-54. Disponível em: <https://api.semanticscholar.org/CorpusID:143923726> Acesso em: 12 fev. 2023.

LABOV, William. **The social stratification of English in New York City**. Washington, D.C., Center for Applied Linguistics, 1966.

LABOV, William. **Sociolinguistic Patterns**. Philadelphia: Univertisy of Pensylvania Press, 1972.

LABOV, William. **Principles of linguistic change**. Vol. I: Internal factors. Oxford: Blackwel, 1994.

LABOV, William. **Principles of linguistic change: Social Factors**. Oxford: Backwell, 2001.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LARCHERT, Jeanes Martins. **Epistemologia da resistência quilombola em diálogo com o currículo escolar**. 36ª Reunião Nacional da ANPED. set/out, 2013. Disponível em: <http://36reuniao.anped.org.br/trabalhos/179-trabalhos-gt21-educacao-e-relacoes-etnico-raciais> Acesso: 25 jul. 2023.

LEMLE, Miriam; NARO, Anthony Julius. **Competências Básicas do Português**. Relatório Final apresentado às instituições Fundação Ford e Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), 1977.

LOPES, Célia Regina dos Santos. **Nós e a gente no português falado culto do Brasil**. 1993. 140f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993. Disponível em: <https://buscaintegrada.ufrj.br/Record/aleph-UFR01-000415182/Description> Acesso em 09 de jun. 2022

LOPES, Célia Regina dos Santos. Nós e a gente no português falado culto do Brasil. **DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 14, n. 2, 1998. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/44300> Acesso em: 12 jul. 2023.

LOPES, Célia Regina dos Santos. **A inserção de a gente no quadro pronominal do português**: percurso histórico. Rio de Janeiro, 1999. 181f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.

LOPES, Célia Regina dos Santos. A inserção de “a gente” no quadro pronominal do português. Madrid: **Iberoamericana**, v.18, 2003. Disponível em:

<https://laborhistorico.letras.ufrj.br/producao/Lopetese.pdf> Acesso em: 12 jul. 2023.

LOPES, Célia Regina dos Santos. A gramaticalização de *A gente* em Português em tempo real de longa e de curta duração: retenção e mudança na especificação dos traços intrínsecos. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v.4, n.1, 2004. Disponível em:

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/administrador,+047-080_Lopes_F%C3%83%C2%B3rum.pdf Acesso em: 12 nov. 2023.

LUCCHESI, Dante. **Língua e Sociedade Partidas**: a polarização sociolinguística do Brasil. São Paulo: Contexto, 2015.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan. A transmissão linguística irregular. *In*: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza. (org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 101-124.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; SILVA, Jorge Augusto. A concordância verbal. *In*: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza. (org.). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 331-371.

LUCCHESI, Dante. A deriva secular na formação do português brasileiro: uma visão crítica. *In*: LOBO, Tânia, *et al.*, (org.). **Rosae**: linguística histórica, história das línguas e outras histórias. Salvador: EDUFBA, 2012, p. 249-274. ISBN 978-85-232-1230-8 Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Rosae.pdf> Acesso em: 11 abr. 2023.

MAESTRI FILHO, José Mário. **A servidão Negra**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

MAFFESOLI, Michel. **A parte do diabo**. Resumo da subversão pós-moderna. Trad. C. Marques. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MAFFI, Luisa. **On biocultural diversity**: Linking language, knowledge and the environment. Washington: Smithsonian Institution Press, 2001.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. **The Sexual Life of Savages**. Dever-U.S.A.: Publisher Beacon Press, 1987.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Para uma caracterização do português arcaico. **DELTA**, São Paulo, n. 10, p. 247-276, 1994.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **O Português Arcaico** – fonologia, morfologia e sintaxe. São Paulo: Contexto, 2006.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Para uma caracterização do período arcaico do português. **DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 10, n. 3, 2019 p. 247-276. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/45395> Acesso em: 18 set. 2023.

MATTOSO, José. **D. Afonso Henriques**. Lisboa: Temas e Debates, 2007.

MATTOSO, Katia Mytilineou de Queirós. **Ser escravo no Brasil: séculos XVI-XIX**. Trad. Sônia Furhmann. Rio de Janeiro: Vozes, 2020.

McWHORTER, John Hamilton. **Our Magnificent Bastard Tongue: The Untold History of English**. Nova York: Gotham Books, 2008.

MEILLET, Antoine. L'evolution des formes grammaticales. [1912] **Scientia**, v. 12 n. 26, Milan. Reprinted: Linguistique historique et linguistique générale. Paris: C. Klincksieck, 1965[1912], p.130-148.

MENDONÇA, Renato. **A influência africana no português do Brasil**. Rio de Janeiro: Sauer, 1933.

MENDES, Rute Paranhos Silva. **O perfil da alternância do sujeito nós e a gente em Santo Antônio de Jesus: um recorte do português popular no interior da Bahia**. Salvador, 2007, 140f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística). Instituto de Letras. Universidade Federal da Bahia. UFBA, 2007.

MENON, Odete Pereira da Silva. **Analyse sociolinguistique de indétermination du sujet dans le portugais parlé au Brésil à partir des données du NURC-SP**. Tese de Doutorado, Universidade Paris 7, 1994.

MENON, Odete Pereira da Silva. 'A gente': um processo de gramaticalização. **Estudos Linguísticos**, n. 25, p. 622-628, 1996.

MENON, Odete Pereira da Silva. A gente, eu, nós: sintomas de uma mudança em curso no Português do Brasil? In: **Anais do II ELFE – Encontro Nacional sobre Língua Falada e Escrita**. Maceió, p. 396-402, 1997.

MENON, Odete Pereira da Silva. A história de você. In: GUEDES, Marymarcia; BERLINCK, Rosane de Andrade; MURAKAWA, Clotilde de Almeida Azevedo (orgs.). **Teoria e análise linguísticas: novas trilhas**. Araraquara: LEFCL/ São Paulo: Cult. Acadêmica, 2006. p. 99-160

MICHAELIS, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. São Paulo: Melhoramento, 1998. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/creditos/> Acesso em: 02 jan. 2022.

MORAES, Cleonice Aparecida de. **História e trajetórias: um estudo sobre o cotidiano dos poaceiros em Barra do Bugres (1930-1960)**. 156f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2004.

MOREIRA, Nilvaci Leite de Magalhães. "[...] nós aqui é o espaço dos sem vez" – **quilombolas e educação em Poconé/MT**. 2019. 263 f. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2019. Disponível em: <https://ri.ufmt.br/handle/1/1911> Acesso em: 04 set. 2013.

MÜHLHÄUSLER, Peter. **Language of environment - Environment of language: A course in ecolinguistics**. Londres: Battlebridge, 2003.

MUFWENE, Salikoko Sangol. **The Ecology of Language Evolution**. Cambridge: University of Chicago, 2001.

MUFWENE, Salikoko Sangol. Ecologia da língua: algumas perspectivas. **Ecolinguística: Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem**, v. 2 n. 1, p. 21–38, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/9896>. Acesso em: 12 mar. 2022.

MUSSA, Alberto Baeta Neves. **O papel das línguas africanas na história do português do Brasil**. 1991. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

NAESS, Arne. “The Shallow and the Deep, Long-Range Ecology Movement: A Summary”, **Inquiry**, n. 16, 1973.

NAMIUTI, Cristiane. **Aspectos da história gramatical do português: interpolação, negação e mudança**. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

NARO, Antony Julius; LEMLE, Miriam. Syntactic diffusion. *In*: STEEVER, Sandord B. *et alii* (eds.) **Papers from the parasession on Diachronic Syntax**. Chicago: Chicago Linguistic Society, p. 221- 241, 1976.

NARO, Anthony Julius. The social and structural dimensions of syntactic change. **Language**. LSA, v. 57, n. 1, p. 63-98, 1981.

NARO, Antony Julius; GÖRSKI, Edair; FERNANDES, Eulália. Change without change. **Language Variation and Change**, v. 11, n. 2, p. 197-211, 1999. DOI: 10.1017/S0954394599112043.

NARO, Antony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Origens do Português Brasileiro**. v. 20, 1ª ed. São Paulo: Parábola, 2007.

NENOKI DO COUTO, Elza Kioko Nakayama. **Ecolinguística**: um diálogo com Hildo Honório do Couto. Campinas: Fontes, 2013.

NETO, Genis Frederico Schmaltz. **Vale do Amanhecer como Comunidade de Fala: Uma visão Ecolinguística**. 2017, 165f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística do Departamento de Linguísticas, Português e Línguas Clássicas, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

OLIVEIRA, Sandra Carneiro de. **Nós e A gente em Caibongo: aspectos sócio-históricos e sociolinguísticos de uma comunidade afro-brasileira**. 2008. 123f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens). Universidade do Estado da Bahia. UNEB. Disponível em: <https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-127550/nos-e-a-gente-em-caibongo--aspectos-socio-historicos-e-socio-linguisticos-de-uma-comunidade-afro-brasileira> Acesso em: 21 jun. 2022.

OMENA, Nelize Pires de. A referência variável da primeira pessoa do discurso no Plural. In: NARO, Anthony Julius *et al.*: **Relatório final de pesquisa**: projeto subsídios do projeto censo à educação. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 2, 1986. p. 286-319.

OMENA, Nelize Pires de. A referência à primeira pessoa do plural: variação ou mudança? In: PAIVA, Maria da Conceição de; DUARTE, Maria Eugênia Lammoglia (org.). **Mudança linguística em tempo real**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2003.

OMENA, Nelize Pires de. As influências sociais na variação entre nós e a gente na função de sujeito. In: OLIVEIRA e SILVA, Gisele Machline; SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Padrões sociolinguísticos**: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996 [1998], p. 309-323.

OMENA, Nelize Pires de; BRAGA, Maria Luiza. A gente está se gramaticalizando? In: MACEDO, Alzira Tavares de; RONCARATI, Cláudia; MOLLICA, Maria Cecília (org.) **Variação e discurso**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 75-84.

OUSHIRO, Livia. Transcrição de entrevistas sociolinguísticas com o ELAN. In FREITAG, Raquel Meister Ko. (org.). **Metodologia de Coleta e Manipulação de Dados em Sociolinguística**. São Paulo: Blücher, 2014. p. 46-50. DOI 10.5151/BucherOA-MCMDS-9cap. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5151/BlucherOA-MCMDS-9cap> Acesso em: 15 abr. 2021.

OUSHIRO, Livia. Tratamento de dados com o R para análises sociolinguísticas. Metodologia de coleta e manipulação de dados em Sociolinguística. In FREITAG, Raquel Meister Ko. (org.). **Metodologia de Coleta e Manipulação de Dados em Sociolinguística**. São Paulo: Blücher, 2014. p. 51-55. DOI: 10.5151/BucherOA-MCMDS-9cap. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5151/BlucherOA-MCMDS-9cap> Acesso em: 15 abr. 2021.

PATRICK, Peter. L. The speech community. *In*: CHAMBERS, J. K; TRUDGILL, Peter and SCHILLING-ESTES, Natalie (org.). **The handbook of language variation and change**. Oxford: Blackwell, 2004. p. 573-597. DOI:10.1002/9780470756591.ch23
Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/228050563_The_Speech_Community Acesso em: maio 2023.

PEREIRA, Marli Alves. **Quilombo de Morrinho: espaços sociais e estratégias para o reconhecimento do território e a apropriação das políticas públicas de saúde**. 2013. 252f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2013. Disponível em:

https://ri.ufmt.br/bitstream/1/790/1/DISS_2013_%20Marli%20Alves%20Pereira.pdf

Acesso em: 03 fev. 2022

PEREIRA, Sandra Maria de Brito. **Gramática Comparada de a gente: variação no Português Europeu**. 2003, 142f. Dissertação (Mestrado em Gramática Comparada) - Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2003. Disponível em:

https://www.clul.ulisboa.pt/files/sandrabrito_pereira/Pereira_2003_tese.pdf Acesso em:

24 out. 2022.

PERINI, Mário Alberto. **Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2010.

PETTER, Margarida Maria Taddoni. Línguas Africanas no Brasil. **Gragoatá**, Niterói, v.10 n.19, p. 193-217, 2005. Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33263> Acesso em: 10 abr. 2023.

PIGNATTI, Marta Gislene; CASTRO, Sueli Pereira. A fragilidade/resistência da vida humana em comunidades rurais do Pantanal Mato-Grossense, MT, Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 13, n. 1, p. 83-94, 2008.

POPLACK, Shana. **Function and process in a variable phonology**. Dissertation (Ph.D) – University of Pennsylvania Press, 1979.

PURIFICAÇÃO, Marcelo Máximo; CATARINO, Elisângela Maura; OLIVEIRA, Pedro Márcio Pinto de (org.). **Antropologia: Visão crítica da realidade sociocultural**. Ponta Grossa: Atena, 2021. DOI: 10.22533/at.ed.631210809. Disponível em:

<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/602675/1/Antropologia%20Visão%20crítica%20da%20realidade%20sociocultural.pdf> Acesso em: 18 out. 2023.

RAZE, Henricus de; LACHAUD, Edmundus; FLANDRIN, Joan Baptist. **Concordantiarum SS. Scripturae Manuale. Espanha**: Apud Perisse Fratres, 1958. E-book.

REIS, João José dos. Quilombos e revoltas escravas no Brasil. **Revista USP**, n. 28, p. 14-39. São Paulo, 1996. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i28p14-39> Acesso em: 05 jan. 2022

- ROBERTS, Julie. Going younger to do difference: the role of children in language change. **Journal Issue**. p. 121-136, 1999. Disponível em: <https://repository.upenn.edu/handle/20.500.14332/45495> Acesso em: 15 ago. 2023.
- ROBERTS, Ian. Creoles, markedness and the language bioprogram hypothesis. **Estudos Linguísticos e Literários**. Salvador, n. 19, p. 11-24, 1997. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/estudos/issue/view/1125> Acesso em: 17 abr. 2023.
- ROCHA, Tatiana Gomes da. Discutindo o conceito de comunidade na psicologia para além da perspectiva identitária. In: **Global Journal of Community Psychology Practice**. v. 3, n. 4. 2012. Disponível em: <https://www.gjcpp.org/pdfs/2012-Lisboa-063.pdf> Acesso em: 07 mai. 2022.
- RODRIGUES, Ângela Cecília de Souza. **Concordância verbal no português popular em São Paulo**. 1987. 189 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000728609> Acesso em: 12 jul. 2023
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Levantamento e documentação da realidade linguística do Nordeste urbano e rural. **II Seminário de Estudos sobre o Nordeste**. Bahia, p. 23-34, 1975.
- RUBIO, Cássio Florêncio. **Padrões de concordância verbal e de alternância pronominal no português brasileiro e europeu: estudo sociolinguístico comparativo**. 2012. 392f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", São José do Rio Preto, 2012.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. Charles Bally, Albert Sechehaye (org.). 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- SALES, Madalena Santana de. **Os fazeres e os saberes etnomatemáticos praticados pelos habitantes do território quilombola Vão Grande**. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática). 108f. Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ensino de Ciências e Matemática, Universidade do Estado de Mato Grosso, Barra do Bugres-MT, 2020.
- SEARA, Izabel Christine. A variação do sujeito *nós* e *a gente* na fala florianopolitana. **Organon**, v. 14, n. 28-29, p.179-194, 2000.
- SEATTLE, Cacique. Carta do Cacique Seattle da tribo Suquamish ao presidente Francis Pierce. Washington. LCC, 1887. Disponível em: http://vampira.ourinhos.unesp.br:8080/cediap/material/a_carta_do_cacique_seattle.pdf Acesso em: 08 jul. 2023.
- SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Reanálise da concordância nominal em português**. UFRJ, Rio de Janeiro. 1988, 554 f. Tese (Doutorado em Letras/Linguística). Pós-graduação da Faculdade de Letras – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de

Janeiro, 1988. Disponível em:

https://www.academia.edu/19712180/REAN%C3%81LISE_DA_CONCORD%C3%82NCIA_NOMINAL_EM_PORTUGU%C3%8AS Acesso em: 03 set. 2022.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; NARO, Anthony Julius. **Duas dimensões do paralelismo verbal no português popular do Brasil**. Delta. São Paulo, 1993, p. 1-14.

SCHMALTZ NETO, Genis Frederico. **Vale do Amanhecer como comunidade de fala: uma visão ecolinguística**. 2017. 165 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/31696?locale=en> Acesso em: 01 set. 2023

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SEVERO, Cristine Gorski. A comunidade de fala na sociolinguística laboviana: algumas reflexões. **Revista Voz das Letras**, Concórdia, n. 9, p. 1-17, 2008. Disponível em: https://www.academia.edu/944271/A_comunidade_de_fala_na_sociolingu%C3%ADstica_laboviana_algunas_reflex%C3%B5es Acesso em: 01 set. 2023.

SILVA, Gilian Evaristo França. **Espaço, Poder e Devoção: as irmandades religiosas da fronteira oeste da América portuguesa (1745-1803)**. 1ª ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

SILVA NETO, Serafim. **Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e da Cultura, 1963.

SILVA NETO, Serafim. **História da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1970.

SOUZA, Antonio Carlos Santana de. **A concordância de gênero entre o sujeito e o predicativo na fala da comunidade quilombola da Caçandoca**. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2000.

SOUZA, Antonio Carlos Santana de. A variação da concordância de gênero entre o sujeito e o predicativo na linguagem do Cafundó. **Estudos Linguísticos XLVI: Seminários do GEL**. Universidade do Sagrado Coração, Bauru, p. 208-214, 1999.

SOUZA, Antonio Carlos Santana de. **Africanidade e contemporaneidade do português de comunidades afro-brasileiras no Rio Grande do Sul**. 2015. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/122568> Acesso em: 05 ago. 2023

SOUZA, Antonio Carlos Santana de; SCHMIDT, Cristiane. Variação da concordância em gênero entre o sujeito e o predicativo em comunidades afro-brasileiras de Mato Grosso. *In*: PHILIPPSEN, Neusa Inês; STEFFEN, Joachim; KRUG, Marcelo Jacó

(org.). **Novas perspectivas da diversidade e variação linguística em Mato Grosso**. Norderstedt: PubliQation, 2023. DOI: <https://doi.org/10.22602/IQ.9783745870824>.

TAMANINE, Andréa Maristela Bauer. **A alternância nós/a gente no interior de Santa Catarina**. 2002. Dissertação (Mestrado em Letras) – Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/24549/D%20-%20TAMANINE%2c%20ANDREA%20MARISTELA%20BAUER.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 22 set. 2023

TAMANINE, Andréa Maristela Bauer. **Curitiba da gente: um estudo sobre a variação pronominal Nós/A gente e a gramaticalização de A Gente na cidade de Curitiba – PR**. 2010, 222 f. Tese (Doutorado em Letras) Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/24120/TeseAndreaTamanine.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 22 set. 2023

TEYSSIER, Paul. **Manual de Língua Portuguesa (Portugal-Brasil)**. Coimbra: Coimbra Editora, 1989.

THOMASON, Sarah Grey. A typology of contact languages. *In*: SPEARS, Arthur K.; WINFORD, Donald (ed.). **The structure and status of pidgins and creoles**. Amsterdam: John Benjamins, p. 71-88, 1997. DOI: <https://doi.org/10.1075/cll.19.06tho>

THOMASON, Sarah Grey. KAUFMAN, Terrence. **Languages contact, creolization, and genetic linguistics**. Berkeley: University of California Press, 1988. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/218211/mod_resource/content/2/THOMASON_KAUFMAN_LanguageContact.pdf Acesso em: 22 ago. 2023.

THOMASON, Sarah Grey. **Language contact: An introduction**. Washington, D. C.: Georgetown University Press, 2001.

TÖNNIES, Ferdinand. **Comunidade e Sociedade**. Buenos Aires: Losada, 1947.

TÖNNIES, Ferdinand. Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais. *In*: FERNANDES, Florestan (org.). **Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo: Editora Nacional-Editora da Universidade de São Paulo, 1974. p. 96-116. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/147507693/FERNANDES-Florestan-org-Comunidade-e-Sociedade-TONNIES-Ferdinand-Comunidade-e-Sociedade-Como-Entidades-Tipico-Ideais> Acesso em: 16 abr. 2022.

TÖNNIES, Ferdinand. Comunidade e sociedade: textos selecionados. *In*: MIRANDA, Orlando de. (org.). **Para ler Ferdinand Tönnies**. São Paulo: Edusp, 1995. p. 231-342.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs; HEINE, Bernd. **Approaches to Grammaticalization**. Amsterdam: John Benjamins, v. 1, 1991.

VANIN, Aline Aver. Considerações relevantes sobre definições de 'comunidade de fala'. **Acta Scientiarum Língua e Cultura**, Maringá, v. 31, n. 2, p. 147-153, 2009. DOI: 10.4025/actascilangcult.v31i2.6367. Disponível em: https://www.academia.edu/1615924/Considera%C3%A7%C3%B5es_relevantes_sobre_defini%C3%A7%C3%B5es_de_comunidade_de_fala Acesso em: 01 set. 2023.

VIANNA, Juliana Barbosa de Segadas. **A concordância de nós e a gente em estruturas predicativas na fala e na escrita carioca**. 2006, 109f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-1303/a-concordancia-de-nos-e-a-gente-em-estruturas-predicativas-na-fala-e-na-escrita-carioca> Acesso em: 24 jan. 2023.

WEINREICH, Uriel. **Languages in Contact**. Nova York: Linguistics Circle of New York, 1953. Disponível em: https://www.academia.edu/39358679/Uriel_Weinreich_Languages_in_contact_Finding_s_and_problems_1979_1 Acesso em: 23 out. 2021.

ZILLES, Ana Maria Stahl. **Grammaticalization of a gente in Brazilian Portuguese**. In: JOHNSON, D. E.; SANCHES, T. (eds.). University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics, v. 8, n. 3, p. 297-310, 2002.

ZILLES, Ana Maria Stahl. The development of a new pronoun: The linguistic and social embedding of *a gente* in Brazilian Portuguese. In: **Language Variation and Change**, Cambridge: Cambridge University Press, v.17, n.1, p. 19-53, 2005.

ZILLES, Ana Maria Stahl. Grammaticalization of a gente as a cluster of changes: evidence from apparent and real time studies. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, v.4, n.1, p. 13-46, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/7726> Acesso em: 23 maio 2023.

ZILLES, Ana Maria Stahl. O que a fala e a escrita nos dizem sobre a avaliação social do uso de a gente? **Letras de Hoje**. Porto Alegre, v. 42, n. 2, 2007. p. 27-44.

ZILLES, Ana Maria Stahl; MAYA, Leonardo Zechlinski; SILVA, Karine Quadros da. A concordância verbal com a primeira pessoa do plural em Panambi e Porto Alegre, RS. **Organon**, Porto Alegre, v. 14, n. 28/29, [2000] 2012, p. 195-219. DOI: 10.22456/2238-8915.30205. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/30205> Acesso em: 25 jun. 2023.